

ALICE RODRIGUES BORGES LAZARONI

**POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO, INCENTIVO FISCAL E
DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS TURÍSTICOS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS- BRASIL
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

L431p
2016
Lazaroni, Alice Rodrigues Borges, 1991-
Política pública de turismo, incentivo fiscal e desenvolvimento de destinos
turísticos / Alice Rodrigues Borges Lazaroni. - Viçosa, MG, 2016.
xv, 175f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.141-152.

1. Turismo e estado. 2. Políticas públicas. 3. Turismo - Incentivos fiscais -
Minas Gerais. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Administração
e Contabilidade. Programa de Pós-graduação em Administração. II. Título.

CDD 22. ed. 338.470918151

ALICE RODRIGUES BORGES LAZARONI

**IMPLICAÇÕES DO ICMS TURÍSTICO NO DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS
INDUTORES EM MINAS GERAIS - BRASIL**

Dissertação apresentada a Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADA: 19 de fevereiro de 2015.

Marcos Eduardo C.G. Knupp

Wilker Ricardo de M. Nóbrega

Luiz Antonio Abrantes

Magnus Luiz Emmendoerfer
(Orientador)

Dedico esta dissertação aos meus familiares e amigos que me acompanharam durante o mestrado, especialmente aos meus pais Rosa Elena e Mozart, ao meu irmão Alan e ao meu amado companheiro Victor Luiz.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força e coragem para lutar pelos meus objetivos, pois sentir a sua presença foi essencial para a realização deste sonho.

Ao meu esposo Victor, companheiro de todas as horas, por confiar, incentivar e apoiar sempre as minhas escolhas. Esta conquista é nossa.

Aos meus pais Rosa Elena e Mozart, e ao meu irmão Alan, pelo amor, carinho, paciência, por torcerem pela minha vitória e estarem sempre ao meu lado.

À minha avó Aparecida, por ser um exemplo de força, fé e coragem e em memória de meus avós, que mesmo não estando presentes em corpo se fazem presença viva no meu coração: vô Pedro, vô José e vô Inaiá.

Aos meus sogros Luiz José e Rita de Cássia, por estarem sempre dispostos a me ajudarem, sendo meus companheiros, meus segundos pais.

Ao todos os meus amigos, tios, primos, cunhada e afilhados que torceram e me apoiaram, ainda que indiretamente.

Ao meu orientador Magnus Luiz Emmendoerfer, que me acolheu no seu grupo de pesquisa ainda na graduação, por inspirar minhas buscas científicas, acreditar em mim e contribuir com seu entusiasmo, paciência e ensinamentos.

Aos co-orientadores, Suely de F. Ramos Silveira e Robson Zuccolotto, por aceitarem colaborar com o meu estudo, sendo sempre generosos e prestativos.

Ao Professor Marcos Knuup, da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, que desde o início se interessou pelo estudo e se dispôs gentilmente a contribuir.

Ao Professor Luiz Antônio Abrantes, por contribuir na melhoria do meu projeto e aceitar participar da banca de defesa, sendo muito prestativo e atencioso.

Ao Professor Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, da UFRN, por aceitar o convite e colaborar com seus conhecimentos.

Aos meus “irmãos” acadêmicos Brendow, Eber e Matheus pelas conversas, apoio e contribuições.

Ao Gilberto, um amigo que o mestrado me deu, pelas conversas, ajuda na coleta dos dados em campo, sendo sempre prestativo e solidário.

À Jussara, por me acompanhar nas pesquisas de campo, estando sempre disposta a colaborar. À ela, o muito obrigada pelo carinho e dedicação.

Aos colegas de turma do mestrado, aos funcionários e professores do departamento de administração e contabilidade (DAD) pelo apoio constante.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro nas pesquisas de campo.

À coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro que possibilitou a minha dedicação exclusiva ao mestrado.

À Universidade Federal de Viçosa, representada pelo programa de Pós Graduação em Administração, por me proporcionar esta oportunidade de trilhar novos caminhos, e por permitir meu crescimento no meio científico.

Aos atores públicos e privados do turismo dos destinos indutores estudados, pela contribuição com o estudo aceitando participar das entrevistas.

À população residente em Ouro Preto e Tiradentes, que respondeu ao questionário de pesquisa.

Sem vocês a concretização deste estudo não seria possível!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE QUADROS.....	viv
LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE GRÁFICOS.....	xi
LISTA DE SIGLAS.....	xii
RESUMO.....	xv
ABSTRACT.....	xvi
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	5
2.1 Caracterização da Pesquisa.....	5
2.2 Universo e amostra.....	6
2.3 Indicadores utilizados na pesquisa.....	7
2.4 Técnica de Coleta dos dados.....	9
2.5 Tratamento e Análise dos dados.....	12
2.6 Limitações da Pesquisa.....	15
3 TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS.....	16
3.1 Política Pública e Turismo.....	16
3.2 O Histórico das Principais Políticas Públicas de Turismo no Brasil de 1930 a atualidade.....	20
3.3 As Políticas Públicas de Turismo em Minas Gerais.....	31
3.4 As Instâncias de Governança do Turismo.....	39
4 DESTINOS INDUTORES E O ICMS TURÍSTICO COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM MINAS GERAIS.....	47
4.1 Turismo, Gestão e Desenvolvimento.....	47
4.2 Ouro Preto.....	56
4.3 Tiradentes.....	58

4.4	ICMS Turístico: Política Tributária e Fiscal de Redistribuição da Arrecadação de Imposto para o Desenvolvimento do Turismo.....	60
5	IMPLICAÇÕES DO ICMS TURÍSTICO NOS DESTINOS ANALISADOS	69
5.1	Aspectos organizacionais.....	70
5.1.1	Implicações Organizacionais em Ouro Preto.....	70
5.1.2	Implicações Organizacionais em Tiradentes.....	78
5.2	Aspectos Econômicos.....	104
5.2.1	Implicações Econômicas em Ouro Preto.....	104
5.2.2	Implicações Econômicas em Tiradentes.....	114
5.3	Aspectos Culturais.....	124
5.3.1	Implicações Culturais em Ouro Preto	125
5.3.2	Implicações Culturais em Tiradentes.....	128
6	CONCLUSÕES.....	137
	REFERÊNCIAS.....	141
	APÊNDICE A - Resumo das Principais Informações Coletadas Referentes do Destino Indutor Ouro Preto.....	153
	APÊNDICE B - Resumo das Principais Informações Coletadas Referentes ao Destino Indutor Tiradentes.....	156
	APÊNDICE C – Roteiro utilizado nas entrevistas com os gestores públicos municipais.....	160
	ANEXO A: Documentação para Habilitação e Pontuação.....	163
	ANEXO B: ÍNDICE DE INVESTIMENTO EM TURISMO.....	164
	ANEXO C: TABELA - FAIXA DE RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PER CAPITA.....	165
	ANEXO D: TABELA - NOTA DA ORGANIZAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO.....	166
	ANEXO E: Quadro com os indicadores da dimensão econômica - desenvolvimento regional - do modelo APL-TUR (TOMAZZONI, 2009).....	167

ANEXO F: Quadro com os indicadores da dimensão econômica - desenvolvimento do turismo do modelo APL-TUR (TOMAZZONI, 2009).....	168
ANEXO G: Quadro com os indicadores da dimensão cultural do modelo APL-TUR (TOMAZZONI, 2009).....	169
ANEXO H: Quadro com os indicadores da dimensão organizacional do modelo APL-TUR (TOMAZZONI, 2009).....	170
ANEXO I: ROTEIROS TURÍSTICOS DE TIRADENTES.....	172
ANEXO J: ATRATIVOS TURÍSTICOS DE OURO PRETO.....	173
ANEXO L: Indicadores do PMT Ouro Preto.....	175

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dimensões do modelo APL-TUR.....	09
Figura 2: Organograma da Secretaria Estadual de Turismo.....	38
Figura 3: Estrutura da Gestão Descentralizada do Turismo no Brasil.....	41
Figura 4: Pilares a serem considerados no Planejamento Turístico.....	48
Figura 5: Papel do Poder Público e da Iniciativa Privada no Turismo.....	51
Figura 6: Organograma do Turismo de Ouro Preto.....	74
Figura 7: Elaboração e Implementação do PMT de Ouro Preto.....	76
Figura 8: Organograma do Departamento de Cultura e Turismo.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Entidades e atores entrevistados.....	07
Quadro 2: Descrição dos Instrumentos de Coleta de Dados.....	11
Quadro 3: Estrutura de Coleta e análise de dados por objetivos específicos.....	14
Quadro 4: Formato das Instâncias de Governança do Turismo.....	39
Quadro 5: O sistema Turístico.....	50
Quadro 6: Destinos Indutores do desenvolvimento Turístico Regional.....	55
Quadro 7: A Trajetória da Gestão Municipal de Turismo de Ouro Preto.....	72
Quadro 8: Atividades e ações do Plano Municipal de Turismo de Ouro Preto.....	76
Quadro 9: Resumo das Principais Informações da dimensão organizacional de Ouro Preto	85
Quadro 10: Planejamento Municipal do Turismo de Tiradentes.....	90
Quadro 11: Resumo das Principais Informações da dimensão organizacional de Tiradentes	99
Quadro 12: Calendário de Eventos Tiradentes 2015.....	128
Quadro 13: Vantagens e Limitações do ICMS turístico.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Descrição dos critérios Lei Estadual nº 13.803 de 27/12/200.....	63
Tabela 2: Descrição dos Critérios Art. 1º da Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009.....	64
Tabela 3: Repasse de ICMS Patrimônio Cultural em Ouro Preto.....	112
Tabela 4: Repasse de ICMS Meio Ambiente em Ouro Preto.....	112
Tabela 5: Repasse de ICMS Turístico em Tiradentes.....	120
Tabela 6: Repasse de ICMS Patrimônio Cultural em Tiradentes.....	120
Tabela 7: Repasse de ICMS Meio Ambiente em Tiradentes.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Municípios habilitados no ICMS Turístico.....	66
Gráfico 2: Valores Anuais de ICMS Turístico.....	67
Gráfico 3: Fatores a serem Melhoras no Turismo de Ouro Preto.....	80
Gráfico 4: Percepção dos Residentes sobre atuação do Poder público municipal no Turismo.....	82
Gráfico 5: Problemas que afetam o turismo de Tiradentes.....	96
Gráfico 6: Avaliação do Poder Público Municipal.....	99
Gráfico 7: Distribuição do Número de Estabelecimentos por setor do Turismo em Ouro Preto-2013.....	105
Gráfico 8: Distribuição do Número de Empregados por Setor do Turismo em Ouro Preto-2013.....	106
Gráfico 9: Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008- 2014....	107
Gráfico 10: Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2014.....	110
Gráfico 11: Distribuição do Número de empregados por setor do turismo no Município em 2012.....	114
Gráfico 12: Distribuição do Número de Estabelecimentos por setor do Turismo no Município.....	115
Gráfico 13: Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2014....	115
Gráfico 14: Índice Atrativos Turísticos – Destino x Brasil: 2008-2014.....	117

LISTA DE SIGLAS

ABAV-MG- Associação Brasileira de Agências de Viagens de Minas Gerais
ACEOP- Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto
ACO- Associação do Circuito do Ouro
ADETUR/MG - Agencia de desenvolvimento turístico de Minas Gerais
ADOP- Agência de desenvolvimento de Ouro Preto
AGTOP - Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto
AGTOP - Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto
APL- Tur- Arranjo Produtivo Local
ASSET - Associação Empresarial de Tiradentes
CADASTUR- Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo.
CAT- Central de Atendimento ao Turista
CETUR - Conselho Estadual de Turismo
CNTUR- Conselho Nacional de Turismo
COMBRATUR- Comissão Brasileira de Turismo
COMTUR- Conselho Municipal de Turismo
CTN- Código Tributário Nacional
CTs- Circuitos Turísticos
CVB – Convention & Visitors Bureau
EMBRATUR- Empresa Brasileira de Turismo\ Instituto Brasileiro de Turismo
FAMOP - Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto
FASTUR- Fundo de Assistência ao Turismo
FECITUR - Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais
FGV- Fundação João Pinheiro
FHC- Fernando Henrique Cardoso
FIEMG - Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais
FINAM- Fundo de investimento da Amazônia
FINOR- Fundo de investimento do Nordeste
FIRJAN- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FISSET- Fundo de investimentos setoriais

FUMTUR- Fundo Municipal de Turismo
FUNGETUR- Fundo geral de Turismo
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM- Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICMS- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IER - Instituto Estrada Real
IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais
IHGT - Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes
IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IVC - Impostos de venda e consignação
IVM –Imposto sobre Vendas Mercantis
MTur- Ministério do Turismo
OMT- Organização Mundial do turismo
OP- Ouro Preto
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento
PLANITUR- Plano Integrado para o Desenvolvimento do Turismo
PLANTUR- Plano nacional de turismo
PMOP- Prefeitura Municipal de Ouro Preto
PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT- Política Nacional de Turismo
PRODETUR - Programa de desenvolvimento do turismo
PROECOTUR -Programa de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia legal
PROMITUR- Programa Mineiro de Turismo
RICMS- Regulamento do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação
SEBRAE- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEICT - Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo
SELT - Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo
SEPLAG- Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SETUR- Secretária de Estado de Turismo de Minas Gerais

SISTUR- Sistema de Turismo

SPHAN- Serviço do patrimônio Histórico e Artístico Nacional

STR - Secretaria de Turismo e Recreação

SUT- Superintendência de Turismo

TURMINAS- Empresa Mineira de Turismo

UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VAF -Valor Adicionado Fiscal

RESUMO

LAZARONI, Alice Rodrigues Borges. M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2016. **Política pública de turismo, Incentivo Fiscal e Desenvolvimento de Destinos Turísticos**. Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer. Coorientadores: Robson Zuccolotto e Suely de Fátima Ramos Silveira.

O turismo como atividade econômica organizada passou a ser reconhecido a partir da Revolução Industrial, mais especificamente, a partir da década de 1950 (CARVALHO, 2000). Para que o turismo se desenvolva em um destino são necessários programas, projetos, planos e metas que definam os rumos da atividade turística na localidade. A institucionalização de cidades, como destinos turísticos no Brasil, ganhou força com a criação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003, que impulsionou as políticas públicas de turismo que, por sua vez, passaram a ser trabalhadas sob a égide da descentralização, buscando compartilhar responsabilidades entre estados, municípios e setor privado. Em Minas Gerais, desde 2009, tem sido trabalhada pelo estado, com a participação de organizações privadas atuantes no turismo, uma política pública conhecida como ICMS Turístico, cujo principal objetivo é estruturar o turismo em municípios mineiros. É relevante destacar que o ICMS turístico é uma política estadual, tendo Minas Gerais como o primeiro estado do Brasil a destinar recursos de ICMS - imposto estadual - para o turismo, o que justifica este estudo. O principal objetivo deste trabalho é analisar as implicações do ICMS Turístico (incentivo fiscal) no desenvolvimento de destinos indutores do turismo no Estado de Minas Gerais. Para tanto, buscou-se o aporte da literatura sobre política pública de turismo, ICMS turístico e desenvolvimento turístico. O estudo se caracteriza como qualitativo e emprega técnicas de análise de conteúdo em sua metodologia. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas, questionário, pesquisa documental e bibliográfica em duas cidades consideradas destinos indutores nacionais: Ouro Preto e Tiradentes. Os resultados demonstram que a política estudada, quando implementada, tem efeito sobre as dimensões organizacionais, econômicas e culturais. Ressalta-se, contudo, que o maior avanço do ICMS turístico na gestão pública municipal de turismo foram as mudanças nas práticas internas da organização, ao priorizar novas ferramentas de gestão que resultaram em ações mais efetivas do plano municipal de turismo e na participação da sociedade civil.

ABSTRACT

LAZARONI, Alice Rodrigues Borges. M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, february, 2016. **Public Policy Tour, Tax Incentives and Development of Tourist Destinations.** Advisor: Magnus Luiz Emmendoerfer. Co-advisors: Robson Zuccolotto and Suely de Fátima Ramos Silveira.

Tourism as organized economic activity has been recognized since the Industrial Revolution, more specifically from the 1950s (CARVALHO, 2000). For tourism to develop in a destination, it is necessary programs, projects, plans and goals that define the direction of tourism in the locality. The institutionalization of cities as tourist destinations in Brazil, gained momentum with the creation of the Ministry of Tourism (Tourism Ministry) in 2003, which boosted public policies of tourism that began to be worked under the aegis of decentralization, seeking to share responsibilities between states, municipalities and private sector. In Minas Gerais, since 2009, it has been crafted by the state, with the participation of private organizations active in tourism, a public policy known as Tourist ICMS, whose main objective is to structure tourism in mining municipalities. It is worth noting that the tourist ICMS is a state policy, and Minas Gerais, as the first state in Brazil to allocate ICMS resources - state tax for tourism, which justifies this study. The main objective of this study is to analyze the implications of the Tourist ICMS (tax incentive) to develop inducers of tourism destinations in the state of Minas Gerais. Therefore, we sought the literature on public input tourism policy, tourism ICMS and tourism development. The study is characterized as qualitative and employs techniques of content analysis methodology. The data were collected through interviews, questionnaire, documentary and bibliographical research in two cities considered national inducers destinations Ouro Preto and Tiradentes. The results show that the policy studied when implemented has no effect on the organizational, economic and cultural dimensions. It is noteworthy however that the biggest improvement of tourist ICMS in municipal public administration tourism were the changes in the internal organizational practices, to prioritize new management tools resulting in more effective actions of the municipal plan of tourism and civil society participation.

1 INTRODUÇÃO

O turismo, como atividade econômica organizada, passou a ser reconhecido a partir da Revolução Industrial, mais especificamente a partir da década de 1950, período no qual os trabalhadores começaram a ter um tempo livre para se dedicarem a outras atividades que não o trabalho (CARVALHO, 2000). Segundo a Organização Mundial de Turismo – OMT, o turismo é compreendido como “as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes de sua residência habitual, por período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios entre outras” (OMT, 2001, p. 38).

O setor de turismo tem sido responsável pela geração de empregos e desenvolvimento de muitos municípios no Brasil. Com a crise econômica e o aumento do dólar, os destinos brasileiros se tornaram mais atrativos, aumentando o número de pessoas que optaram por viajar dentro do país, além da visita de estrangeiros. Segundo pesquisa realizada pelo MTur, em julho de 2015, sete em cada dez brasileiros escolhem o Brasil para viajar (BRASIL, 2015). Em relação aos turistas estrangeiros, dados divulgados pelo Banco Central revelam que em 2014 foram gastos por estes visitantes US\$ 6914 (seis milhões novecentos e quatorze dólares), 3,13% a mais que em 2013 (FGV, 2015).

Segundo Emmendoerfer e Soares (2014), o tema destinos turísticos tem sido preocupação de indivíduos de diferentes países, inclusive do Brasil, sejam eles acadêmicos, ou gestores públicos ou privados, cujo interesse pelo tema se deve à associação de que a atividade turística em determinado território pode propiciar desenvolvimento socioeconômico.

A institucionalização de cidades como destinos turísticos no Brasil ganhou força com a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, que impulsionou as políticas públicas de turismo (que antes funcionavam no Ministério de Esporte e Turismo), e passaram a ser trabalhadas sob a égide da descentralização, buscando compartilhar responsabilidades entre estados, municípios e setor privado (LAZARONI, et al., 2015).

Em abril de 2004 foi criado pelo MTur o Programa de Regionalização Roteiros do Brasil, que seguia as diretrizes do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007¹. Esse programa traduz o modelo de ordenamento político-territorial, referência para todas as ações do MTur e das Secretarias de Estado de Turismo (BRASIL, 2008). Assim, em 2008, o MTur elaborou o projeto destinos indutores do Desenvolvimento Turístico regional, que classificou

¹ Para fins desta pesquisa, regionalizar significa trabalhar o turismo de forma descentralizada, criando oportunidades para estruturar e qualificar novos destinos por meio da cooperação entre poder público, sociedade civil, organizações privadas.

65 destinos indutores do turismo nacional, dos quais quatro estão em Minas Gerais: Belo Horizonte, Diamantina, Ouro preto e Tiradentes. São definidos como **destinos indutores** os municípios identificados pelo Ministério do Turismo como capazes de induzir o desenvolvimento da atividade turística regionalmente por apresentarem um conjunto de atrativos qualificados que os colocam em situação de destaque frente aos demais (SOARES, 2012).

O turismo é um fenômeno complexo, porque cada destino pode ter características naturais, culturais, econômicas e sociais muito específicas. Por possuir muitas interfaces, a atividade turística deve ser bem articulada, tanto para garantir a qualidade de quem visita o destino, como para promover o desenvolvimento da sociedade que ali habita (MINAS GERAIS, 2014a). Devido a essa diversidade dos municípios, não existe uma fórmula única que garanta que uma localidade se torne um destino turístico. Contudo é possível destacar quatro diretrizes básicas que contribuem para o desenvolvimento do turismo de maneira responsável: a) Conservação do patrimônio Natural e Histórico Cultural; b) valorização da identidade local e geração de renda; c) integração regional; e d) planejamento participativo (MINAS GERAIS, 2014a).

Em Minas Gerais, desde 2009, o Estado vem desenvolvendo com a participação de organizações privadas atuantes no turismo uma política pública conhecida como ICMS Turístico, cujo principal objetivo é estruturar o turismo em municípios mineiros. A política surgiu da necessidade de investimentos financeiros e maior estruturação da atividade turística nos municípios, sendo uma demanda dos destinos que já trabalhavam o turismo no estado que, com o apoio do Estado e da Federação dos circuitos turísticos ganhou força para aprovação do poder público. O problema entrou na agenda de governo e se tornou uma política pública em 2009, por meio de uma nova versão da lei Robin Hood.

Por meio da lei nº18.030/2009, o turismo passou a ser priorizado na distribuição da Cota-parte do ICMS arrecadado no estado de Minas. A política do ICMS turístico, aprovada em 2009, começou a ser implementada em 2010 com a seleção dos municípios, porém, a transferência dos recursos iniciou-se em 2011. É relevante destacar que o ICMS turístico é uma política estadual, sendo até então Minas Gerais o primeiro estado do Brasil a destinar recursos de ICMS, que é um imposto estadual, para o turismo. É neste sentido que esta pesquisa pode contribuir para revelar elementos que buscam avaliar se a política do ICMS turístico de fato causou mudanças e melhoria na gestão do turismo municipal em destinos indutores.

Nas ciências sociais têm sido constantes as discussões que envolvem as teorias de desenvolvimento em várias dimensões, faces, contextos ou enfoques (SOARES, 2012). A questão do desenvolvimento para fins desta dissertação será compreendida com base no modelo de análise do turismo regional, desenvolvido por Tomazzoni (2009), porém aqui será analisado o turismo em nível local. O modelo servirá como parâmetro para que se possa identificar os aspectos que influenciam no desenvolvimento local, considerando as dimensões econômicas, culturais e organizacionais associadas à política do ICMS turístico.

Diante deste contexto peculiar de investigação científica, esta dissertação busca contribuir com respostas para o seguinte problema de pesquisa: Quais as implicações de uma política pública subnacional de redistribuição de recursos para o desenvolvimento do turismo local, em municípios reconhecidos como destinos turísticos indutores?

Para fins desta pesquisa, considera-se que a política pública subnacional de redistribuição de recursos seja o ICMS Turístico, criado pelo governo de Minas Gerais para atender os municípios que buscam desenvolver o turismo como uma atividade socioeconômica em seus territórios.

Neste sentido, parte-se da hipótese de que incentivos fiscais dirigidos ao turismo trazem implicações organizacionais, econômicas e culturais para os municípios reconhecidos como destinos turísticos em Minas Gerais. Esta hipótese é relevante porque se um município é um destino turístico nacional, ele certamente possui condições satisfatórias de desenvolvimento turístico em nível municipal, o que não justificaria, a priori, um novo investimento público por meio de uma política como o ICMS Turístico no mesmo em detrimento de outros municípios com condições e capacidades que requerem mais atenção por parte do Estado.

Com base na contextualização, no problema de pesquisa e na hipótese apresentados, foram traçados os seguintes objetivos.

O principal objetivo deste trabalho é analisar as implicações do ICMS Turístico no desenvolvimento de Destinos Indutores do Turismo no Estado de Minas Gerais.

Especificamente, este estudo pretende:

- a) Descrever a trajetória da organização e das políticas públicas para o turismo no Brasil e em Minas Gerais
- b) Caracterizar os Destinos Indutores do turismo de Minas Gerais em estudo;
- c) Descrever a política “ICMS Turístico” para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais;

- d) Analisar as implicações organizacionais do ICMS Turístico no desenvolvimento dos destinos indutores do turismo em estudo;
- e) Analisar as implicações econômicas do ICMS Turístico no desenvolvimento dos destinos indutores do turismo em estudo; e
- f) Analisar as implicações culturais do ICMS Turístico no desenvolvimento dos destinos indutores do turismo em estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo. Para atender aos objetivos da pesquisa foi feito um estudo com abordagem qualitativa. Os estudos que se baseiam nesta abordagem, segundo Godoi, Mello e Silva (2010), utilizam o ambiente natural como fonte direta de coleta de dados, buscando compreendê-lo com o menor afastamento possível da realidade. Para tanto, utilizam de vários métodos, técnicas e instrumentos. A abordagem qualitativa foi importante para descrever a complexidade do problema, bem como analisar a interação entre as variáveis (RICHARDSON, 1999).

2.1 Caracterização da Pesquisa

Como método de investigação qualitativa foi utilizado o método dialético, usado desde a antiguidade, atingindo seu ápice com Hegel e depois reformulado por Marx (PRODANOV; FREITAS, 2013). A dialética considera que o meio influencia diretamente nas mudanças do objeto, e por isso deve ser considerado como: “[...] um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser revelados fora de um contexto social, político e econômico” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 34).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, utilizou-se o estudo de caso. Acerca deste tipo de estudo, Yin (2005, p.32) afirma que “Um estudo de caso é uma investigação empírica que averigua um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos [...]”. Nesse sentido, este estudo também pode ser classificado sob a ótica de Vergara (2005), que divide a pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva, pois objetiva o estudo de determinadas características de um grupo específico inserido no setor turístico - neste caso, as mudanças ocorridas na estrutura municipal de turismo a partir da implementação da política do ICMS turístico. Para Gil (2008), a pesquisa descritiva permite reunir e analisar muitas informações sobre o assunto pesquisado, sendo que a sua maior contribuição é proporcionar novas visões sobre algo conhecido.

Quanto aos meios, pode ser caracterizada pela forma de coleta de dados. Por meio da coleta são obtidos os dados necessários para responder sobre o problema. Assim, os meios

utilizados para a investigação dos dados foram: pesquisa bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso.

Para atender ao objetivo geral da pesquisa foram definidos seis objetivos específicos, divididos em 4 tópicos, cuja descrição, com base em cada objetivo, se encontra no Quadro 3.

2.2 Universo e amostra

Foi escolhido como universo da pesquisa o estado de Minas Gerais, tendo em vista que este vem se destacando dentre os estados brasileiros pelos programas implementados no setor que buscam a regionalização e desenvolvimento turístico dos destinos. Somado a este fator, quando comparado a outros estados do Brasil, Minas é o 2º, perdendo apenas para São Paulo, com o maior número de municípios com potencial turístico (MINAS GERAIS, 2015), dos quais quatro são considerados indutores do turismo nacional: Belo Horizonte, Ouro Preto, Tiradentes e Diamantina. Além disso, Minas Gerais foi o primeiro e até então o único estado do país a destinar recursos do ICMS para o turismo.

A amostra selecionada para a pesquisa teve como base: os destinos indutores do turismo nacional listados acima, os atores públicos, a população local e os recursos recebidos de ICMS turístico no período de 2011 a 2014. Foram consideradas, ainda, as semelhanças históricas entre os municípios. Dentro desses critérios foram selecionadas duas cidades para análise: Tiradentes e Ouro Preto. Tiradentes recebe o recurso desde 2012 e Ouro Preto nunca o recebeu. A escolha destas duas cidades se deveu ainda pelas características do turismo desenvolvido em ambas, cujo enfoque maior é para o turismo cultural².

O recorte desta amostra, nestas duas cidades, serviu para analisar se a implementação da política do ICMS turístico no estado de Minas gerou mudanças na estrutura municipal de turismo e se impactaram nas dimensões culturais, organizacionais e econômicas dos destinos turísticos. Para tanto, foi necessário identificar como está estruturado o turismo local (secretaria, departamento); se existe conselho municipal de turismo ativo, plano municipal de turismo, como está o processo de prestação de contas destes recursos; qual a maior dificuldade no processo de habilitação do ICMS turístico; qual a visão dos atores que recebem e os que não recebem o ICMS turístico em relação à efetividade da política; dentre outros

² Os municípios selecionados neste estudo fazem parte de uma pesquisa maior que esta dissertação contempla, especificamente de uma parceria interinstitucional de pesquisa científica com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 471136/2014-0, da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG), processo APQ-01870-15.

fatores que permitiram concluir se o ICMS turístico possui implicações nas dimensões estudadas.

Como sujeitos da pesquisa foram considerados os atores do turismo de Tiradentes e Ouro Preto. Atores, para fins deste estudo, são os indivíduos, departamentos, organizações e grupos que desempenham seus papéis através de comportamentos dinâmicos, tendo capacidade de influenciar o processo político (SECCHI, 2010). Assim, os atores selecionados foram os responsáveis por elaborar e implementar as políticas públicas de turismo municipal e a comunidade residente em Ouro Preto e Tiradentes, e estão descritos no Quadro 1. Tais atores foram selecionados por tipicidade, em que a seleção da amostra foi constituída com base em representantes da população- alvo e de forma não probabilística, por não se basear em dados estatísticos (VERGARA, 2005).

É importante registrar que a pesquisadora não conseguiu entrevistar a gestora responsável pelo Circuito do Ouro, apesar dos inúmeros contatos, pedindo que respondesse a entrevista por e-mail.

CIDADE	ENTIDADE e ATORES
Ouro Preto	<p>Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Funcionário Efetivo da secretaria • Cargo de confiança- Chefia <p>Conselho Municipal de Turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Membro do COMTUR representante da Iniciativa Privada <p>Circuito do Ouro</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestor do circuito <p>Residentes em Ouro Preto</p> <ul style="list-style-type: none"> • População Local de forma geral: comerciantes, farmacêuticos, artesãos, guias, bombeiro, balconista, etc.
Tiradentes	<p>Secretaria Municipal de Turismo e Cultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cargo de Confiança- Chefia • Funcionário efetivo do departamento de turismo <p>Conselho Municipal de Turismo e Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Membro do COMTUR e Gestor do Circuito <p>Residentes em Tiradentes</p> <ul style="list-style-type: none"> • População Local: comerciantes, pedreiros, dona de casa, garçons, balconista, etc.

Quadro 1: Entidades e atores entrevistados.

Fonte: Elaboração Própria (2015).

2.3 Indicadores utilizados na pesquisa

Para atender aos objetivos específicos foram definidas duas categorias de análise: ICMS turístico e Desenvolvimento. A primeira compreende a trajetória da organização,

políticas públicas de turismo no Brasil e em Minas Gerais, e caracterização dos destinos. A segunda categoria tem como premissa as implicações do ICMS turístico para o desenvolvimento do turismo nos destinos estudados. Como indicadores desta dimensão utilizou-se do modelo de arranjo produtivo local denominado de APL-Tur, proposto por Tomazoni (2009). Este modelo considera o desenvolvimento turístico em três dimensões: econômica, cultural e organizacional. Para fins desta pesquisa, utilizou-se o termo aspecto por considerar as dimensões do modelo como meio de identificar a presença ou ausência de determinadas implicações provenientes do ICMS turísticos.

Os aspectos **econômicos** abrangem o desenvolvimento regional e o turismo. Como elementos do desenvolvimento regional são considerados: delimitação espacial; disparidades intrarregionais; externalidades; sustentabilidade e inclusão social. Já os elementos destacados como promotores do desenvolvimento do turismo são: oferta e demanda; desempenho; priorização; exportação; circuito produtivo; interatividade extra regional, equalização intrarregional, e acessibilidade.

Nos aspectos **culturais**, são incluídos elementos relacionados a fatores históricos, acervos e incentivos, estética, produtos e atrativos, animação, motivação e satisfação da comunidade. E por fim, no aspecto **organizacional** têm-se como elementos o poder e capital social; gestão sistêmica; divulgação e imagem; mercadologia e comercialização; planejamento e empreendedorismo; inovação e conhecimento.

Este modelo foi escolhido pelo enfoque regional dado pela autora ao estudar as três dimensões. Como foram analisados destinos indutores do turismo regional, a proposta apresentada por Tomazoni (2009) foi satisfatória para compreender como ou se os indicadores de desenvolvimento sofreram impactos da implementação da política do ICMS Turístico. Além disso, Soares (2012) já se utilizara do mesmo modelo para analisar estes destinos em 2011, permitindo que comparações fossem feitas a partir de seus resultados com os dados atuais coletados nesta pesquisa.

Na Figura 1 é possível visualizar como os elementos das três dimensões se relacionam e interferem entre si. A análise do desenvolvimento turístico em destinos pode contemplar todas estas dimensões, ou focar-se em apenas uma delas. Neste estudo, a análise terá como base as três dimensões.

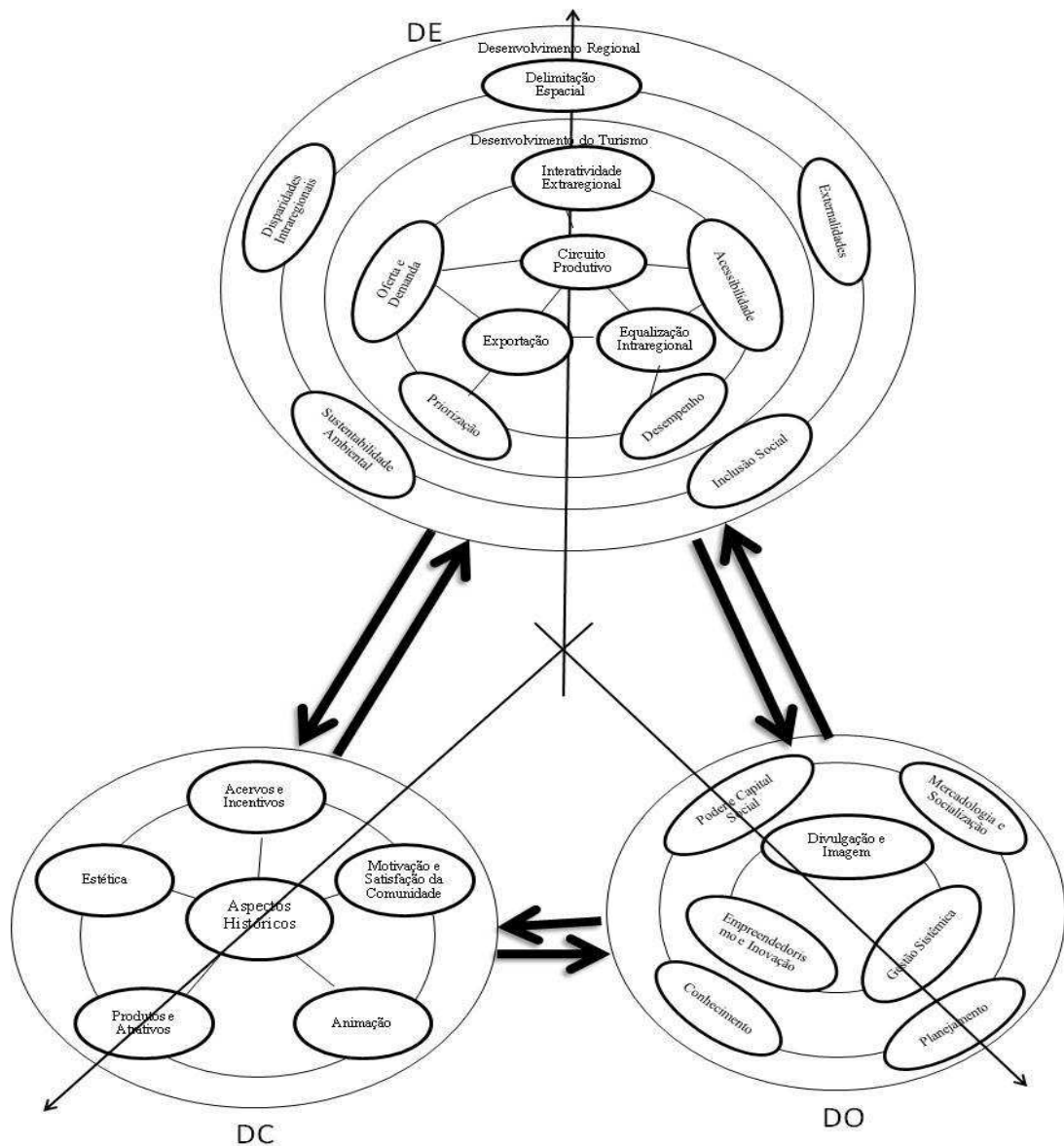


Figura 1: Dimensões do modelo APL-TUR.
Fonte: Tomazzoni (2009).

2.4 Técnica de Coleta dos dados

A estruturação da coleta de dados primários ocorreu por meio do estudo de caso em Ouro Preto e Tiradentes. Para tanto, foram utilizadas pesquisas documental, bibliográfica e de campo, com a realização de entrevistas com roteiro semiestruturados e questionário.

A pesquisa documental “é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 5) e processa-se a partir de semelhanças e diferenças. É

uma forma de investigação que consiste em um conjunto de operações intelectuais que tem como objetivo descrever e representar os documentos de maneira unificada e sistemática para facilitar a sua recuperação. São classificados como fontes primárias por utilizar de materiais que ainda não receberam nenhum tratamento de análise.

A pesquisa bibliográfica busca criar um quadro de referência, teórico conceitual por meio de uma sequência de ideias lógicas. É uma técnica de análise e interpretação de informações e dados secundários, que irá fornecer ao pesquisador fundamentos tanto teóricos como metodológicos para que a reprodução do conhecimento aconteça (VALADARES, 2013).

A pesquisa de campo é, com efeito, uma investigação empírica, realizada no local onde há os elementos necessários para a coleta de dados. Inclui entrevistas, aplicação de questionários, observação participante ou não (VERGARA, 2005). Dessa forma, esse método se demonstra importante para esta pesquisa por permitir ir até os destinos em estudo para captar as percepções dos diferentes atores em relação ao tema estudado. Neste caso, a pesquisa ocorreu nas cidades de Ouro Preto e Tiradentes, com a realização de entrevistas com roteiro semiestruturado e aplicação de questionários com os principais atores do turismo no destino.

Em relação ao estudo de caso realizado, este pode ser considerado como múltiplo por envolver dois destinos turísticos. Yin (2005) classifica a pesquisa de casos múltiplos como mais desafiadora, por ser mais ampla e robusta do que o estudo de um único caso. No entanto, pontua que estudos deste tipo ampliam as possibilidades de sucesso do pesquisador no que se refere a proposições teóricas e generalizações, a partir de constatações e cruzamento do resultado dos casos.

A pesquisa documental ocorreu por meio de pesquisa na internet e in loco, onde foram acessados documentos da secretaria estadual de turismo de Minas Gerais, Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Ouro Preto e de Tiradentes, utilizando como busca o termo “turismo”. O Quadro 2 descreve estes instrumentos de coleta de dados.

Instrumentos	Descrição
Pesquisa documental	Foram analisados documentos sobre a política do ICMS turístico em Minas Gerais, como leis, atas, decretos além de documentos referentes à criação do conselho municipal de turismo, fundo municipal de turismo, política pública municipal de turismo, documentação apresentada pelos municípios no processo de habilitação do ICMS turístico, demonstrações financeiras dos destinos com a execução dos recursos para turismo, história do município, cartilhas estaduais sobre planejamento e gestão municipal do turismo em Minas gerais, plano nacional de turismo.
Pesquisa Bibliográfica	Para a coleta de dados bibliográficos foram utilizados trabalhos publicados no meio acadêmico e científico (como teses, livros, dissertações e artigos) que vão ao encontro do tema proposto.

Quadro 2: Descrição dos Instrumentos de Coleta de Dados.

Fonte: Elaboração própria (2015).

Após fazer esta busca foram efetuadas visitas às secretarias municipais de turismo para obtenção de acesso aos documentos que não estavam disponíveis online e para realização das entrevistas.

As entrevistas com os cargos de confiança responsáveis pelas secretarias de turismo nos destinos e com os funcionários efetivos deste órgão, bem como com os gestores dos circuitos e membros do COMTUR, aconteceram por meio de roteiro semiestruturado, tendo ocorrido 4 de forma presencial e 2 por e-mail. As entrevistas presenciais foram gravadas mediante autorização do entrevistado por meio do termo de livre consentimento esclarecido e posteriormente foram transcritas. Para manter o sigilo da identidade dos entrevistados utilizou-se da nomenclatura “E1, E2, E3...” e assim sucessivamente, de acordo com a ordem de entrevista.

Pesquisou-se ainda qual a percepção da população em relação ao turismo local (trabalha no turismo; conhece a política do ICMS Turístico; a importância do turismo para o desenvolvimento local, o que precisa ser melhorado no turismo da cidade e atuação do poder público). Para calcular quantas pessoas deveriam ser entrevistadas em cada destino, considerando que deveriam ser selecionados somente residentes, foi utilizada a amostra aleatória simples, que, segundo Santos (2015), é aquela na qual todos os elementos têm a mesma probabilidade de serem selecionados. Para o cálculo da amostra foi utilizada a seguinte fórmula (SANTOS,2015):

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro amostral.

Para este estudo considerou-se um erro amostral de 8% e nível de confiança de 90%, o qual corresponde a $Z = 1,645$ e $p = 50\%$, sendo este valor utilizado quando não se tem certeza sobre a probabilidade esperada.

Aplicando a fórmula em Ouro Preto teve-se:

$$n = 70281(1,645)^2 \cdot 0,50 \cdot (1-0,50) \setminus (70281-1) \cdot (0,08)^2 + (1,645)^2 \cdot 0,50(1-0,50)$$

$$n = 47545,54 \setminus 450,47$$

n = 106 entrevistados

Em Tiradentes:

$$n = 6961 \cdot (1,645)^2 \cdot 0,50 \cdot (1-0,50) \setminus (6961-1) \cdot (0,08)^2 + (1,645)^2 \cdot 0,50(1-0,50)$$

$$n = 18836,64(0,25) \setminus 44,54+0,68$$

$$n = 4709,16 \setminus 45,22$$

n = 104 entrevistados

Três pesquisadores se dirigiram até os destinos e aplicaram questionários no dia 11 de junho de 2015, em Ouro Preto, onde foram entrevistadas 127 pessoas residentes nesta cidade, superando o cálculo da amostra, que era de 106 entrevistados; e no dia 03 de dezembro de 2015, em Tiradentes, onde foram entrevistados 104 residentes. Após a aplicação os dados foram tabulados com a ajuda do Excel.

2.5 Tratamento e Análise dos dados

Para a análise dos dados (documentos e entrevistas) foi utilizada a análise de conteúdo. Bardin (2011, p.37) a define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”

cujo objetivo é descrever o conteúdo das mensagens escritas e verbais. Pode ser definido ainda como um conjunto de instrumentos metodológicos que se presta a analisar fontes verbais e não verbais, as motivações, valores e entrelinhas dos conteúdos. Quanto à interpretação, a análise de conteúdo transita entre dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade (SILVA e FOSSÁ, 2013).

A análise de conteúdo foi aplicada em três etapas cronológicas, conforme Bardin (2011): **1) Pré-análise** é a etapa que tem como objetivo a organização, consiste na definição de materiais e procedimentos a serem seguidos, compreende a leitura do material eleito para análise, a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos, a referência de índices, a elaboração de indicadores e a preparação do material como as entrevistas que foram gravadas e já deverão estar transcritas nesta fase. **2) Exploração do material** consiste na aplicação das decisões tomadas e procedimentos escolhidos na pré análise; os dados serão codificados, transformando-os em unidades de registro. E por fim **3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação**, em que nesta fase é feita uma síntese e seleção dos resultados e geradas inferências, que, interpretadas, vão construir os resultados da investigação, permitindo que se consiga alcançar cada objetivo específico.

Bardin (2011) considera que tratar o material é codificá-lo:

A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas- dos dados brutos do texto, transformação esta que por recorte, agregação e enumeração permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto’ (BARDIN, 2011, p.133).

Dentro da análise de conteúdo, optou-se por empregar a técnica de análise temática. Fazer uma análise temática consiste em descobrir os “‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p.135). Segundo a autora mencionada, o tema é mais utilizado como unidade de registro em estudos sobre motivações de opiniões, atitudes, valores, crenças e tendências.

Adotou-se ainda o critério de categorização por meio do processo de caixas e gavetas, uma vez que as categorias já estavam formadas. Cada objetivo, com os respectivos resultados, foram transformados em um capítulo da dissertação.

OBJETIVO ESPECÍFICO 1	
Descrever a trajetória da organização e das políticas públicas para o turismo no Brasil e em Minas Gerais	
Coleta de Dados	Dados Secundários: - Pesquisa Documental: Documentos oficiais, notícias publicadas no sitio institucional e pesquisas oficiais com dados sobre o turismo nos destinos indutores, - Pesquisa Bibliográfica: teses, dissertações, artigos e publicações com dados sobre o turismo.
Análise de Dados	Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) Técnica: Análise Temática Critério de enumeração: Presença; Ausência Categorias: Processo por caixa ou gavetas (categorias já formadas)
OBJETIVO ESPECÍFICO 2	
Caracterizar os destinos indutores do turismo de Minas Gerais em estudo	
Coleta de Dados	Dados Primários e Secundários: - Pesquisa Documental: Documentos oficiais, notícias publicadas no sitio institucional, - Pesquisa Bibliográfica: teses, dissertações, artigos e publicações com dados sobre o turismo, política pública, desenvolvimento, - Entrevista semiestruturada com os atores que representam as entidades apresentados no Quadro 2.
Análise de Dados	Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) Técnica: Análise Temática Critério de enumeração: Presença; Ausência Categorias: Processo por caixa ou gavetas (categorias já formadas)
OBJETIVO ESPECÍFICO 3	
Descrever a política “ICMS Turístico” para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais	
Coleta de Dados	Dados Primários e Secundários: - Pesquisa Documental: Documentos oficiais, notícias publicadas no sitio institucional, - Pesquisa Bibliográfica: teses, dissertações, artigos e publicações com dados sobre o turismo, política pública, desenvolvimento, - Entrevista semiestruturada com os atores que representam as entidades apresentados no Quadro 2.
Análise de Dados	Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) Técnica: Análise Temática Critério de enumeração: Presença; Ausência Categorias: Processo por caixa ou gavetas (categorias já formadas)
OBJETIVO ESPECÍFICO 4	
Identificar as implicações organizacionais do ICMS Turístico no desenvolvimento dos destinos indutores do turismo em estudo	
Coleta de Dados	Dados Primários e Secundários: - Pesquisa Documental: Documentos oficiais, notícias publicadas no sitio institucional, - Pesquisa Bibliográfica: teses, dissertações, artigos e publicações com dados sobre o turismo, política pública, desenvolvimento, - Entrevista semiestruturada com os atores que representam as entidades apresentados no Quadro 1.
Análise de Dados	Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) Técnica: Análise Temática Critério de enumeração: Presença; Ausência Categorias: Processo por caixa ou gavetas (categorias já formadas)
OBJETIVO ESPECÍFICO 5	

Identificar as implicações econômicas do ICMS Turístico no desenvolvimento dos destinos indutores do turismo em estudo	
Coleta de Dados	Dados Primários e Secundários: - Pesquisa Documental: Documentos oficiais, notícias publicadas no sítio institucional, - Pesquisa Bibliográfica: teses, dissertações, artigos e publicações com dados sobre o turismo, política pública, desenvolvimento, - Entrevista semiestruturada com os atores que representam as entidades apresentados no Quadro 1.
Análise de Dados	Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) Técnica: Análise Temática Critério de enumeração: Presença; Ausência Categorias: Processo por caixa ou gavetas (categorias já formadas)
OBJETIVO ESPECÍFICO 6	
Identificar as implicações culturais do ICMS Turístico no desenvolvimento dos destinos indutores do turismo em estudo	
Coleta de Dados	Dados Primários e Secundários: - Pesquisa Documental: Documentos oficiais, notícias publicadas no sítio institucional, - Pesquisa Bibliográfica: teses, dissertações, artigos e publicações com dados sobre o turismo, política pública, desenvolvimento, - Entrevista semiestruturada com os atores que representam as entidades apresentados no Quadro 1.
Análise de Dados	Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) Técnica: Análise Temática Critério de enumeração: Presença; Ausência Categorias: Processo por caixa ou gavetas (categorias já formadas)

Quadro 3: Estrutura de Coleta e análise de dados por objetivos específicos
Fonte: Elaboração própria (2015).

2.6 Limitações da Pesquisa

Um dos limites deste trabalho encontra-se na especificidade do tema. As pesquisas sobre a Política Pública de Turismo e Política do ICMS Turístico são recentes, sendo escassos os estudos nesta área. Os trabalhos publicados até então tratam da origem da política do ICMS turístico e de como ocorreu o seu repasse. No entanto, não analisam suas implicações para a gestão pública municipal e no desenvolvimento do turismo local.

Outra limitação observada neste estudo está relacionada à carência de dados dos municípios em relação à estruturação turística. As secretarias municipais não possuem relatórios de demanda e oferta turística dos destinos, como, por exemplo: número de estabelecimentos comerciais, hospedagens, número de empregados no setor, etc.; o que dificultou uma análise mais aprofundada dos indicadores de todas as dimensões propostas por Tomazzoni (2009).

3 TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

Este capítulo descreve a trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil e em Minas Gerais, quais seus objetivos e finalidades ao serem criadas, bem como as funções do Estado diante da sociedade ao implementá-las.

O capítulo foi assim organizado: Política Pública e Turismo; O Histórico das Principais Políticas Públicas de Turismo no Brasil de 1930 a atualidade; As Políticas Públicas de Turismo em Minas Gerais; As instâncias de governança do Turismo.

3.1 Política Pública e Turismo

As políticas públicas, formalizadas enquanto conhecimento acadêmico, surgiram nos Estados Unidos, e tinham como foco principal as ações de governo. As bases teóricas sobre o papel do Estado não eram levadas em consideração, sendo este o diferencial dos EUA em relação aos estudos da Europa, que tinham o papel do estado como tradição (SOUZA, 2006b).

A literatura considera que a área se desenvolveu graças a quatro “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton, que, com suas contribuições, fizeram com que o campo avançasse:

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. **Simon (1957)** introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional[...] **Lindblom (1959; 1979)** questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio[...] **Easton (1965)** contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente (SOUZA, 2006a, p.23 e 24).

As políticas públicas visam atender à demanda de diversos setores da sociedade, principalmente aqueles mais marginalizados e que necessitam de atenção. No entanto, a demanda deve vir de um problema que é considerado público (TEXEIRA, 2002). É uma

diretriz elaborada para enfrentar um problema público, e cuja intencionalidade é igualmente pública (SECCHI, 2010).

Surgiram para equacionar problemas econômicos e sociais com vistas à promoção do desenvolvimento do país (Carvalho et al., 2010), uma vez que são criadas normas, metas e planos para alcançar os objetivos traçados. Por meio das políticas públicas, o poder público realiza ações para atender ao bem comum e às necessidades da sociedade (DIAS, 2003) e atender também aos seus objetivos de governo.

O termo Política Pública pode ser ainda definido como instrumentos usados pelo estado com o objetivo no exercício de suas funções públicas objetivando o atendimento de demandas da população e a solução de problemas que afetam o coletivo (DIAS e MATOS, 2012)

Até o início da década de 1980, a sociedade civil esteve excluída do processo de formulação e implementação de políticas públicas, pois não se falava em participação (FARAH, 2001). Tais mudanças começam a ocorrer com a Constituição Federal Brasileira de 1988, que incorporou o aspecto social na gestão pública. Por meio da constituição de 88, o governo foi forçado a assumir novas práticas de gestão e metas que visassem a promoção do bem comum e uma maior inclusão e participação da população em suas ações, que, na prática, ocorreu por meio da criação de conselhos gestores de políticas públicas responsáveis por deliberar e fiscalizar as ações do Estado ao implementar uma política; a constituição possibilitou ainda maior autonomia aos municípios para elaborarem sua própria lei orgânica e demais leis e escolher de forma direta seus governantes (LAZARONI et al., 2015).

Enfatizando a importância do controle social, Souza e Barros (2007), citados por Pereira (2009), apresentam o conceito de políticas públicas e seus aspectos fundamentais:

Políticas públicas são ações de iniciativa governamental de interesse público, que devem ser construídas com a coletividade e para ela, cuja efetivação depende de quatro fatores fundamentais: (1) base na legislação; (2) aparato institucional com recursos e infraestruturas suficientes; (3) planejamento (programas, planos, projetos e metas); e (4) controle social (participação dos cidadãos através de instâncias colegiadas) (PEREIRA, 2009, p. 40).

Podem ser diferenciadas, ainda, como políticas de Estado, que são aquelas que, independente de quem seja o governante, deverão ser implementadas e geralmente estão presentes em leis. Por assim ser, são políticas de governo que poderão ser modificadas com a alternância de governo, pois cada um possui projetos e programas com prioridades específicas. Contudo, uma política de governo pode se tornar uma política de Estado, dada a sua eficiência e eficácia para a resolução de determinados problemas.

Para compreender como as políticas públicas surgem e como o governo intervém na sociedade por meio delas, foram desenvolvidos vários modelos de análise, dentre os quais Souza (2006a) destaca as tipologias de políticas públicas propostas por Lowi (1964; 1972), que as distingue em quatro tipos, e que poderão ser assumidos de acordo com os interesses e expectativas dos atores de uma arena política, quais sejam:

- **Distributivas:** este tipo de política privilegia determinados grupos ou regiões alocando bens e serviços advindos de toda sociedade.
- **Regulatórias:** determinam regras, comportamentos, envolvem burocracia, políticos e grupos de interesse e são mais fáceis de serem identificados pela população.
- **Redistributivas:** distribuem recursos de um grupo específico para beneficiar outros. Ex.: reforma agrária, políticas tributárias.
- **Constitutivas:** deverão ser observadas na formulação de qualquer política pois ditam as regras do jogo. Ex.: regras constitucionais diversas.

O processo de construção das políticas públicas envolve diferentes atores: públicos (políticos e burocratas); privados (empresários); trabalhadores representados por sindicatos e os agentes internacionais de instituições financeiras como Banco Mundial, FMI, e de organizações que mantêm trocas de interesses que afetam a política interna, como, por exemplo, as organizações ecológicas de defesa da Amazônia (RUA; ROMANINI, 2013). Estes atores estão em constante disputa para conseguir atender a seus interesses dentro do processo político.

Para compreender as fases de uma política pública, existem vários modelos³, dentre os quais destaca-se aqui o ciclo de políticas públicas. Este modelo de análise ou esquema de visualização divide a vida política em fases ou etapas e auxilia políticos, administradores, gestores e pesquisadores a criarem um referencial comparativo para casos diferentes (SECCHI, 2010). As fases consideradas em cada ciclo podem variar de quatro a sete fases, sendo as mais usuais: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação (SOUZA, 2006a).

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

³ Dentre os outros modelos de formulação e análise de políticas públicas destaca-se: incrementalismo; modelo garbage can ou “lata de lixo”; coalizão de defesa; arenas sociais; modelo do “equilíbrio interrompido”.

- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006a, p.17 e 18).

Nesse horizonte, uma vez entendido o conceito de políticas públicas, passa-se a abordar agora para o turismo. As políticas públicas de turismo podem ser compreendidas como um conjunto de diretrizes, estratégias, intenções e ou ações deliberadas pelo poder público para alcançar algum objetivo ou dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística em um determinado território (BOLSON et. al., 2004).

Por meio do planejamento eficaz destas políticas é que o desenvolvimento turístico será alcançado, como ressalta Cruz:

À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares (CRUZ, 2002, p. 9).

A construção das políticas públicas de turismo, segundo análise realizada por Beni nos fins da década de 1980, constatou que estas reduziam-se a alguns aspectos da atividade e não eram claras em seus objetivos, o que dificultava sua execução e, conseqüentemente, o desenvolvimento do turismo (BENI, 2006). Ainda segundo o autor, faltavam às políticas de turismo além de objetivos claros, metas, prioridades e metodologia para elaborar programas e projetos, a integração com outras políticas setoriais. Por não haver uma política bem formulada em nível nacional, a gestão em níveis regional, estadual e municipal ficava prejudicada, sem ter uma referência clara para se orientar (CRUZ, 2002).

A atuação do poder público na formulação das políticas nacionais de turismo era centralizada em poucas pessoas, e não havia participação de representantes regionais e locais, nem da iniciativa privada e sociedade civil (BENI, 2006), além de que era ignorado o contexto onde a atividade turística estava inserida, bem como fatores sociais e de infraestrutura urbana. Tal fato dificultava o desenvolvimento do turismo, pois os objetivos

propostos em tais políticas não representavam as demandas da maioria dos atores regionais e locais (privado, sociedade e poder público), que viviam a realidade do turismo de perto.

Beni (2001) destaca, ainda, que as políticas de turismo foram prejudicadas ao longo do tempo por inconsistência institucional e descontinuidade da gestão, até ser criado o ministério do turismo em 2003, o turismo compartilhou de diversas secretarias e nunca fora prioridade dos governos federal, estadual ou municipal. A atividade era usada como mecanismo de troca dos governos nas composições de suas bases políticas.

Tal fato ainda pode ser observado na atualidade, apesar de existir em nível federal uma pasta exclusiva para o turismo (Ministério do Turismo), em nível estadual e, principalmente, em nível local. O turismo é gerido em secretarias compartilhadas, funcionando com outras atividades como cultura, esporte, indústria, dentre outras, o que leva a entender que os recursos a serem destinados ao turismo nos três níveis da federação ainda não são prioridades nas pautas governamentais, e o turismo continua ficando com o que “sobra”.

Apesar de a atividade turística pouco movimentar a economia do país, em 2013 foram gerados 1,938 milhões de ocupações no Brasil pelas chamadas ACTS (Atividades Características do Turismo), as quais incluem: alojamento, alimentação, transporte terrestre, transporte aquaviário, transporte aéreo, aluguel de transporte, agências de viagem, cultura e lazer), e que foram distribuídas em empregos formais, cerca de 985 mil (51%), e em empregos informais, 954 mil (49%) (IPEA, 2015). As receitas geradas pelas 80 maiores empresas do setor de turismo em 2014 somaram R\$ 67,4 bilhões de reais, reforçando a importância do setor que, além de contribuir economicamente em uma localidade, também é capaz de gerar mudanças sociais, ambientais e culturais (IPEA, 2015).

Buscando entender como ocorreu o desenvolvimento das políticas públicas de turismo no Brasil, no tópico seguinte será abordado seu histórico, destacando os principais planos e modificações que aconteceram ao longo do tempo quanto ao objetivo das políticas, estrutura institucional em nível federal e principais regulamentações.

3.2 O Histórico das Principais Políticas Públicas de Turismo no Brasil de 1930 a atualidade

O período de 1930-1945, que ficou conhecido como Era Vargas, foi uma época em que o governo esteve, de forma contínua, durante quinze anos, sob o comando do presidente Getúlio Vargas, que assumiu o poder na revolução de 1930, ao expulsar a oligarquia cafeeira

do poder. A gestão de Vargas deixou marcas importantes na história brasileira ao promover inúmeras alterações no país, tanto econômicas como sociais.

“A partir de 1930, o Estado teve uma participação cada vez maior na definição dos rumos da economia brasileira” (CRUZ, 2002, p. 43), sendo caracterizado pela forte intervenção econômica e pelas decisões centralizadas no executivo.

A política de turismo deste período, segundo Pimentel:

Nasce com o objetivo de expansão da base econômica do país, ainda atrelada aos compromissos comerciais e financeiros com o exterior. Na época, a política de turismo voltava-se para o marketing internacional e o estímulo e controle da atividade internamente. O cadastro de informações, propaganda no exterior, facilidades aduaneiras e estudos de novas destinações caracterizam este intervalo temporal. [...] outro aspecto marcante do período é a centralização, a vigilância e o controle da atividade. O poder decisório e administrativo centrado no governo federal estava ancorado no intuito de construção e integração da nação e a passagem definitiva de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial. É nesse contexto que o escopo das políticas de turismo do período se refere, principalmente, a fixação de diretrizes de ordenação e controle da atividade (PIMENTEL, 2014, p. 26).

Foi neste contexto de mudança na vida política que a atividade turística começou a ser reconhecida legalmente no Brasil. O primeiro instrumento legal do setor de turismo foi o decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispunha em seu art. 59 sobre a autorização governamental para a atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas e terrestres – rodoviárias (ROCHA E ALMEIDA, 2008), que aborda a atividade turística em partes, como segue:

Art. 59. A venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou terrestres só poderá ser efetuada pelas respectivas companhias, armadores, agentes, consignatários, e pelas agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma desta lei (BRASIL, 1938).

A regulamentação deste decreto-lei vai ocorrer três meses depois com o decreto 3.010, de agosto de 1938, que versa sobre o funcionamento das agências de vendas de passagens e das agências de turismo e sobre a concessão de vistos consulares (FERRAZ, 1992, apud CRUZ, 2002).

Um fato marcante, ainda na década de 1930, é a fundação da Divisão do turismo no ano de 1939 (Decreto-lei n.º 1.915), primeiro organismo oficial de turismo no Brasil da administração pública federal responsável por organizar e fiscalizar o turismo interno e externo. Essa divisão estava integrada ao departamento de Imprensa e propaganda (DIP) que,

segundo Santos Filho (2007), tinha como principal atividade divulgar o turismo brasileiro no exterior por meio de boletins informativos, que eram impressos em diversos idiomas e distribuídos em hotéis, navios e organizações públicas internacionais (GALDINO e COSTA, 2011).

O Decreto-lei 1.915 amplia o significado do turismo para o nível da administração pública federal, e demonstra pela primeira vez a preocupação de tratar em uma legislação o turismo, incorporando seus aspectos internos e externos, e não legislando apenas sobre a venda de passagens. Ainda que no texto do decreto versasse sobre a atuação destas agências prestadoras de serviços, o destaque maior era para a atuação do estado no setor turístico, fato inédito até então.

Visando fortalecer esta divisão de turismo no ano de 1940, o governo, por meio do Decreto-lei n.º 2.440 de 23 de julho, dispôs sobre a atuação no mercado e funcionamento das empresas de turismo e agências de viagem. Souza (2002) reforça a importância deste decreto-lei como o primeiro que trata exclusivamente da atividade turística e demonstra a preocupação do poder público de atuar para regularizar e organizar o turismo no país juntamente com os demais envolvidos no setor.

Em 1945 o Departamento de Imprensa e Propaganda foi extinto e a divisão de turismo passou a compor o Departamento Nacional de Informações. Com essa nova estrutura a política de turismo passa a ter a função de promover, organizar e fiscalizar os serviços turísticos internos e externos (CRUZ, 2002; PIMENTEL, 2014).

Beni (2006) resume que as principais preocupações da era Vargas ou período de 1937-1945 foram: proteger os bens históricos e artísticos nacionais e fiscalizar as agências e vendas de passagens. Com o fim da era Vargas e a queda do Estado Novo, em 1946, foi extinta a divisão de turismo (GALDINO e COSTA, 2011). O Brasil vivia, naquela época, uma nova fase política: a democracia populista 1946-1963 (PIMENTEL, 2014). Com a extinção dessa divisão, o turismo esteve esquecido na pauta da administração pública por nove anos, sem uma instituição própria de turismo em nível federal para gerenciar a atividade no país.

A política de turismo no período de 1946 a 1963, para Pimentel (2014, p. 27), “tinha como principais objetivos a sistematização das informações; ampliação das zonas turísticas; definição de áreas prioritárias, promoção; estímulos à criação de equipamentos hoteleiros e fundo especial para custeio de tais atividades”. Apesar dos problemas públicos institucionais e da falta de planejamento turístico, a década de 1950 é considerada por muitos autores como o período de explosão do turismo de massa e crescimento da rede rodoviária (GALDINO e COSTA, 2011), impulsionados pelo aumento do consumo e elevação da renda bem como de

direitos adquiridos pelos trabalhadores como as férias remuneradas, que estimularam estes a conhecerem os novos centros urbanos, aumentando o número de pessoas viajando no país (ANJOS; HENZ; LEITE, 2010).

Visando sanar a deficiência institucional da atividade em nível federal e começar a planejar o turismo no país, com a implementação de uma política pública de turismo nacional, criou-se um novo órgão responsável pelo setor. Naquela época, o Brasil vivia o plano metas (1956/61), sob o governo de Juscelino Kubitschek. No ano de 1958, por meio do Decreto n.º 44.863, foi criada a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), cujas funções estão determinadas no art. 2º deste decreto: coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e o fluxo do estrangeiro; o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas; a simplificação e padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e a seus bens, recursos pessoais, meio de transporte e hospedagem (BRASIL, 1958).

Por meio da COMBRATUR teve início o planejamento do turismo em nível nacional (BENI, 2006), e a política de turismo tem seu escopo ampliado para promoção, fiscalização, avaliação e controle com práticas menos autoritárias e mais democráticas (PIMENTEL, 2014), a partir do qual propôs-se uma política nacional de turismo em 1961. A COMBRATUR permaneceu até o ano de 1962, quando foi extinta, sem conseguir concretizar seus objetivos (GALDINO e COSTA, 2011), extinguindo também a política de turismo que nem chegou a sair do papel.

Assim, apesar de a administração pública propor uma política nacional de turismo desde a década de 1950, somente em 1966, com a publicação Decreto-lei n.º 55, de 18 novembro, é que o turismo passou a ter de fato uma política pública nacional. O decreto-lei n.º 55/66, regulamentado pelo decreto lei 60.224/67, estabelecia além da política nacional de turismo, a nova estrutura federal responsável por coordenar o turismo no Brasil, que seria composta pela EMBRATUR – naquela época denominada Empresa Brasileira de Turismo e pelo CNTUR - Conselho Nacional de Turismo (ROCHA e ALMEIDA, 2008). Outra mudança importante dos Decretos-lei 55\66 e 60.224/67 foi a criação do sistema nacional de turismo, composto pela EMBRATUR, CNTUR e Ministério das Relações Exteriores (CRUZ, 2002). Com a criação da Embratur, toda atividade relacionada ao turismo para funcionar de forma legal deveria ser registrada e fiscalizada pelo órgão (COBOS et al. 2006).

A ferramenta da Política Nacional foi o PLANTUR - Plano Nacional de Turismo, publicado por meio da resolução nº 71 de abril de 1969. Ao conselho - CNTUR - foi delegada a função de formular a política pública nacional de turismo, e à Embratur a execução dessa

política no país (GALDINO & COSTA, 2011). “O objetivo da Política Nacional de Turismo era a coordenação e adaptação de todas as iniciativas, públicas ou privadas, isoladas ou coordenadas, para as reais necessidades de desenvolvimento econômico e cultural” (PIMENTEL, 2014, p. 29).

Visando o desenvolvimento do turismo e prover recursos para financiar empreendimentos, obras e serviços turísticos criou-se, em 1971, o fundo geral de turismo-FUNGETUR (Decreto-lei n. 1.191), primeiro fundo com finalidade de desenvolvimento turístico no Brasil (ROCHA e ALMEIDA, 2008). Nos anos subsequentes foram criados outros fundos visando complementar o FUNGETUR (GALDINO e COSTA, 2011), tais como: FINOR - Fundo de investimento do Nordeste; FINAM - Fundo de investimento da Amazônia; Fiset - Fundo de investimentos setoriais - todos sob a jurisdição do decreto lei n. 1.376 de 1976 (BENI, 2006).

A década de 70 é marcada ainda pelas regulamentações de: disposição de zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo (Decreto-lei n. 71.791 de 1973); estímulos referentes ao setor estrangeiro (Decreto-lei n. 4.485 de 1976); Lei n. 6505 de dezembro de 1977 que dispõe sobre atividades e serviços turísticos, estabelecendo condições para funcionamento e fiscalização; e Lei n. 6.513, de dezembro de 1977, que cria áreas e locais de interesse turístico (BENI, 2006; GALDINO e COSTA, 2011).

Pimentel destaca dois efeitos esperados para as políticas públicas de turismo de 1964-1985:

O primeiro foi uma maior organização institucional do setor em âmbito estatal, com a criação de órgãos com funções complementares e organizadas em sistema. Um **segundo** efeito do período foi a maior distribuição do turismo pelo território nacional, como se observa pela concessão de incentivos ao desenvolvimento da Amazônia; a dotação de regiões potenciais de condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo; a definição de zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, e a criação dos fundos de investimentos da Amazônia e do Nordeste. O período foi marcado por uma maior rigidez no controle da atividade que o período anterior. As ações para o aumento do fluxo de turistas e divisas estrangeiros permaneceram, bem como aquelas relativas à manutenção do patrimônio histórico e artístico, com a conversão de municípios em monumentos nacionais. Outros dois aspectos foram importantes no período: a abertura de escolas de nível superior em turismo, a partir da década de 70, e as concessões de exploração do turismo por empresas estrangeiras (PIMENTEL, 2014, p.29).

Na década de 80, com o fim da ditadura militar, mais uma vez o turismo sofre transformações em sua estrutura institucional. O país passava por uma transição democrática, sendo o período de 1986-1994 de pouca intervenção do Estado no turismo, e ficando a gestão

da atividade a cargo da Embratur. Dentre os principais acontecimentos da década de 80, destacam-se a política de meio ambiente, em 1980; o Programa Passaporte Brasil, para promoção do turismo interno e estímulo a criação de albergues, em 1986 (BENI, 2006); e o Decreto-lei 2.294/86, que torna a atividade turística livre no país. Com este decreto, a necessidade de registro das atividades turísticas junto à EMBRATUR até então obrigatória é extinta (ROCHA e ALMEIDA, 2008).

O turismo brasileiro sofre mudança radical em sua estrutura com o Decreto-Lei 2.294, de novembro de 1986 (COBOS et al., 2006, p.124). Por meio deste decreto fica indicado que não é necessário o registro junto à Embratur para exercer a atividade turística; a única exceção é para as obrigações tributárias e normas municipais para edificação e classificação de hotéis. Com o fim do registro na Embratur, cresce de forma exorbitante o número de empresas turísticas no país, como as agências de viagens. A Embratur deixar de atuar nos moldes que fora então concebida (COBOS et al., 2006).

Ainda na década de 80, novos acontecimentos marcam a história do turismo no país. Pela primeira vez na história do Brasil, o turismo é citado na Constituição Federal em 1988, em seu art. 180 (CARVALHO, 2000). Tal artigo atribui responsabilidades iguais a todos os níveis governamentais, conforme exposto no capítulo I dos princípios gerais da atividade econômica: “A união, os estados, o distrito federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1988).

Como salienta Carvalho (2000), o art. 180 da Constituição Federal chama a atenção para divisão de responsabilidades entre os entes governamentais das três esferas na promoção e incentivo do turismo no país, para a descentralização das políticas de turismo. Fato que ainda não ocorria, pois a política nacional de turismo ainda estava muito restrita a incentivos financeiros e fiscais para o setor hoteleiro (CRUZ, 2002).

A década de 90 buscou, por meio das políticas públicas, ampliar o debate entre governo, iniciativa privada e sociedade (BENI, 2006). Dentre as mudanças ocorridas nesse período destaca-se a reestruturação da Empresa Brasileira de turismo-EMBRATUR, que deixa de ser uma empresa para se tornar uma autarquia, mudando sua denominação para Instituto Brasileiro de Turismo. Por meio da lei 8.181, de 28 de março de 1991, a sede do instituto é transferida do Rio de Janeiro para Brasília, o que implicou na reformulação do corpo técnico do órgão (COBOS et al., 2006).

A Embratur, nesse período, ampliou seus objetivos ao: estimular iniciativas públicas e privadas; propor medidas para a execução da Política Nacional de Turismo; promover e divulgar o turismo no Brasil e Exterior; analisar e planejar o desenvolvimento do mercado;

financiar iniciativas de interesse ao setor; melhorar a qualidade da infraestrutura; analisar e acompanhar projetos turísticos; e preservar o ambiente natural, social e cultural (PIMENTEL, 2014, p. 31).

No ano de 1992, o turismo, mais uma vez, mudou de pasta dentro do governo, deixando de pertencer a uma divisão dentro do Ministério da Indústria e Comércio para compor o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. “Busca-se neste mesmo ano a revitalização do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR e dos incentivos fiscais do setor, é apresentado o Plano Nacional de Turismo - PLANTUR e criado para o nordeste o PRODETUR - programa de desenvolvimento do Turismo no Nordeste” (BENI, 2006, p. 20).

Ainda em 1992, sob a presidência de Fernando Collor, foi publicado o Decreto nº 448, de 14 de fevereiro, que estabeleceu como finalidade da política nacional de turismo “o desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional”. As principais diretrizes eram: a prática do turismo como forma de valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país e a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico (CARVALHO, 2000, p. 102). Foram incluídas ainda como temas da nova política, segundo Pimentel (2014), a democratização do acesso ao turismo, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais; e a redução de disparidades sociais e econômicas de ordem regional, pela geração de empregos e distribuição de renda. Porém, essa política nacional não chegou a ser implementada no governo de Collor, devido à instabilidade política e econômica.

Com a entrada de Itamar Franco no governo, em 1994, sucedendo Fernando Collor, criou-se no final de seu mandato o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), como meio de dar continuidade à política nacional de turismo que priorizava, naquele momento, a descentralização governamental. Tal programa só vai ser implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Quando o governo FHC assumiu o poder, foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, e retoma-se a política nacional de turismo preconizada no decreto 448/92 e que não chegara a sair do papel no governo Collor (CRUZ, 2002).

A política nacional de turismo-PNT, elaborada para o período de 1996-1999, tinha dez objetivos estratégicos, dentre os quais se destacam a descentralização, a conscientização, e a articulação intra e extragovernamental (BENI, 2006, p.21). Os principais objetivos do PNT 1996-99 eram a: ordenação das ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social; a definição dos parâmetros para o

planejamento; a execução das ações dos governos estaduais e municipais; e a orientação referencial para o setor privado (BRASIL, 1996).

O principal instrumento de operacionalização desta política nacional de turismo fora o PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que sobrevivera até o ano de 2002 (COBOS et al., 2006). Os objetivos específicos do PNMT esclareceram os cinco princípios propostos como norteadores das ações do PNT: descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação (ROCHA e ALMEIDA, 2008, p.109). Também foram metas do PNMT a expansão da infraestrutura nos municípios e o envolvimento do poder público com os empresários locais (OLIVEIRA, 2008).

O PNMT seguia a lógica do modelo gerencial, que estava em vigência na esfera federal, e, por sua vez, foi um dos motivadores para a criação de conselhos gestores de turismo em diversos municípios (SOARES, 2012, p.35), conhecidos como COMTUR - Conselhos Municipais de Turismo, e os FUMTUR - Fundos Municipais de Turismo, ambos criados para propiciar uma organização turística municipal. O PNMT tinha como desafio implantar, também, uma cultura de planejamento do turismo nos estados e municípios, estimulando a organização turística e o desenvolvimento sustentável.

Apesar das críticas em relação ao programa, como falta de corpo técnico para operacionalizar as ações no município, falta de recursos para investir na materialização das ações, dentre outros problemas, este fora de suma importância para mobilizar a sociedade sobre o tema turismo, a importância do planejamento e da organização turística municipal; para estimular a crença de que o turismo pode ser uma atividade econômica do município, e da possibilidade de desenvolvimento turístico sustentável, bem como inspirar projetos futuros como o programa de regionalização atualmente vigente (SILVEIRA, PAIXÃO e COBOS, 2006).

Além do PNMT, foram trabalhados por meio da EMBRATUR, ainda neste período do governo FHC, o programa Avança Brasil, que continha 24 programas de polos turísticos, turismo interno, ecoturismo, formação de recursos humanos, dentre outros, voltados para um desenvolvimento do turismo sustentável (BENI, 2006), cujo ponto de partida fora o PRODETUR (Programa de desenvolvimento do turismo), sucedido pelo PROECOTUR (programa de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia legal).

No ano de 2003, já no governo de Luís Inácio da Silva, o turismo passa a ser trabalhado em uma pasta específica, com a criação do Ministério do Turismo - Mtur. Tal fato foi de suma importância, uma vez que o turismo passou a ter um orçamento próprio para direcionar suas atividades. Com a criação do MTUR, a política pública de turismo sofreu uma

descentralização, e passou a atribuir responsabilidades para estados, municípios e setor privado. Foram criados programas e projetos que visavam o desenvolvimento dos municípios com potenciais turísticos, visando o fortalecimento destes destinos por meio da regionalização do turismo.

O Ministério, em 2003, apresentava a seguinte composição:

“**Secretaria de políticas de turismo** responsável por formular, acompanhar e avaliar a política nacional de turismo de acordo com as diretrizes do conselho nacional de Turismo; **Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo** - compete realizar ações de estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivos, de fomento, de promoção de investimentos em articulação com os Programas Regionais de desenvolvimento, bem como apoiar e promover a produção e comercialização de produtos associados ao turismo e a qualificação dos serviços e **Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR**: Autarquia que tem como área de competência a promoção, divulgação e o apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos do país no exterior e **Conselho Nacional do Turismo**: órgão colegiado de assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro do Turismo que tem como atribuições “propor diretrizes e oferecer subsídios técnicos para a formulação e acompanhamento da Política Nacional do Turismo” (BRASIL, Mtur, 2003, p. 11).

O Plano Nacional de Turismo-PNT foi elaborado na sequência, em 29 de abril de 2003, e denominado: Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007. E compunha a nova Política Nacional de turismo. O PNT foi construído de forma coletiva, com consulta a representantes de diversas regiões do Brasil, sendo composto por 7 macro programas e seus respectivos programas: **Gestão e relações institucionais**: programa de acompanhamento do conselho nacional do turismo; programa de avaliação e monitoramento do plano; programa de relações internacionais. **Fomento**: programa de atração de investimentos e programa de financiamento para o turismo. **Infraestrutura**: programa de desenvolvimento regional e programa de acessibilidade aérea, terrestre, marítima e fluvial. **Estruturação e diversificação da oferta turística**: programa de roteiros integrados e programa de segmentação. **Qualidade do produto turístico**: programa de normatização da atividade turística e programa de qualificação profissional, **promoção e apoio à comercialização**: programa de promoção nacional e internacional do turismo brasileiro, programa de reposicionamento da imagem Brasil e programa de apoio à comercialização e **Informações Turísticas**: programa de base de dados, programa de pesquisa de demanda, programa de avaliação de impacto do turismo e programa de avaliação de oportunidade de investimento (BRASIL, MTur, 2003).

No ano de 2003 iniciou-se também a elaboração do plano Aquarela e do plano cores, ambos buscando desenvolver o turismo. O aquarela era o marketing turístico internacional do Brasil e visava o crescimento do turismo internacional no país, esteve previsto de 2003-2006 e teve outras duas edições 2007-2010 e projeções para 2020. O plano Cores, teve como objetivo promover o turismo nacional dentro do Brasil 2003-2006, 2007-2010 (GALDINO; COSTA, 2011).

Um ano após a divulgação do PNT 2003-2007, foi lançado o Programa de Regionalização do Turismo-Roteiros Brasil, em abril de 2004, com o objetivo de articular as alianças e a cooperação entre os governos federais, estaduais e municipais (BENI, 2006) e propor a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país. Este programa se constituiu no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo (BRASIL, MTur, 2007). Foram criados fóruns estaduais de turismo e os municípios foram estimulados a terem conselho municipal de turismo e roteiros integrados com outras cidades para facilitar a gestão, planejamento, promoção da cooperação e, conseqüentemente, o desenvolvimento do turismo.

Para orientar o processo do desenvolvimento turístico, com foco na regionalização, o ministério do turismo publicou em 2007 o “cadernos de turismo”, com diversas orientações e diretrizes políticas e operacionais que orientavam aos municípios o que deveriam fazer para se regionalizar.

A política nacional de turismo ganha em 2008 um novo plano, que teve como prioridade a inclusão social (GALDINO; COSTA, 2011) e estabeleceu como objetivos gerais: desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais; promover o turismo com um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros; fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o país (BRASIL, Mtur, 2007, p. 9). Neste PNT 2007-2010, a regionalização, dada a sua importância para o desenvolvimento do turismo no país, veio materializada em um macro programa: regionalização do turismo do qual integram os programas de planejamento e gestão da regionalização; estruturação dos segmentos turísticos; e estruturação da produção associada ao turismo e apoio ao desenvolvimento regional do turismo. Foi criado, nessa época, o sistema nacional de turismo para atingir as metas do plano e estimular a integração entre os segmentos do setor (PIMENTEL, 2014).

Ainda em 2008 se destacou um importante marco regulatório para a política pública de turismo: a Lei nº 11.771, conhecida como Lei Geral do Turismo, regulamentada em 2010 pelo

Decreto nº 7381. “Tal lei dispõe sobre a PNT e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e de toda cadeia produtiva do turismo” (SETTE, 2012, p. 31). Além disso, delimita o que são considerados prestadores de serviços turísticos, estabelecendo que os mesmos devem manter um cadastro no Ministério do Turismo, conhecido como CADASTUR (SETTE, 2012).

Fora iniciada também em 2008 a política dos destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, que definiu, com base num estudo de competitividade realizado por meio de parceria entre o Ministério do Turismo e Fundação Getúlio Vargas, 65 municípios brasileiros considerados como referência no turismo. “Os destinos indutores do desenvolvimento turístico regional são considerados aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos” (OBSERVATÓRIO DO TURISMO, 2015, s.p.). Este estudo, iniciado em 2008, completa em 2015 a sua sétima edição, um diagnóstico do turismo no Brasil que possibilita aos gestores públicos planejar melhor as atividades do setor com base nas 13 dimensões que são avaliadas, além de fornecer uma série histórica da evolução destes municípios ou retrocesso desde 2008.

Do período de 2003 a 2010, “as políticas públicas de turismo tiveram como efeito esperado o desenvolvimento do turismo interno e o habitual incremento do fluxo externo, mas, principalmente, o aumento da competitividade do setor, tanto interna como externamente, pela busca de qualidade, produtividade e sustentabilidade da atividade” (PIMENTEL, 2014, p. 33). Os investimentos em turismo aumentaram de forma considerável: 466,6% a mais investidos, se comparados ao governo FHC (PIMENTEL, 2014).

Para aprimorar a atividade turística no Brasil e dar continuidade ao seu desenvolvimento, em 2011, o Mtur, em parceria com o Conselho Nacional de Turismo e Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais, elaborou o documento referencial Turismo no Brasil 2011-2014 com o objetivo de fazer um diagnóstico da atividade nos últimos anos e propor cenários e recomendações a serem seguidas pelos diversos atores que compõem a gestão e promoção do turismo no Brasil (BRASIL, 2010).

Foi com base neste documento que em 2013, no governo Dilma, foi criado o PNT 2013-2016: “o turismo fazendo muito mais pelo Brasil”. Este plano teve como objetivos: incentivar o brasileiro a viajar pelo país; incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro; e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos (BRASIL, 2013).

Um destaque deste PNT é incorporar um planejamento de longo prazo com uma agenda estratégica para o turismo com projeções até 2020 e adotar medidas de monitoramento e avaliação da Política e do Plano Nacional do Turismo “por meio da ampliação das ferramentas e dos sistemas de informações turísticas que permitam o acompanhamento de seus resultados orçamentários e de suas vertentes de eficácia, eficiência e efetividade das políticas definidas” (BRASIL, 2013).

A partir da construção do histórico das políticas públicas de turismo, percebe-se que tais planos e políticas são de extrema importância para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, pois são eles que apontam os direcionamentos da atividade. Mesmo com todas as dificuldades e deficiências a serem superadas no setor é possível notar uma evolução, principalmente nos últimos anos, no que se refere ao fomento e à preocupação em trabalhar o turismo de mais abrangente, buscando atingir maior qualidade dos produtos ofertados, de forma eficiente e sustentável.

No tópico seguinte buscou-se retratar como o desenvolvimento das políticas públicas de turismo se deu no âmbito do estado de Minas Gerais.

3.3 As Políticas Públicas de Turismo em Minas Gerais

Minas Gerais destaca-se dentre os estados brasileiros da região sudeste que mais receberam turistas, cujo fluxo de turistas foi de 24,4 milhões em 2014, aumentando em 114% em relação a 2008, e ficando atrás apenas do estado de São Paulo (MINAS GERAIS, 2015). A receita turística também sofreu variação positiva, indicando a contribuição dos turistas na economia mineira em aproximadamente 17,1 bilhões, o que permite constatar que, além do aumento do fluxo, os turistas gastaram mais (SETUR, 2015).

O estado de Minas Gerais está localizado na região sudeste do Brasil, possui um território de 588 mil km², envolvendo 853 municípios e mais de cinco mil distritos e povoados (SETTE, 2012; MINAS GERAIS, 2015). Os municípios mineiros possuem diversos atrativos culturais, históricos, religiosos, naturais, gastronômicos, o que os torna destinos turísticos com potencial de visitação durante o ano todo.

A economia do turismo no estado de Minas pode ser representada pelo número de estabelecimentos, número de empregados e pela renda média nominal mensal. Todos estes indicadores sofreram variações positivas (2012-2013), superando a média nacional, segundo estudo da secretaria de turismo publicado em 2015, o qual destacou crescimento de 5% do número de estabelecimentos que atuam formalmente no setor de turismo (média nacional

4,4%); número de empregados cresceu 3,2% (média nacional 2,9%); e renda média nominal mensal variação de 8,9% (média 8,8%). Porém, aqui cabe destacar neste último indicador que, apesar do aumento no valor recebido pelos trabalhadores do setor, passando de R\$ 1087,23 em 2012 para R\$ 1.183,89 em 2013, esta renda ainda é menor que a média brasileira que remunera o trabalhador com salário de R\$ 1.417,57 (SETUR, 2015).

As políticas públicas de turismo no estado de Minas Gerais, antes da década de 90, estiveram diretamente relacionadas e preocupadas em atender dois tipos de destinos, focos do estado e principais indutores do turismo até então: os destinos termais conhecidos como “cidades das águas” e os destinos culturais conhecidos como “cidades históricas” (BOLSON et al., 2004).

A origem do turismo em Minas Gerais teve como precedente as fontes de águas medicinais, que ganharam reconhecimento no país pelo valor terapêutico e medicinal capaz de curar doenças. “As primeiras menções acerca da eficácia das águas termais na cura de doenças foram ainda no século XVIII” (TRINDADE, 2009, p. 23). A procura por estes destinos se intensificou e com o aumento da demanda estes locais começaram a se desenvolver. Nasceram por volta do séc. XIX as estâncias hidrominerais, impulsionadas pelo comércio, formando inicialmente vilas e depois cidades (TRINDADE, 2009; ALVARES, 2008). As estâncias hidrominerais estão localizadas no sul de Minas Gerais e formam o circuito das águas, totalizando dez municípios.

O poder de cura e o valor científico das águas mineiras despertaram o interesse do governo imperial, que levou a coroa portuguesa para conhecer o local (TRINDADE, 2009). No final do séc. XIX e início do séc. XX ocorreu o que se pode chamar de primeiro investimento em turismo no estado: o governo realizou obras de saneamento básico e infraestrutura de apoio para receber os turistas (ALVARES, 2008).

No início do séc. XX, o então presidente Dr. Francisco Sales, deu seu parecer autorizando a criação de prefeituras em cada uma das localidades que faziam parte do “circuitos das águas” (TRINDADE, 2009). Por volta de 1920, o turismo atingiu seu ápice nessas localidades (ALVARES, 2008): a ligação entre as cidades dos circuitos por rodovias e ferrovias facilitava o transporte dos turistas e pacientes, fazendo com que crescesse consideravelmente o número de estabelecimentos para recebimento de turistas como hotéis, pensões e pontos comerciais (TRINDADE, 2009). Dada a sua importância, o turismo nas águas termais tornou objeto de estudo no país e, em 1928, é realizado o 1º Congresso de Estâncias Hidrominerais, onde a discussão girava em torno de teses de tratamento de saúde por águas mineiras (BOLSON et al., 2004).

No ano de 1940 ocorreu a primeira menção legal ao turismo, com a criação do departamento de imprensa e propaganda, cuja divisão de divulgação contemplava propaganda, publicidade e turismo (TRINDADE, 2009). Ainda na década de 40, o turismo nas cidades das águas entra em crise com a ascensão da medicina científica norte-americana, que gerou descrença ao tratamento natural. Além disso, a nova constituição de 1946 proibiu os jogos de azar no país, fechando muitos cassinos no estado, como o cassino do hotel Araxá, o que reduziu a visitação tanto de pacientes como de turistas (ALVARES, 2008).

A partir de 1950, com a crise nas estâncias hidrominerais, o foco do poder público deixa de ser exclusivamente as cidades das águas e tem a atenção voltada para as cidades históricas, que começavam a ser destinos de atração turística no país. Dentre as principais ações realizadas pelo poder público naquele período, destacam-se a conservação e restauração do casario histórico e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de MG (EMMENDOERFER et al., 2011).

O turismo em Minas Gerais, a partir de 1956, sofre uma dinamização, com a implantação do Serviço de Estâncias Hidrominerais, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Este serviço foi extinto em 1960, sendo substituído pela Hidrominas – Águas Minerais do Estado de Minas Gerais S/A (Decreto 6.090, de 29 de dez de 1960) (BOLSON et. al., 2004).

Com a criação dessa empresa de sociedade anônima, o turismo passa a ser mais estruturado e começa a ter a preocupação com a especialização. O objetivo da Hidrominas era explorar e industrializar os recursos hidrominerais, e desenvolver o turismo, fomentando a atividade no estado.

Para coordenar e representar o turismo no estado de Minas Gerais, foi criado, em 1961, através da lei 2.452, de 25 de setembro, o Departamento de Turismo, subordinado à secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE e ao Conselho Estadual de Turismo- CETUR. A lei previa ainda estímulos fiscais e isenção de impostos para a construção de hotéis no estado (ALVARES, 2008). Em 1967, o planejamento territorial entra na pauta de discussões do governo e passa a ser uma de suas preocupações, assim como a melhoria da qualidade de vida das pessoas que passam a ser materializados na lei nº 4665 de 1967. Esta lei prevê a possibilidade de execução de programas globais de obras públicas e planos diretores nos municípios considerados estâncias hidrominerais ou cidades históricas (BOLSON et al., 2004).

O departamento de turismo funciona no estado até 1971, quando é extinto. A nova estrutura organizacional responsável pela atividade é criada através da lei 5.792/71, que

institui a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo – SEICT, da qual a Hidrominas passa a fazer parte. A SEICT tinha a responsabilidade de “incentivar, apoiar, organizar e coordenar as atividades de turismo no estado” (TRINDADE, 2009, p. 24).

No ano de 1977 foi elaborado o programa mineiro de turismo - PROMITUR (1977-1978) e implantada a Agência de Desenvolvimento Turístico de Minas Gerais- ADETUR/MG, criada para executar o PROMITUR no estado (BOLSON et al., 2004). Dentre as ações realizadas pela empresa, destaca-se o apoio para que o governo de Minas, por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, firmasse um convênio com a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de turismo (ALVARES, 2008). O governo de Minas Gerais buscava, ao firmar o convênio, obter recursos para financiar o turismo no estado, sendo essa a primeira iniciativa para alinhar a política estadual com a federal.

A ADETUR/MG não conseguiu atingir os objetivos propostos em sua fundação e trabalhou durante um curto período, sendo substituída em 1979 pela Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS, responsável por operacionalizar programas e projetos de apoio e incentivo ao turismo. Esta empresa também estava vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo (TRINDADE, 2009).

Nos anos 80, as cidades históricas de Minas Gerais ganham destaque com o reconhecimento de Ouro Preto pela UNESCO como patrimônio cultural da humanidade. O título dado a Ouro Preto acaba valorizando as cidades com características semelhantes. Tal fato fez com que o governo estadual passasse a ver o turismo cultural em núcleos históricos com novos olhares e então foram criados os Circuitos do Ouro, Circuito de Santa Bárbara e o Circuito do Diamante (BOLSON et al., 2004).

A SEICT foi extinta em 1983 e o turismo passa a fazer parte da Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo – SELT, regulamentada na lei 8.502/1983, que determina em seu art. 1, parágrafo III, a criação da SELT e do sistema operacional de esportes, lazer e turismo. Foram subordinadas à nova secretaria a Turminas, Empresa Mineira de Turismo que teve suas operações ativas até o ano de 2003 (ALVARES, 2008), e a superintendência de Turismo (SUT), criada pelo decreto 23.373 de 1984, que atribui como função da SUT em seu art. 4 a

responsabilidade de superintender a execução da política e diretrizes de turismo em todo o estado e planejar, coordenar, fiscalizar as atividades do turismo, aprovando os planos de trabalhos das entidades do sistema operacional e estimular a formação de técnicos para o desenvolvimento do turismo (MINAS GERAIS, 1984).

Em 1989, o turismo, pela primeira vez, foi inserido na constituição do Estado, porém, só em 1994 é que foi definida uma política estadual de turismo, por intermédio do Plano Integrado para o Desenvolvimento do Turismo em MG (PLANITUR/MG), do Conselho Estadual de Turismo (CET) e do fundo de assistência ao turismo (FASTUR).

O turismo passa a ser trabalhado seguindo as diretrizes do PLANITUR/MG na Lei nº 114.843/94, que definiu em seu art. 2 a política estadual de turismo e teve como objetivo incentivar o turismo como atividade econômica. Esta lei foi revogada em 12 de dezembro de 1996 pelo art. 12 da lei nº. 12.398/96, que cria o plano mineiro de turismo no governo Eduardo Azeredo. O plano mineiro propunha uma gestão descentralizada com participação da iniciativa privada e dos municípios na implementação da política estadual. Contudo, como ressaltava Trindade, “tal plano nunca foi utilizado para definir diretrizes para qualquer ação já realizada pela SETUR, ou seja, o plano nunca saiu do papel” (TRINDADE, 2009, p. 27).

Em 1999, é criada a Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais-SETUR e idealizada a política pública de turismo no estado por meio da lei estadual nº 13.341, de 28 de outubro de 1999, baseada na descentralização e regionalização. “A criação da SETUR marcou institucionalmente a intenção do governo estadual em focalizar ações públicas em prol do turismo regional” (EMMENDOERFER et al., 2007, p. 403). A TURMINAS foi vinculada à nova secretaria.

Por meio de um organismo institucional próprio, a SETUR recebeu a finalidade de planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o turismo. Seu objetivo expresso no art.19 da lei nº 13.341/99 é o de melhorar a qualidade de vida das comunidades receptoras, proporcionando maior geração de emprego e renda pelo turismo e divulgar o turismo mineiro, tanto no Brasil como no exterior (MINAS GERAIS, 1999).

A lei nº. 13.341 de 1999 definiu, em seu art. 20, que compete à SETUR:

- I - propor a política estadual de turismo, o Plano Mineiro de Turismo e os demais planos, programas e projetos estaduais relacionados com o apoio e o incentivo ao turismo;
- II - propor o calendário oficial de eventos turísticos do Estado;
- III - implementar e coordenar a execução da política estadual de turismo;
- IV - planejar, promover e avaliar o desenvolvimento do turismo no Estado;
- V - promover e divulgar os produtos turísticos do Estado;
- VI - celebrar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos com entidades de direito público e privado, nacionais e estrangeiras, para a realização de seus objetivos;
- VII - propor normas relacionadas ao estímulo e ao desenvolvimento do turismo, no âmbito de sua competência;
- VIII - exercer a supervisão das atividades dos órgãos e das entidades da sua área de competência;

IX - exercer outras atividades correlatas (MINAS GERAIS,1999).

Segundo Emmendoerfer et al. (2011), a SETUR só conseguiu viabilizar a descentralização e a regionalização do turismo (prioridades também no plano nacional de turismo) em Minas Gerais ao formular a política dos circuitos turísticos em 2001. Os circuitos são institucionalizados através do decreto estadual nº 43.321, de maio de 2003, que institui a política dos “circuitos turísticos” e seu reconhecimento, sendo essa a principal política de desenvolvimento do turismo do Estado.

O art. 1 desse decreto definiu como circuito turístico “o conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional” (MINAS GERAIS, 2003). A organização dos municípios em circuito facilitou a execução de programas e o planejamento das ações, além de efetivar a lei nº. 13.341, que estabelece que “a implementação da política estadual de turismo deve acontecer por meio de um sistema que compreenda a descentralização das ações quanto ao planejamento e à gestão do turismo” (FUCHS; OLIVEIRA, 2012, p. 55).

Visando o ajuste institucional e o aprimoramento administrativo da política dos CTs mineiros, foi fundada, em 2006, a Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais (FECITUR), que não tem caráter político e partidário, e cuja circunscrição abrange todos os CTs de Minas Gerais (KNUPP; MAFRA, 2012, p.15). É responsável por apresentar as demandas dos circuitos tanto a iniciativa privada como ao poder público, e tem como missão fortalecer a regionalização do turismo de Minas Gerais, sendo uma parceira da secretaria estadual de turismo na implementação deste programa no estado.

Dentre as ações da FECITUR, destacam-se: o incentivo à criação da Lei n.º 18030/2009, que regularizou o ICMS Turístico Estadual, importante fonte de receita para o fomento do turismo no estado; a importante participação na Regionalização do Turismo Mineiro e nas estratégias conjuntas para transformar o segmento no principal setor da economia do estado; as ações de descentralização de projetos e recursos para o fortalecimento das instâncias de governança regional, através de convênios com as associações de municípios, assim como sinalização turística rodoviária, capacitação da mão-de-obra de turismo em todas as regiões do estado e outros programas e projetos de estruturação, fortalecimento e promoção dos destinos turísticos mineiros (FECITUR, 2015).

A estrutura institucional estadual de turismo é modificada em 2014, quando ocorreu uma junção entre turismo e esporte, que passaram a compor uma única pasta – a SETES – Secretaria de estado de Turismo e Esportes. Essa junção permaneceu até meados de julho de 2015, quando a secretaria foi novamente desmembrada para secretaria de Turismo - SETUR. Atualmente, a SETUR trabalha além das políticas dos circuitos turísticos - CTS e do ICMS turístico com os programas: estruturadores, associados e programas especiais, todos previstos no plano plurianual de ação governamental - PPAG (2012-2015) do estado e em período de implementação.

O primeiro eixo de programas denominado Estruturadores, desenvolve o projeto **Destino Minas**, cujo objetivo é “promover o desenvolvimento econômico e a geração de renda, aumentando a competitividade e o número de visitação em minas gerais por meio do turismo, garantindo a sustentabilidade dos empreendimentos turísticos mesmo após a copa do mundo de 2014” (SETUR, 2015). As principais ações deste programa são: **1 - Estruturação dos Atrativos e Destinos Turísticos e 2 - Rota das Grutas de Lund**, sendo a secretaria de estado de turismo a unidade organizacional responsável pelo programa.

Os programas associados são divididos em dois projetos: o primeiro deles, Estruturação **Desenvolvimento e Promoção do Turismo Mineiro**, tem como objetivo, dentre outras coisas, a melhoria da competitividade turística, a qualificação da mão de obra e dos serviços oferecidos, a formatação dos roteiros e a promoção dos destinos tanto nacionalmente como no exterior (SETUR, 2015). Para alcançar estes objetivos foram definidas dez ações: Festivais Culturais; Minas Criativa; Promoção do Turismo; Desenvolvimento e Apoio à Comercialização de Produtos Turísticos; Regionalização do Turismo e Fortalecimento das Instâncias de Governança; Pesquisa e Estatísticas do Turismo Mineiro; Estruturação e Promoção de Destinos Turísticos para Eventos de Visibilidade Internacional; Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais; Estruturação do Turismo Religioso em Minas Gerais; Desenvolvimento do Turismo- Prodetur Nacional Minas Gerais; Apoio ao Turismo nos Municípios .

Faz parte também do eixo dos associados o **Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste- Fase Dois – PRODETUR/NE II**, cuja finalidade é incentivar a atividade turística no vale do Jequitinhonha em Minas Gerais como uma forma de melhorar as condições sociais e econômicas das famílias que nessa região habitam, gerando renda, melhorando o atendimento ao turista e visando um desenvolvimento sustentável (SETUR, 2015). As principais ações são: Fortalecimento Institucional para a Gestão do Turismo;

Infraestrutura Rodoviária Turística e Estudo, Implantação e Conservação de vias de acesso - PRODETUR/NE-II. Todas as ações previstas para na região central de Minas Gerais.

Dos programas especiais que compõem o eixo, três são de **apoio à administração pública**, e envolvem a qualificação e a profissionalização da governança do turismo e da rede de serviços turísticos. Suas principais ações são: Planejamento, Gestão e Finanças nas regiões central, estadual e sul de Minas; Desenvolvimento e Capacitação do Servidor na região central; Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais (central) e Direção superior nas regiões central, estadual e sul de Minas (SETUR, 2015).

Para planejar e executar as políticas públicas e programas de turismo em Minas, a secretaria de turismo está assim estruturada:

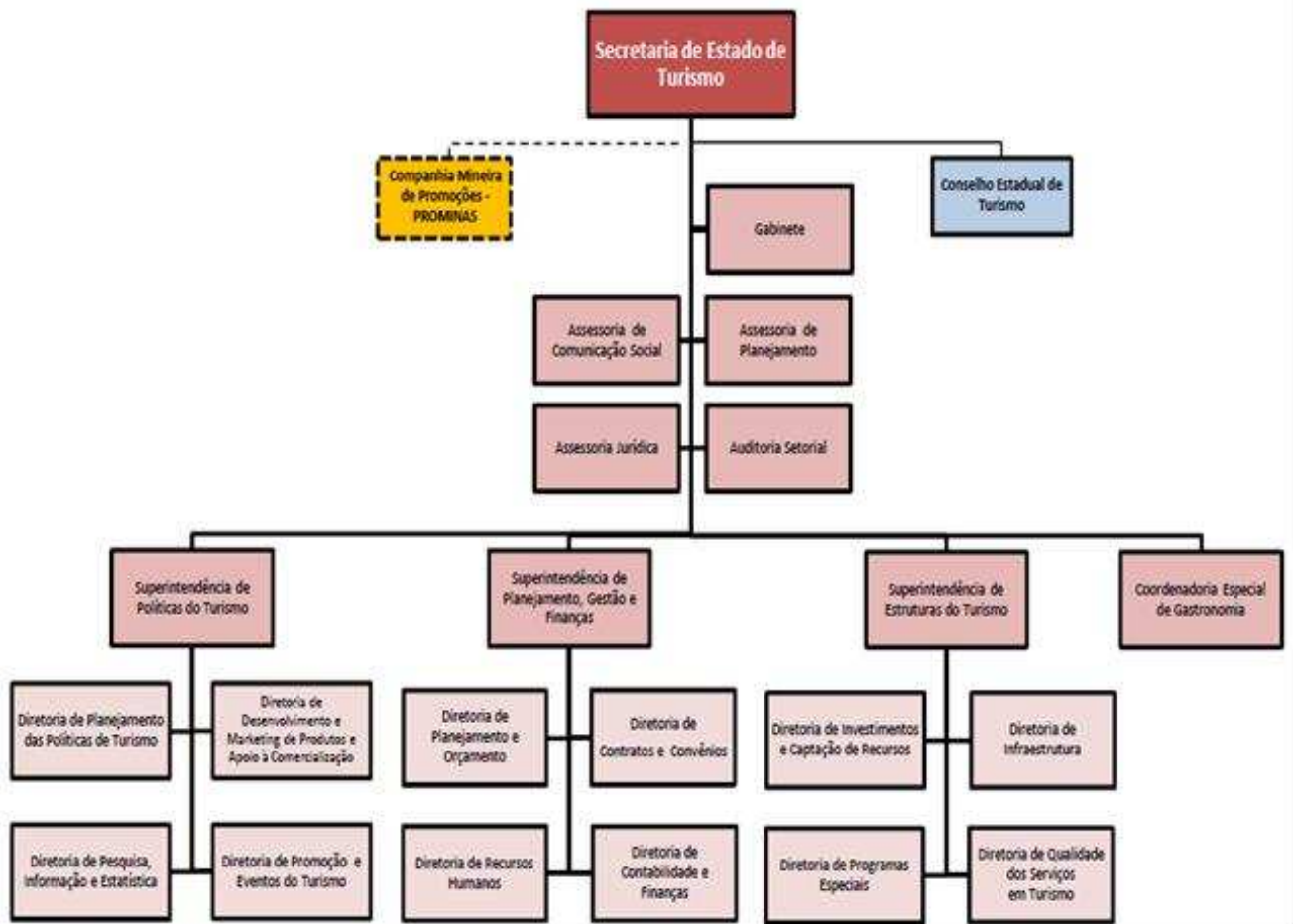


Figura 2: Organograma da Secretaria Estadual de Turismo.
Fonte: SETUR, 2015.

Está vinculado à Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais a PROMINAS - companhia mineira de promoções, cujo objetivo é promover o turismo de negócios e de eventos em Belo horizonte e o Conselho Estadual de Turismo de Minas Gerais- CET\MG,

órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, que tem como missão apoiar a SETUR, tanto na formulação como na implementação e continuidade das políticas estaduais de turismo, e que representa em Minas Gerais a instância de governança estadual. Dada a importância das instâncias de governança para o apoio das entidades públicas no desenvolvimento turístico, optou-se por tratá-la em um tópico separado, que será descrito a seguir.

3.4 As Instâncias de Governança do Turismo

As Instâncias de Governança fazem parte de um conjunto de políticas que visam à descentralização na administração pública brasileira. “Essas políticas foram implantadas por meio da promulgação da Constituição Federal, em 1988, e traz, além do conceito de descentralização político-administrativa, o de participação popular” (COSTA; CARVALHO, 2014, p. 3). Devem, portanto, ser um espaço de participação e articulação dos diferentes atores que impulsionam o turismo local, inclusive da sociedade civil organizada. Atuam como uma entidade organizacional fundamental para o desenvolvimento do turismo, podendo ser conceituadas como:

Uma organização social que conta com a participação de representações do poder público, da sociedade civil organizada e de entidades empresariais vinculadas ao turismo em determinado território (país, estado, região ou município). (...) constituem-se em espaços de articulação dos atores sociais e de proposição, análise e monitoramento de políticas, planos e projetos na área do turismo sustentável (PARANÁ, 2015, p. 15).

São parceiras da administração pública e estão presentes em todos os níveis de governo: federal, estadual, regional e municipal. O formato assumido por cada ente federativo irá depender do nível de desenvolvimento dos atores locais, podendo ser representada por meio de conselho, fórum, associação, agência, dentre outros. No quadro 4, são apresentados os formatos mais comuns nas instâncias e suas características:

FORMATO	CARACTERIZAÇÃO
FÓRUM	A palavra fórum significa reunião, congresso, conferência que envolve debate de um tema. É um espaço democrático que serve como instrumento de comunicação, reflexão, debate, intercâmbio, articulação, ajuda mútua na solução de dúvidas e problemas, exposição de ideias, opiniões e sugestões sobre um determinado tema. A organização do fórum pressupõe a escolha democrática de um presidente, um

	vice-presidente e coordenadores de cada um dos comitês temáticos.
CONSELHO	Órgão ou instância colegiada de caráter permanente, deliberativo e consultivo, que integra a estrutura básica da secretaria ou órgão equivalente e tem sua composição, organização e competência fixados em lei. Os Conselhos têm o papel de estabelecer a mediação das relações sociedade/Estado. A partir da Constituição de 1988, leis orgânicas específicas passaram a regulamentar o direito constitucional à participação, por meio de Conselhos com composição paritária entre representantes do Poder Executivo e da sociedade civil.
ASSOCIAÇÃO	Pessoa jurídica formada por vários indivíduos, que se organizam de forma democrática para a realização de atividades sem fins lucrativos, em defesa de seus interesses. Distingue-se de outras entidades pela dupla identidade dos associados, que são, ao mesmo tempo, gestores e usuários.
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO	Organização técnico-institucional de caráter executivo que atua na identificação, elaboração, implementação e monitoramento de projetos de desenvolvimento setorial ou territorial. Sua estrutura organizacional é composta normalmente por: Assembleia Geral; Presidente e Vice-Presidente; Administração; Conselho Fiscal; Superintendente ou Diretor Executivo e quadro técnico.

Quadro 4: Formato das Instâncias de Governança do Turismo
Fonte: PARANÁ, 2015.

Independente do formato assumido em cada estado ou município, o que importa é sua legitimidade diante desenvolvimento do turismo local. Segundo Costa e Carvalho (2014), a governança turística não se resume apenas na formação de parcerias: deve envolver a capacidade de resolver conflitos e administrar as parcerias.

O programa de regionalização veio fortalecer a gestão descentralizada e demonstrou a importância de órgãos representativos e de instâncias **regionais** para um desenvolvimento mais eficaz da atividade turística. Também, atribuiu responsabilidades para estas organizações na execução do programa de regionalização do turismo - roteiros Brasil em nível regional, priorizando pela descentralização da gestão pública.

Para Sette et al., 2014, o programa de regionalização surgiu a partir da percepção do Ministério do Turismo sobre as tendências que vinham sendo demonstradas pela organização mundial de turismo a respeito da estruturação de municípios com potencial turístico em regiões. O programa estimulou o planejamento participativo e a cooperação.

Por meio deste programa, foram fortalecidas as organizações já existentes e criadas novas naqueles municípios que já desenvolviam o turismo, mas ainda não possuíam esta configuração de trabalho em rede. Foram estimulados, ainda, o planejamento participativo e a cooperação entre os municípios de uma mesma região.

Na figura 3 é possível visualizar como se encontra estruturada a gestão descentralizada do turismo no Brasil.

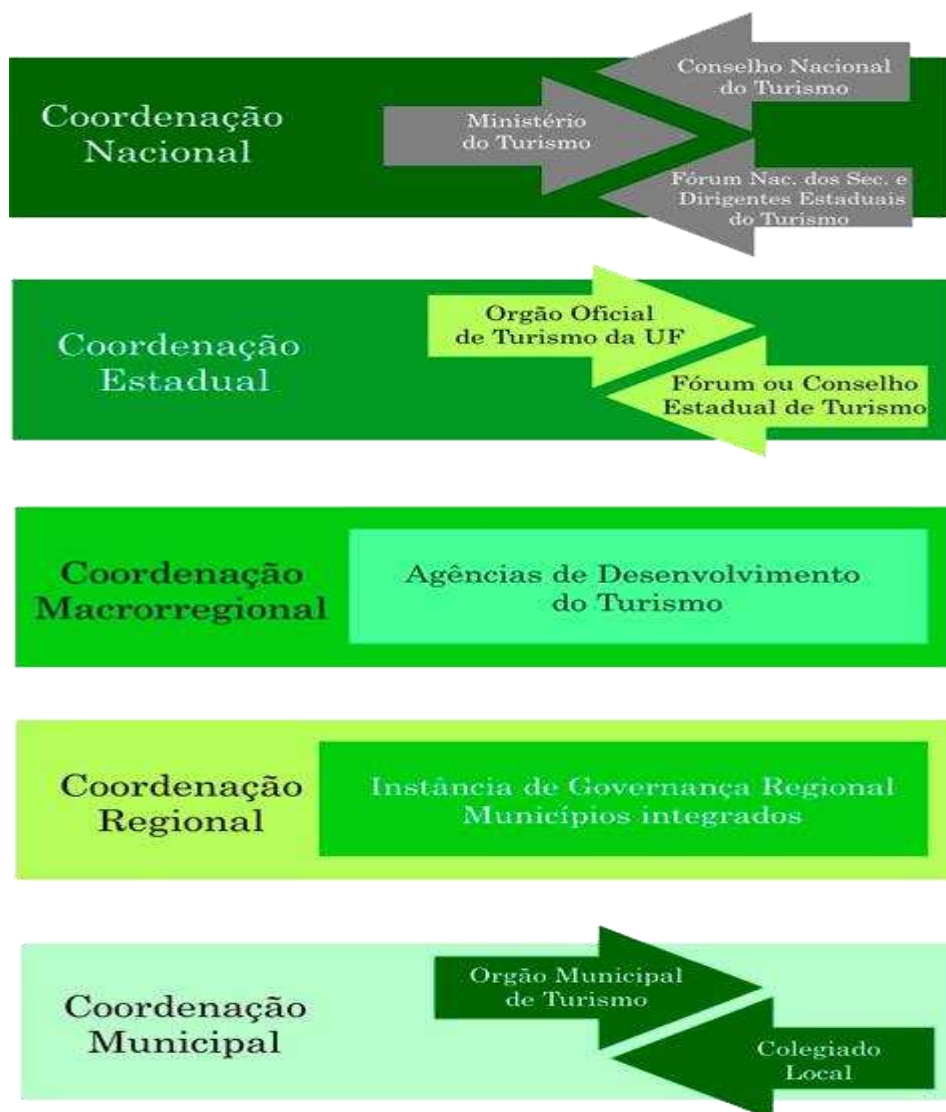


Figura 3: Estrutura da Gestão Descentralizada do Turismo no Brasil.

Fonte: BRASIL, Institucionalização da Instância de Governança Regional, 2007, p. 23.

Em nível nacional (coordenação regional), o órgão de apoio do ministério do turismo é o Conselho Nacional de Turismo, composto por 70 conselheiros de instituições públicas e privadas, distribuídos em 9 câmaras temáticas: câmara de financiamento e investimento; de infraestrutura; legislação; negociações internacionais de serviços turísticos; promoção e apoio à comercialização; qualificação profissional; regionalização; segmentação e turismo sustentável e infância. A principal função deste órgão é assessorar o MTur na formulação e implementação da política nacional de turismo, planos e programas (BRASIL, 2015b).

Além do conselho, existe também, em nível nacional, o fórum de secretários e dirigentes estaduais de turismo (FORNATUR), que trazem as demandas regionais para serem discutidas no Conselho Nacional e assessora, desta forma, o Mtur.

Em nível estadual, os órgãos oficiais são as secretarias estaduais de turismo, que em muitos estados são compartilhadas com outras pastas, como cultura, esporte, dentre outras. No caso de Minas Gerais, o órgão oficial de Turismo é a Secretaria de Turismo de Minas Gerais – SETUR, que tem como instituição de assessoramento o Conselho Estadual de Turismo – CET. O CET exerce papel importante, pois além de propor e acompanhar a execução das políticas de turismo no estado, estimula a integração entre poder público e sociedade civil organizada, sendo composto por 15 membros do poder público e 28 membros da sociedade civil organizada, conforme disposto na lei nº 18.032/2009, que alterou a lei nº 8.502 de 1983 (legislação que criou o conselho) e no Decreto nº 45.072/2009, que dispõe sobre a composição do conselho.

Em 2010, o decreto n.º 45.308/2010 aprovou o regimento interno do CET e definiu como **atribuições** deste conselho em seu Art. 5º:

I - substituir o Secretário de Estado de Turismo na avaliação da Política Estadual de Turismo e dos planos, programas e projetos pertinentes; II - zelar e colaborar para a aplicação dos princípios e preceitos da Lei nº 18.032, de 2009, do Decreto nº 45.072, de 27 de março de 2009, e da legislação turística em geral; III - emitir pareceres e recomendações sobre questões do turismo estadual; IV - estudar e propor ações visando o desenvolvimento do turismo interno e a promoção do turismo de Minas Gerais no mercado internacional, em conformidade com a Política Estadual de Turismo; V - Zelar para o desenvolvimento da atividade turística do Estado se faça sob a égide da ética e da sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política; VI - propor normas que contribuam para a produção e adequação de legislação sobre turismo, visando a defesa do consumidor e a qualidade do turismo mineiro; VII - constituir câmaras e comissões especiais, e grupos de trabalho - GT para análise e parecer sobre assuntos específicos que forem votados como necessários, propondo normas, regulamentos e soluções para o melhor funcionamento do setor e estabelecendo as respectivas competências e composição; VIII - trabalhar pela integração e produtividade da cadeia econômica da atividade turística; e IX - desempenhar outras atividades previstas na legislação ou atribuídas pelo Secretário de Estado de Turismo (CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO, 2015, p. 9 e 10).

Percebe-se pelas atribuições acima definidas, a importância deste órgão no direcionamento e evolução do turismo dentro do estado. Para tanto, o CET foi dividido em plenário, presidência, câmaras temáticas e secretarias executivas. As reuniões ocorrem trimestralmente, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias e itinerantes pelo presidente.

Para levar as demandas dos municípios de uma região até o estado foram criadas as instâncias de governança regional, que também podem ter formatos variados, sendo os mais comuns agência de desenvolvimento ou associação. “Nesse contexto, o Programa de Regionalização do Turismo surge como uma diretriz de desenvolvimento turístico com base regional, estimulando a formação de redes de cooperação intersetoriais denominadas instâncias de governança regionais” (SETTE et al., 2014, p. 6).

Segundo o Mtur,

a Instância de Governança Regional é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil em âmbito regional. Essas Instâncias podem assumir estrutura e caráter jurídico diferenciados, sob a forma de fóruns, conselhos, associações, comitês, consórcio ou outro tipo de colegiado (MTur, 2015).

Em Minas Gerais, a política de regionalização teve como base para a organização em rede os circuitos turísticos, que consistem na união de vários municípios situados próximos territorialmente uns dos outros, para trabalharem de forma conjunta visando juntar forças e compartilhar experiências para a promoção e conseqüentemente desenvolvimento do turismo. Como Sette et al. (2014) afirmam, o programa de regionalização veio fortalecer esta configuração, pois o estado de Minas já trabalhava com este modelo desde 2001, antes da política nacional ser criada.

Segundo dados da SETUR (2015), o estado de Minas Gerais possui 46 circuitos turísticos. Como exemplo destes circuitos mineiros, destaca-se o da trilha dos Inconfidentes, do qual a cidade de Tiradentes faz parte, e o Circuito do Ouro, onde Ouro Preto é associada. Estas entidades não possuem fins lucrativos e são mantidas por meio da contribuição dos sócios: prefeituras e iniciativa privada. Possuem papel relevante no desenvolvimento regional na medida em que auxiliam os municípios em suas demandas, fornecendo capacitação e assessoramento na elaboração de suas políticas e no pleito de projetos, além de levar a demanda destes municípios ao governo estadual, servindo como elo entre estado e municípios.

O circuito Trilha dos Inconfidentes foi fundado em 25 de agosto de 2000, inicialmente como agência de desenvolvimento regional, e posteriormente, por mudanças no estatuto, tornou-se uma associação. Fazem parte deste circuito 22 municípios, dentre eles, Tiradentes.

Já o circuito do Ouro foi criado em maio de 2005 pelos presidentes de associações comerciais dos municípios do entorno da cidade de Ouro Preto. Fazem parte deste circuito 17

municípios. Sua criação foi resultado da articulação destas entidades empresariais, liderada pela associação comercial de Ouro Preto (ACIAOP). A ação iniciada para a criação do circuito ocorreu em 1997, quando o município fora afetado por fortes chuvas que interromperam uma das entradas da cidade; passados vários meses, o problema não fora resolvido, pois não se definia o responsável pela obra - se seria governo federal, estadual ou municipal. Apesar de esta não ser a única entrada da cidade, os turistas diminuíram, pois a mídia noticiava o fato como impossibilitado de visitação na cidade (CIRCUITO DO OURO, 2015).

Vendo os turistas sumirem, os comerciantes perceberam que não poderiam ficar de braços cruzados esperando o poder público agir para contornar os efeitos negativos da imagem da cidade. Então, por meio da associação comercial, lançaram uma campanha, em 1998: Ouro Preto 300 anos. Em 2003, com o programa de regionalização, foi estimulada a criação de circuitos turísticos, fazendo com que, em 2004, a associação comercial de Ouro Preto retomasse a discussão e com o apoio de associações das cidades vizinhas criasse o circuito do Ouro Convention & Visitors Bureau (CIRCUITO DO OURO, 2015).

Quando se fala em gestão pública municipal de turismo, têm-se as ações ou intervenções do poder público que deve atuar para garantir uma estrutura mínima de gestão que coordene os esforços das demais entidades e forneça condições para que a atividade aconteça. Em nível municipal, o órgão de turismo é a Secretaria Municipal de Turismo (na maioria dos municípios principalmente nos de pequeno porte) compartilhada com outras atividades; ou departamentos de turismo. O Colegiado local é representado por meio de fóruns ou conselhos; os mais comuns são os Conselhos Municipais de Turismo - COMTUR pois muitas políticas exigem esta configuração para a participação do município.

Para potencializar os resultados das ações em prol do turismo em uma localidade é importante, antes de iniciar o planejamento, que o gestor municipal de turismo conheça as políticas e planos que estão sendo implementados em nível federal e estadual, e sigam estas diretrizes ao elaborarem as políticas municipais.

Dentre as estratégias de gestão municipal de turismo que potencializam a implementação de políticas públicas e melhoria da qualidade na atividade turística em uma localidade, destacam-se: **COMTUR** - Conselho municipal de turismo; **política municipal de turismo; plano municipal de turismo - PMT e fomento da atividade turística** (FUMTUR - Fundo municipal de turismo) (MINAS GERAIS, 2014).

O COMTUR é um órgão representativo do poder público que possui funções deliberativas ou consultivas e é composto por membros do poder público, da iniciativa

privada e da sociedade. O serviço prestado é voluntário, e atua tanto para fiscalizar como para ajudar o poder executivo a elaborar ações em prol do desenvolvimento turístico local, como a política e o plano municipal de turismo. De acordo com a Controladoria Geral da União (2008), “os conselhos são instâncias de exercício da cidadania, que abrem espaço para a participação popular na gestão pública. Nesse sentido, os conselhos podem ser classificados conforme as funções que exercem de fiscalização, de mobilização, de deliberação ou de consultoria”.

A política municipal de turismo é elaborada pelo COMTUR juntamente com o órgão responsável pelo turismo (secretaria ou departamento) e deve envolver as demais secretarias como cultura, educação, obras, entre outras, tendo em vista que a atividade turística é multidisciplinar e influência direta ou indiretamente os demais setores. Deve priorizar além do desenvolvimento turístico o bem estar da comunidade residente, que sofrerá os impactos diretos da atividade. Depois de elaborada, a política passa pela aprovação da câmara de vereadores e do prefeito municipal, tornando-a lei municipal. Para operacionalizar o que a política propõe existe o plano municipal de turismo – PMT, que irá definir os objetivos e metas.

O PMT é um instrumento de planejamento que estabelece quais programas, projetos e ações serão desenvolvidos em uma localidade, além de traçar metas, indicadores e cronograma para um horizonte temporal. Compreende as seguintes etapas: diagnóstico; prognóstico; programas e projetos e avaliação (MINAS GERAIS, 2014a). Elaborado o plano municipal de turismo, o gestor público municipal deve buscar fontes de recursos para financiar os projetos, programas e ações que foram previstos. Os recursos deverão ser destinados para uma conta bancária denominada FUMTUR- Fundo Municipal de Turismo, criado por meio de lei municipal e sendo os recursos fiscalizados/ deliberados pelo COMTUR.

Os recursos destinados ao FUMTUR deverão estar previstos em legislação e poderão se originar de:

- 1. Recursos Públicos:** porcentagem de arrecadação de impostos, arrecadação de eventos, dotações orçamentárias específicas ou especiais, recursos de órgãos governamentais, ICMS Turístico, dentre outros.
- 2. Recursos Privados:** convênios com empresas, instituições financeiras, entidades parceiras, ONGs, fundações, dentre outros.
- 3. Outros:** taxas de turismo, doações, repasses diretos, aluguéis de espaços públicos, taxas relacionadas a eventos, dentre outros (MINAS GERAIS, 2014a, p. 45).

O COMTUR elege dentro do conselho uma comissão gestora do fundo que deverá prestar contas de como estão sendo gastos os recursos, enquanto o FUMTUR tem como objetivo fazer com que os recursos do turismo sejam destinados para as ações de turismo e garantir a autonomia do conselho frente aos recursos. No entanto, na prática, este fundo não tem sido movimentado da forma como deveria: muitos dos recursos do turismo não passam pelo FUMTUR o que impossibilita a atuação do COMTUR.

Percebe-se que com a descentralização da atividade turística os estados e municípios passaram a planejar melhor a atividade, elaborando planos e políticas. Porém, existem muitos desafios a serem superados para um planejamento mais participativo que dê voz aos diferentes interlocutores que atuam no setor. Ainda, existe um distanciamento entre estado e município: as instâncias regionais, apesar do esforço de levarem estas demandas, nem sempre são ouvidas. No entanto, para os municípios, este trabalho em rede tem fortalecido a identidade local, pois possuem uma estrutura de suporte que os auxiliem; como são entidades compostas por poder público e iniciativa privada, o diálogo e a interlocução entre os atores melhorou.

4 DESTINOS INDUTORES E O ICMS TURÍSTICO COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM MINAS GERAIS

Como destinos indutores consideram-se os municípios com potencial de fornecer infraestrutura e atrativos qualificados para recebimento de turistas. A organização mundial de turismo - OMT - definiu como destino turístico o espaço físico onde o turista fica pelo menos uma noite e que tem capacidade de oferecer ao mesmo, além de produtos e atrativos, outros serviços de apoio ao visitante como hospedagem, transporte, alimentação, acessibilidade entre outras infraestruturas (OMT, 1998).

Dentre os destinos indutores nacionais eleitos pelo Mtur, quatro estão em Minas Gerais e dois foram objetos deste estudo, Tiradentes e Ouro Preto, cujas principais características serão apresentadas nos tópicos seguintes. Antes de realizar a caracterização destes, considerou-se necessário trazer os conceitos de turismo, gestão e desenvolvimento, pois considera que a compreensão destes termos é importante para entender a configuração e desenvolvimento do destino.

4.1 Turismo, Gestão e Desenvolvimento

O turismo é caracterizado como uma atividade que envolve diferentes serviços e consiste no deslocamento de pessoas de sua residência para um destino por tempo determinado, motivadas por diferentes razões como lazer, descanso, negócios e eventos, resultando na utilização dos serviços locais de compra e venda. Desenvolver a atividade turística em uma localidade não resulta apenas em atrair turistas; devem ser levados em consideração os impactos advindos desta visita, e para isso são necessários planejamento e gestão (SANTOS et al., 2014).

O gerenciamento turístico engloba “a política e o planejamento, a coordenação com outras agências governamentais, o estabelecimento e a administração de padrões para instalações e serviços relacionados ao turismo, o marketing, a educação e o treinamento, a manutenção da vitalidade do setor turístico” (OMT, 2003 citado por SANTOS et al., 2014, p. 265). Neste contexto entra a função da gestão pública, que tem como objetivo assegurar que as necessidades coletivas sejam atendidas por meio do seu conjunto de órgãos, serviços e agentes do estado seja da esfera federal, estadual ou municipal (BOTREL et al., 2011).

A atividade turística encontra-se inserida no setor terciário da economia e interage com diferentes ambientes como o econômico, jurídico, social, político, tecnológico, entre outros, além de compreender um imenso número de empresas dos mais variados ramos que atuam de forma direta ou indireta no seu desenvolvimento (BARROS et al., 2008).

O deslocamento das pessoas de sua residência para os destinos implica em gastos, seja nos restaurantes, hotéis, pontos turísticos, o que gera renda propiciando o desenvolvimento do turismo e do município. Ao se considerar o turismo como uma atividade complexa que envolve múltiplos fatores, o gestor público deve levar em consideração três pilares no seu planejamento: o plano deve envolver muito mais que a geração de empregos ou fatores econômicos, pois estes são importantes, mas devem ser trabalhados em conjunto para a preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico e cultural, e o bem estar da comunidade residente, conforme exposto na figura 4.



Figura 4: Pilares a serem considerados no Planejamento Turístico.
Fonte: MINAS GERAIS, 2014, a⁴.

Não há como falar em desenvolvimento sem planejamento. O planejamento tem como objetivo maior melhorar a qualidade de vida dos moradores e, conseqüentemente, proteger a cultura e a natureza, para que vários benefícios de ordem econômica possam ser alcançados

⁴ Orientações para o Planejamento e Gestão Municipal do Turismo em Minas Gerais. Cartilha, Minas. Gerais, 2014.

(BATISTA, 2013). Implica também no impacto que uma decisão poderá causar na economia local, na comunidade; quais os aspectos culturais, sociais e ambientais serão envolvidos.

Segundo Molina (2005), existem 10 fases no processo de planejamento do desenvolvimento do turismo: o **diagnóstico** da situação atual; **prognóstico de** construção de cenários futuros; o **plano** produto final do planejamento; os **objetivos** que vão definir o que se espera com o plano, **as metas** que irão definir bem como atingir os objetivos estabelecendo indicadores e cronograma; as **estratégias** para atingir os objetivos; os **programas** conjunto de ações e projetos; os **pressupostos**, que definem de onde virão os financiamentos dos programas; os **projetos**, que são instrumentos de implantação de um programa; e a **avaliação** (MOLINA, 2005).

As fases de planejamento propostas por Molina (2005) auxiliam na melhoria da gestão pública que, para ser eficaz, depende de controle, estrutura organizacional que dê suporte as atividades e avaliação das ações que estão sendo realizadas, como meio de medir os resultados e a continuidade, melhoria ou extinção destas ações.

Por possuir interface com várias áreas o turismo, deve estar bem articulado para garantir qualidade na visitação do turista e não gerar impactos negativos na comunidade local. O desenvolvimento turístico envolve ainda o reconhecimento das potencialidades locais, público alvo, capacidade de recepcionar as pessoas que chegam no destino fornecendo alimentação, hospedagem e atrativos. Quando bem planejado, o turismo atua na geração de empregos e riqueza, promove intercâmbio cultural, promove a conservação natural e cultural além de possibilitar mudanças sociais (BARROS et al., 2008).

Ao tratar sobre desenvolvimento turístico, quatro grupos são fundamentais: os gestores públicos, o empresariado, os profissionais e prestadores de serviços em Turismo e a comunidade local. Cada um tem uma função para fazer com que o turismo atenda às expectativas dos turistas e seja bom para os residentes locais, podendo ser vistos como os órgãos do sistema turístico se fizermos uma analogia com o corpo humano (PARANÁ, 2015).

Órgãos do Sistema Turístico	Representantes do sistema e Função
Cérebro	Gestor público. Ele fomenta propostas de desenvolvimento turístico, regula e monitora a atuação do resto do corpo - empresariado, profissionais e comunidade. O órgão mais importante nessa área é o Ministério do Turismo. No nível estadual é a Secretaria de Estado do Turismo. No municipal quem atua são as secretarias de Turismo e/ou departamentos, divisões, entre outras. Também é dever do Governo cuidar da infraestrutura local (transporte comunitário, saneamento, segurança etc.) - serviços básicos para o desenvolvimento do turismo.
Pernas e Braços	Os profissionais empregados em agências, hotéis, restaurantes, transportes e todos os serviços ligados direta ou indiretamente ao Turismo. São eles quem efetivamente movimentam as atividades turísticas e vivem o dia-a-dia da atividade
Coração	O empresariado e os profissionais do Turismo são o coração do sistema turístico, injetando investimentos para que o Turismo continue crescendo. Este grupo é responsável pelos empregos formais do Turismo, e deve se preocupar em oferecer serviços de qualidade. É o caso dos hotéis, agências de Turismo, companhias aéreas, rodoviárias etc.
Células	A comunidade é responsável por receber e oferecer produtos e serviços ligados direta ou indiretamente ao turismo. Podem atuar em várias áreas, artesanato, gastronomia, lazer & entretenimento, comércio e outras. Como também serem integrantes das partes descritas anteriormente. Além de atuar na área de produtos e serviços, a relação de conscientização turística, valorização da localidade e o repasse de informação ao turista são essenciais para o andamento da atividade turística, tendo papel fundamental na percepção do visitante em relação a cidade, estado e/ou país. O importante é que a comunidade faça parte e acredite no Turismo, pois funciona como células do sistema turístico.

Quadro 5: O Sistema Turístico.

Fonte: PARANÁ. Secretaria Estadual de Turismo. Orientação para Gestão Municipal do Turismo Guia Prático para Dirigentes Públicos Municipais de Turismo. 2ed. Curitiba, 2013. p.11.

O desenvolvimento eficaz no turismo é aquele que consegue envolver os diferentes atores (poder público, iniciativa privada e comunidade local) e fazer com que estes reconheçam o seu papel no processo de planejamento e consolidação da atividade. Uma experiência turística de qualidade é aquela que consegue reconhecer as funções dos atores envolvidos e compartilhá-las. Na figura 5 é possível observar as competências do poder público e da iniciativa privada:



Figura 5: Papel do Poder Público e da Iniciativa Privada no Turismo.

Fonte: MINAS GERAIS. Orientações para o planejamento e Gestão municipal do Turismo em Minas Gerais, 2014, p.13.

Planejar e desenvolver o turismo não é uma tarefa fácil, daí a importância do trabalho e definição de papéis dos diferentes atores, ressaltando-se aqui a importância da atuação da comunidade local neste processo junto do poder público e da iniciativa privada, de forma que, em ação conjunta, possibilitem um desenvolvimento mais eficaz, que tenha como prioridade não apenas aspectos econômicos, mais também sociais, culturais, ambientais que prezem pela sustentabilidade local.

A OMT (1998) - Organização Mundial do turismo, ao tratar sobre o papel do poder público no desenvolvimento do turismo, considera que:

(...) habitualmente, os papéis do setor público no que toca ao desenvolvimento do turismo passam pela política, planejamento e investigação; disponibilização de infraestruturas básicas; desenvolvimento de determinadas atrações turísticas; definição e gestão de instalações turísticas e padrões de serviço; administração do uso do solo e de regras de proteção ambiental; estabelecimento de normas e incentivos a educação e formação; manutenção da saúde e segurança públicas; e por último, funções de marketing (DINIS e COSTA, 2014, p.400).

Para Delnet apud Tosseli (2007), as ações de desenvolvimento local têm evoluído, passando de uma visão centrada em aspectos econômicos, como a criação de empregos, para uma proposição de desenvolvimento mais integral, que absorve desenvolvimento humano e social.

Segundo Beni (2006), o conceito de desenvolvimento tem evoluído ao longo do tempo: antes tratava-se apenas de aspectos econômicos; depois, fora incluído o social, e recentemente o ambiental. Ao planejar o turismo tais dimensões devem ser levadas em consideração, sendo tratadas de forma igualitária. Esse processo é desafiador porque requer mudanças de estruturas de forma a intervir na realidade local.

Visando facilitar o entendimento de como realizar este desenvolvimento integrado, Beni propôs o SISTUR - sistema de turismo, que tem como fundamento a teoria de sistemas, e como subsistemas as dimensões econômica, social, cultural e ecológica.

O meio ambiente assim como os aspectos sociais também é uma preocupação de teóricos quando se fala em desenvolvimento sustentável do turismo, e pode ser observado nos estudos de DYMOND (1997); HALL (2004); BARRETO (2005); RUSCHMANN (2010) e DURÃO et al. (2014). Seguindo uma tendência mundial, estes autores buscaram incorporar por meio de uma visão holística os aspectos ambientais em suas análises.

Na literatura específica existem várias definições para turismo sustentável, a partir da qual aqui se destaca a utilizada pela United Nations World Tourism Organization - UNWTO (2012), que define como turismo sustentável “um tipo de turismo que tem em consideração os seus impactos econômicos, sociais e ambientais futuros, satisfazendo as necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades receptoras” (DURÃO et al., 2014, p. 511).

Outro conceito encontrado na literatura é o de desenvolvimento turístico responsável, cuja a primeira definição foi realizada em 1989, em seminário organizado pela OMT sobre turismo alternativo. Este apresenta a singularidade por meio do sustentável ao se preocupar com a preservação do meio ambiente, mas considera também os aspectos culturais e sociais e a sua conservação para gerações futuras.

Cada localidade possui características muito próprias, contudo, é possível destacar quatro diretrizes básicas que contribuem para o desenvolvimento do turismo responsável⁵: conservação do patrimônio natural e histórico-cultural; valorização da identidade local e geração de renda; integração regional e planejamento participativo (MINAS GERAIS, 2014 a).

O turismo responsável preza pela participação da comunidade local e pela interação harmônica entre indústria do turismo, residentes do destino e turistas. Complementando as

⁵ Turismo Responsável é aquele que busca minimizar os impactos negativos e valorizar as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários (WWF-Brasil, 2004 apud Minas Gerais, Cartilha, 2014).

definições sobre turismo e desenvolvimento, Tosselli (2007) enfatiza que este pode possibilitar o desenvolvimento local de um determinado território a partir de suas dimensões econômica, social e ambiental caso permita:

Melhorar a economia de uma comunidade através das despesas realizadas pelos turistas; Aumentar o emprego tanto direto como indireto para a população residente; Reinvestir os rendimentos em novas obras, infraestrutura ou serviços para a população local, como: saúde, iluminação, educação, transporte, entre outros; Produzir revalorização dos recursos naturais, adotando medidas de conservação e prevenção de determinadas áreas naturais; realizar campanhas de sensibilização para cuidar do meio ambiente, tanto com turistas como com residentes, etc.; Conter o fenômeno migratório; Reativar outras atividades econômicas relacionadas; tais, como: agricultura, pesca, criação de gado, etc (TOSSELI, 2007, p.65).

Da mesma forma que possibilita o desenvolvimento, pode também não contribuir se:

Provocar aumento de preços para as pessoas que ali residem; oferecer empregos de baixa qualificação para a população residente e contratarem mão de obra especializada de outra localidade; criar dependência de capital estrangeiro; benefícios econômicos gerados não ficarem na localidade (TOSSELI, 2007, p.65).

Nas ciências sociais têm sido constantes as discussões que envolvem as teorias de desenvolvimento em várias dimensões, faces, contextos ou enfoques (SOARES, 2012). O entendimento de desenvolvimento turístico nesta pesquisa relaciona-se aos destinos indutores do turismo de Minas Gerais assim como ao repasse do ICMS turístico. Para tal análise, foi utilizado o modelo de análise do turismo regional, desenvolvido por Tomazzoni (2009), conhecido como APL-TUR - arranjo produtivo Local no Turismo⁶. O modelo considera a importância da cooperação e comprometimento entre os atores públicos e privados, onde o desenvolvimento do turismo pode acontecer em três dimensões: a econômica, a cultural e a organizacional que no contexto a ser estudado contribuirão para identificar as mudanças ocorridas nos destinos indutores a partir da implementação do ICMS turístico.

A gestão descentralizada no turismo de Minas foi fortalecida pelo programa de regionalização, em 2004, idealizado pelo MTur, que a nível estadual ocorre pela política dos circuitos turísticos desde 2001. Em 2008 o MTur iniciou uma nova política com vistas a identificar os destinos turísticos no Brasil, capazes de induzir o desenvolvimento turístico

⁶ Segundo Tomazzoni (2009, p.68), os APL são aglomerações territoriais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, com vínculos e interdependências. Para o Sebrae (2016), o Arranjo Produtivo Local é uma aglomeração de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

regional. Estas cidades foram escolhidas com base em algumas características analisadas por meio de estudo de competitividade, realizado pela fundação João Pinheiro em parceria com o MTur, que considerou na análise 13 dimensões destes destinos: infraestrutura geral; acesso; serviços e equipamentos turísticos; atrativos turísticos; marketing; políticas públicas; cooperação regional; monitoramento, economia local; capacidade empresarial; aspectos sociais; aspectos ambientais e aspectos culturais (BRASIL, 2008). Após este estudo, foram identificadas no Brasil 65 cidades, estando quatro delas em Minas gerais: Belo Horizonte, Diamantina, Ouro Preto e Tiradentes.

A SETUR, buscando ampliar a política dos destinos turísticos dentro do estado, elegeu os **destinos indutores Mineiros**, que foram designados como aqueles que possuem potencialidades para serem gerenciados como destinos estaduais (EMMENDOERFER; SOARES, 2014) devido às características apresentadas em relação aos demais, que foram identificadas pela SETUR com base em: representar um segmento turístico prioritário (bem-estar, rural, natureza e aventura, negócios, religioso, náutico e pesca esportiva, cultural); ter produtos comercializados pelo mercado; possuir infraestrutura turística básica; e atrativos turísticos qualificados; participar de uma Associação de circuito turístico; estar inserido no Projeto Estruturador Destinos Turísticos Estratégicos (MINAS GERAIS, 2010). Atualmente, são 22 cidades, considerando os 4 destinos nacionais e 18 estaduais conforme exposto no quadro 6.



Quadro 6: Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.
 Fonte: SOARES (2012); OBSERVATÓRIO DE TURISMO 2015.

Minas Gerais, por meio da SETUR, sempre buscou desenvolver políticas pioneiras no setor do turismo e de representatividade a nível nacional. Um exemplo disso é a política dos circuitos turísticos, criada em 2001, e mais recentemente, em 2009, a política do ICMS turístico, que tem como objetivo investir e organizar os municípios mineiros por meio de um repasse mensal, condicionando o recebimento destes repasses ao planejamento e estruturação do turismo no município. O ICMS turístico é um meio de desenvolver e estimular o turismo nos municípios que não foram considerados indutores mineiros, mas que apresentavam potencial, além de buscar por meio desta política um maior envolvimento entre poder público, setor privado e sociedade civil organizada, uma vez que exige a criação de conselhos e de planos de turismo.

Nos tópicos seguintes serão apresentadas as principais características dos destinos indutores Tiradentes e Ouro Preto.

4.2 Ouro Preto

A cidade de Ouro Preto teve origem em 1698, com o surgimento do arraial do Padre Faria, e de outros arraiais ao redor. Em 1711, com a junção dos arraiais do entorno, foi elevada a vila, recebendo o nome de Vila Rica. O ciclo do ouro possibilitou o desenvolvimento da vila construída por escravos e artistas, e marcada por importantes acontecimentos históricos, como a guerra dos emboabas (1708), revolta contra o quinto da coroa portuguesa (1720) e inconfidência mineira (1789), além de ter sido capital da província em 1823, após a independência do Brasil, sendo a partir de então denominada cidade de Ouro Preto (OURO PRETO, 2015). Mais tarde, a cidade deixa de ser capital da província e passa a ser capital do estado até 1897, atuando como um importante polo econômico do país à época (LAZARONI et al., 2015).

Ouro Preto está localizada a 95 quilômetros de Belo Horizonte e é caracterizada por sua arquitetura colonial, museus, igrejas, pontes, casarões, esculturas e ornamentos religiosos, que retratam a cultura local e fatos importantes da história do Brasil. Foi reconhecida em 1920 como patrimônio nacional e em 1933 como monumento nacional. Com o esgotamento do ouro e a transferência da província em 1897, a cidade passou por um período de estagnação econômica, com redução considerável de sua população, voltando a se recuperar economicamente a partir de meados de 1940, com a instalação de uma fábrica de alumínio e de indústria de mineração, o que fez com que aumentasse novamente o número de habitantes (OLIVEIRA, 2010).

O turismo cultural foi introduzido como uma realidade para a população de Ouro Preto na década de 1960. Atraídos principalmente pelo valor histórico e o conjunto barroco, os turistas começam a frequentar a cidade (BRUSADIN e SILVA, 2012, p.14). Ainda na década de 1960 começou a ser realizado um importante evento que ainda hoje faz parte do calendário da cidade e atrai grande público: o festival de inverno.

As primeiras hospedarias surgiram em 1880, naquela época, destinadas ao recebimento de pessoas importantes na sociedade como comerciantes e políticos que se dirigiam até a cidade para fazerem negócios (ANDRIOLO, 2007). Em 1980, a UNESCO premiou a cidade com o título de patrimônio cultural da humanidade, aumentando a visitação de turistas e a necessidade de serem criados mais estabelecimentos de hospedagem. Foi a primeira cidade no Brasil a receber este reconhecimento e que completa, em 2015, trinta e cinco anos (OURO PRETO, 2015).

Segundo o IBGE, a população estimada para a cidade em 2015 é de 74.036 habitantes, sendo que no último censo 2010 eram 70.681 habitantes. Segundo um estudo realizado por Oliveira (2010), a população urbana sempre superou o número de habitantes da zona rural, e o resultado disso é a falta de planejamento na construção da cidade, problemas de saneamento e de infraestrutura.

Além do turismo, as atividades econômicas que movimentam o município são a indústria de transformação e as reservas minerais de ferro, bauxita, manganês e mármore. Outra fonte de recurso são os estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, vindos de diversas partes do país.

A população de Ouro Preto é crescente, pois em 1991 eram 62.514 habitantes e, segundo dados do último censo, em 2010, este número subiu para 70.281 (IBGE, 2010), distribuídos em 13 distritos, sendo o contingente populacional maior o da sede: Ouro Preto (distrito sede), Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu (OURO PRETO, 2015). Os distritos também possuem potencial turístico, com destaque para Lavras Novas, São Bartolomeu, o Salto e Santo Antônio do Leite, que possuem atrativos como a produção de doces e muitos recursos naturais como cachoeiras, trilhas, embora seja ainda pouco explorado o turismo nessa região.

Os atrativos do destino estão divididos em culturais, naturais, civis, religiosos, lazer e entretenimento, mas ainda não foi feito um roteiro pelo poder público para que o turista tenha acesso a informações onde estão localizados, como chegar, valor a ser pago, etc. Os roteiros existentes são da iniciativa privada, como o roteiro quadri Cross, oferecido por agência especializada no ramo (Quadricross locadora)⁷ e que garante aventura e contato com a natureza.

Os moradores de Ouro Preto reconhecem a importância do turismo para o desenvolvimento local. Essa percepção foi possível a partir da entrevista com moradores locais. Dos 127 entrevistados, 57% trabalham com turismo e 43% em outras atividades não ligadas diretamente ao turismo. Ao serem perguntados sobre qual a importância do turismo para o desenvolvimento local, 93% considerou que é muito importante; 5,5% que é pouco importante e 1,5% que a atividade turística não é importante. Nessa mesma pergunta indagou-se também aos entrevistados qual a nota (de 0 a 10) eles dariam para indicar o grau de

⁷ Os atrativos e roteiro, com suas respectivas atrações, estão disponíveis no anexo 6.

importância do turismo no desenvolvimento do destino: 45,67% deram como **nota 10**; 20,47% **nota 9**; 18,11% **nota 8**, 7 % **nota 7** e os 7,05% notas variaram entre 6,5,4,0.

4.3 Tiradentes

O município de Tiradentes foi fundada por bandeirantes paulistas, com a descoberta do ouro nas encostas da serra de São José, tendo sido elevada a cidade em 1860 (CAMPOS, 2012). Encontra-se situada a 210 quilômetros da capital mineira Belo Horizonte, numa região conhecida como campo das vertentes.

Possui uma população de 7640 habitantes, segundo o IBGE (2015), tendo sido em 2010 registrados pela instituição 6961 habitantes, dos quais 5376 residem na zona urbana e 1585 na zona rural. É crescente o número populacional se comparado a censos anteriores realizados pelo IBGE, aumentando o contingente populacional de 1950⁸ a 2010 em 600%. São distritos pertencentes ao município Elvas, Caixa D'água da Esperança, Cezar de Pina e Águas Santas. Apresenta clima tropical de altitude com verões amenos e úmidos. A vegetação é típica de cerrado, com áreas remanescentes da mata atlântica (SILVEIRA, 2008). O artesanato local se destaca pelos trabalhos com madeira, objetos de prata como castiçais, ambulans, quadros, esculturas desde a fabricação de artigos religiosos até peças mais sofisticadas, objetos de estanho, quadros e fabricação artesanal de doces.

A cidade teve início com um pequeno arraial denominado de “Arraial Velho de Santo Antônio”. Em 1718 o arraial foi elevado à vila e passou a ser chamado de “Vila de São José do Rio das Mortes”. Com a intensa exploração do ouro no século XVIII o vilarejo foi crescendo, aumentando o número de moradias construídas, de comércios e igrejas, e tal fato fez com que deixasse de ser vila para se tornar cidade em 1860 (TIRADENTES.net, 2015).

No início do século XIX o ouro entra em decadência, e a cidade para no tempo, sendo chamada por alguns de “cidade fantasma” (OLIVEIRA, 2015). Da mineração Tiradentes herdou obras em estilo barroco e rococó, com destaque para capelas, chafariz e igrejas trabalhadas em ouro, entre elas a matriz de Santo Antônio - última obra de Aleijadinho em 1810.

As primeiras pousadas começam a surgir na década de 70 e 80, com um grupo de empresários que buscava estimular o turismo cultural. Naquela época foi criada a primeira

⁸ Em 1950 eram 1142 habitantes (IBGE, 2015).

associação privada da cidade, direcionada para a arte e cultura e que despertou a cidade para o turismo (OLIVEIRA, 2015).

Ao analisar a história do município percebe-se a forte relação com os acontecimentos políticos e econômicos do Brasil na época de colônia, império e república. Em 06 de dezembro de 1889, com a proclamação da república, a cidade recebe o nome de Tiradentes em homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, idealizador da independência mineira. Nos anos seguintes Tiradentes começa a ganhar destaque novamente com a Semana de Arte Moderna, em 1922, quando um grupo de intelectuais paulistanos passa a divulgar a cidade por todo o país. No entanto, a cidade ainda continuava estabilizada em termos de desenvolvimento naquele período.

Em 20 de abril de 1938 Tiradentes é tombada pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que passou a prezar pela conservação do conjunto arquitetônico disponível no município.

Segundo Oliveira (2015), a partir de 1990 a cidade torna-se cada vez mais dependente economicamente da cadeia produtiva do turismo. Foram criados festivais que ganharam relevância nacional e internacional, como a mostra de cinema, o festival de cultura e gastronomia e o Tiradentes Bike Fest (Encontro de motos clássicas). Estes eventos ainda fazem parte do calendário da cidade, demonstrando sua relevância ao longo dos anos.

O município de Tiradentes encontra-se fortemente associado ao segmento de turismo histórico e cultural. Possui como atrações, além do patrimônio histórico arquitetônico, o patrimônio natural, ainda pouco explorado. A falta de roteiros faz com que estes locais sejam visitados somente em realização de eventos ou quando oferecidos por agências de turismo que atuam na cidade, mas ainda são pouco divulgados. Além dos eventos acima citados a cidade possui outros atrativos, divididos em quatro roteiros que são de agências de viagens: roteiro histórico e religioso; roteiro ecológico, roteiro artístico e cultural e roteiro gastronômico⁹, que movimentam a cidade durante todo o ano. Os municípios limítrofes são: Santa Cruz de Minas, Prados e São João Del Rei.

Até meados da década de 90, a atividade turística na cidade funcionava como um apêndice do turismo de São João Del Rei. As pessoas aproveitavam o passeio da Maria Fumaça para conhecer a cidade, mas não se hospedavam (BRUMER, 2012).

⁹ As atrações disponíveis em cada roteiro podem ser visualizadas no anexo J deste trabalho.

A fundação Roberto Marinho teve um papel fundamental no desenvolvimento turístico de Tiradentes, tendo sido responsável por diversas atividades culturais e projetos de restauração do patrimônio, em parceria com o poder público. Os autores supracitados destacam também a atuação da Rede Globo, que, ao gravar novelas e seriados na cidade, a tornou conhecida nacionalmente, impulsionando o investimento de empresários da rede hoteleira e de restaurantes. Dentre as produções gravadas na década de 90 estão: as minisséries Memorial de Maria Moura, Hilda Furacão e Rabo de Saia, parte da minissérie JK; os filmes Amor e Cia e Menino Maluquinho e a novela Coração de Estudante (BOLSON e FERREIRA, 2006).

A maior parte dos turistas que visitam Tiradentes são de Minas Gerais (86%), São Paulo (6,8%) e Rio de Janeiro (3,9%). A motivação se deve a negócios (29%), visita a amigos e parentes (23,7%) e lazer e passeio (20,8%) com tempo de permanência de 4 a 6 dias e gasto diário de R\$87,00 (SETUR, 2015).

Verificadas as características de cada destino e a importância do turismo para estas localidades, será analisado, a partir de agora, o ICMS turístico como política de desenvolvimento turístico.

4.4 ICMS Turístico: Política Tributária e Fiscal de Redistribuição da Arrecadação de Imposto para o Desenvolvimento do Turismo

Esta seção descreve a trajetória do ICMS no Brasil, como surgiu este imposto e sua importância para os estados e municípios brasileiros. Foi dada ênfase a Minas Gerais por ter sido o primeiro estado a incluir o turismo como critério no recebimento de repasses advindos desta fonte.

O tributo foi instituído originalmente na Grécia. “Com o passar do tempo, passou a ser exigido em estados brasileiros compulsoriamente, como meio de manutenção de sua estrutura e na prestação de serviços de utilidade pública à população” (MASCARENHAS, 2004, p. 10).

O código Tributário Nacional, em seu art. 3º, define tributo como: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (CTN, 2002).

Para definir como serão arrecadados os recursos, existe a política tributária, que direciona a captação. A forma como serão distribuídos estes valores, quais os beneficiados, ou seja, sua aplicação é de responsabilidade da política fiscal (MARTON, 2011).

Ao tratar especificamente do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), é possível perceber que vem de longa data a sua instituição, tanto dentro quanto fora do Brasil.

O ICMS teve como seus antecedentes o IVM – imposto sobre vendas mercantis (1922 a 1936); o IVC - impostos de venda e consignação (1936 a 1965) e o ICM (1965 a 1988) – imposto sobre circulação de mercadorias criado em 1965 para substituir o IVC, tributo cumulativo que incidia sobre as vendas de uma forma geral. O ICM buscava eliminar os efeitos negativos da cumulatividade sobre a economia adotando novas medidas do método de valor adicionado (REZENDE, 2009).

Com a Constituição Federal de 1988 – CF/88, o ICM é substituído pelo ICMS – imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - previsto no artigo 155, II da CF/88.

Dentre as mudanças do ICM para ICMS destacam-se a base de incidência do imposto que fora aumentada, incorporando a produção de petróleo e derivados, energia elétrica, e os serviços de comunicação e transporte interestadual, antes previstos em uma legislação própria, e autonomia dos estados para fixar suas alíquotas internas (REZENDE, 2009).

O ICMS é um imposto estadual, portanto, apenas os estados e o distrito federal podem instituí-lo, conforme previsão constitucional (Art.155, II da CF/88) e representa cerca de 80% da arrecadação dos estados (SABBAG, 2003). É regulamentado no código tributário nacional-CTN sob a égide da CF/88 e na lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, que dispõe sobre as normas gerais e da outras providências sobre a aplicação do imposto no país, posteriormente alterada pelas leis complementares nº 92/1997; nº 99/1999 e nº 102/2000. A partir da lei Kandir, os produtos e serviços destinados à exportação no Brasil se tornaram isentos de ICMS. Cada estado deverá ter uma legislação que verse sobre o funcionamento do imposto dentro do território estadual.

O fato gerador do ICMS no Brasil consta da circulação de mercadorias; o transporte intermunicipal e interestadual de pessoas ou mercadorias; a importação de mercadorias do exterior, e a prestação de serviços de comunicação. O simples fato de a mercadoria sair do

estabelecimento não caracteriza o fato gerador, que, para ocorrer, deve haver transferência de titularidade.

O contribuinte do ICMS será qualquer pessoa física ou jurídica que realize operações comerciais, de prestação de serviços e de comunicação com habitualidade, ainda que estas operações se iniciem no exterior. As alíquotas internas a serem cobradas em cada Estado poderão variar de acordo com o produto e deverão constar na lei do ICMS do Estado.

Do total arrecadado com ICMS nos Estados, 75% será destinado para o Estado e 25% serão distribuídos aos municípios da seguinte forma (artigo 158, inciso IV, parágrafo único da Constituição de 88):

- a) três quartos (75%), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizadas em seus territórios;
- b) até um quarto (25%), de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos territórios, lei federal.

Após a determinação na constituição de como deveria ser a distribuição dos valores arrecadados com o imposto, coube a cada estado elaborar uma legislação própria que regulamentasse o ICMS dentro de seu território.

Em Minas Gerais, o ICMS começou a ser regulamentado com o Decreto- Lei nº 32.535, de 18 de fevereiro de 1991, denominado de RICMS - Regulamento do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação. Em julho do mesmo ano fora publicado o Decreto-Lei nº 32.771/91, que estabelecia como deveria ocorrer a apuração e distribuição da cota-parte do ICMS nos municípios e os critérios a serem observados: o Valor Adicionado Fiscal-VAF, os Municípios Mineradores e Compensação Financeira por Desmembramento de Distrito (FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO, 2015).

Estes critérios acabaram por priorizar os municípios mais desenvolvidos que possuíam maior VAF¹⁰. Diante deste contexto, onde os municípios mais pobres estavam sendo prejudicados, e buscando modificar esse cenário, surge a Lei 12.040, de 28 de dezembro de 1995, conhecida como lei Robin Hood, que determina a dinâmica da distribuição do ICMS nos municípios mineiros.

¹⁰ O VAF refere-se à diferença entre o valor das mercadorias vendidas ou saídas de uma empresa, acrescido do valor das prestações de serviços, e o valor das mercadorias e serviços recebidos em cada ano civil da mesma empresa. Em termos de município, o VAF representa o somatório dos VAF das empresas nele localizadas (MAGALHAES, 2000).

Dentre os objetivos da Lei 12.040/1995 além de alterar a metodologia do cálculo estavam: descentralizar a distribuição da cota-parte do ICMS, incentivar a aplicação de recursos municipais nas áreas sociais, induzir os municípios a aumentarem sua arrecadação e utilizarem com mais eficiência os recursos arrecadados, criar uma parceria entre estados e municípios, tendo como objetivo maior a melhoria da qualidade de vida da população (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

Esta legislação prevaleceu até dezembro de 1996, quando foi alterada pela Lei nº 12.428 de 1996, que modificou o peso do Valor Adicionado Fiscal tornando-o menor, e melhorando a participação dos critérios Área Geográfica, População, População dos 50 mais Populosos, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Produção de Alimentos e Receita Própria (MINAS GERAIS, 1996). O regulamento do ICMS então vigente foi modificado pelo decreto nº 38.104, de 28 de junho de 1996, posteriormente revogado pelo decreto nº 43.080, de 12 de dezembro de 2002. No ano de 2000 foi publicada a lei Estadual nº 13.803, de 27 de dezembro, que manteve os mesmos critérios da lei anterior (12.428/1996), porém, determinou a redução progressiva da compensação financeira dos repasses para Mateus Leme e Mesquita e extinção deste critério a partir de 2004 (FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO, 2015).

Os critérios de distribuição para os municípios previstos na Lei Estadual nº 13.803/2000 podem ser visualizados na tabela 1. Dos 25% da receita total arrecadada com ICMS no estado a serem distribuídos aos municípios: a) três quartos (75%) são distribuídos na proporção do índice do VAF (Valor Adicionado Fiscal), conforme artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 63/90; b) até um quarto (25%) são distribuídos de acordo com critérios indicados na Lei Estadual nº 13.803/2000 (MINAS GERAIS, 2000) - conforme segue na tabela abaixo:

Tabela 1: Descrição dos critérios da Lei Estadual nº 13.803 de 27/12/2000.

Crítérios de distribuição da cota-parte dos municípios no ICMS (vigentes a partir de 2005)		
		Peso (%)
Lei MG 13.803 / 2000	VAF (art. 1º, I)	4,680
	Área geográfica (art. 1º, II)	1,000
	População (art. 1º, III)	2,710
	População dos 50 municípios mais populosos (art. 1º, IV)	2,00
	Educação (art. 1º, V)	2,00
	Produção de alimentos (art. 1º, VI)	1,000
	Patrimônio cultural (art. 1º, VII)	1,000

	Meio ambiente (art. 1º, VIII)	1,000
	Gasto com saúde (art. 1º, IX)	2,000
	Receita própria (art. 1º, X)	2,000
	Cota mínima (art. 1º, XI)	5,500
	Municípios mineradores (art. 1º, XII)	0,110
	Soma	25,000
Lei Complementar 63 / 90	VAF - Valor Adicionado Fiscal	75,000
	Total	100,000

Fonte: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/repasse_receita/criterios/icmscriterios.htm>. Acesso em 08 de agosto de 2015.

Estes critérios de distribuição da cota-parte dos municípios no ICMS prevaleceram até o ano de 2009, quando foram revogados pela lei 18.030/2009, de 12 de janeiro - uma nova versão da lei Robin Hood - que “dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencentes aos municípios”. Esta lei originária do projeto de Lei nº 23/2003 propõe mudanças significativas na distribuição do ICMS ao incluir novos critérios, dentre eles o turismo.

Nessa série de mudanças que ocorreu no instrumento Lei Robin Hood, desde sua criação, foi se revelando clara a dimensão estratégica em termos de desencadear e fortalecer políticas municipais em áreas prioritárias, dentre elas o turismo. A tabela de distribuição que passa a vigorar a partir de 2009 é representada abaixo na tabela 2, com os novos critérios incluídos foram recursos hídricos, municípios sede de estabelecimentos penitenciários, esportes, turismo, ICMS solidário e mínimo per capita:

Tabela 2: Descrição dos Critérios do Art. 1º da Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009.

Critérios de Distribuição	Percentuais/exercício		
	2009	2010	a partir 2011
VAF (art. 1º, I)	79,68	79,68	75,00
Área geográfica (art.1º, II)	1,0	1,0	1,0
População (art. 1º, III)	2,71	2,71	2,70
População dos 50 Municípios mais populosos (art. 1º, IV)	2,0	2,0	2,0
Educação (art. 1º, V)	2,0	2,0	2,0
Produção de alimentos (art. 1º, VI)	1,0	1,0	1,0
Patrimônio cultural (art. 1º, VII)	1,0	1,0	1,0
Meio ambiente (art. 1º, VIII)	1,0	1,0	1,10
Saúde (art. 1º, IX)	2,0	2,0	2,0
Receita própria (art. 1º, X)	2,0	2,0	1,90
Cota mínima (art. 1º, XI)	5,50	5,50	5,50
Municípios mineradores (art. 1º, XII)	0,11	0,11	0,01
Recursos hídricos (art. 1º, XIII)	0,00	0,00	0,25

Municípios sede de estabelecimentos penitenciários (art. 1º, XIV)	0,00	0,00	0,10
Esportes (art. 1º, XV)	0,00	0,00	0,10
Turismo (art. 1º, XVI)	0,00	0,00	0,10
ICMS solidário (art. 1º, XVII)	0,00	0,00	4,14
Mínimo "per capita" (art. 1º, XVIII)	0,00	0,00	0,10
Soma	25	25	25
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Anexo 1 da lei 18.030/2009 Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/icmsturistico/lei-18030-2009.pdf>>. Acesso em 08 de agosto de 2015.

A inclusão do critério turismo na cota parte do ICMS foi objeto de esforço da secretaria estadual de turismo e federação dos circuitos turísticos de Minas Gerais-FECITUR, que trabalhou em conjunto com o legislativo para incluir o turismo nesta redistribuição, tornando Minas o primeiro estado brasileiro a repassar recursos de ICMS para o desenvolvimento turístico.

A lei nº.18.030/09 entrou em vigor em janeiro de 2010, porém, a distribuição do critério turismo só esteve vigente a partir de 2011. Neste período, os municípios puderam se planejar e organizar a documentação necessária para cumprir as exigências impostas pela lei e obter o repasse, que ficou conhecido como ICMS Turístico.

O Art. 9º, §1º da lei Estadual nº 18.030, de 2009, determinava os critérios que os municípios teriam de apresentar para receber os valores decorrentes da atividade turística: § 1º, I – participar do Programa de Regionalização do Turismo da SETUR; II – elaborar uma política municipal de turismo; III – constituir e manter em regular funcionamento o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo (MINAS GERAIS, 2009). Contudo, não estabelecia quais os requisitos mínimos que os municípios teriam de cumprir para obter à habilitação, ou seja, não havia uma regulamentação específica (BORGES, 2013). Estes critérios funcionavam como proposição e não uma obrigação.

A regulamentação do critério “turismo” na lei 18.030/2009 veio em 18 de junho de 2010, com o decreto- lei nº 45.403 da SETUR, que determina em seu Art. 3º os requisitos **mínimos** para habilitação do Município, ou seja, caso o município não atendesse a um destes requisitos estava impossibilitado de concorrer à habilitação:

Art. 3º: I - participar do Programa de Regionalização do Turismo da SETUR (ou seja, fazer parte de um circuito turístico); II - possuir uma política municipal de turismo (elaborada e em implementação); III - possuir e manter

em regular funcionamento o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo (MINAS GERAIS, 2010).

Os valores a serem destinados aos municípios terão como base o índice de investimento em turismo do município e o somatório dos índices de investimento em turismo de todos os municípios do estado que estejam habilitados a receberem o benefício, os quais serão fornecidos pela SETUR (Secretária de Estado de Turismo), conforme exposto no Art. 9 da lei 18.030 (MINAS GERAIS, 2009). Dessa forma, os municípios habilitados irão receber um repasse mensal calculado pela Fundação João Pinheiro.

A documentação para concorrer ao ICMS Turístico deverá ser entregue na Secretaria de Turismo do estado de Minas Gerais. Os prazos para entrega, bem como resposta à notificação enviada pela SETUR quando os documentos não estiverem em conformidade para habilitação e a relação dos municípios habilitados estão determinados nos artigos 5º e 6º do decreto nº 45.625/2011, que declarou nova redação para os artigos acima citados. No anexo A deste trabalho pode ser consultada a relação dos documentos necessários para habilitação, como é feito o cálculo dos índices e a pontuação por critérios, conforme referido no art. 2º do Decreto nº 45.625, de 28 de junho de 2011.

O repasse dos valores acontece com base na documentação do ano anterior. Assim, no ano em vigência, o município envia a documentação e, se aprovada, começa a receber em janeiro do ano seguinte. Dessa maneira, os habilitados em 2010 começaram a receber mensalmente os repasses a partir de janeiro de 2011 e assim sucessivamente.

Nos gráficos 1 e 2 pode ser visualizado o número de municípios habilitados até então pela política (1) e os valores repassados a cada ano, destacando os valores máximos e mínimos repassados (2). Como a demanda tem sido crescente, os valores recebidos por município têm diminuído. Para se ter uma ideia, em 2011, o município que mais recebeu repasses foi Simonésia (R\$ 215.029,02), e em contrapartida, em 2015, Coronel Fabriciano - a cidade de repasses mais altos - recebeu R\$ 63.511,17. Em 2010 eram 44 municípios habilitados, e atualmente são 244 municípios, o que representa um crescimento de 455%. Todavia, embora esse aumento seja significativo, o valor total repassado diminuiu bastante, não acompanhando o aumento da demanda, o que significa que se este crescimento continuar se mantendo constante (o que é bem provável), e o percentual de 0,1% (valor de ICMS para o critério turismo) não for elevado, a política pode ser prejudicada, desestimulando a continuidade dos municípios que irão receber ainda menos recursos, tornando cada dia mais difícil viabilizar ações de desenvolvimento tendo como fonte o ICMS turístico.

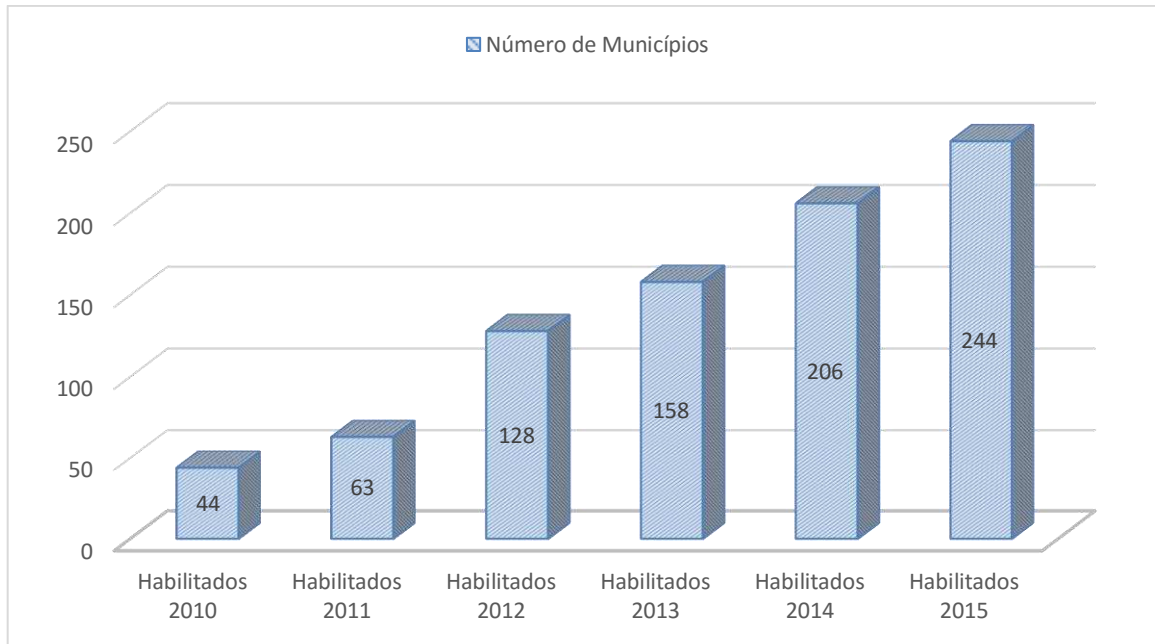


Gráfico 1: Municípios habilitados no ICMS Turístico.
Fonte: Elaboração Própria a partir de SETES 2015.

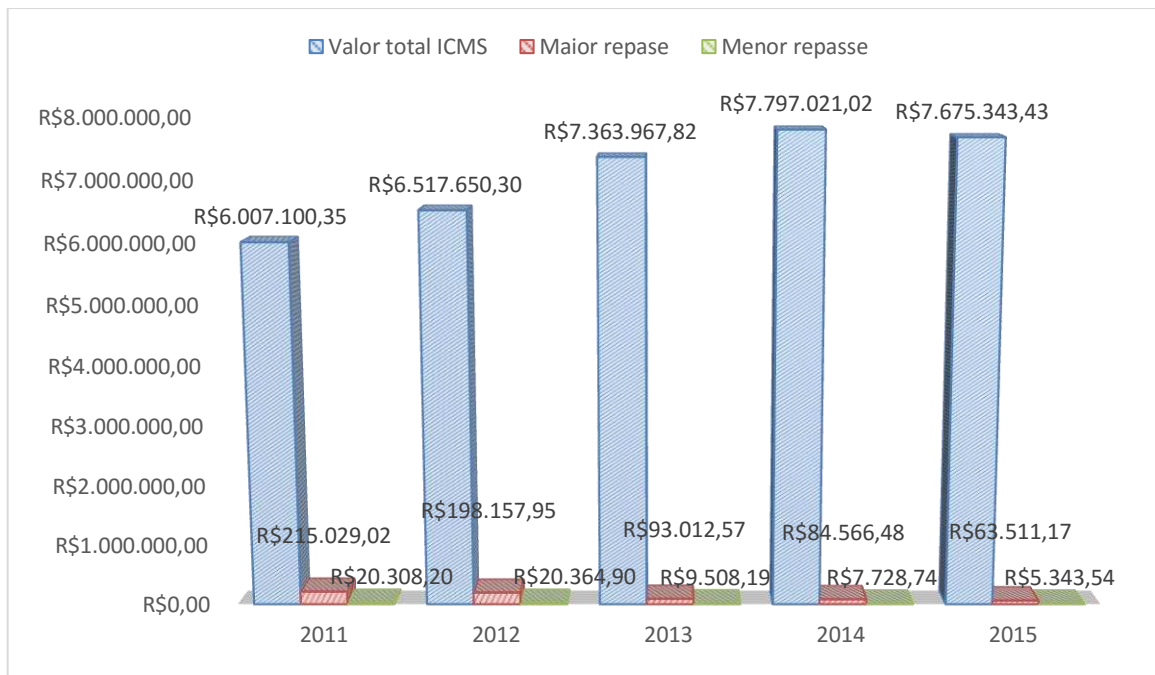


Gráfico 2: Valores Anuais de ICMS Turístico
Fonte: Elaboração Própria a partir da Fundação João Pinheiro, Transferências da Lei Robin Hood, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015.

É importante destacar a relação do turismo com os critérios da lei Robin Hood: Patrimônio Cultural e Meio Ambiente. Estes dois critérios existem desde a promulgação da Lei 12.040, em 28 de dezembro de 1995, e estão concretizados em suas respectivas áreas,

tendo sido o ICMS ecológico criado no Paraná, em 1991, e em Minas Gerais, em 1995. O ICMS cultural também fora criado em 1995 e sofreu alterações em 2009 com a lei 18.030, que incluiu os bens imateriais.

Essa relação, estabelecida por meio do Decreto 45.403 de 2010, que foi revogado pelo decreto 45.625/2011, que beneficia os municípios com maior pontuação caso já tenham implementados políticas de meio ambiente e de cultura. É um avanço, pois demonstra em âmbito institucional que a atividade turística prescinde de atrativos culturais e naturais (SALES, 2012).

Compreendido a origem do ICMS Turístico, tornou-se necessário entender como ocorre sua aplicação no âmbito dos municípios e se a política tem contribuído para melhoria da gestão municipal de turismo e para o desenvolvimento da atividade. Por isso, nos tópicos seguintes, a análise será direcionada para a implicação desta política (ICMS Turístico) em aspectos organizacionais, econômicos e culturais de Ouro Preto e Tiradentes.

5 IMPLICAÇÕES DO ICMS TURÍSTICO NOS DESTINOS ANALISADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar as implicações do ICMS Turístico em Ouro Preto e Tiradentes, com base nos aspectos organizacionais, econômicos e culturais do modelo de desenvolvimento turístico de Tomazzoni (2009).

A parcela do ICMS a ser distribuída aos municípios deve seguir os critérios estabelecidos no § 1º do art. 150 da Constituição do Estado de Minas Gerais. No total, são 18 critérios que definem o repasse para as mais diversas áreas, como: Patrimônio Cultural, Esporte, Educação, Recursos Hídricos, entre outras. Tais repasses são criados com a finalidade de destinar parte do que é recolhido pelo imposto estadual para a execução de outras ações que beneficiem os municípios na melhoria da gestão, e na busca por maior justiça fiscal. Inclui-se, neste escopo, o setor de **turismo**, já que este pode proporcionar aos cidadãos residentes do município, e também aos visitantes, melhoria na qualidade de vida, atrativos e hospitalidade (MINAS GERAIS, 2014b). Para o critério turismo é destinada a parcela de 0,1% de todo ICMS arrecadado no estado.

Soares (2012) realizou um estudo sobre planejamento público estadual e desenvolvimento turístico de destinos indutores no período de 2007 a 2010, utilizando deste modelo e seus aspectos. Os resultados encontrados pela referida autora serviram de base para as análises deste estudo. Por meio da comparação dos dados foi possível identificar se ocorreram mudanças no desenvolvimento do turismo nos destinos estudados com a criação do ICMS turístico ou se os indicadores permaneceram estagnados.

Para subsidiar e complementar as informações coletadas nas entrevistas foi utilizado o estudo de competitividade realizado FGV/MTur/Sebrae, que em 2014 completou sua sexta edição. Este estudo analisa 13 dimensões dos destinos indutores nacionais: infraestrutura geral; serviços e equipamentos turísticos; acesso, atrativos turísticos; marketing e promoção do destino; políticas públicas; cooperação regional; monitoramento; economia local; capacidade empresarial; aspectos sociais; aspectos ambientais e aspectos culturais. As informações do estudo de competitividade, por constituírem um horizonte temporal, ajudam na identificação dos aspectos que evoluíram ou regrediram nos destinos indutores com base em cada dimensão e quais os motivos que levaram a estes resultados. Ainda, para verificar desenvolvimento, utilizou-se também do índice FIRJAN- Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, que calcula o desenvolvimento municipal.

O capítulo foi dividido em quatro tópicos, distribuídos em aspectos organizacionais; aspectos econômicos; aspectos culturais e discussões e considerações globais.

5.1 Aspectos organizacionais

As implicações organizacionais se referem, no âmbito público municipal neste estudo, ao modo de estruturação e desenvolvimento da atividade. Os aspectos organizacionais da atividade turística em âmbito municipal devem compreender questões como: quem elabora o planejamento do turismo local; quem participa da elaboração (poder público, iniciativa privada e sociedade civil); quem executa; como é a relação de poder do ente público com os demais atores que também atuam no setor ou sofrem consequências da atividade como a iniciativa privada e a comunidade local; qual a estrutura técnica e administrativa (quantos funcionários fazem parte do quadro contratado ou efetivo, este número é suficiente?), dentre outras características que serão apresentadas com base nos elementos dos aspectos organizacionais de desenvolvimento turístico elaborados por Tomazzoni (2009), descritos no Anexo H desta dissertação.

5.1.1 Implicações Organizacionais em Ouro Preto

A gestão pública municipal de turismo em Ouro Preto é composta pela secretaria municipal de Turismo, Indústria e Comércio- SETIC, e pelo Conselho Municipal de Turismo- COMTUR, além de existirem outras entidades que atuam no turismo local e estão representadas dentro do conselho. De acordo com a literatura, o sistema turístico será direcionado pela gestão pública, neste caso, representada pela SETIC, responsável por coordenar as ações em prol do desenvolvimento turístico local, alinhando as políticas municipais as estaduais e nacionais e envolvendo os demais atores inseridos no sistema turístico para que também se responsabilizem pela atividade. A SETIC deve se preocupar ainda em estabelecer relações de parceria com outros órgãos para fornecer infraestrutura básica como transporte, segurança, saneamento, que favoreça a visita do turista e a qualidade de vida da população local.

Em Ouro Preto o planejamento da atividade vem acontecendo há pouco tempo, apesar de já existirem ações ao longo dos anos em prol do desenvolvimento, porém, sem coordenação. Os órgãos responsáveis por planejar e executar as ações em nível local atualmente são a SETIC e o COMTUR.

Ao longo da história a secretaria de turismo foi alvo de várias junções e esteve sob o comando de diversos secretários, muitos deles sem formação na área, ocupando o cargo por alianças políticas. Como não havia planejamento, a cada mudança de gestão, o turismo era

gerido de acordo com os interesses do partido que ocupava a situação. Além disso, por ser um destino no qual o turismo acontece de forma natural, acreditava-se em algumas gestões que planejar além dos eventos não era preciso.

A atividade turística em Ouro Preto teve início nos anos 1950 sendo intensificada a partir de 1980 (SANDOVAL et al., 2009). Durante muito tempo foi trabalhado sem qualquer planejamento, e faltavam hospedagens, serviços de alimentação, infraestrutura que comportasse a visitação em períodos movimentados, como festivais e eventos de grande porte.

O primeiro documento legal que trata da regulamentação do turismo em Ouro Preto foi a lei nº 26, de 1963, que instituiu o imposto sobre o turismo e hospedagem. Por meio deste imposto, todos os hóspedes e visitantes que utilizassem dos serviços de hotel, restaurantes, pensões e casas que comercializavam pedra sabão e similares pagariam um imposto de 10% sobre as despesas (OURO PRETO, 1963).

Nas décadas seguintes (meados anos 60, 70 e 80) diversos acontecimentos foram importantes para a estruturação pública de turismo em Ouro Preto, como a criação do departamento de turismo, do conselho municipal de turismo e da secretaria de turismo e recreação.

O Departamento de Turismo foi criado em 16 de maio 1967, sob a forma de fundação, primeiro órgão de turismo da cidade e tinha como finalidade:

Art. 2 - organizar e dar orientação ao serviço de turismo no município; patrocinar as promoções turísticas e recreativas; promover as solenidades cívicas e de interesse turístico do município; custear as despesas com a manutenção da guarda mirim que lhe ficara subordinada (OURO PRETO, Lei 174 de 16 de maio de 1967).

Em 02 de junho de 1972 foi estruturado o Conselho Municipal de Turismo, e os representantes das cadeiras eram escolhidos pelo prefeito municipal por meio de nomeação e recebiam **salários** para executar as funções, ou seja, não era um cargo ocupado voluntariamente, como nos moldes atuais. Tal fato é comprovado pelo art. 16 da lei n. 57, de 1972:

Art. 16- o quadro dos servidores do conselho municipal de Turismo de Ouro Preto será constituído por: um (1) secretário executivo, com salário correspondente ao valor igual a dois (2) salários em vigência na região; um(1) tesoureiro, com salário correspondente ao valor igual a dois (2) salários em vigência na região; seis (6) recepcionista com salário correspondente ao valor a um e meio (1,5) salários em vigência na região; dois (2) serventes com (1) salário da região (OURO PRETO, 1972).

Um ano após a criação do conselho foi extinto o Departamento de Turismo no dia 07 de junho de 1973, e criada a Secretaria de Turismo e Recreação-STR pela lei 01/73. A lei determinava que a STR estava incorporada ao Conselho Municipal de Turismo- COMTUR, com autonomia para exercer suas funções.

“[...] Da competência: compete a secretaria de turismo e recreação de ouro preto: a- Executar a POLITICA DO TURISMO adota pela administração municipal. B- Executar- na área municipal- as determinações e recomendações do ministério da Industria e Comercio, do conselho nacional de Turismo e da EMBRATUR- Empresa Brasileira de Turismo C- organizar O PLANO QUATRIENAL DE TRABALHO em nível abrangente das diversas atividades relativas ao TURISMO. D- organizar e executar os PLANOS ANUAIS DE TRABALHO nos assuntos referentes ao turismo; E- Planejar e executar o CALENDARIO DE FESTIVIDADES E EVENTOS TURISTICOS do município; F- Elaborar e Executar o programa de DIVULGACAO E INFORMACAO TURISTICA do município; Promover o desenvolvimento do TURISMO através de convênios de qualquer natureza nos planos FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, através do COMTUR- conselho municipal de turismo. H- Responder pelo aproveitamento dos RECURSOS TURISTICOS do município; I- promover o desenvolvimento, assessorar, regulamentar e fiscalizar a REDE ESPECIALIZADA EM SERVICOS DE ATENDIMENTO TURISTICO do município dentro das atribuições específicas da administração municipal; J- organizar e responder pelo esquema da RECEPCAO, INFORMACAO TURISTICA do município, K- Planejar e executar o programa anual de ATIVIDADES ARTISTICO-CULTURAIS do município; L- Promover, divulgar e amparar o ARTESANTO E O FOLCLORE no município. DA ORGANIZACAO- Art 3º fica a secretaria de turismo e recreação da prefeitura de Ouro Preto assim constituída: gabinete do secretário; Departamento de promoções e relações públicas (serviço de promoções, secção de festividades e eventos turísticos, secção de atividades artístico-culturais, secção de controle de diversões públicas, secção de divulgação e imprensa e secção de relações públicas); conselho municipal de turismo e almoxarifado (OURO PRETO, lei n. 01 de 1973).

Com a criação da secretaria, em 1973, passou-se a trabalhar com a ideia de planejamento da atividade e segregação de funções dentro da secretaria, porém, todas estas secções estavam voltadas para a promoção do destino e a organização de eventos. No dia 05 de setembro de 1980, o patrimônio histórico e cultural de Ouro Preto foi reconhecido pela UNESCO como patrimônio cultural da humanidade, o que gerou impactos diretos no setor turístico, como aumento do número de turistas na cidade e reforço para a proteção do acervo arquitetônico e urbanístico da cidade (SANDOVAL et al., 2009).

No ano seguinte (1981), a secretaria de turismo passa por uma nova junção - desta vez com a cultura -, e passa a ser denominada Secretaria de Turismo e Cultura de Ouro Preto. Nos

anos que sucederam o turismo foi trabalhado em várias pastas, reforçando a característica dos políticos em verem a atividade como uma troca de favores entre seus aliados. Dentre as mudanças da estruturação da gestão pública de turismo de Ouro Preto destacam-se: composição da secretaria de turismo e do COMTUR. O quadro 7 faz uma retrospectiva histórica das principais alterações ocorridas na gestão pública de turismo de Ouro Preto de 1963 quando é divulgada a primeira regulamentação do turismo até os dias atuais (2015).

Data	Tipo	Dispõe sobre	Prefeito
29/11/1963	Lei nº. 26	Imposto de turismo	José Benedito neves
16/05/1967	Lei nº. 174	Dispõe sobre criação do Departamento de Turismo de Ouro Preto	Genival Alves ramalho
02/06/1972	Lei nº. 57	Cria o Conselho Municipal de Turismo de Ouro Preto e dá outras providências.	
07/02/1973	Lei nº. 1	Dispõe sobre a criação e organização da secretária municipal de Turismo e Recreação da prefeitura de Ouro Preto	Genival Alves ramalho
07/02/1973	Lei nº.2	Altera a lei nº 57/1972 que cria o conselho municipal de turismo de Ouro Preto e dá outras providências.	Genival Alves ramalho
16/11/1977	Resolução 10	Aprova Convênio celebrado entre a Prefeita Municipal de Ouro Preto e a Empresa Brasileira de Turismo, EMBRATUR	Alberto Caram
07/12/1981	Proposição 46	Dispõe sobre denominação de atividades da secretaria de turismo que passa a ser denominada secretaria de Turismo e Cultura	Alberto Caram
15/12/1981	Lei nº.233	Dispõe sobre denominação e atividades da secretaria de Turismo e Cultura	Alberto Caram
2003	----	Secretaria municipal de Turismo, Indústria e Comércio.	Marisa Maria Xavier Sans
28/07/2005	Lei nº 93	Regulamenta o conselho municipal de turismo de Ouro Preto- COMTUR adequando sua composição conforme art. 37 da lei orgânica municipal e dá outras providências	
27/04/2006	Lei complementar nº. 15	Modifica a denominação da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio para secretaria municipal de Cultura e Turismo	Ângelo Oswaldo de Araújo Santos
13/12/2007	Lei n.º 380	Modifica a lei nº 93/05 que regulamenta o Conselho Municipal de Turismo de Ouro Preto.	Ângelo Oswaldo de Araújo Santos
13/07/2010	Decreto 2377	Homologa Alteração no Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.	Ângelo Oswaldo de Araújo Santos

27/09/2010	Lei n° 587	Cria o Fundo Municipal de Turismo	Ângelo Oswaldo de Araújo Santos
21/06/2011	Lei n° 659	Dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo/COMTUR	Ângelo Oswaldo de Araújo Santos
2013		Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	José Leandro filho
11/12/2015	Resolução 02/2015	Estabelece o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo-COMTUR	José Leandro filho
11/12/2015	Resolução 03/2015	Estabelece o Regimento Interno do Fundo Municipal de Turismo-FUMTUR	José Leandro filho
11/12/2015	Resolução 04/2015	Estabelece o Estatuto do Conselho Municipal de Turismo	José Leandro filho
15/12/2015	Lei n° 971	Estabelece a Política Municipal de Turismo	José Leandro filho

Quadro 7: A Trajetória da Gestão Municipal de Turismo de Ouro Preto.

Fonte: Elaboração Própria a partir de Ouro Preto. Câmara Municipal, 2015.

Com a entrada de um novo governo em 2013, o turismo muda de pasta, deixando a cultura que passa a ser trabalhada junto com patrimônio, para compor a Secretaria de Turismo Indústria e comércio, que permanece em 2015. Compete a esta secretaria:

- I. Executar a política municipal de desenvolvimento econômico;
- II. Desenvolver as atividades relacionadas com o turismo, indústria e comércio do Município;
- III. Efetuar o levantamento, a divulgação e o fomento das atrações turísticas do Município;
- IV. Desenvolver e/ou incentivar a capacitação de pessoal especializado para serviços ligados ao turismo, à indústria e ao comércio no Município;
- V. Fomentar o desenvolvimento do comércio e da indústria do Município, sobretudo com vistas à implantação de novas empresas e à geração de empregos;
- VI. Fiscalizar e gerir os convênios firmados pelo Município neste setor;
- VII. Exercer outras atividades correlatas (OURO PRETO, 2015).

Para coordenar as competências a este órgão impostas, a SETIC conta com um quadro de aproximadamente 50 funcionários divididos nos seguintes departamentos e serviços:

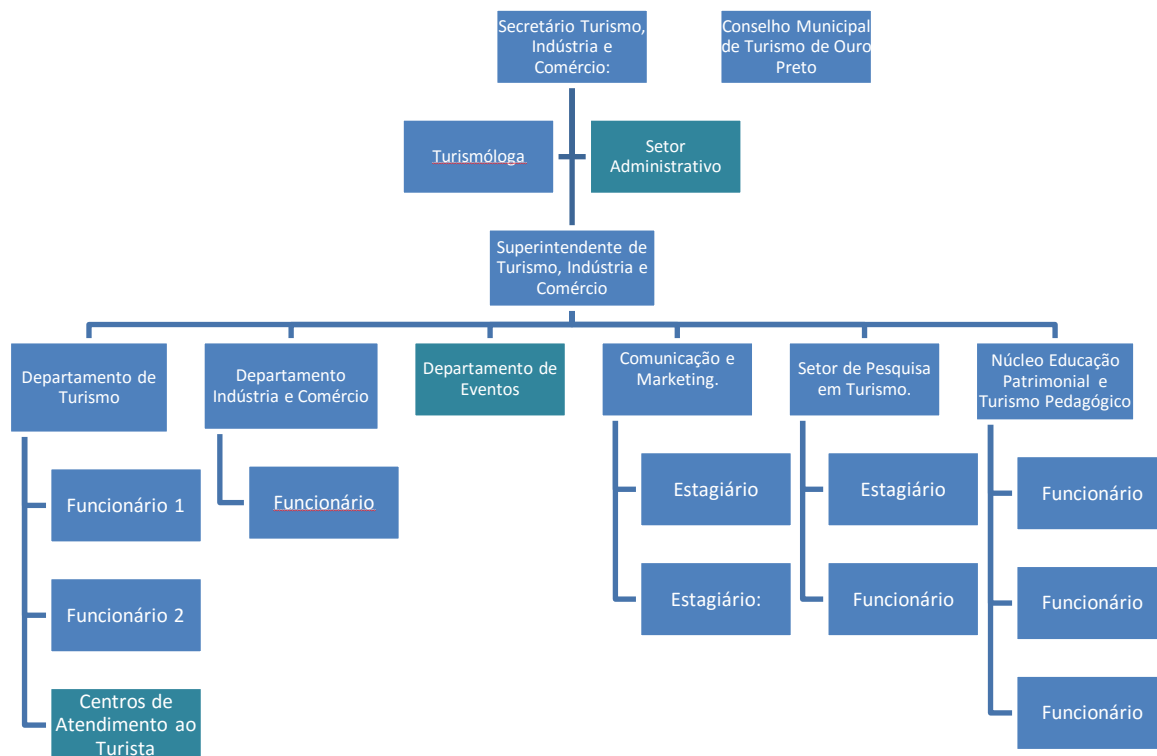


Figura 6: Organograma do Turismo de Ouro Preto.
Fonte: SETIC, 2015.

Como dito no início deste tópico, o responsável por assessorar e fiscalizar as ações da SETIC é o Conselho Municipal de Turismo. Este conselho permaneceu por dois anos inativo, sendo reativado em agosto de 2014, com um mandato de dois anos 2014-2016. É um conselho paritário, consultivo e deliberativo.

As reuniões do COMTUR ocorrem toda primeira segunda-feira de cada mês. A lei municipal nº 659, de 20 de junho de 2011, dispõe sobre as atribuições e competências deste órgão e define em seu Art. 3º que compete ao COMTUR:

Elaborar o Plano Municipal de Turismo para o município; Assessorar o executivo municipal nos assuntos relacionados ao setor turismo, analisando e manifestando sobre as ações do poder público, inclusive sobre a aplicação do fundo municipal de turismo; fiscalizar a movimentação orçamentária do FUMTUR e eleger o comitê gestor deste fundo, dentre outras competências (OURO PRETO, 2011).

O COMTUR em Ouro Preto é composto por 16 conselheiros, dos quais 08 foram indicados pelo poder público e 08 pela sociedade civil; cada entidade é representada por um membro titular e um suplente. São membros do **poder público**: Secretaria Municipal de Turismo Indústria e Comércio; da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio; da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; da Polícia Militar de Minas Gerais; da Universidade Federal de

Ouro Preto – UFOP; do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG; do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, da Câmara Municipal de Ouro Preto.

São representantes da **sociedade civil**: Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto-ACEOP; do Convention & Visitors Bureau – CVB; da Área de acervos patrimoniais, museus institucionais, eclesiásticos e privados; da Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto - FAMOP; da Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto – AGTOP; da Agência de desenvolvimento de Ouro Preto – ADOP; das Agências de viagem, receptivos e de transporte turístico; da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – Regional Circuito do Ouro.

A reativação do COMTUR foi importante para o turismo de Ouro Preto, pois trouxe à tona a discussão do planejamento (plano municipal de turismo, política municipal de turismo), essenciais para um desenvolvimento mais responsável da atividade. Além disso, chamou os demais atores da sociedade civil que também fazem parte do setor turístico para discutirem sobre o turismo local, tornando-os corresponsáveis pelas ações, ainda que a participação destes não seja muito efetiva. Para o E3, o COMTUR tem cumprido com suas atribuições definidas em lei apesar de alguns conselheiros não participarem efetivamente das reuniões.

O primeiro plano municipal de Turismo- PMT foi elaborado em 2011. Antes disso as ações do turismo eram apenas citadas no plano diretor. O PMT 2011-2021 foi construído pela secretaria municipal de turismo e cultura estrutura municipal de turismo na época, nas reuniões do COMTUR sob consultoria da Associação do Circuito do Ouro (ACO)¹¹ - instância de governança regional da qual Ouro Preto faz parte, tendo participação do poder público, da sociedade civil, da iniciativa privada e de colaboradores de entidades locais como a UFOP (SETIC, 2015).

A metodologia adotada no plano buscou incorporar as necessidades do município como prioridade no planejamento. Para tanto, foi feito um diagnóstico com base em alguns indicadores do INVtur (Inventário da oferta turística- Metodologia Mtur) e Estudo de Competitividade FGV. A figura 7 mostra o processo de elaboração e implementação do plano e a figura 8 os indicadores utilizados durante o diagnóstico.

¹¹ ACO- Associação do circuito do Ouro é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos que agrupa 17 municípios com afinidades culturais, históricas e naturais com proximidades geográficas. A missão desta associação é promover o desenvolvimento do turismo de maneira responsável por meio da integração e cooperação entre os municípios associados.

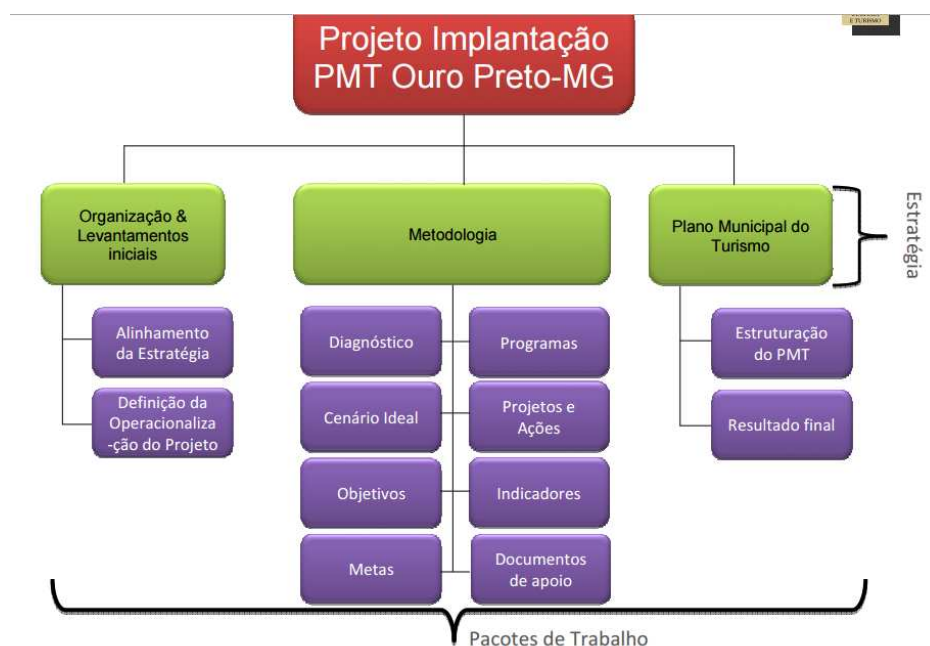


Figura 7: Elaboração e Implementação do PMT de Ouro Preto.
 Fonte: SETIC. Projeto de Implantação do Plano Municipal de Turismo, 2011-2021.

Segundo Oliveira (2014, p.137), “o plano é considerado a peça fundamental do planejamento turístico da região e do departamento. Ele contém basicamente as orientações de curto e médio prazo, que devem sofrer a intervenção departamental em prol do turismo, fixando a natureza e os espaços que serão beneficiados pelas ações”. Em maio de 2015 o plano municipal de turismo de OP foi revisado com apoio do Sebrae, e as ações priorizadas pela secretaria no cronograma anual de execução passaram a ser direcionadas em 5 programas: articulação e governança; atrativos; equipamentos e serviços; economia local e marketing. As ações de cada programa podem ser visualizadas no quadro 8:

Articulação e Governança	Atrativos	Equipamentos e Serviços	Economia Local	Marketing
ATIVIDADES/AÇÕES				
1.	Agendamento de uma reunião junto as entidades que compõe o COMTUR e demais órgãos voltados ao Turismo, com a finalidade da apresentação da proposta da criação de uma rede de negócios.			
1.1	Encontro para formalização e assinatura do convênio, definição da liderança da rede, presença de uma representante da Procuradoria Jurídica da PMOP.			
1.2	Encontro para apresentação de projetos voltados para captação de recursos. Esta reunião contará com a presença do Diretor de Projetos da SETIC.			
1.3	Aprovação dos projetos e previsão de recursos para realização dos mesmos.			
1.4	Início da Execução dos Projetos			
2	Listar os atrativos naturais e Culturais do Município.			
2.1	Realizar encontros da Câmara Técnica do COMTUR com os responsáveis ou envolvidos com os atrativos.			

2.2	Analisar e avaliar o potencial turístico comercializável dos atrativos levantados
2.3	Trabalhar na produção de um catálogo (impresso e virtual) dos atrativos do município de Ouro Preto
2.4	Divulgar o catálogo de atrativos de Ouro Preto
3	Buscar informações sobre o projeto de sinalização
3.1	Diagnóstico dos CAT's Estrutura básica
3.2	Diagnóstico do Trade/Treinamento Básico
3.3	Buscar parcerias para executar a sinalização dos principais pontos turísticos, bairros, centro histórico, indicando sentido centro (entrada/saída)
3.4	Estruturação básica do CAT Prefeitura
3.5	Buscar parcerias com entidades e oferecer cursos de capacitação para o trade
3.6	Executar a sinalização dos principais pontos turísticos, bairros, centro histórico, indicando sentido centro
3.7	Estruturação básica do CAT escola
4	Pesquisar o número de empreendimentos turísticos ativos
4.1	Estimar a geração de emprego e renda dos empreendimentos levantados
4.2	Pesquisar os cursos de qualificação relacionados ao trade turístico e seus ofertantes
4.3	Ampliar as parcerias para oferta de capacitação e qualificação profissional
5	Contratar o aplicativo
5.1	Produzir material para publicação
5.2	Promover viagens de captação
5.3	Produzir material gráfico de divulgação

Quadro 8: Atividades e ações do Plano Municipal de Turismo de Ouro Preto.

Fonte: Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Ouro Preto, Plano Municipal de Turismo, 2015.

Das ações previstas no quadro 8, estão em período de implementação o projeto de sinalização turística financiado pelo governo federal-PAC do turismo o CAT- Centro de Atendimento ao Turista, inaugurado em outubro por meio de uma parceria entre a secretaria de Turismo e a Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, e ações da área de marketing e promoção do destino, com destaque para o Festival de Turismo de Ouro Preto, realizado em outubro de 2015 com apoio da Secretaria Estadual de Turismo, da ABAV-MG, que reuniu profissionais do trade turístico e empresas de todo o Brasil, e, ainda, a criação da marca Ouro Preto, onde “todo dia é histórico”. Ao analisar as ações implementadas em entrevistas com o poder público, percebeu-se um direcionamento das ações da SETIC para realização de eventos; promoção do destino, e estruturação.

Apesar da existência de um PMT desde 2011, a política municipal de turismo só foi aprovada pelo legislativo em dezembro de 2015. Neste mesmo mês foram legalizados também os regimentos interno do COMTUR, FUMTUR e o estatuto do COMTUR. Com estas regulamentações e com a implementação da política municipal de turismo, o município de Ouro Preto se torna apto, atendendo a todos os critérios para concorrer ao ICMS turístico.

Ao constatar que o município não recebe ICMS turístico, muitos podem indagar o porquê de estudar uma política em um destino que nem dela ainda participa. Este foi, pois, o

nosso estímulo para escolher Ouro Preto: entender quais os fatores que não possibilitaram ao município estar alinhado à política estadual, tendo em vista a representatividade do destino no turismo nacional e, por ser uma política o ICMS turístico que busca a organização turística dos municípios, estas tornam-se mais responsáveis pelo desenvolvimento turístico local e regional.

Constatou-se que o município já enviou a documentação por duas vezes, mas não conseguiu atender a todos os critérios devido a problemas de planejamento da atividade como a falta de aprovação da política municipal de turismo pelo legislativo até dezembro de 2015, implementação do plano em partes e falta de movimentação adequada do FUMTUR, o que impossibilitou a habilitação.

Das políticas estaduais de turismo, Ouro Preto participa apenas da política dos circuitos turísticos, sendo integrante do Circuito do Ouro com 17 municípios associados e do programa Estrada Real, criado pela federação das indústrias do Estado de Minas Gerais-FIEMG, com cogestão da secretaria estadual de turismo e da secretaria de estado de planejamento e gestão – SEPLAG desde 2006 (ALVARES, 2008), ambas importantes para a divulgação do turismo da cidade no Brasil.

Diante das características apresentadas sobre a gestão do turismo em Ouro Preto, constatou-se que a principal causa da não habilitação no ICMS Turístico é a falta de planejamento, que resulta em não cumprimento dos critérios determinados pela política. Para confirmar esta indução foi feita entrevista com o gestor municipal e funcionário da SETIC; com membro do COMTUR.

Ao questionar a gestão municipal de turismo, um funcionário da secretaria ressaltou que a equipe possui interesse em participar da política, e só não conseguiu ainda por falta de organização quanto aos critérios exigidos, como explica:

(...) Nos já construímos a política municipal de turismo, que a gente não tinha em forma de lei, né, você tem que comprovar isso, inclusive já ta, o conselho aprovou, foi construído junto com o conselho, e a secretaria de governo já passou pra câmara como um projeto de lei, em relação ao COMTUR ele ficou uns dois anos desativado, ativamos de novo, estamos revendo todo o regimento do conselho, já temos o fundo, a lei desde 2010 e agora nós já vamos operacionalizar o fundo. Estamos trabalhando pra ano que vem encaminhar toda a documentação, porque ela é retroativa né, você encaminha no ano, mas do ano anterior. Então a gente tem que fazer o dever de casa todo esse ano pra mandar tudo certinho ano que vem (...) (E1).

Não habilitamos porquê (...) Ainda não tínhamos a Política Municipal de Turismo e o Fundo Municipal operacionalizado(...) (E4).

Segundo um membro do COMTUR (E2), o fato que impossibilita a participação no ICMS turístico é a falta de interesse da gestão municipal que está no poder. Pois, como o município tem um orçamento alto, o valor do ICMS não causaria impacto na receita de turismo do município.

(...) A ausência de interesse pelo o título. O considerável orçamento municipal sempre foi um empecilho para motivar os gestores a se mobilizarem para concorrer aos recursos que são considerados irrisório diante do faturamento.

Nesse momento porém, há um interesse do executivo, que é quem pode iniciar o processo, em se candidatar e estão sendo feitos esforços nesse sentido(...) (E2).

Com base nas falas e percepções obtidas no município, considera-se que a não habilitação no ICMS turístico se deveu à falta de interesse da gestão municipal de turismo, que num primeiro momento não se capacitou porque não necessitava destes recursos devido ao orçamento que tem para o turismo, e também porque não possuía os requisitos exigidos (política municipal de turismo e fundo sendo movimentado). Contudo, deve ser ressaltado que mais que o recebimento de um repasse, a política valoriza a estruturação turística do município e alinha o destino com as políticas estaduais e com as práticas de planejamento, uma vez que os critérios exigem que o município tenha planos e ações sendo implementados e fiscalizados pelo COMTUR. Outro fator relatado pelos entrevistados foi a falta de interesse de secretários de gestão anteriores, que não possuíam formação em turismo ou em áreas afins, tendo uma visão mais política do que técnica.

Atualmente a cidade tem demonstrado interesse em participar da política. Esta busca se deve à luta de alguns funcionários da secretaria de turismo, que enxergam a importância do município estar alinhado às políticas estaduais para o reconhecimento e desenvolvimento do turismo local.

A política do ICMS turístico estimulou a reativação do COMTUR, criação do fundo, do plano e da política municipal de turismo. Este alinhamento é que interessa para o município e não os recursos que representam muito pouco, como ressalta E3, ao falar sobre as vantagens e desvantagens do ICMS turístico. São consideradas vantagens: estar alinhado com a Política Nacional e Estadual de Turismo; e desvantagens: pouco recurso destinado ao município.

Ao dialogar com os gestores públicos nas entrevistas e por meio de conversas informais no destino levantou-se uma série de problemas que afetam o desenvolvimento do turismo no destino como: infraestrutura (falta estacionamento, banheiro, sinalização),

conservação do patrimônio histórico, que sofre com a degradação do tempo e com o depredação da comunidade, mesmo tendo recebido em 2014 R\$ 900.000.00 pelo critério patrimônio cultural, além de falta de fiscalização que resguarde estes bens; falta de envolvimento da iniciativa privada, que fica esperando muito da prefeitura e não avança na qualidade dos serviços ofertados; falta de participação da comunidade local, atuação dos guias turísticos e planejamento turístico. Constatado os problemas, optou-se por ver a percepção dos moradores de Ouro Preto sobre o que consideravam como necessidade de se ter melhorado no turismo da cidade. Após as respostas, foram obtidos os seguintes resultados expostos no gráfico 3:

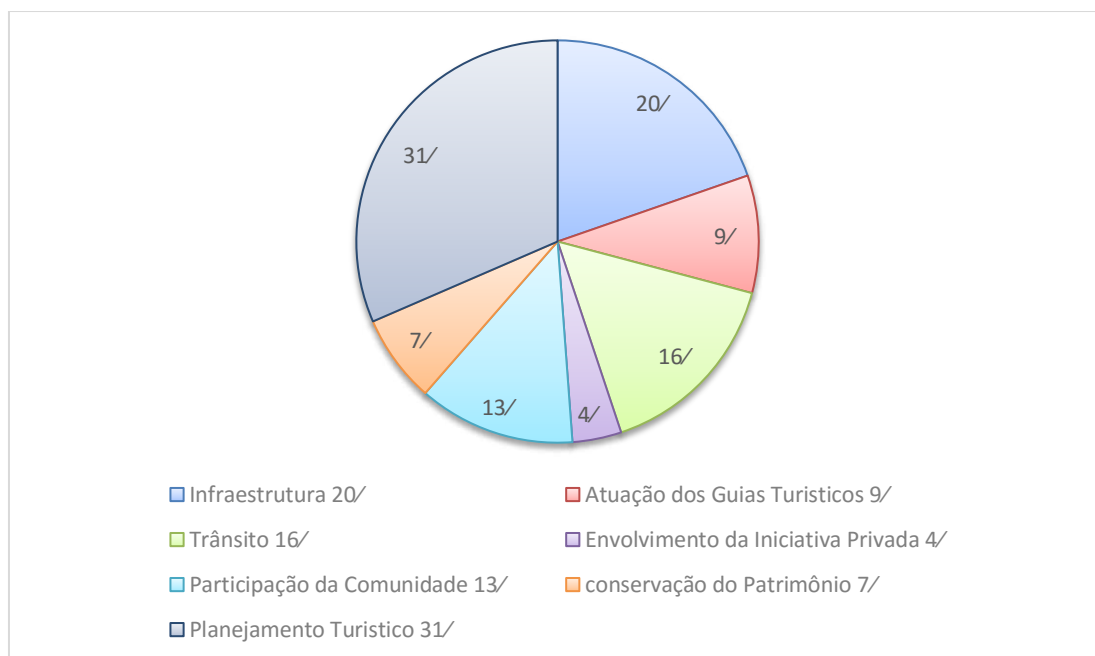


Gráfico 3: Fatores a serem Melhorados no Turismo de Ouro Preto
Fonte: Elaboração a partir de dados da pesquisa.

Nas respostas obtiveram destaque o planejamento turístico, com 31%, infraestrutura, 20%, trânsito, 16%, e participação da comunidade, 13%. O planejamento já era perceptível, inclusive pelo poder público e foi novamente ressaltado pela comunidade, que espera ações mais efetivas da gestão municipal, pois possui efeito sobre todos os outros fatores direta ou indiretamente, uma vez que determina as prioridades do governo.

O segundo problema levantado pelos moradores foi a falta de infraestrutura, tanto para turistas como para moradores. Os principais problemas apontados se devem à falta de banheiros públicos, estacionamentos, acessibilidade para deficientes, grande fluxo de veículos no centro histórico, falta de sinalização, transporte intermunicipal para os distritos com

horários restritos, o que impede a visitação de muitos distritos que também são atrativos e poderiam se desenvolver com o fluxo de Ouro Preto. Os entrevistados reclamam ainda da falta de lixeiras, deixando muita sujeira na ruas, principalmente quando ocorrem eventos maiores; da poluição sonora; da falta de água e de saneamento básico nos bairros mais afastados do centro histórico, que ficam sem água por dias durante os eventos de grande fluxo como carnaval e sujeitos a doenças devido ao esgoto.

Apesar de ter obtido apenas 9%, a atuação dos guias turísticos é um problema grave também na cidade. A população local talvez não o reconheça por não utilizar dos serviços turísticos ofertados por estes atores, mas os turistas, logo ao chegarem ao centro histórico, são abordados por eles. Existem três tipos de guias em ouro Preto: os credenciados, os não credenciados (oportunistas) e os cicerones. A profissão de guia turístico é reconhecida pelo Ministério do Turismo, mediante curso técnico na área reconhecido pelo MEC e Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastrur). Como muitos não são credenciados no Cadastrur, por não atenderem aos requisitos exigidos, acabam atuando de maneira informal, não possuindo os conhecimentos necessários para acompanhar os turistas, cobrando preços diferenciados, e colocando os turistas em risco. Além disso, ocorrem brigas por disputa de turistas entre os que possuem cadastros e os não credenciados (oportunos), fazendo com que o turista presencie situações constrangedoras.

Tentando amenizar este problema, a prefeitura tentou regular os guias locais por meio de lei municipal, criando o cadastro municipal de cicerones - lei nº. 046 de 2000:

Art. 1: Fica criado o Cadastro Municipal de Cicerones (guias locais). Art. 2: Para se cadastrar , os interessados deverão preencher os seguintes requisitos: a) ter ensino fundamental completo (1 a 8 série); b) antecedentes sociais (cartas de apresentação de entidades ligadas a área de turismo); c) comprovação de conhecimentos históricos e geográficos ,(habilidades para lidar com turistas e orienta-los com relação a meios de transporte, hospedagem, artesanato e questões paralelas). Parágrafo único: para atendimento as exigências estabelecidas na letra ‘c’, os interessados serão submetidos a testes aplicados sob a coordenação da secretaria municipal de educação. [...] (OURO PRETO, Lei nº. 046, de 14 de dezembro de 2000).

Com a oportunidade de ser um guia regularizado pela prefeitura, muitas pessoas buscaram ter o cadastro, inclusive funcionários públicos que passaram a se dedicar à atividade aos fins de semana. Porém, este cadastro municipal não existe mais, assim como não existe também a fiscalização da classe pelo órgão público. O tipo de guia que mais preocupa são os guias que não possuem nenhum cadastro. Estes problemas já foram relatados em vários

estudos como o de SILVA e TEXEIRA (2015), e a prefeitura tem consciência do problema mas não planeja forma de solucioná-lo, como destacam E1 e E3:

[...] Este problema continua, é a nossa dificuldade. Porque o guia é um profissional autônomo, quem certifica e reconhece é o ministério do turismo. (...) Depende também de interesse político de querer intervir nisso, vai além do técnico, vai da questão política mesmo, se um político esta disposto né, então a gente acaba tendo estes entraves políticos [...] (E1).

[...] O exercício da profissão de guia em Ouro Preto é um problema no município. Para isso, estamos trabalhando juntamente com a Polícia Militar e a Guarda Municipal para fiscalização de trabalho de guia ilegal. Atualmente estamos fazendo um levantamento de quantos guias necessitam de treinamento[...] (E3).

Levantando os problemas que precisam de solução na cidade para melhor desenvolvimento do turismo, perguntou-se aos moradores como eles avaliam a atuação do poder público municipal no turismo, se péssima, boa, ruim ou ótima. Os resultados revelaram uma insatisfação da comunidade com a gestão atual no que se refere à atividade turística, demonstrando que existe uma necessidade de aproximar mais o poder público dos anseios das pessoas residentes, por meio de um diálogo que envolva a participação da comunidade no planejamento das ações.

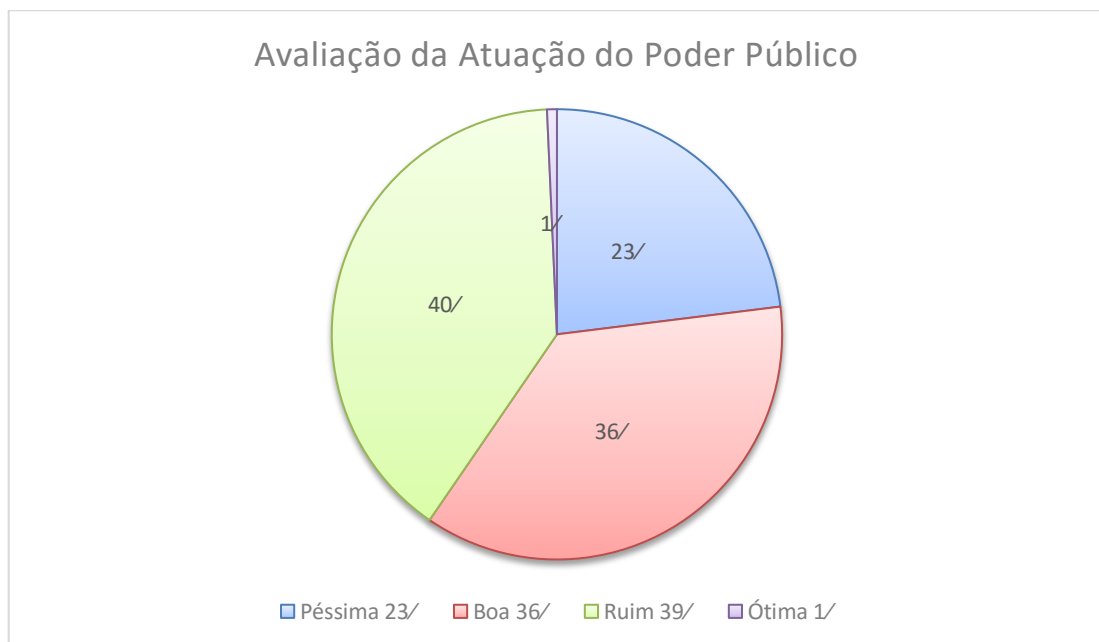


Gráfico 4: Percepção dos Residentes sobre atuação do poder público municipal no Turismo
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa.

Ao serem indagados sobre os desafios que precisam ser superados na gestão pública municipal de turismo, para alcançar um desenvolvimento mais sustentável e responsável do turismo, o gestor E2 destacou:

[...] Convencer os gestores do executivo da importância de compartilhar com o Conselho as decisões sobre o setor.
 . Estimular os empresários a melhorarem a participação nas decisões do setor.
 . Articular as melhorias nos diversos setores, principalmente, no atendimento.
 .Garantir sustentabilidade do setor, melhorando o desempenho econômico de modo torna-lo cada vez mais representativo do orçamento municipal.
 . Estimular que a cidade assuma a condição de destino indutor da região do Circuito do Ouro[...] (E2).

Para E1, o papel do poder público é fomentar o turismo dando condições para que o empresariado possa atuar. A cidade de Ouro Preto, segundo E1, já melhorou em vários aspectos de infraestrutura e acessibilidade, porém, é preciso ainda estruturar os roteiros turísticos incluindo os distritos, melhorar o transporte intermunicipal entre o município e os distritos, trabalhar o turismo ecológico e se modernizar tecnologicamente.

[...] a gente precisa talvez investir mais na parte ecológica, né, do turismo ecológico em Ouro Preto, a gente já tem o turismo cultural, o nosso carro chefe, tem o turismo de negócios, aí também que é outro segmento que OP tem potencial e que tem sido trabalhado nesses últimos anos, principalmente no centro de convenções da UFOP que a gente tem aqui, agora a gente precisa trabalhar mais na parte de turismo ecológico. Tem alguns distritos aí do município com destaque, Lavras Novas, São Bartolomeu, Santo Antônio do Leite, o Salto aquela região ali é muito rica né ambientalmente falando cachoeiras, trilhas. Então eu acho que o turismo precisa ser melhorado nesta parte. [...] Eu acho a parte de formação também sabe, OP esta precisando se modernizar, porque hoje, aplicativos, desenvolver outras formas de acesso a informação mais ligada a tecnologia sabe, OP precisa, a pessoa já chega, ela tem o smarthfone dela, ela já baixa o aplicativo, e já tem informação sobre a cidade, eu acho que ouro preto precisa avançar nisso[...] (E1).

[...] Ouro Preto precisa estar mais alinhado com as políticas públicas de turismo e precisa trabalhar melhor o planejamento turístico que já estamos desenvolvendo[...] (E3).

Com base nos aspectos organizacionais, elaborou-se o quadro 9, comparando os dados de Soares 2012 com os dados desta pesquisa. Esta comparação se deve ao fato de se tentar compreender se ocorreu desenvolvimento nestes aspectos.

Elementos	Indicadores	Resultados Soares(2012)	Resultados da Pesquisa (2015)
DIMENSÃO ORGANIZACIONAL	Possui COMTUR com reuniões periódicas:	Sim	Sim, uma vez por mês
	Presidente do COMTUR	Membro do poder público	Membro do setor Privado, convention Bureau
	Possui Plano de Turismo:	Não	Sim
	Foi contemplado com ICMS Turístico	Não	Não
	Perfil do Poder Público Municipal	O turismo está ligado ao setor de cultura- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio.
	Perfil dos empresários	Acomodados acham que não precisam investir em funcionários e qualificar a oferta, acham a cidade turística de qualquer maneira	Não investem em qualificação de mão de obra esperam muito da prefeitura, acreditam que o turismo vai acontecer de qualquer forma
	Perfil da comunidade receptora:	Enxerga a cidade como turística mas não valorizam o turismo	Reconhece a importância do turismo para o desenvolvimento local
	Atuação das escolas e universidades locais	Não mencionado	Universidade, escolas não foi mencionado. Possui uma cadeira no COMTUR-UFOP e responsável pelo Centro de Atendimento ao turista
	Possui Convention Bureau:	Sim	Sim
Realização de missões e viagens de estudo com atores locais	Não mencionado	Sim, capacitações por meio do Pronatec, Agência de Desenvolvimento de Ouro Preto (Adop), Associação Comercial de Ouro Preto (Aceop), além do	

			próprio Sebrae MG e do circuito do ouro.
	Outras observações: em 2014 Ouro Preto foi contemplado com o prêmio de Capacidade Empresarial.		

Quadro 9: Resumo das principais informações da Dimensão Organizacional de Ouro Preto.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Tomazzoni (2009) e Soares (2012).

No aspecto **organizacional** observou-se que:

- Os atores responsáveis pelas decisões de investimentos e realização de projetos turísticos são os membros do poder público com intervenções dos membros do COMTUR;
- O COMTUR foi reativado no fim de 2014, com reuniões mensais e envolvimento de representantes de diferentes entidades atuantes no turismo local, chama atenção para o fato de em 2012 ser presidente do COMTUR membro do poder público e atualmente ocupa esta posição representante da iniciativa privada, Circuito do Ouro Convention & Visitors Bureau;
- Verificou-se que houve avanços em relação à pesquisa de Soares; o plano de turismo estava em elaboração em 2012, e hoje já está sendo executado, apesar do atraso no cronograma e por não conseguir atender a todas as ações previstas; contudo existe agora uma política municipal de turismo aprovada que estimula a maior organização do município no setor devida em parte pelo ICMS Turístico;
- O município continua sem se habilitar no ICMS turístico, apesar de já estar se organizando com a reativação do conselho, implementação do plano, elaboração da política em forma de lei e previsão de movimentação do fundo;
- A política municipal de turismo também foi criada e aprovada pelo legislativo, assim como o regimento do COMTUR e FUMTUR, dando maior legitimidade;
- Houve mudança na pasta do turismo, deixando a cultura para incorporar a indústria e comércio;
- Os empresários locais continuam acomodados, e não estão preocupados em qualificar a mão de obra para melhoria do atendimento; são pouco ousados, porque acreditam que o turismo vai acontecer de qualquer forma, e esperam muito do poder público;
- A comunidade reconhece a importância do turismo para o desenvolvimento local, mas não participa ativamente das ações realizadas pelo poder público para desenvolver a atividade;

- Atuação da universidade local UFOP, com representatividade no COMTUR, parceria no CAT- centro de atendimento ao turista e em eventos realizados pelo município como o primeiro festival de turismo de Ouro Preto, realizado em outubro de 2015. Além disso, capacita por meio de cursos quando solicitada;
- O Convention Bureau continua ativo, e tem grande responsabilidade na promoção do destino;
- Realização de capacitações com atores locais por meio do Pronatec, Agência de Desenvolvimento de Ouro Preto (Adop), Associação Comercial de Ouro Preto (Aceop), além do próprio Sebrae MG e do circuito do ouro;
- Criação da marca de Ouro Preto “Ouro Preto, onde todo dia é histórico”.
- Em 2014, Ouro Preto foi contemplada com o prêmio de Capacidade Empresarial;
- Divulgação da secretaria em redes sociais como o Facebook, onde são publicadas as principais atrações, eventos locais e ações da SETIC;
- Realização de pesquisas de satisfação dos turistas nos principais eventos, que, contudo, não possuem uma periodicidade de divulgação para acesso público.

Com base nos dados levantados e de acordo com a literatura utilizada, acredita-se que falta para uma experiência turística de qualidade no destino e conseqüentemente para um desenvolvimento mais responsável do turismo maior reconhecimento e diálogo entre poder público, iniciativa privada e comunidade local, que pode se dar por meio de um planejamento mais participativo. O patrimônio natural e histórico deve ser também interesse da atividade turística, pois é por estímulo dele que vem os turistas. É preciso fazer campanhas de conscientização tanto para residentes como para os turistas sobre a importância desta preservação, tornando-os corresponsáveis por esta fiscalização do meio ambiente e do patrimônio. Deve haver, por parte do poder público, maior diálogo com os artesãos locais, valorizando a identidade local e a geração de renda, pois estes se sentem abandonados, sem auxílio e estímulo para buscarem algo mais. De igual modo, a integração regional que ocorre por meio do circuito turístico deve ser intensificada, pois Ouro Preto ainda trabalha muito sozinha segundo os gestores, e poderia trocar mais experiências, além de propor projetos mais integradores com os demais municípios.

Concluiu-se que o ICMS turístico contribuiu nesta dimensão organizacional, ao estimular a revisão das práticas de gestão adotadas pelo poder público, sendo sua maior contribuição a retomada do planejamento turístico e envolvimento de outros atores por meio

da reativação do conselho. Mas ainda falta uma participação mais ativa da comunidade e dos empresários locais junto ao poder público no desenvolvimento turístico.

5.1.2 Implicações Organizacionais em Tiradentes

O poder público é responsável por planejar e coordenar ações, bem como implementar políticas que visem um desenvolvimento mais responsável do turismo incorporando, além do econômico, fatores sociais e ambientais. Caso não haja intervenção do poder público, a atividade pode ser desenvolvida de forma desordenada, causando impactos negativos para o destino (BOLSON; FERREIRA, 2006).

O órgão público municipal responsável por coordenar o turismo em Tiradentes é o departamento de Cultura e Turismo. Em 2013, uma nova lei municipal, nº 2771, redefiniu suas atribuições e estabeleceu um novo organograma. Contudo, ainda não foi cumprida pelo executivo a nomeação dos novos cargos propostos para as funções de coordenação de eventos e desenvolvimento turístico:

Art. 17. O Departamento Municipal de Cultura e Turismo tem por competência o planejamento, a programação, a execução, a organização, a supervisão e o controle das atividades relativas à promoção e desenvolvimento da cultura, proteção do patrimônio histórico, difusão cultural, ensino da música e artes; promoção e desenvolvimento do turismo, difusão e desenvolvimento turístico, apoio aos eventos turísticos e outras afins (TIRADENTES; lei municipal nº 2771, de 24 de janeiro de 2013).

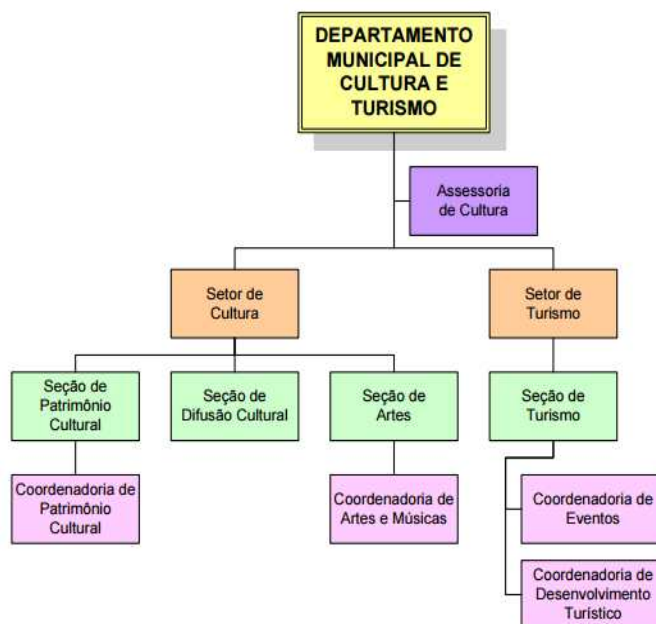


Figura 8: Organograma do Departamento de Cultura e Turismo.

Fonte: TIRADENTES, Anexo 6 da lei Nº 2771, de 24 de janeiro de 2013.

Trabalham no setor de turismo 5 funcionários, 1 secretário de turismo e cultura, 1 supervisor de turismo e 3 atendentes responsáveis pelo CAT- Central de Atendimento ao turista.

(...) Secretária de Turismo tem curso superior completo em Turismo, é pós-graduanda em MBA – Gestão Hoteleira e Gastronômica pelo SENAC e atua na área há 13 anos e há 1 ano em Tiradentes. Os demais possuem 2º grau completo. O Supervisor de Turismo atua no cargo há aproximadamente 10 anos (...) (E5).

As principais atividades da secretaria de turismo estão direcionadas para elaboração e execução de projetos estruturantes, como sinalização e legislação de regulamentação da atividade; informações turísticas; promoção do destino; capacitação e sensibilização (E5).

A partir de 2010 foi observada uma maior estruturação da gestão pública de turismo em Tiradentes. Foram criados o Conselho Municipal de Turismo-COMTUR como órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento, responsável pela conjunção entre o poder público e a sociedade civil; e o fundo municipal de turismo-FUMTUR. As ações da secretaria, até então, estavam voltadas somente para a realização de eventos, fato que ainda ocorre porém com maior planejamento e envolvimento da cadeia de turismo local atuante no COMTUR.

Dentre os objetivos da criação do COMTUR em 2010, destaca-se a sua atuação junto ao departamento de turismo para a elaboração e implementação da política municipal de turismo. Foram atribuídas, ainda, as seguintes competências ao conselho:

Artigo 8º - Ao Conselho Municipal de Turismo - COMTUR compete:

I - formular as diretrizes básicas a serem seguidas na política municipal de turismo; II – desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas à cidade de Tiradentes - MG; III - opinar na esfera do Poder Executivo quando solicitado, do Poder Legislativo, sobre Projetos de Lei que se relacionem com o turismo; IV - estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada; V - estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do município; VI - programar e executar amplos debates sobre temas de interesse turístico; VII - manter cadastro de informações turísticas de interesse do município; VIII - promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo; IX - apoiar, em nome da Prefeitura Municipal de Tiradentes - MG, a realização de congressos, seminários e convenções, de relevante interesse para o implemento turístico do município; X - implementar convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais de turismo; XI - propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas; XII - emitir parecer relativo a financiamentos de iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria turística, na forma que for estabelecida na regulamentação desta Lei; XIII -

examinar, julgar e aprovar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados; XIV - fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos que lhe forem destinados; XV - decidir sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros; XVI - organizar seu Regimento Interno (TIRADENTES, LEI N.2.535 DE 2010).

O COMTUR é representado por 11 membros com mandato de 2 anos (permitida uma reeleição) e que se reúnem uma vez por mês para debater assuntos importantes do turismo local e deliberar sobre os investimentos, sendo eles:

- 1) 01 representante do Departamento Municipal de Cultura e Turismo
- 2) 01 representante do Departamento de Meio Ambiente
- 3) 01 representante da Câmara Municipal
- 4) 01 representante da Associação Empresarial de Tiradentes – ASSET
- 5) 01 representante do SESI/FIEMG
- 6) 01 representante do IPHAN
- 7) 01 representante do Instituto Estrada Real – IER
- 8) 01 representante do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes – IHGT
- 9) 01 representante do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes
- 10) 01 representante das Agências de Receptivo Turístico de Tiradentes
- 11) 01 representante das Associações de Moradores de Tiradentes

O presidente do COMTUR é membro da iniciativa privada e atua também como gestor do Circuito Trilha dos Inconfidentes. Na percepção de E4, membro do conselho, e de E5, representante do poder público, o COMTUR tem sido atuante nas decisões do turismo local, cumprindo com as atribuições e competências definidas na lei que o criou.

O plano municipal de turismo e a política municipal de turismo, instrumentos de planejamento do turismo, foram elaborados por uma equipe de consultoria contratada via circuito turístico Trilha dos Inconfidentes, que auxiliou o departamento de turismo na sua construção. O COMTUR de Tiradentes, ao contrário do ocorrido em Ouro Preto, não auxiliou num primeiro momento nesta elaboração, isto porque segundo o supervisor de turismo, o órgão também estava sendo criado, mas atualmente como propõe a lei nº. 2.535\2010 no art.3 todas as modificações relativas ao plano e à política passam pela deliberação do COMTUR.

[...] Na verdade o governo do Estado imaginava que as cidades estivessem é.. alguns degraus acima, que tivessem mais organizadas, prontas já, quase prontas né ? e muitas cidades como Tiradentes, nós não tínhamos COMTUR, não tínhamos várias exigências da lei, então elaboramos o plano que começou a ser implementado no meio do ano e depois criamos o COMTUR. [...] (E6).

A elaboração do plano municipal seguiu todas as etapas de planejamento. Num primeiro momento foi diagnosticado como estava sendo desenvolvido o turismo local e

levantado os pontos fortes e fracos que o plano deveria incorporar a fim de alcançar maior desenvolvimento social e econômico a partir do turismo. Como pontos **fortes** de Tiradentes a gestão municipal levantou aqueles que devem ser ressaltados para aumentar o fluxo turístico:

A visibilidade que o município possui no cenário nacional e internacional; os eventos locais com ênfase para a mostra de cinema, encontro de motos e festival gastronômico; os seculares templos religiosos, o conjunto arquitetônico; a tradição da gastronomia local; produção artesanal diversificada; significativo número de equipamentos de hotelaria e A&B; a APA São José; a tranquilidade do município; as festas religiosas e manifestações folclóricas; proximidade com grandes centros emissores de turista para a região, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo (PMT DE TIRADENTES, 2010).

Já os pontos fracos foram aqueles que precisam de mais atenção do poder público para melhorá-los, pois se não forem trabalhados poderiam enfraquecer o turismo local acarretando fatores negativos como diminuição do fluxo turístico, da renda e, conseqüentemente, do desenvolvimento. Foram ressaltados como pontos **fracos**: sinalização turística deficiente; necessidade de sensibilização e integração da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico (PMT DE TIRADENTES, 2010).

Fazer este diagnóstico é de suma importância, pois a partir dele é possível definir o que se espera, aonde o município quer chegar e como chegar, estabelecendo projetos e programas que irão trabalhar com os aspectos positivos a fim de ressaltá-los e com os pontos fracos que precisam ser priorizados no planejamento, para melhorá-los.

O plano de Tiradentes tem como objetivo

Estimular o turismo sustentável no município a fim de que ele possa se tornar um fator de desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade local e que seja uma fonte de geração de emprego e renda, contribuindo para a inclusão social e dinamização da economia regional (PMT DE TIRADENTES, 2010).

Segundo E6, as principais ações previstas neste plano enfatizam a melhoria dos pontos fracos acima citados como, “(...) melhoria da sinalização da cidade, sinalização principalmente para pedestre, na qualificação da mão de obra, e é... na estruturação da, na regulamentação e cobrança da lei de guia de turismo” (E6).

Analisando o PMT, observa-se que o plano foi dividido em macroprogramas de desenvolvimento turístico, que se desdobraram em programas que objetivam fomento, gestão, qualificação, articulação, inclusão e melhoria da infraestrutura, descritos no quadro 10:

MACROPROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
<p>I - Macroprograma de Gestão e fomento ao turismo: Este programa tem por finalidade estimular a articulação e integração entre as diversas organizações, sejam públicas ou privadas e que atuam na cadeia produtiva do turismo.</p>
<p>A - Programa de Planejamento integrado e participativo - Atualização do Inventário Turístico do Município; - Realização de Pesquisa de Origem, perfil e satisfação do turista nos principais eventos do município; - Elaboração e atualização de cadastro com informações dos prestadores de serviços turísticos; - Planejamento e propostas de novas formas de captação de recursos financeiros para o FUMTUR.</p>
<p>B - Programa de Fomento e articulação institucional - Fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR valorizando os segmentos representados; - Busca de parcerias e convênios com o objetivo de proceder a intercâmbios de interesse turístico.</p>
<p>II. Macro programa de Desenvolvimento da Infraestrutura turística Este programa tem por finalidade a proposição de projetos e atividades que visem ampliar, diversificar e qualificar a infraestrutura turística municipal.</p>
<p>A - Programa de Apoio à Infraestrutura urbana e turística - Busca de parcerias e apoio para melhoria da estrutura a infraestrutura urbana do município (água, transporte público, segurança pública, comunicação fixa e móvel, destinação adequada do lixo e tratamento de esgoto). - Melhoria da sinalização urbana e implantação da sinalização turística nos padrões internacionais. - Estímulo para a implantação de novos meios de hospedagem e serviços de alimentação adequados à realidade local.</p>
<p>III. Macro programa de Desenvolvimento de produtos e formatação de roteiros turísticos Este programa tem por finalidade a proposição de projetos e atividades que visem ampliar, diversificar e qualificar a oferta turística municipal, seja no âmbito público ou privado.</p>
<p>A - Programa de Estruturação da Oferta turística - Estímulo para a implantação de novos empreendimentos turísticos no município focados em atrativos: cachoeiras, monumentos, patrimônio, entre outros; - Fortalecimento da cadeia produtiva do artesanato local- Dotar os recursos turísticos existentes de infraestrutura para transformá-los em atrativos turísticos de qualidade.</p>
<p>B - Programa de Qualificação dos produtos turísticos - Proposição para a inclusão no currículo escolar municipal de disciplinas relacionadas ao turismo, patrimônio, cultura e educação ambiental; - Sensibilização da comunidade através de palestras, oficinas, programas em rádios e jornais locais sobre a importância do turismo para o município e para a região; - Sensibilização dos empresários locais para o desenvolvimento de um turismo responsável; - Estabelecimento de parcerias e convênios para a oferta de cursos de qualificação profissional em diversas áreas do turismo: atendimento qualificado, recepção de hotel, condutor de turismo, camareira, garçom, entre outros; - Estímulo à legalização dos negócios informais da cadeia produtiva do turismo através da Lei Geral Municipal – Empreendedor Individual.</p>
<p>C - Programa de Formatação de Roteiros Turísticos - Formatação de roteiros turísticos autoguiados na área urbana do município; - Formatação de roteiros turísticos na área rural do município, a serem realizados com acompanhamento de condutor de turismo local.</p>
<p>IV - Macro programa de Promoção e apoio à comercialização Este programa tem por finalidade promover o município como um destino turístico único, através do desenvolvimento de estratégias e ações de divulgação e comercialização voltadas a buscar novos mercados consumidores (regional, estadual, nacional e internacional). Além disso, visa consolidar os mercados já conquistados, apoiando também a imagem turística estabelecida para o Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes.</p>
<p>A - Programa de Promoção do destino</p>

- Organização e valorização do calendário de eventos local, integrando ao calendário de eventos regional – Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes; - Confeção de material de divulgação impresso: folhetos, guias, cartilhas, entre outros - Criação mapa turístico com os principais pontos de interesse no município;- Criação de site de divulgação do turismo no município;- Inclusão do município e seus atrativos turísticos nas mídias sociais: Twitter, Orkut, Facebook, entre outros; - Participação de feiras em outros Estados e principais núcleos emissores de turistas para a região do Circuito Trilha dos Inconfidentes: Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente; - Criação de pequenos vídeos promocionais e disponibilizá-los através do Youtube; - Criação de links dos vídeos para diversos sites, como da Prefeitura Municipal, do Trilha dos Inconfidentes e diversos outros sites e blogs que falem de turismo, do município e da região; - Apoio, incentivo e promoção de viagens de familiarização para agências de viagens (famtour) e jornalistas da área de turismo dos núcleos emissores de turistas para a região.

B - Programa de Comercialização do destino

- Estabelecimento de parcerias com operadoras e agências de viagens que façam roteiros na região, de modo a oferecer os roteiros turísticos do município a seus clientes.

Quadro 10: Planejamento Municipal do Turismo de Tiradentes.

Fonte: Elaboração própria, a partir do PMT de Tiradentes, 2010.

O PMT de Tiradentes foi elaborado em 2009 e aprovado por lei no ano de 2010. A previsão de implementação do plano era de 2010 a 2014. Com a entrada de um novo prefeito, o plano foi prorrogado até 2016. Em relação ao cumprimento dos programas, segundo E5: “(...) Podemos dizer que 70% do plano está sendo executado. A falta de recursos e estrutura do poder executivo não possibilitam uma atuação mais efetiva” (E5). Dentre as ações implementadas ou já aprovadas com a deliberação do COMTUR, destacam-se:

- Palestras de ‘boas práticas da governança turística do município’ para grupo de empreendedores e agentes públicos em missões do SEBRAE, para os grupos de caldas novas\GO, Diamantina\MG, Brumadinho\MG, Ibitipoca\MG e previsto para o fim de novembro o grupo de Pirapora e Buritizeiro;
- Aprovação de projetos e recursos para diversas ações como:
 - Instalação de lixeiras na cidade, a serem instaladas no centro histórico; - Sinalização turística rodoviária, a serem instaladas nas rodovias BR040,265,381 e 383;
 - Aprovação para criação e confecção de material gráfico: Guia turístico de Tiradentes, campanha “ Taxa de Turismo” e campanha “viva a história a pé”
- Aprovação do Workshop de Eventos, com o objetivo de estabelecer regras e limites para a realização dos eventos em Tiradentes e a geração da “ cartilha de eventos”;
- Aprovação das diretrizes do Plano diretor, como por exemplo acatar a sugestão de utilização de terrenos indicados no plano para o local de eventos e de estacionamento de veículos, fora do centro histórico;
- Avaliação e discussão dos eventos de grande impacto para o município como: Mostra de cinema, Bikefest e Festival Gastronômico;
- Avaliação e discussão do calendário de eventos do município;
- Aprovação para a contratação de consultoria para o plano de ações do Turismo de Tiradentes;

- Apoio a realização do curso: empreendendo o turismo no espaço Rural, realizado pelo SENAR em parceria com o departamento de cultura e turismo voltado para o seguimento turismo rural nas comunidades da Caixa D'Água e Elvas;
- Apoio na realização da semana do turismo com palestras para as comunidades rurais em parceria com o SENAC (INFORMATIVO ASSET, 2015, p.11).

O PMT de Tiradentes seguiu muito bem as etapas de diagnóstico, prognóstico, e elaborou seus programas e projetos; contudo, faltam monitoramento e avaliação das ações.

Os aspectos organizacionais da gestão municipal sofreram influência direta do ICMS turístico, pois foi a partir dele que passou-se a preocupar em estruturar de forma mais adequada a atividade turística no município. Visando esta estruturação, foi criado além do conselho e do PMT, o fundo municipal de Turismo- FUMTUR em maio de 2010, cuja gestão será detalhada na dimensão econômica.

Atendido os critérios de habilitação da lei nº. 18.030\2009: COMTUR, FUMTUR, plano e política municipal de turismo, iniciou-se o processo de tentativa para inclusão do município na política do ICMS turístico. Dentre as dificuldades enfrentadas para concorrer à primeira habilitação foram destacadas pelos entrevistados a criação e aprovação do COMTUR, do FUMTUR e da política municipal de turismo.

(...) Na verdade na época tivemos que começar do zero, foi tudo muito corrido e tivemos dificuldade pra câmara aprovar o fundo, a criação do conselho e da política. Foi a coisa nós tivemos mais... Até porque na época tinham projetos polêmicos na pauta da câmara, e quando o prefeito encaminhou esse projeto em caráter de urgência, o presidente da época teve dificuldade em aceitar entendeu? em colocar em votação. (...) (E6).

A primeira documentação enviada em 2010 não atendeu a todos os critérios exigidos pela política do ICMS turístico. O município tinha a política municipal elaborada e aprovada, mas não conseguiu comprovar a execução das ações - isto porque o plano estava começando a ser implementado. Outro fator que prejudicou foi não ter contemplado o critério meio ambiente - ICMS ecológico - que para fins desta habilitação aumenta a pontuação em 0,75.

Em 2011 foi enviada uma nova documentação e daquela vez plano e política estavam alinhados e já sendo executados, o que possibilitou o recebimento de ICMS turístico a partir de 2012. Atualmente, Tiradentes não enfrenta dificuldades para habilitação. Quem organiza a documentação é a Secretaria de Turismo e o Supervisor de Turismo, de acordo com E5.

Receber o repasse em um ano não garante continuidade para os anos seguintes e por isso o município deve continuar atendendo a todos os critérios, que serão comprovados por

meio de atas e relatórios conforme consta no anexo A. Esta comprovação garante não só a continuidade da política, mas, sobretudo, o desenvolvimento do turismo local. Das políticas estaduais de turismo, Tiradentes participa da política dos circuitos turísticos e do ICMS turístico.

A atuação dos empresários locais é forte, por meio da Associação Empresarial de Tiradentes, instituição que tem buscado estabelecer diálogo com o poder público para a resolução de problemas que afetam o turismo e, conseqüentemente, os empresários. A ASSET fornece cursos de capacitação para os associados, estimula o trabalho coletivo e busca implantar práticas inovadoras junto ao empresariado local. O perfil dos empresários locais pode ser considerado de dois tipos: aqueles que estão dispostos a participar e vão atrás do que acreditam, cobrando da prefeitura e buscando soluções dos problemas e os que ficam esperando as coisas acontecerem, criticam, mas não querem participar.

Em relação à participação da comunidade no turismo local, foi percebido durante conversas informais na cidade e com o supervisor de turismo a falta de pertencimento das pessoas residentes em Tiradentes, que reconhecem a cidade apenas como um destino turístico para os “turistas”, devido ao custo elevado dos serviços oferecidos, dos quais não conseguem desfrutar. O turismo é a principal fonte de renda desses moradores, que vivem no entorno do centro histórico, e de cidades vizinhas como São João Del Rei. Com a especulação imobiliária, muitas pessoas trabalham em Tiradentes mas moram em São João Del Rei, por ser o custo de vida mais baixo.

(...) Reconhecem como destino turístico mas tem.. é aquela falta de pertencimento, entendeu? Eu te falo isso com propriedade porque eu sou Tiradentino, hoje eu não moro aqui mais, infelizmente, pelo custo, pela especulação imobiliária realmente. Essa sensação de pertencimento, o pertencimento que eu te digo é o seguinte, por exemplo, festival de gastronomia, o é.. a renda per-capita de Tiradentes não é alta, do, das pessoas no geral não é alta, aí você vai no num festival de gastronomia, onde o prato custa R\$ 450, R\$500 . Isso é inviável, impossível, impensável pra um pai de família aqui da cidade de participar de um evento desse. Então vai perdendo, esse sentimento de pertencimento, aí é... o Tiradentino passa a ver como um evento, um evento para os outros, entendeu? (...) (E6).

A gestão pública municipal reconhece este problema e tenta minimizá-lo em parceria com a iniciativa privada, promovendo eventos culturais gratuitos que servem para atrair turistas, mas que também estimulam a participação da comunidade, bem como cursos para qualificar a mão de obra local. Para sensibilizar a comunidade sobre a importância do turismo

e estimular a participação nos eventos, a Secretaria de Turismo utiliza-se ainda da Rádio Império e da Rádio Tiradentes.

(...) o Tiradentes em cena, que não tem é... cobrança de ingresso, estão trabalhando somente com patrocinadores, então pro... qualquer pessoa, se você tiver a oportunidade de ficar em Tiradentes hoje e assistir um espetáculo você pode, ninguém vai te cobrar ingresso, não vai ter nada, você vai tirar simplesmente uma senha. Isso, tá tentando resgatar esse pertencimento da cidade de Tiradentes pra o Tiradentino. Mas que não é também de um dia pro outro, é um trabalho... como eu falei no início, é galgando degraus (...) (E6).

Foi destacado ainda os cursos de turismo rural e de gestão de marketing em parceria com o SENAR, que tem como objetivo capacitar os moradores locais para atuarem no turismo, melhorando os produtos turísticos oferecidos:

(...) Existe projetos de sensibilização da comunidade, Só esse ano tivemos 2 Cursos de Turismo Rural e 1 de Gestão e Marketing, em parceria com o SENAR. Também realizamos a 2ª Semana do Turismo, com o tema “Turismo e Patrimônio” levando à população um ciclo de palestras. No ano passado tivemos a 1ª Semana do Turismo, com o tema “Turismo e Sustentabilidade” (...). (...) Atualmente estamos nos organizando junto aos empresários dos meios de hospedagem para implantação da “contribuição voluntária” ao Fumtur. Estamos realizando um curso de inglês básico, em parceria com o governo federal – pronatec turismo-empresa, capacitando 20 funcionários de iniciativa privada. Estamos desenvolvendo duas rotas de turismo rural no município, cujos participantes realizaram o curso de Turismo Rural, em parceria com o SENAR, e orientação técnica da Secretária de Turismo. Além dos eventos religiosos e culturais locais (...) (E5).

A qualificação da mão de obra e o nível de escolaridade é um problema que afeta a cidade, pois existe um abandono do ensino para se inserir no mercado de trabalho local que não exige nível de escolaridade, somado ao fato de ser os estabelecimentos comerciais a principal fonte de renda dos moradores. Em entrevista com a população, dos 106 respondentes apenas 12 disseram ter Ensino Superior completo; a maioria possui Ensino Fundamental incompleto. Assim torna-se importante o incentivo da iniciativa privada e o apoio da gestão municipal nesta qualificação.

Para levantar quais os principais problemas que devem ser abordados no planejamento do turismo, foi perguntado aos moradores o que eles consideram que precisa ser melhorado no turismo:

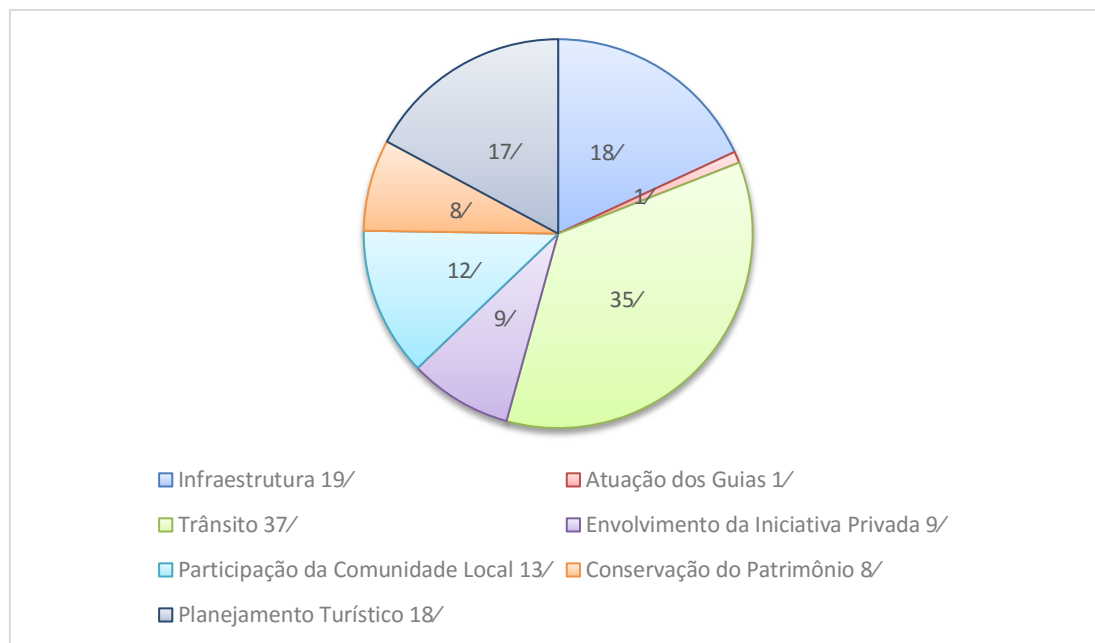


Gráfico 5: Problemas que afetam o turismo de Tiradentes

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da pesquisa.

Nas respostas, obtiveram destaque Trânsito, com 35%, Infraestrutura, 18%, Planejamento Turístico, 17%, e Participação da Comunidade Local, com 12%. Analisando as respostas dos moradores, foi constatado que o principal problema é o trânsito, que precisa ser melhor organizado, principalmente nos finais de semana e dias de eventos, onde o fluxo de carros e pessoas é maior. Segundo relatos de moradores e da própria gestão municipal de turismo, falta estacionamento na cidade para melhorar a situação de carros no centro histórico e possibilitar uma visita tranquila aos turistas. Algumas ruas que dão acesso ao centro são fechadas, fazendo com que as pessoas andem pela cidade a pé nestes dias. Ressalta-se que deveria haver mais sinalização para orientar os motoristas, que ficam confusos, sem saber quais os lugares mais próximos ao centro para estacionar, e em quais ruas é permitida a entrada de veículo. Outro problema ainda relacionado ao trânsito é a circulação de veículos de porte maior no centro histórico, como caminhões. A falta de cuidado dos motoristas e a pouca infraestrutura da cidade para veículos deste porte tem resultado na depredação do patrimônio. A prefeitura reconhece o problema, mas ainda não achou uma solução, pois são estes veículos, em sua maioria, que abastecem os comércios do centro. A única ação até o momento está voltada para campanhas de conscientização, que visam estimular a visita pelo centro histórico a pé, como diz E4:

(...) Nosso grande calo no momento é o trânsito, principalmente de veículos pesados no centro histórico. Isso incomoda os nosso visitantes e, acima de incomodar os nosso visitantes, ele é... causa um problema na estrutura do patrimônio e artístico do período colonial. A matriz Santo Antônio é de 1910, ela tem um muro todo arranhado de, de caçamba de caminhão, então,... só que também não é tão simples, a gente por alguma coisa, um limitador e falar assim: o caminhão não vai passar. Não é assim, nós temos que dar condições das pessoas fazer carga e descarga, é, é, tem que ser feito todo um planejamento. O setor público, no Brasil, infelizmente não trabalha em cima de planejamento, mas, é, o mínimo que se faça de planejamento a gente já sente a melhora. Agora estamos trabalhando a regulamentação do trânsito de veículos no centro histórico. Hoje você está aqui comigo, tô recebendo vocês aqui na cidade numa quarta feira, então vocês num tão vendo o trabalho porque ele é feito de sexta a domingo. Todos, todas as ruas que dão acesso aos principais monumentos da cidade são fechadas com correntes e frades, frades são limitadores e são fechados, as ruas são fechadas com correntes e, a partir daí, só entram no centro histórico quem tem alguma necessidade extrema. São os taxistas, as charretes, que não deixam de ser um veículo, mas é um veículo de tração animal e, é, pessoas portadoras de necessidade especiais né? E, e, idosos, somente. As pessoas que gozam de boa saúde, que tem condições físicas, e não, e a gente julga que não tem necessidade de acessar o centro histórico de carro, vai ter que caminhar pelo centro histórico. Nós lançamos uma campanha que chama, é, “curta a história a pé”, e isto está sendo muito difundido na cidade, estamos tendo excelente, estamos tendo excelente aceitação das pessoas da cidade mas principalmente dos visitantes(...) (E4).

Depois do trânsito, o principal problema relatado foi a infraestrutura que influencia diretamente no desenvolvimento do turismo, pois compreende o que a cidade tem para oferecer ao turista e de que forma. Segundo Ferreira e Coutinho (2002), a infraestrutura turística propicia as condições mínimas que viabilizam a realização do produto: como sinalização turística; guias turísticos; pontos ou centros de informações ao turista. Relaciona-se ainda a infraestrutura banheiros, pousadas, estacionamento, fornecimento de água, alimentação, transporte. Como problemas de infraestrutura, foram citadas a falta de sinalização turística dentro da cidade; inexistência de banheiros públicos; falta de água para a população residente no destino em períodos de grande movimento; depredação do patrimônio histórico por falta de agentes de fiscalização; falta de lixeiras e de coletas periódicas do lixo, sendo um problema diário para os moradores. Como afirma Tomazzoni (2009), o turismo só é capaz de gerar desenvolvimento se fornecer aos moradores qualidade de vida por meio do retorno dos investimentos gerados pela atividade. De nada adianta uma cidade boa para o turismo se não for para o morador.

Em Tiradentes, os turistas podem ser orientados sobre a visitação na cidade no CAT-Centro de Atendimento ao Turista, que funciona em horário comercial, sob a direção de funcionários contratados pelo poder público. O centro não dispõe de funcionário bilíngue,

mas oferece panfletos com mapas da cidade onde são destacados os principais pontos turísticos, locais para hospedar, alimentar e agências especializadas em roteiros. Estes são elaborados, em maioria, pela iniciativa privada, que por meio deles oferta também seus serviços.

Os entrevistados ressaltaram também a falta de planejamento turístico, apesar da existência de um plano municipal de turismo. Falta funcionários para auxiliar o departamento de turismo no desenvolvimento de projetos que busquem investimentos para o setor, além do ICMS turístico, e na implementação das ações previstas no plano. O COMTUR tem tido um papel importante no planejamento, pois na falta de funcionários auxilia o departamento tanto na elaboração como na execução das ações, opinando sobre o que está sendo implementado. Contudo, destaca-se que deveria haver maior participação da comunidade em planejar as ações, fato reforçado pelos moradores nas entrevistas (12%). Acredita-se que a comunidade fica muito à mercê da situação, não sendo chamada para opinar nas decisões e usufruindo pouco do turismo local como lazer.

Fora ainda relatado pelos moradores a falta de envolvimento da iniciativa privada (9%), apesar da existência de uma associação de empresários forte, a ASSET, e afirmam que existem poucas ações voltadas para a melhoria do turismo, da infraestrutura, da qualificação da mão de obra. Muitos empresários vieram de fora para atuar no comércio local e visam muito a realização de eventos para retornos financeiros, não se preocupando, todavia, com as consequências destes eventos para o turismo. A população local, como exemplo, aponta a poluição sonora, que prejudica a rotina das pessoas que ali residem quando não possuem horário para o término dos eventos, o lixo deixado, a depredação do patrimônio e do meio ambiente. O poder público reconhece que alguns eventos de grande porte realizados por empresários precisam ser melhor fiscalizados pelo governo como meio de garantir a qualidade de vida dos residentes, a preservação do patrimônio e a tradição do turismo local.

Levantados os principais problemas que precisam de maior intervenção para o desenvolvimento turístico, foi perguntado ainda aos residentes como estes avaliam a atuação do poder público no turismo. Pelos resultados apresentados constatou-se que mais da metade a dos moradores entrevistados estão insatisfeitos com a atual gestão, como demonstrado no gráfico 6, avaliando a administração como péssima ou ruim.

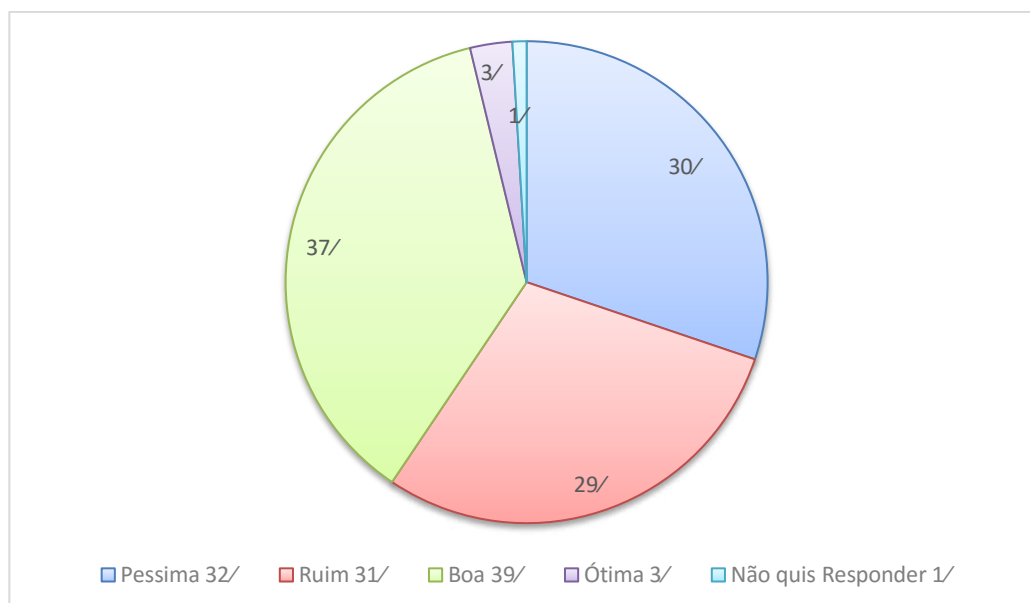


Gráfico 6: Avaliação do Poder Público Municipal
 Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da pesquisa.

Diante dos problemas e da avaliação da comunidade, foi questionado aos gestores municipais de turismo quais são os principais desafios que precisam ser superados para alcançar um desenvolvimento mais responsável e sustentável no turismo:

(...) Fundamental melhorar a estrutura técnica da Secretaria de Turismo para trabalhar efetivamente no aprimoramento da legislação, planejamento e execução das ações, bem como na elaboração de projetos e captação de recursos (...) (E5).

(...)É entender que o trabalho em conjunto fortalece todos os municípios e deixar o bairrismo de lado. Que o trabalho deve ser feito pensando no desenvolvimento do município em benefício da região(...) (E4).

Como resumo dos aspectos organizacionais, foi elaborado o quadro 11, em que se compara os dados de Soares (2012) com os resultados desta pesquisa:

Elementos	Indicadores	Resultados Soares (2012)	Resultados da Pesquisa (2015)
	Possui COMTUR com reuniões periódicas:	Ativo desde 2010	Sim com reuniões realizadas uma vez por mês
	Presidente do COMTUR:	Membro da iniciativa privada	Ainda continua sendo da iniciativa privada, gestor do circuito.
	Possui Plano de Turismo:	Sim	Sim
	Foi contemplado com ICMS Turístico:	Desde 2012	Ainda continua participando do ICMS Turístico

DIMENSÃO ORGANIZACIONAL	Perfil do Poder Público Municipal:	Possui secretaria Própria de turismo, possui um local para informações turística, mas que funciona em horários limitados, o secretario pertence a iniciativa privada e é da cidade	Secretaria de turismo e cultura, possuem centro de atendimento ao turista, com funcionários da prefeitura porém funciona somente durante o dia, a secretária tem formação em turismo e trabalha no cargo a um ano, não é da cidade.
	Perfil dos empresários:	Existe, os empresários que não se envolvem com a dinâmica local, mas existe também um grupo de empresários mobilizados que e que está se organizando para contribuir com o desenvolvimento do turismo na cidade.	Existe ASSET que é a associação de empresários e que possui uma cadeira no COMTUR, por meio dela são realizadas diversas ações em prol do turismo local mas ainda existe um grupo desarticulado que fica esperando as coisas acontecerem.
	Perfil da comunidade:	Enxerga a cidade como turística, trabalha na cadeia, mas vive à margem do centro histórico e como observador das atividades culturais e turísticas que acontecem na cidade	Reconhece o turismo como fundamental para o desenvolvimento da cidade pois dele vem a principal fonte de renda, mora ao entorno do centro histórico, alto índice de pessoas que se mudaram para cidades vizinhas por causa do custo de vida alto mas, trabalham em Tiradentes, não usufruem dos eventos.
	Atuação das escolas e universidades locais:	Ainda é tímida	Sim, em ações pontuais
	Possui Convention Bureau:	Sim, Criado em 2011 é o mesmo de são João Del rei.	Sim, Trilha dos Inconfidentes Convention & Visitors Bureau abrange as cidades de São João Del Rei, Tiradentes, Resende Costa, Prados, Coronel Xavier Chávez
	Realização de missões e	Não	Sim

	viagens de estudo com atores locais:		
	Obs.: Em 2014 Tiradentes foi premiado pelo ministério do turismo pela evolução alcançada no Índice de competitividade como o destino que não é capital com maior evolução em aspectos sociais.		

Quadro 11: Resumo das Principais Informações da dimensão organizacional de Tiradentes.

Fonte: Elaboração Própria a partir de Tomazzoni (2009) e Soares (2012).

Como principais características dos aspectos organizacionais observou-se que:

- O COMTUR está em funcionando desde 2010 e foi criado para concorrer ao ICMS turístico; tem reuniões mensais e autonomia sobre a deliberação do FUMTUR, e nas ações de turismo da cidade. O presidente do conselho continua sendo membro da iniciativa privada, mesmo tendo ocorrido mudança de gestão do conselho. O atual presidente é gestor do Circuito turístico Trilha dos Inconfidentes, do qual o município é associado;
- Possui plano municipal de turismo em implementação aprovado pelo legislativo, porém, falta monitoramento e avaliação;
- Possui FUMTUR, sendo movimentado com deliberação do conselho na maioria das ações;
- Em 2012 o município tinha uma secretaria independente só para o turismo, cujo secretário era da iniciativa privada e morador da cidade. Hoje, o turismo divide a pasta com a cultura; a secretária é turismóloga e não é residente do destino. Houve ainda alteração na estrutura organizacional com a criação de novos cargos por meio de lei municipal, porém, os novos funcionários ainda não foram contratados por falta de recursos;
- O município possui central de atendimento ao turistas-CAT, sendo de responsabilidade da secretaria de turismo. Não há parcerias com outros órgãos da prefeitura ou entidades privadas. Foi expandido o quadro de funcionários de 2 para 3 em comparação a 2012, e funciona diariamente;
- A dinâmica dos empresários não mudou muito; ainda existe um grupo bem atuante por meio da ASSET e um grupo que fica esperando as coisas acontecerem;
- A população local continua com o mesmo perfil, reconhece a importância do turismo para a cidade, tem no turismo o seu sustento mas não usufrui dos eventos;
- Existe atuação das escolas em ações pontuais;

- O Convention Bureau permanece atuante, tendo como principal função o marketing do destino;
- O poder público tem buscado a capacitação dos funcionários e dos atores locais via circuito turístico e por meio de parcerias com outras entidades, situação inversa à de 2012;
- Os principal ator responsável pelas decisões de investimento e realização de projetos turísticos é o poder público com assessoria dos membros do COMTUR, não existindo participação da comunidade nas decisões;
- Não existe divulgação das ações da secretaria em redes sociais. O que existe na cidade é um informativo da associação comercial de empresários-ASSET, que além de divulgar suas ações, informa também sobre os principais acontecimentos do COMTUR;
- O interesse político também prevalece em Tiradentes, como em Ouro Preto, e muitas ações do departamento estão voltadas para beneficiar questões partidárias;
- Falta funcionários com competência técnica na área de turismo ou com formação superior para desenvolver projetos;
- O destino tem participação ativa no circuito turístico, mantendo boa relação com os municípios vizinhos, compartilhando experiências;
- Possui calendário de eventos definidos no início de cada ano - muitos deles, já tradição na cidade, acontecem todos os anos e atraem turistas de alto poder aquisitivo e de outros países;
- O poder público municipal não realiza pesquisa de satisfação dos turistas nos principais eventos;
- Ao contrário de Ouro Preto, não possui uma marca de divulgação da cidade;

Conclui-se que a gestão pública municipal sofreu impactos diretos do ICMS turístico sobre os aspectos organizacionais, ao considerar os novos instrumentos de gestão adotados como planejamento, coparticipação por meio do COMTUR na fiscalização e deliberação de do FUMTUR. Como fatores para melhoria destes aspectos organizacionais no destino, ressalta-se monitoramento e avaliação do plano; prestação de contas do FUMTUR para acesso online; participação da comunidade nas decisões públicas; qualificação de funcionários para o atendimento de turistas com necessidades especiais no centro de atendimento ao turista, bem como capacitar os funcionários para que entendam e saibam fornecer informações em outra

língua, como o inglês, já que é um destino internacional; envolvimento do departamento de turismo com outros setores do poder público para elaborar políticas em conjunto, que atendam às necessidades de infraestrutura, saneamento, tributação, segurança, preservação do patrimônio, dentre outras ações.

5.2 Aspectos econômicos

O turismo é uma atividade que envolve diferentes setores como alimentação, hospedagem, vestuário, bebidas, transporte, entre outros, gerando renda tanto para a comunidade como para o governo por meio da tributação destes serviços. Por isso, ao falar em implicações econômicas, são incorporados aspectos organizacionais e culturais, estando os aspectos econômicos interligados aos demais.

Segundo Tomazzoni (2009), a atuação do setor público é muito importante para o desenvolvimento regional, pois cada localidade tem realidades e dificuldades diferentes a serem enfrentadas. Portanto, não adianta ‘fazer para o turista se não faz para o morador’, pois uma cidade desenvolvida é aquela onde os moradores vivem felizes e satisfeitos. “Para tanto, é necessário que os recursos provenientes de impostos e divisas geradas pelo turismo sejam efetivamente aplicados na implementação de melhorias de toda a infraestrutura urbana e rural” (TOMAZZONI, 2009, p. 84).

Os indicadores utilizados para analisar esta dimensão encontram-se nos anexos E e F deste trabalho, e estão divididos em desenvolvimento regional e desenvolvimento do turismo. Nos tópicos seguintes, sobre as implicações econômicas em Ouro Preto e em Tiradentes, serão descritos estes indicadores e se o ICMS turístico teve impacto sobre eles.

5.2.1 Implicações Econômicas em Ouro Preto

A atividade econômica predominante em Ouro Preto é a mineração e os serviços, a maioria deles relacionados diretamente ao turismo. A maior parte da população reside na área urbana da cidade, 86,96%, o que corresponde a 61.120 pessoas que dependem da indústria e do comércio para a sobrevivência (IBGE, 2015). Além de o turismo movimentar a economia local, há os estudantes que migram para a cidade, vindos de diversas regiões do Brasil para cursarem faculdade na Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP.

O PIB per capita do município sofreu variação, passando de R\$61.266,33, em 2012, para R\$ 90.705,27 em 2013 (IBGE, 2013), o que indica aumento da qualidade de vida em 48%. Outro índice que também avalia a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM, que considera três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda - quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano. O de Ouro Preto é de 0,741, de acordo com dados coletados pelo IBGE em 2010. Este valor é considerado alto, pois está entre 0,700 e 0,7999, colocando o município na posição 54º no ranking estadual pelo IDH-M, e na 743º no ranking nacional pelo IDH-M.

Outra forma de observar o desenvolvimento municipal é com base nos indicadores socioeconômicos do índice FIRJAN¹² (2015, ano base 2013) que considera saúde, educação, emprego e renda. Fazendo uma comparação do período de 2005 a 2013 constatou-se um IFDM consolidado crescente em Ouro Preto, passando de 0,6044 em 2005 para 0,8229 em 2013, classificando as atividades como de alto desenvolvimento por ter atingido valores superiores a 0,8 (FIRJAN, 2005, 2009, 2011, 2013).

Dentre os avanços observados com este índice, destaca-se a posição de Ouro Preto no ranking de IFDM nacional e estadual. Em 2005 a cidade ocupava a posição 2023ª no ranking nacional e 295ª no ranking do IFDM estadual, em 2011 era 350ª na posição nacional e o 35ª do estado. Em 2013 foi a 241ª no ranking nacional e 20ª no ranking estadual (FIRJAN, 2005, 2013).

As atividades que mais cresceram (2005-2013) foram emprego e renda, aumentando 57,12% no período, saindo de uma posição de baixo desenvolvimento (0,6045) para alto desenvolvimento (0,8175). Em seguida vem a educação, cuja variação foi de 41,02%, saindo de um grau moderado para alto (FIRJAN, 2005, 2013).

A saúde piorou a qualidade entre 2009 e 2011 caindo o índice em -3,83%, este efeito negativo foi recuperado em 2013, porém foi o setor que menos se desenvolveu entre 2005-2013 cerca de 25,85% (FIRJAN, 2005,2009,2011, 2013).

Na dimensão econômica-desenvolvimento turístico as principais características de análise são: vocação do turismo, a oferta, equipamentos e serviços, os produtos turísticos, a relação com os municípios da região, dentre outras variáveis, e tendo como ponto de partida os indicadores da economia do turismo local: equipamentos e serviços do turismo.

¹² O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

A SETUR realizou um estudo para verificar o número de empregados no setor, qual a renda destes trabalhadores e o que influenciou na geração ou diminuição destes empregos entre 2006 e 2013. Os resultados deste estudo realizado SETUR demonstram um crescimento no número de empregados no turismo em Ouro Preto de 13,8%, tendo a renda nominal destes trabalhadores passado de R\$ 573,38 em 2006 para R\$ 991,09 em 2013 - uma variação de 72,2%, valor considerado alto, porém, ainda menor que a média nacional que é de R\$ 1.183,89 (2013). O crescimento do número de empregados no setor foi influenciado pelo aumento dos estabelecimentos, que chegaram a 365 em 2013, 20,1% a mais que em 2006 (SETUR, 2015). Os gráficos 7 e 8 mostram como se encontram distribuídos os estabelecimentos e os empregados nas atividades que movimentam a economia do turismo. É preciso observar a relação entre estabelecimento e emprego, sendo os setores maiores os que mais empregam, uma relação lógica, mas que denota considerações como o crescimento de uma atividade tende à contratação de novos prestadores de serviços, e o que impulsiona tanto o desenvolvimento da economia do turismo como da cidade. Três atividades merecem destaque: alimentação (1ª), hospedagem (2ª) e comércio e serviços (3ª).

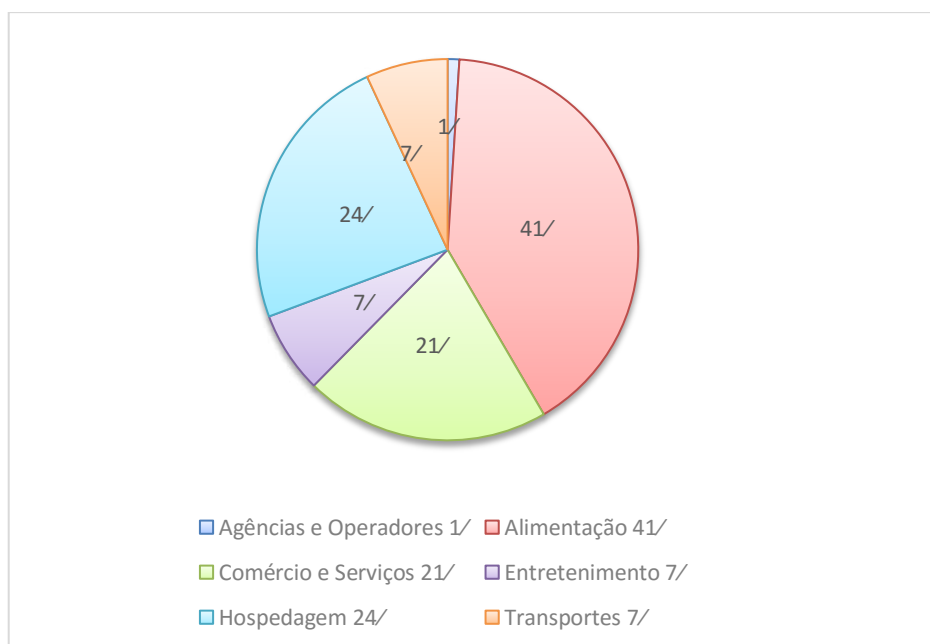


Gráfico 7: Distribuição do Número de Estabelecimentos por setor do Turismo em Ouro Preto-2013.
Fonte: MINAS GERAIS, 2015. Observatório do turismo.

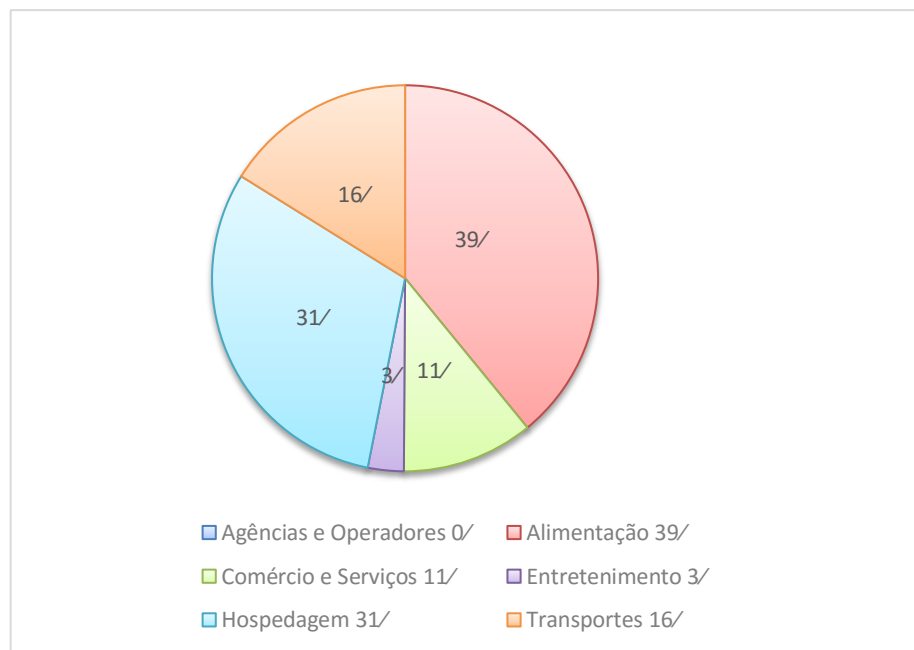


Gráfico 8: Distribuição do Número de Empregados por Setor do Turismo em Ouro Preto-2013.
Fonte: MINAS GERAIS, 2015. Observatório do turismo.

A SETIC informou, com base em dados Inventário da Oferta Turística-INVITUR, que o município dispõe de 170 meios de hospedagem e 150 setores de alimentação, considerando os 12 distritos. Em Ouro Preto (sede) são em torno de 80 meios de hospedagem e 70 setores de alimentação.

Ainda em relação aos equipamentos e serviços, pode-se analisá-los com base nos indicadores do estudo de competitividade do Ministério do Turismo, Sebrae Nacional e FGV, que contempla as seguintes variáveis para equipamentos e serviços: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Ouro Preto apresentou evolução positiva ao longo dos anos, se se comparar os seus resultados entre 2008 e 2014. Conseguiu se manter acima da média dos municípios que não são capitais, mas ainda não atingiu a média brasileira, fato este ocorrido apenas em 2008, quando este índice da cidade de Ouro Preto era maior do que o brasileiro. Os resultados positivos demonstram que o município tem sido competitivo neste setor. A partir das notas apresentadas (gráfico 9), o estudo de competitividade classifica o destino em níveis para serviços e equipamentos turísticos. Ouro Preto esta no nível 3¹³:

¹³ Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis, em uma escala de 0 a 100: Nível 1- Entre 0 a 20 pontos; Nível 2- Entre 21 a 40 pontos; Nível 3: Entre 41 a 60 pontos; Nível 4: Entre 61 a 80 pontos. Nível 5: Entre 81 a 100 pontos.

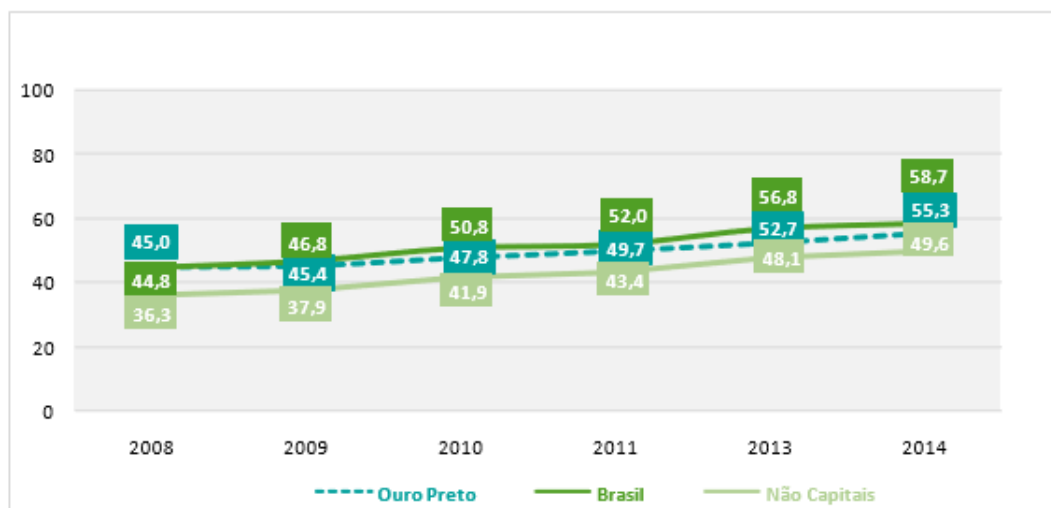


Gráfico 9: Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008- 2014.

Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Ouro Preto, 2014.

Dentre os fatores que influenciaram de forma positiva os equipamentos e serviços turísticos foram destacados:

- ✓ Existência de sinalização turística descritiva ou interpretativa, ainda que em pequena parte dos atrativos do destino;
- ✓ Existência de Centros de Atendimento ao Turista no destino, localizados em diversos pontos (FIEMG, Rodoviária, Casa de Gonzaga), com funcionários capacitados para o atendimento em idioma estrangeiro (inglês e espanhol) e que oferecem diversos serviços, como informações sobre Ouro Preto e os destinos do entorno e contatos dos prestadores de serviços turísticos;
- ✓ Presença de centro de convenções no destino, tendo sido indicado como principal o Parque Metalúrgico – Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que possui salas multiuso/modulares, auditórios; cabines para tradução simultânea; capacidade para mais de um evento, independentes e simultâneos; estacionamento e acessibilidade para pessoas com deficiência;
- ✓ Localização do centro de convenções, próximo às áreas turísticas (meios de hospedagem, rodoviária e centro da cidade), e disponibilidade de transporte público para esse local – ônibus circular e táxi;
- ✓ Oferta de outros espaços para a realização de eventos – espaços multifuncionais e salas em hotéis para eventos de pequeno e médio porte;
- ✓ Disponibilidade de acesso à internet nas unidades habitacionais na maior parte dos meios de hospedagem do destino;
- ✓ Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas (city tour, visitas guiadas individuais e em grupo);
- ✓ Disponibilidade de guias de turismo registrados no CADASTUR e capacitados para atendimento em outros idiomas;
- ✓ Existência de organização representativa de guias – AGTOP (Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto);
- ✓ Valorização e fortalecimento da gastronomia regional por parte dos restaurantes do destino, por meio da aplicação de receitas baseadas em ingredientes típicos regionais;

- ✓ Presença de instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres, de graduação e de especialização nas áreas relacionadas ao turismo no município (FGV-Sebrae e Mtur, 2014, p.17, 18).

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- ✓ Carência de sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo Ministério do Turismo;
- ✓ Inexistência de sinalização com mapa turístico informativo nas áreas turísticas;
- ✓ Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em meios de hospedagem;
- ✓ Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem;
- ✓ Inexistência de capacitação sobre higiene na manipulação de alimentos para proprietários e empregados de novos estabelecimentos de alimentação, por parte do governo municipal;
- ✓ O fato de o empresariado local do setor de alimentação não participar em cursos, públicos ou privados, com o objetivo de ampliar seu conhecimento sobre gestão do negócio, empreendedorismo e manipulação de alimentos (FGV-Sebrae e Mtur, 2014, p. 18 e 19).

Quanto à carência de sinalização, a SETIC informou que já conseguiu aprovar um projeto com recursos do governo federal para solucionar o problema, que está em período de implementação. Em relação à acessibilidade, a secretaria disse estar trabalhando no desenvolvimento de ações para melhoria da infraestrutura, mas ainda não são visíveis, como também não existe programas de sensibilização do empresariado local para atender a clientes com necessidades especiais.

Em relação ao orçamento previsto para a execução das ações planejadas, E1 informou que a maior parte dos recursos provém de recursos próprios do município, representando o turismo 3% do orçamento total. Outras fontes de financiamento são para projetos específicos através de convênios firmados com o Ministério do Turismo (como a sinalização da cidade financiada pelo PAC das cidades históricas), do governo estadual e de parcerias com a iniciativa privada.

Ouro Preto possui fundo municipal de turismo-FUMTUR desde 2010, tendo ocorrido a última movimentação com deliberação do conselho em 2013, segundo E2. Esta fala é diferente da de E3, que afirma ter movimentado o fundo: “(...)Este ano pagamos uma parte do Festival de Turismo e, agora, para dezembro pagaremos um curso de capacitação desenvolvido pela Associação do Circuito do Ouro(...)” (E3).

A literatura propõe que todos os recursos relacionados ao turismo no município sejam destinados para esta conta específica do setor, podendo o município estabelecer na

política municipal a porcentagem a ser destinada para esta conta, que será gerenciada por uma comissão gestora escolhida pelo COMTUR.

O FUMTUR de Ouro Preto foi criado pela lei n. 587, de 27 de setembro de 2010, que estabeleceu em seu art. 3 que o fundo seria constituído de:

I - dotações orçamentárias; II- multas impostas pelo poder público municipal decorrentes da lei n.521 de 17 de novembro de 2009; III- recursos provenientes de ajuda e cooperação nacional e internacional, de acordos entre entidades governamentais ou não governamentais; IV- receitas de tributos vinculados ao turismo; V- receita auferida pela realização ou participação em eventos turísticos ou auferidas em bilheterias de pontos atrativos do turismo local, conforme critérios a serem estabelecidos pelo COMTUR; VI-Recursos provenientes de convênios , contratos e consórcios; VII Legado e doações; VIII- Rendimentos obtidos com a aplicação de seu patrimônio; IX- Utilização de imagem do Município por empresas privadas , voltadas para a exploração do turismo , conforme critérios a serem estabelecidos pelo COMTUR; X- Destinação de no mínimo 25%(vinte e cinco por cento) do valor referente ao critério turismo da lei 18.030(2009) (OURO PRETO, 2010).

Não ficou claro quais recursos do município e quais porcentagens têm sido destinadas ao fundo. Entende-se ser recursos da dotação orçamentária municipal, mas não advindo de tributação dos serviços de turismo, já que o ISS vai para a conta geral da prefeitura. Ao perguntarmos a E3 se Os recursos advindos de ISS do setor turístico são utilizados para desenvolvimento do turismo local? São depositados no FUMTUR ou em conta específica da Prefeitura? ele respondeu “(...) Não. Entra no montante total da arrecadação. Estamos com planejamento de implantar uma taxa de turismo que será destinada ao FUMTUR(...)” (E3), deixando dúvida sobre a existência de movimentação efetiva do fundo.

Outros aspectos da dimensão econômica de Tomazzoni (2009) se referem à infraestrutura, à parceria com outras cidades e aos atrativos naturais. A cidade é pavimentada e possui terminal rodoviário, porém, os horários de ônibus intermunicipais e do município para os distritos não são flexíveis, com poucas opções de horário, o que dificulta o transporte de turistas que tenham interesse em conhecer a região, mas estão hospedados em Ouro Preto.

A parceria com outras cidades ocorre via circuito turístico - instância de governança regional a qual Ouro Preto está associada. O circuito fornece assessoramento aos municípios e busca a cooperação para a divulgação e desenvolvimento conjunto da região por meio de projetos conjuntos. Mas, segundo E3, as cidades poderiam ser mais unidas: “(...) Somos associados ao Circuito do Ouro que nos ajuda nas diretrizes do planejamento turístico da região e também com curso de capacitação. A integração entre as cidades que fazem parte do Circuito poderiam seria ser maior(...)” (E3).

Em relação à transparência da execução orçamentária, E3 informou que as pessoas interessadas podem ter acesso a prestação de contas “(...) Por meio do COMTUR, Diário Oficial e também na mídia. Temos um setor de comunicação dentro da Secretaria de Turismo para divulgação das ações e promoção do destino. Temos o Portal do Turismo, Facebook, Instagram, Twitter e Snapchat.(...)” (E3), mas ao serem acessados estes meios, verificou-se que muitos não estão atualizados com as informações disponibilizadas. Existe, ainda, alguns tramites burocráticos para solicitar a informação diretamente ao órgão, como, por exemplo, para as atas das reuniões do COMTUR que não estão online. Além disso, devem ser protocoladas a solicitação e a prestação de contas do FUMTUR, que deverão ser solicitadas nas reuniões do conselho.

O município possui diferentes atrativos classificados em naturais, culturais, lazer e entretenimento, descritos no anexo J. Na dimensão Atrativos turísticos, o Estudo de Competitividade (2014) analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas, e Ouro Preto se manteve acima da média nacional, sendo classificado em nível 4 de competitividade.

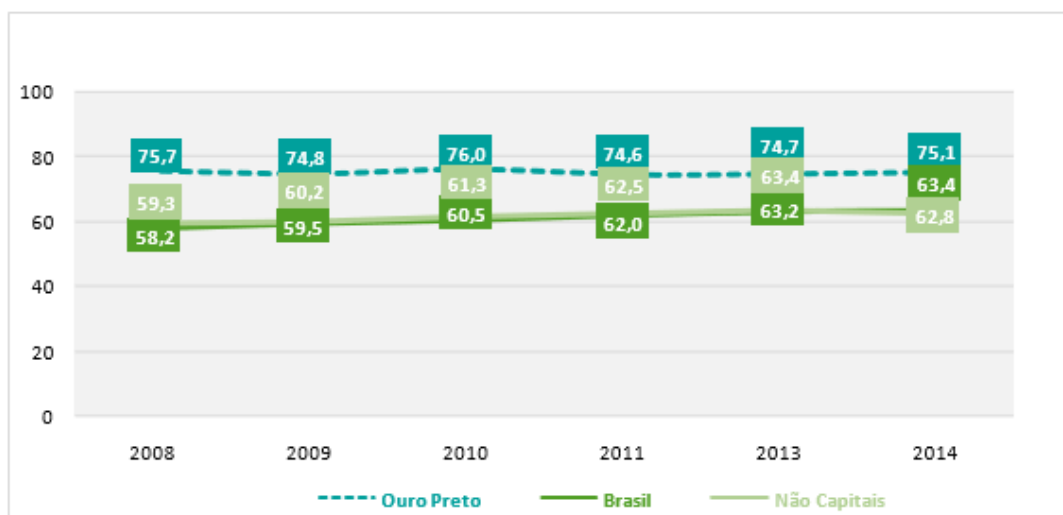


Gráfico 10: Índices Atrativos turísticos – Destino x Brasil: 2008-2014.

Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Ouro Preto, 2014.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, sendo os principais o Parque Estadual do Itacolomi, Parque Natural Municipal das Andorinhas e Parque Horto dos Contos;
- Evidência de conservação ambiental no entorno do principal atrativo natural indicado – Parque

Estadual do Itacolomi ; Respeito ao limite de capacidade de carga, conforme previsto no Plano de Manejo do Parque Estadual do Itacolomi; Manutenção da estrutura física disponível no parque, que dispõe de centro de atendimento ao turista, restaurante, sinalização indicativa e banheiros, além do estado da estrutura de acesso ao local com vias pavimentadas; Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, tais como: Centro Histórico, Museu da Inconfidência e Igreja São Francisco de Assis; Evidência de conservação urbanística no entorno do Centro Histórico e estrutura disponível nesse mesmo local, que conta com restaurantes, lojas e centros de atendimento ao turista; Existência de pavimentação adequada na via de acesso ao principal atrativo cultural indicado; Existência de eventos programados que atraem turistas, dentre os principais: Carnaval, Semana Santa e Festival de Inverno; O local onde acontece o principal evento programado indicado – Carnaval – conta com estrutura física regular de atendimento ao turista; Existência de atrativos de realizações técnicas e científicas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para Museu de Ciência e Técnica de Mineralogia da UFOP, principal atrativo indicado nesta categoria (FGV-SEBRAE,MTUR, 2014a, p.20 e 21).

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

Carência de recursos que viabilizem a circulação de pessoas com deficiência no principal atrativo natural e cultural – Parque Estadual do Itacolomi e centro histórico; Inexistência de estudo de capacidade de carga ou de controle do número de visitantes para o principal atrativo cultural; Estado da estrutura física disponível no local em que acontece o principal evento programado indicado – Carnaval –, como falta de banheiros públicos, ausência de sinalização, falta de estudo de capacidade de carga ou suporte, entre outros; Não adoção de quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência no Museu de Ciência e Técnica de Mineralogia da UFOP (FGV-SEBRAE,MTUR, 2014a, p. 21).

Mais uma vez a acessibilidade e a falta de infraestrutura prejudicam os indicadores, sendo uma alerta para a gestão municipal de turismo, que precisa trabalhar estes pontos melhor em seu planejamento. Contudo, ressalta-se, com base nas implicações econômicas, que Ouro Preto tem se desenvolvido nesta dimensão. O ICMS turístico não contribuiu para estes indicadores contudo, pois o município ainda não faz parte da política. Entretanto, cumpre lembrar que a cidade é beneficiada na lei Robin Hood nos critérios patrimônio cultural como a cidade de Minas Gerais e que mais recebe recursos do governo estadual e possui, no critério meio ambiente, ambos os requisitos de pontuação para habilitação do ICMS turístico (ver anexo A), tendo recebido, em 2015, R\$ 900.060,00 para investimento em cultura, e R\$ 83.639,16 para o meio ambiente como visualizado nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3: Repasse de ICMS **Patrimônio Cultural** em Ouro Preto.

Destino	2011	2012	2013	2014	2015
Ouro Preto	R\$ 442.781,82	R\$ 480.244,20	R\$ 659.019,19	R\$ 1.187.467,38	R\$ 900.060,40
Minas Gerais	R\$ 60.337.452,50	R\$ 65.176.490,76	R\$ 73.639.008,83	R\$ 77.970.211,55	R\$ 76.753.442,27

Fonte: Fundação João Pinheiro (2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

Tabela 4: Repasse de ICMS **Meio Ambiente** em Ouro Preto

Destino	2011	2012	2013	2014	2015
Ouro Preto	R\$ 54.494,82	R\$ 76.586,00	R\$ 82.290,77	R\$ 81.591,90	R\$ 83.639,16
Minas Gerais	R\$ 66.343.695,84	R\$ 69.190.657,07	R\$ 81.002.847,44	R\$ 85.767.231,39	R\$ 84.428.786,86

Fonte: Fundação João Pinheiro (2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

Como resumo dos aspectos econômicos observou-se, em comparação aos dados de Soares (2012), que:

- Houve aumento de 48 % no PIB per capita do município;
- Educação; emprego e renda se desenvolveram com base no índice de desenvolvimento municipal e saúde regrediu, piorando a qualidade dos serviços ofertados;
- O turismo representa 3% no orçamento total do município;
- O número de hotéis cresceu 55,96% e o de setor de alimentação 42,85%
- A cidade continua sem aeroporto, estando o aeroporto mais próximo em Belo Horizonte;
- Possui terminal rodoviário, no entanto, deveria investir mais em transporte intermunicipal com os distritos da sede;
- Induz o turismo regionalmente, mas poderia ser ainda mais atuante, expandindo parcerias com outras cidades e até mesmo outros estados;
- Não existe projeto de sensibilização da comunidade local para atuar nas decisões e preservação do turismo e patrimônio local;

Conclui-se com base nos aspectos econômicos analisados que houve no município um desenvolvimento econômico no turismo ao gerar renda no setor por meio da oferta de produtos e serviços. Contudo, os projetos para captar investimentos de outras fontes que não do poder público local são escassos. Somado a isso, os impostos arrecadados pelo município,

como ISS de turismo, não são investidos diretamente na atividade. Acredita-se que uma parcela destes recursos deveria ser destinada para a melhoria da infraestrutura turística, solucionando os principais problemas que atrapalham a evolução do indicador, que foram demonstrados pelo estudo de competitividade.

5.2.2 Implicações Econômicas em Tiradentes

A atividade econômica predominante em Tiradentes é o turismo, que representa a principal fonte de renda dos moradores que se concentram, em sua maioria, na zona urbana (5376 habitantes), trabalhando nos comércios e atrativos turísticos. Não se desenvolve pecuária e a agricultura é bem incipiente. Habitam a zona rural 1585 habitantes. O clima é tropical de altitude, com temperatura média de 23 graus Celsius e o relevo montanhoso.

O PIB per capita de Tiradentes a preços correntes de 2013 é de R\$ 13794,63, tendo variado 47% em relação a 2010, quando era R\$ 9410,71. O IDHM de 2010 outro índice que também mede a qualidade de vida teve uma nota de 0,740 bem próxima da nota de Ouro Preto, 0,741, cujas variações do PIB foram próximas (IBGE, 2015), demonstrando a existência de qualidade de vida no município.

Outro índice que mede o desenvolvimento municipal é o Índice Firjan (2015, ano base 2013) que utiliza os indicadores socioeconômicos de desenvolvimento municipal. O IFDM consolidado (Educação, Saúde, Emprego e Renda) foi de 0,7087, classificando o desenvolvimento municipal num grau moderado. No período de 2005 a 2013 aumentou 17,78%, tendo obtido crescimento em todos os anos analisados, com exceção de 2008 para 2009, quando a queda no fator saúde fez o valor consolidado diminuir. Porém, no ano seguinte, conseguiu se recuperar obtendo crescimento novamente.

Analisando os fatores individualizados no período acima citado, o que mais se destacou em crescimento foi saúde (41,98% de aumento), saindo de um estágio de desenvolvimento regular em 2005 para alto desenvolvimento em 2013, com nota correspondendo a 0,8114. Na sequência, educação (0,7331), com aumento de 19,09% em relação a 2005 e emprego e renda com variação negativa de -5,90% (2005 a 2013) (FIRJAN, 2005, 2009, 2011, 2013).

Com o aumento do IFDM consolidado, Tiradentes conseguiu subir no ranking estadual, deixando a posição 307ª em 2005 e 299ª em 2011 para ocupar a 288ª em 2013, bem atrás de Ouro Preto. 35ª em nível nacional, passou da 2063ª na posição em 2005 para 1892ª

em 2011 e 1843° em 2013 - o que demonstra evolução dos indicadores socioeconômicos, porém, demonstra que existem deficiências a serem superadas sendo a mais agravante emprego e renda (FIRJAN, 2005, 2008, 2009, 2011).

Para analisar a dimensão econômica-desenvolvimento turístico foi utilizado como ponto de partida o estudo da SETUR nos destino Indutor Tiradentes, que analisou dentre outras características os equipamentos e serviços do turismo. Ao estudar a economia local do turismo de Tiradentes, a SETUR registrou no período de 2006 a 2012 um crescimento no número de estabelecimentos e empregados no setor de turismo. Os empregados passaram de 506 em 2006 para 720 em 2012 (42,3%); o nº de estabelecimentos, de 132 para 177 (34,1%), o que indica que os estabelecimentos além de terem de expandido contrataram mais funcionários.

É importante destacar que existe uma parcela considerável de pessoas que trabalham em Tiradentes, mas moram no entorno. Isso se deve à falta de mão de obra qualificada e ao custo de vida alto do destino que fez com que residentes se mudassem e deslocassem todos os dias para a cidade. A população local não habita o centro histórico. Tal fato é ressaltado por E6:

(...) Fica muito perceptível a quantidade de gente das cidades da região que trabalham em Tiradentes, eu venho de transporte público e vejo a quantidade de gente que dá... eu pego o ônibus no terceiro ou quarto ponto em São João, tem dia que não tem nem mais lugar para sentar. É muita gente mesmo, aí a gente vê pessoas de todas as idades, a gente vê contabilista, camareira, recepcionista, garçom, e vê que é tudo ligado ao turismo. Entendeu? A maioria é tudo ligado ao turismo (...) Então isso é aquilo que eu te falei do polo turístico regional, gera muito emprego, então é uma responsabilidade muito grande pra nós (...) (E6).

A renda média nominal mensal do município variou de R\$ 459,80 (2006) para 828,80 (2012), elevando em 79,8%. Apesar deste aumento, este valor ainda é menor que a média do estado de Minas Gerais, R\$ 1087,23, e do Brasil, R\$ 1.183,89.

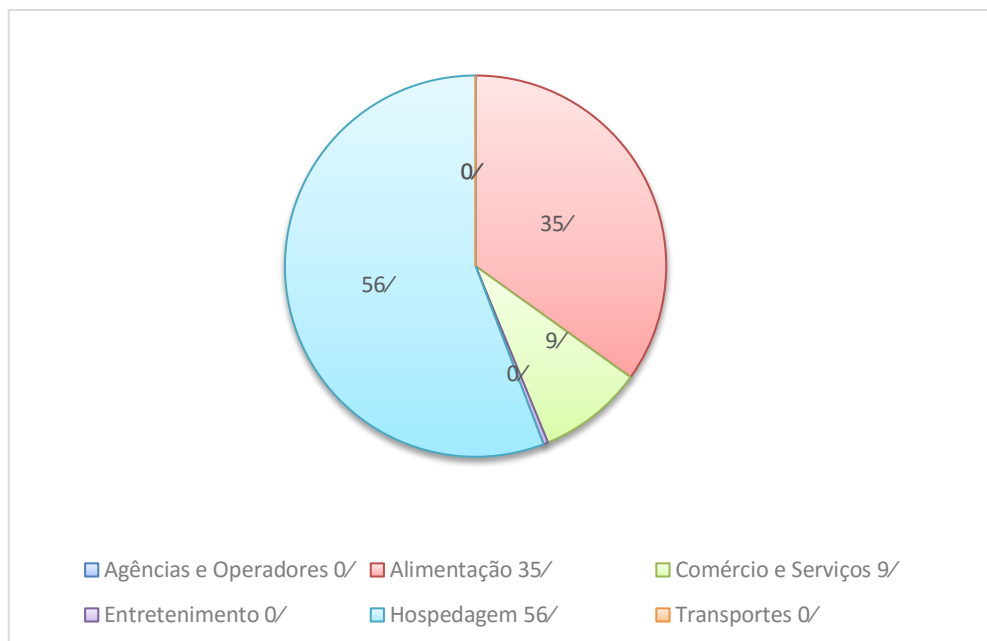


Gráfico 11: Distribuição do Número de empregados por setor do turismo no município em 2012.
Fonte: MINAS GERAIS,2015. Observatório do turismo.Tiradentes.

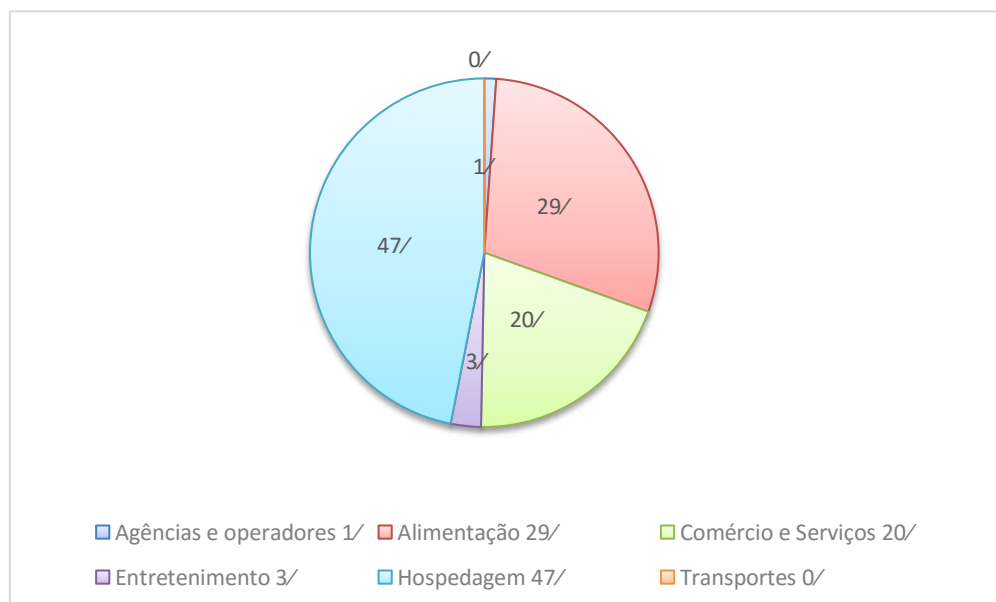


Gráfico 12: Distribuição do Número de Estabelecimentos por setor do Turismo em Tiradentes.
Fonte: MINAS GERAIS,2015. Observatório do turismo. Destino Tiradentes.

Analisando os equipamentos e serviços com base no estudo de competitividade (2014), Tiradentes sofreu evolução neste indicador entre 2008 e 2011, e de 2013 a 2014 ficou abaixo da média dos municípios que não são capitais e da média nacional.



Gráfico 13: Índices Serviços e Equipamentos Turísticos – destino x Brasil: 2008-2014.
 Fonte : FGV-SEBRAE,MTUR, Estudo de competitividade, Tiradentes, 2014.

Dentre os fatores positivos que influenciaram a avaliação dos Serviços e equipamentos turísticos foram destacados:

- Existência de Centros de Atendimento ao Turista no destino, localizados no centro histórico, que oferecem diversos serviços, como informações sobre o destino e seu entorno, e folhetaria sobre os atrativos e os prestadores de serviços do setor do turismo;
- Oferta de espaços para a realização de eventos – espaços multifuncionais e salas em hotéis para eventos de pequeno, médio e grande porte;
- Disponibilidade de acesso à internet nas unidades habitacionais na maior parte dos meios de hospedagem do destino;
- Presença de empresas de receptivo, que oferecem diversos serviços aos turistas (city tour, passeios para destinos do entorno, transfer, visitas guiadas, entre outros);
- Valorização e fortalecimento da gastronomia regional por parte dos restaurantes do destino, por meio da aplicação de receitas baseadas em ingredientes típicos regionais;
- Oferecimento de capacitação quanto à manipulação com higiene dos alimentos para proprietários e empregados de novos estabelecimentos de alimentação por parte do governo municipal;
- Participação frequente do empresariado local do setor de alimentação em cursos, públicos ou privados, com o objetivo de ampliar seu conhecimento sobre gestão do negócio e manipulação de alimentos;
- Presença de instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres regulares nas áreas relacionadas ao turismo no município (FGV-SEBRAE,MTUR, 2014b, p.17 e 18).

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Inexistência de sinalização turística viária e de sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos, nos padrões internacionais recomendados pelo Ministério do Turismo (MTur);

- Inexistência de sinalização com mapa turístico informativo nas áreas turísticas;
- Ausência de um centro de convenções para atender a região;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em meios de hospedagem;
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem;
- Escassez de guias de turismo licenciados pelo Ministério do Turismo no destino e de guias capacitados para atendimento em outros idiomas;
- Escassez de qualificação profissional técnica e superior em áreas relacionadas ao turismo (FGV-SEBRAE, MTUR, 2014b, p.18).

Estes fatores limitadores também foram verificados durante o presente estudo. Em relação à sinalização, como já fora ressaltado, serão instaladas placas nas principais vias que ligam a cidade, mas ainda falta sinalização que oriente o turista a como chegar no centro histórico e nos principais atrativos.

A escassez de guia não é vista como um problema para o poder público, ao contrário de Ouro Preto, onde os guias são preocupação por atuarem de maneira inadequada e oportunista em algumas situações. A gestão municipal acredita que as agências de turismo da cidade estão atendendo à demanda, não sendo necessário estimular a formação destes profissionais na cidade.

No centro de atendimento ao turista- CAT fica disponibilizado os folders das agências locais, que além dos mapas oferecem passeios e mapas de atrativos e comércios locais, bem como das principais hospedagens. Uma inovação recentemente adotada no destino pela iniciativa privada para guiar o turista na cidade foi um aplicativo chamado “achou Tiradentes”, que mostra ao turista como chegar aos atrativos e quais os principais restaurantes e hotéis. Dentre os atrativos encontrados no destino, destacam-se o ecológico, artístico e cultural e gastronômico - disponíveis no anexo I.

O estudo de competitividade (2014) na dimensão atrativos turísticos analisou o destino que foi classificado como nível 4, com índice abaixo da média nacional e dos municípios que não são capitais, fato que reforça a necessidade de atenção e melhoria dos atrativos para o recebimento de turistas - principalmente os com necessidades especiais.



Gráfico 14: Índice Atrativos Turísticos – Destino x Brasil: 2008-2014.

Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de Competitividade, Tiradentes, 2014.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, sendo os principais a APA da Serra de São José e o Bosque da Mãe D'Água;
- Evidência de conservação ambiental no entorno do principal atrativo natural indicado – APA da Serra de São José –, conforme observado em visita técnica;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, tendo sido indicados como principais o Centro Histórico, a Igreja Matriz de Santo Antônio e a Maria Fumaça (passeio de trem);
- Evidência de conservação urbanística e ambiental no entorno do Centro Histórico;
- Estrutura disponível no Centro Histórico, que conta com Centros de Atendimento ao Turista, restaurantes e lojas de souvenir;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, sendo os principais: Festival Internacional de Cultura e Gastronomia, Mostra de Cinema de Tiradentes e Bike Fest – Encontro de motos;
- Estrutura física do local onde acontece o principal evento programado indicado – Festival Internacional de Cultura e Gastronomia;
- Existência de atrativos de realização técnica e científica² que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para o Refúgio Estadual de Vida Silvestre Libélulas da Serra de São José, principal atrativo indicado nesta categoria. (FGV-SEBRAE, MTUR, 2014b, p.20 e 21).

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural – APA da Serra de São José – para o controle de visitantes no local com intuito de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos naturais;
- Carência de melhorias na estrutura disponível no local como, por exemplo, de um ponto de apoio próximo ao centro histórico, de onde começam algumas trilhas;
- Carência de recursos que viabilizem o acesso e a circulação de pessoas com deficiência no principal atrativo

natural; • Inexistência de estudo de capacidade de carga ou de controle do número de visitantes para o principal atrativo cultural indicado – Centro Histórico; • Ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo cultural; • Ausência de recursos que confirmem acessibilidade para pessoas com deficiência no local em que acontece o principal evento programado – Festival Internacional de Cultura e Gastronomia(FGV-SEBRAE,MTUR, 2014b, p. 21).

Os problemas acima listados pelo estudo de competitividade ainda continuam sem solução e não existe nenhum projeto de acessibilidade para o centro histórico. De igual modo, não existe parceria do departamento de turismo com o setor responsável pelo meio ambiente para preservação dos atrativos naturais, como projetos de conscientização. Falta fiscalização da utilização destes atrativos, e o que ocorre em parceria até então é somente alguns eventos realizados em conjunto, como promoção de caminhadas ecológicas.

A relação de Tiradentes com os municípios vizinhos ocorre por meio do circuito trilha dos Inconfidentes, instância de governança regional que fornece, além de assessoramento, capacitação, e foi o responsável por ajudar o município na habilitação do município no ICMS turístico.

(...)Tiradentes pertence ao Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes, associação de municípios criada a partir de uma política da Secretaria de Estado do Turismo de MG para o desenvolvimento regional do turismo. Através dessa entidade são realizados projetos em conjunto de promoção e estruturação. Atualmente são 22 municípios associados(E5).

(...)se não fosse o circuito turístico, provavelmente, provavelmente, nós não estaríamos recebendo o ICMS turístico até hoje. Porque? Porque aí já vem aquela história do, do tipo um consórcio, os municípios da região através do circuito, nós contratamos uma empresa, pra, é.. dar consultoria em algumas áreas que nós tínhamos algumas dificuldades para receber o ICMS turístico. Por exemplo, a Lei que cria o conselho de turismo, não era uma lei simples de fazer. Aí nós precisávamos de um, de um, de pessoas especializadas. Contratamos pra atender o turismo... o circuito todo. Não foi pra atender só Tiradentes, ficaria num preço muito alto. Mas através do circuito muito melhor o preço, ficou mais viável, muito mais barato, muito mais rápido também, porque essa empresa ficou por conta das cidades da região e ponto. E hoje nós vimos a importância que teve isso(...) (E6).

O Orçamento municipal para o turismo é em torno de 20%, segundo a secretária municipal. Os recursos para investimento no turismo são provenientes do governo federal, estadual (ICMS turístico) e Municipal. Segundo E5:

Nos últimos anos tivemos grandes investimentos de recursos do Governo Federal para obras de revitalização e restauração no centro histórico e bens tombados. Foram investidos aproximadamente 40 milhões em obras e

projeto de educação patrimonial. Recursos para ações de planejamento e divulgação da cidade são provenientes da receita municipal somados ao ICMS turístico, 60% e 40% respectivamente (...) (E5).

O ICMS turístico, além de possibilitar a organização do município (grande ganho para o turismo local), tem tido representatividade no orçamento do destino, ainda que os valores sejam pequenos. Segundo E5, com o corte do governo federal, a receita dos municípios diminuiu, tornando os recursos recebidos por meio da política essenciais para o desenvolvimento turístico, apesar de estes recursos estarem se tornando cada vez menores a cada ano, devido ao aumento no número de municípios contemplados e por ser a alíquota de repasse fixa 0,1%.

Como demonstrado na tabela 5, de 2012 (R\$ 88.070,22) a 2014 (R\$ 42.384,50) houve uma queda no valor repassado ao município de 51,9%, valor consideravelmente alto. No entanto, em 2015, os repasses para o município aumentaram, e tal fato se deve ao aumento do índice de investimento em turismo alcançado pelo destino (anexo B). Para receber estes valores é preciso participar dos critérios da lei Robin Hood patrimônio cultural e meio ambiente, setores que recebem muito mais que o turismo. Apesar de não ser foco deste trabalho analisar estes dois outros critérios, observou-se que os repasses para a cultura tiveram uma queda considerável de 2014 para 2015, diminuindo 98% (tabela 6). Já o critério meio ambiente obteve um crescimento de repasses de 25%.

Tabela 5: Repasse de **ICMS Turístico** em Tiradentes

Destino	2011	2012	2013	2014	2015
Tiradentes	R\$ 0,00	R\$ 88.070,22	R\$ 52.702,19	R\$ 42.384,50	R\$ 76.149,00
Minas Gerais	R\$ 6.007.100,35	R\$ 6.517.650,30	R\$ 7.400.184,95	R\$ 7.797.021,02	R\$ 7.675.343,43

Fonte: Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/index.php?option=com_jumi&fileid=15>. Acesso em 01 de Novembro de 2015.

Tabela 6: Repasse de **ICMS Patrimônio Cultural** em Tiradentes

Destino	2011	2012	2013	2014	2015
Tiradentes	R\$ 171.296,08	R\$ 189.210,37	R\$ 94.511,65	R\$ 354.299,89	R\$ 5.385,96
Minas Gerais	R\$ 60.337.452,50	R\$ 65.176.490,76	R\$ 73.639.008,23	R\$ 77.970.211,55	R\$ 76.753.442,27

Fonte: Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/robinhood/index.php/transferencias/index.php?option=com_jumi&fileid=15>. Acesso em 01 de Novembro de 2015.

Tabela 7: Repasse de ICMS **Meio Ambiente** em Tiradentes

Destino	2011	2012	2013	2014	2015
Tiradentes	R\$ 162.426,35	R\$204.732,41	R\$ 211361,45	R\$ 219.612,62	R\$ 274.707,13
Minas Gerais	R\$ 66.343.695,84	R\$ 69.190.657,07	R\$ 81.002.847,44	R\$ 85.767.231,39	R\$ 84.428.786,86

Fonte: Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/robinhood/index.php/transferencias/index.php?option=com_jumi&fileid=15>. Acesso em 01 de Novembro de 2015.

É importante destacar que a lei estadual 18.030\2009 não vincula os repasses de ICMS turístico para o reinvestimento no próprio setor de turismo, ficando a critério do município a decisão sobre quanto será destinado ao FUMTUR. O repasse chega em uma conta única do município para depois ser repassado para o fundo criado (MINARDI, 2015).

O Fundo Municipal de Turismo- FUMTUR foi criado em maio de 2010, cuja gestão é de responsabilidade do Conselho Municipal de Turismo. Segundo E3, o COMTUR tem tido autonomia para deliberar sobre os recursos do FUMTUR, porém existem brechas na lei que mesmo sendo o conselho deliberativo, o prefeito continua tendo autonomia para tomar suas decisões. Constituirão receitas do FUMTUR LEI N.2.535 de 2010:

Art. 10 I - os preços de cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico e de negócios e o resultado de suas bilheterias quando não revertidos a título de cachês ou direitos; II - a venda de publicações turísticas editadas pelo Poder Público; III - a participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do município; IV - créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados; V - doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, e estrangeiras; VI - contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas; VII - recursos provenientes de convênios que sejam celebrados; VIII - produto de operações de crédito, realizadas pela Prefeitura, observada a legislação pertinente e destinadas a esse fim específico; IX - os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis; X - outras rendas eventuais (TIRADENTES, LEI N.2.535 DE 2010).

Ao falar como está sendo movimentado o FUMTUR, E5 ressaltou:

(...) Ainda temos algum recurso que está sendo utilizado sem autorização do conselho. Esse ano tivemos 5% do recurso de ICMS turístico utilizado sem deliberação do conselho, sendo utilizado por determinação do Prefeito(...) (E5).

Estão sendo destinados ao FUMTUR de Tiradentes, além do ICMS turístico, os recursos advindos de ISS do setor turístico, que representam 60% do recurso do FUMTUR.

Em Tiradentes a lei determina que 50% do valor de ICMS turístico seja destinado ao FUMTUR, porém, é difícil fiscalizar qual o valor destinado e quais ações estão sendo implementadas com este recurso, por não haver obrigatoriedade da prestação de contas do fundo. Esta é inclusive uma limitação da política segundo E6.

(...)Eu acho que ela deveria obrigar, ela não faz, mas deveria obrigar as prefeituras a depositar esse dinheiro no fundo municipal de turismo. Porque ela obriga a criação do fundo, mas não obriga que o município invista esse dinheiro no turismo (...) É meio estranho, eles te obrigam a criar o fundo, te repassam o dinheiro, mas não te obrigam a investir aquele recurso que ele te passou pro propósito dele que é o turismo, por exemplo se recebermos R\$100,00 de ICMS e mandarmos depois uma nota, extrato de que investiu R\$ 20 já cumprimos com a movimentação do FUMTUR (...) (E6).

O não repasse ao fundo dificulta a deliberação do conselho que não poderá decidir sobre a aplicação destes valores que não estiverem no fundo. Caso alguém tenha interesse na prestação de contas destes recursos deverá consultar a conta consolidada “turismo” no Portal da Transparência do município, não sendo possível identificar o que fora operacionalizado pelo FUMTUR de maneira isolada ou, segundo E5, solicitar a prestação de contas nas reuniões do COMTUR que estão abertas à participação da comunidade.

Como resumo dos aspectos econômicos, observou-se em comparação aos dados de Soares (2012) que:

- O aumento no PIB foi de 47, valor considerado alto%
- Com base no índice de desenvolvimento municipal a qualidade da educação obteve queda de 0,46% ; emprego e renda queda de 18,97% e saúde crescimento de 126,20% no período de 2009 a 2013;
- O turismo representa 20% do orçamento total do município sendo a gestora responsável pela atividade superando Ouro Preto em investimentos no setor;
- Existe uma deficiência de dados no município sobre os produtos e serviços ofertados; assim não foi possível ter acesso a dados recentes sobre o número de hotéis e pousadas existentes e a quantidade de serviços de alimentação;

- Não possui aeroporto em funcionamento;
- Induz o turismo regionalmente movimentando as cidades vizinhas e seus serviços de hospedagem em dias de grandes eventos na cidade;
- Possui parcerias de projetos turísticos com outras cidades via circuito turístico, um exemplo destas parcerias é para a elaboração da documentação do ICMS turístico, segundo relato os gestores do destino já se dirigiram a outras cidades para ensinar a como planejar a atividade para obter o recurso;
- O poder público diz haver ações de sensibilização da comunidade local por meio de cursos e palestras e de alguns eventos, no entanto, a grande maioria da população não usufrui do lazer e eventos oferecidos aos turistas;

Analisar a influência do ICMS turístico nos aspectos econômicos de desenvolvimento turístico em Tiradentes foi possível parcialmente porque o município participa da política há apenas 3 anos, sendo um horizonte temporal curto, tendo em vista os diversos indicadores utilizados e principalmente pela fala dos entrevistados, que remetem à importância da política do ICMS turístico como fonte de recurso para o desenvolvimento do turismo no destino. Porém, observa-se que não existe uma prestação de contas efetiva de como estes recursos vem sendo gastos e até que ponto de fato o COMTUR tem tido autonomia sobre eles.

5.3 Aspectos culturais

A cultura possui várias definições, sendo estudada por diferentes áreas como a sociologia, antropologia, história, administração, economia, dentre outras. Para Alves, “a cultura é uma expressão utilizada para representar desde um conjunto de valores, tradições e capacidades inerentes a condição humana até a afirmação de identidades nacionais, de grupos e subgrupos” (ALVES, 2010, p. 15).

Quando se fala em cultura e turismo, os costumes e hábitos propiciam a criação de um ambiente favorável que potencializa o desenvolvimento do turismo nesta localidade. Sendo a ação turista, uma ação cultural, pois o turismo tem o poder de transformar estes bens culturais em valores socioeconômicos (HALL, 1997, apud Tomazzoni, 2009).

Aos aspectos culturais de Tomazzoni utilizados neste estudo tem como elementos para analisar a cultura os fatos históricos, acervos e incentivos, estética, produtos e atrativos, animação, motivação e satisfação da comunidade (TOMAZZONI, 2009).

Como síntese da dimensão cultural, tem-se que o turismo possui a virtude de fortalecer valores de caráter cultural, antropológico e econômico. Exemplos de valores são a cultura popular que o turismo sintetiza, representa e projeta e as relações sócio - humanísticas que ele promove. A cultura de uma comunidade é todo acervo de tradições, costumes, modo de vida, sistemas de produção e expressões de talentos de todos os âmbitos. As relações humanas e sociais são fundamentais e essenciais para a harmonia do desenvolvimento, não somente material, por meio da produção econômica (indústria, comércio), mas, principalmente para o enriquecimento da convivência espiritual entre as pessoas (TOMAZZONI,2009, p.114).

Ao se incluir o ICMS turístico dentro destes aspectos, um novo conceito de cultura foi incorporado às análises: a cultura organizacional definida como “sistema de valores compartilhados pelos membros de uma organização que as diferencia das outras” (ROBBINS et al., 2010), ou ainda os hábitos, costumes e valores difundidos dentro de uma organização. Entender este conceito dentro do local de trabalho é importante, tanto para os gestores públicos como para os privados, porque a cultura de uma organização pode propiciar tanto mudanças como também gerar barreiras para aceitação do que é novo dentro da instituição. Para entender melhor, a seção que segue foi dividida em Implicações culturais em Ouro Preto e na sequência em Tiradentes.

5.3.1 Implicações Culturais em Ouro Preto

A cultura se encontra fortemente associada à história do turismo de Ouro Preto, que tem como vocação o turismo histórico e cultural, sendo a cidade famosa pela sua arquitetura colonial, pelos acontecimentos históricos como a inconfidência mineira, e por ter sido capital da província, além de pelo ciclo do ouro, dentre outros acontecimentos históricos. Destaca-se ainda a produção de artesanato em pedra sabão como panelas, cinzeiros, vasos, damas, dentre outros; esculturas e joias, sendo a cidade a única no mundo a produzir o topázio imperial. Nos distritos como Lavras Novas é forte a produção de artesanato em taquara e palha (OURO PRETO, 2015).

A história do município é um atrativo reconhecido pelo IPHAN em nível nacional desde 1938, quando iniciou o tombamento do núcleo histórico, primeira medida de preservação destes bens, e mundialmente pela UNESCO desde 1980, quando recebeu o título de patrimônio cultural da humanidade (OURO PRETO, 2015b).

No total são 36 atrativos culturais¹⁴, 35 atrativos civis, 35 atrativos religiosos e 16 atrativos de lazer e entretenimento, inventariados pela secretaria de cultura e patrimônio e muitos destes tombados. Os principais atrativos\produto turístico que representam a cidade são: Igrejas 34,6%; Artesanato 7,8% e Praça Tiradentes 6,5% (MINAS GERAIS, 2015).

Os eventos culturais e educacionais nem sempre são realizados em parceria com a Secretaria de Turismo, e existem ações esporádicas. Constata-se que poderia haver uma parceria mais forte entre turismo, cultura e educação. Em 2015, segundo E1, foi realizado o primeiro festival de turismo de Ouro Preto, em parceria com a ABAV-MG e com a UFOP, o que representou uma conquista para o poder público ao conseguir trazer dirigentes e empresários de outros destinos para a cidade para participarem de conferências, palestras e rodadas de negócios, com o objetivo de discutir sobre o desenvolvimento turístico.

A SETIC separa os eventos culturais dos eventos de fluxo turístico, pois, segundo E1, nem todo evento cultural é de fluxo turístico. No total são realizados uma média de 400 eventos por ano na cidade, realizados pelo poder público e pela iniciativa privada. Os eventos permanentes de maior fluxo turístico são carnaval; semana santa; corpus christi; festival de cinema, festival de jazz e festival de cinema. “(...) Temos aproximadamente 400 eventos realizados na sede e distritos, entre eles: Festa do Reinado, Carnaval, Semana Santa, Corpus Cristhi, Mostra de Cinema (CINEOP), Festival de Inverno, Festival Internacional de Corais, Festival de Jazz e Festival de Turismo Ouro Preto (...)” (E1).

A principal motivação da secretaria de turismo é a realização de eventos. O planejamento turístico começou a fazer parte da rotina há pouco tempo, e existe ainda uma dificuldade em colocá-lo em prática. A integração do órgão de turismo com as demais secretarias da prefeitura não é constante: são ações esporádicas realizadas em conjunto, geralmente eventos. Recentemente foi feita uma parceria com a Secretaria de Obras para a instalação de sinalização turística, e com a UFOP, para o centro de atendimento ao turista:

(...) Tem ações pontuais, né, por exemplo, tem a secretaria de meio ambiente, nós já fizemos uma caminhada ecológica ‘’ Anda Brasil’’, É... a secretaria já desenvolveu alguns trabalhos de visita guiada em parceria com a secretaria de educação. Então são ações pontuais (...) Às vezes tem os eventos culturais a gente faz parceria com a secretaria de cultura, agora por exemplo teve o ‘’ X Terra’’. Em Ouro Preto né, então foi parceria da secretaria de turismo com a de esportes, então são coisas assim (...) (E1);

(...) O Projeto da ‘‘Fábrica de Tecido’’ que a criação de um espaço para eventos numa antiga fábrica envolve a Secretaria de Obras, assim como o

¹⁴ A relação destes bens se encontra no anexo J.

projeto de Sinalização Turística e o Centro de Atendimento ao Turista que é uma parceria com a UFOP (E3).

O aspecto cultural de Ouro Preto é destaque no estudo de competitividade 2014 (FGV \Sebrae\MTUR), que considera: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura. Ouro Preto foi pontuado em 2014 com 86,4 pontos. Apenas 7 dos 65 destinos indutores nacionais conseguiram alcançar nível 5 com nota entre 81 e 100 pontos. Segundo o estudo, os fatores que influenciaram os indicadores de forma positiva neste resultado foram:

- ✓ Presença de atividade artesanal típica
 - ✓ Artesanato em prata e pedra sabão – comercializado em lojas e feiras de fácil acesso para o turista;
 - ✓ Existência de culinária típica regional comercializada nos estabelecimentos de alimentação do destino e presença de tradições culturais evidentes e típicas do território da região onde o destino está inserido, entre elas, as cavalhadas, os blocos de carnaval e as festas estudantis;
 - ✓ Existência de manifestações religiosas no destino – Semana Santa, Corpus Christi e Novenas;
 - ✓ Presença de grupos artísticos de manifestação popular tradicional, como os grupos de congado; os blocos de carnaval, as bandas de música e os corais, que se apresentam com frequência no destino e em outras cidades do estado;
 - ✓ Existência de patrimônio imaterial registrado pelo Iphan, que se constitui em atrativo turístico;
 - ✓ Existência de patrimônios artísticos e históricos registrados pelo município, pelo estado e tombados pelo Iphan, os quais também se constituem em atrativos turísticos, tais como: Conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto, Casa Setecentista, Palácio dos Governadores, Ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica, Casa de Câmara e Cadeia, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, Igreja Matriz de Santo Antônio em Glaura, Igreja Matriz de São Bartolomeu, entre outros bens;
 - ✓ Existência de bem cultural reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO – a Cidade Histórica de Ouro Preto;
 - ✓ Existência de uma Política Municipal de Cultura e a manutenção de calendário de festas tradicionais populares;
 - ✓ Adesão do destino ao Sistema Nacional de Cultura;
 - ✓ Existência de projeto para implementação de turismo cultural, executado pelo poder público e iniciativa privada.
- Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:**
- ✓ Inexistência de um Plano Municipal de Cultura;
 - ✓ Ausência de legislação municipal de fomento à cultura, bem como de fundo municipal de cultura efetivo (FGV-Sebrae e Mtur, 2014, p.44 e 45).

A cultura é trabalhada em Ouro Preto pela Secretaria de Cultura e Patrimônio, e as ações realizadas pela secretaria como os eventos e cursos movimentam a cidade. No ano de 2015, buscando capacitar a comunidade local e preservar elementos culturais, foram

oferecidos cursos gratuitos no centro comunitário Casa Padre Faria. Dentre as oficinas, destacam-se as aulas de inglês; arte em pedra sabão; violão, entre outras. A preservação dos costumes, tradições e bens históricos impulsionam a visitação de turistas. Apesar de não ter sido objeto deste estudo, analisar a secretaria de cultura e patrimônio, e os investimentos neste setor, observou-se sua importância dentro da gestão municipal pela representatividade dos valores no orçamento municipal, sendo a cidade o município que mais recebeu nos últimos anos o ICMS cultural, além das verbas do governo federal, que são bem maiores para cultura do que para o turismo. Assim, esta secretaria teria, com base nas informações de ICMS cultural, condições de realizar muito mais ações do que o órgão de turismo. Contudo, não foi objeto deste estudo verificar a contrapartida destes recursos.

O ICMS turístico influenciou apenas na cultura organizacional da SETIC, ao incorporar na secretaria práticas de planejamento que mudaram as rotinas e o jeito de trabalhar as ações de turismo, priorizando instrumentos que até então não faziam parte da cultura da secretaria como o plano, as decisões compartilhadas com o COMTUR e a forma de enxergar o turismo local dentro das diretrizes nacionais e estaduais de turismo. Apesar destes avanços, a política do ICMS turístico ainda não é vista como uma política importante pela secretaria, se considerarmos o repasse ser muito pequeno. Percebe-se, nas entrevistas, que o ganho desta política seria a maior organização, que começaria a ser movimentada. Como pontos a serem melhorados, ressalta-se um maior diálogo entre os órgãos municipais de cultura e turismo para ações mais efetivas em prol do turismo local, e não apenas na realização de eventos.

Conclui-se então que os fatores culturais têm impulsionado o desenvolvimento do turismo de Ouro Preto tanto pelos recursos recebidos por meio de programas no governo federal e estadual, como pela geração de renda na oferta de produtos e serviços que atraem o turismo.

5.3.2 Implicações Culturais em Tiradentes

A principal vocação do turismo de Tiradentes é o turismo histórico, cultural e de eventos. A história do município é um atrativo reconhecido tendo sido seu primeiro patrimônio tombado pelo IPHAN em 1949. O destino possui patrimônios tombados tanto em nível federal como municipal.

Assim como Ouro Preto, Tiradentes se desenvolveu com a exploração do ouro, e ficou conhecida pelos acontecimentos históricos e sua arquitetura, preservados durante várias gerações. Possui cerca de 11 atrativos culturais, além de roteiro gastronômico e ecológico. Os principais atrativos e produtos turísticos que representam a cidade segundo estudo realizado pela SETUR em pesquisa de demanda realizada em 2014 são: Igrejas 37,5%; Artesanato 17,8% e Maria Fumaça 10,7% (MINAS GERAIS, 2015).

Não existe levantamento do número de artesãos existentes no município. Os mais expressivos são os móveis em madeira de demolição e objetos utilitários e decorativos em ferro e madeira. É forte no município também a produção de doces, artesanatos de enxoval e peças em prata.

O turismo no município é trabalhado junto com o setor de cultura, em um mesmo órgão municipal - Departamento de Turismo e Cultura. Segundo E5, existem ações de articulação do departamento com a Secretaria de Tributação e de Trânsito na: “(...) Criação da Lei que estipula a contribuição voluntária do turismo - Tributação. Restrição à circulação de veículos no centro histórico – Trânsito(...)” (E5).

Os eventos culturais são trabalhados para atrair turistas, e como a secretaria é de turismo e cultura, é elaborado um calendário único dos eventos que irão acontecer na cidade, sendo muito deles permanentes. No quadro 12 encontram-se descritos os eventos realizados durante 2015 na cidade.

Calendário de Eventos Tiradentes 2015
Janeiro
23/01 a 31/01- Mostra de Cinema
Fevereiro
12/02 a 17/02 – Carnaval
Março
18/03 a 22/03 – Foto em Pauta – Festival de Fotografia
18/03 a 27/03 – Solenidade das 7 Dores de Maria Santíssima
21/03 e 22/03 – Solenidade do Senhor Bom Jesus dos Passos
Abril
11/04 – Festival de Tortas ABRIGO de Tiradentes (Largo das Forras)
24 a 26/04 – 5ª Exposição Nacional de Orquídeas
17 a 19 – Festa de São Francisco de Paula
Maio
15/05 a 23/05 - Tiradentes em cena-Mostra de Teatro de Tiradentes.
22/05 a 01/06- Jubileu da Santíssima Trindade
18/05 a 24/05 - Semana de Museus
Junho
12/06 a 14/06 – Tiradentes Vinho e Jazz Festival
19/06 a 21/06 – 2º Trem Bier – Festival de Cervejas Artesanais
24/06 a 28/06 – Bike Fest Tiradentes

Julho
26/07 – Encontro de Congado Nossa Senhora do Rosário e Escrava Nastácia (Largo das Forras)
Agosto
21/08 a 30/08 – Festival de Cultura e Gastronomia.
Setembro
09/09 a 12/09 – Festa do Senhor Bom Jesus da Pobreza
10/09 a 20/09 – Festival Artes Vertentes
13/09 – Festival de Tortas ABRIGO de Tiradentes
15/09 a 24/09 – Festa de Nossa Senhora das Mercês
19/09 a 21/09 – 1º Experimente – Feira de Cervejas Artesanais – Especial Tiradentes
21/09 a 27/09 – Primavera dos Museus
26/09 e 27/09- X-Terra
Outubro
1º/10 a 04/10 – Festa do Carro de Bois e Tropeiros
1º/10 a 04/10 – Festa de Nossa Senhora do Rosário
16 e 17/10 – MIMO
Novembro
30/10 a 02/11 – 12ª Feira de Artesanato
04/11 a 07/11 – Felit – Festival de Literatura São João del-Rei e Tiradentes
12/11 a 15/11- 8º Duo Jazz – a confirmar
18/11 a 22/11 – Festa de Santa Cecília – Padroeira dos Músicos
Dezembro
04/12 a 06/01/16 – Natal
31/12 – Reveillon

Quadro 12: Calendário de Eventos Tiradentes 2015

Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Tiradentes, 2015.

Dos eventos listados no quadro 12, E5 ressalta que:

Podemos destacar ainda como importantes fomentadores do turismo em Tiradentes os eventos e festivais realizados na cidade, sendo aproximadamente 1 por mês. Dentre os principais estão “Mostra de Cinema de Tiradentes”, “Tiradentes em Cena – Mostra de Teatro”, “Festival de Vinho e Jazz”, “Bikefest – Encontro de motos clássicas”, “Festival de Cultura e Gastronomia”, “Festival Artes Vertentes” e “X-Terra – Esportes da natureza”. Também destaca-se a realização de casamentos por pessoas não-residentes em Tiradentes, movimentando toda a cadeia de serviços para atender noivos e convidados(...)(E5).

O estudo de competitividade 2014 classificou Tiradentes em nível quatro na dimensão aspectos culturais. O município tem evoluído neste aspecto desde 2009. Dentre os fatores que proporcionaram este desenvolvimento foram destacados:

- Presença de atividade artesanal típica: artesanato e mobiliário em ferro e madeira, comercializados em lojas de fácil acesso para o turista;
- Presença de uma associação de artesãos;
- Existência de culinária típica regional comercializada no destino e de tradições culturais evidentes e típicas do território onde está inserido;
- Existência de manifestações religiosas no

destino – Semana Santa/Vias Sacras e Festa da Santíssima; • O destino realiza eventos típicos, como a Festa do Carro de Boi e Tropeiros, realizado há seis anos; • Presença de grupos artísticos de manifestação popular tradicional – Grupo de Congado e Grupo de teatro Entre Vista – que se apresentam com frequência no destino; • Presença de equipamentos culturais no destino, como livraria, centro cultural, biblioteca e museus; • Existência de patrimônios imateriais e sítios arqueológicos registrados pelo Iphan; • Existência de patrimônios artísticos e históricos registrados pelo Iphan, os quais se constituem em atrativos turísticos, tais como: Capela da Santíssima Trindade, Capela de Nossa Senhora das Mercês, Capela de São Francisco de Paula, Capela do Bom Jesus, Capela de São João Evangelista, Casa do Inconfidente Padre Toledo, Chafariz de São José, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Conjunto arquitetônico e urbanístico de Tiradentes, entre outros bens; • Presença de órgão da administração local responsável por incentivar o desenvolvimento da cultura; • Adesão do destino ao Sistema Nacional de Cultura; e • Existência de projeto para implementação de turismo cultural – Roteiro Narrado (FGV, SEBRAE, MTUR, 2014, p.43 e 44).

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Inexistência de uma Política Municipal de Cultura que, entre outros benefícios, poderia ajudar a manter um calendário de manifestações culturais; e
- Inexistência de legislação municipal de fomento à cultura, bem como de fundo municipal de cultura (FGV, SEBRAE, MTUR, 2014, p.44).

Em relação aos fatores limitantes, não foi obtida nenhuma informação sobre ações de melhoria dos problemas. As manifestações culturais fazem parte da rotina local. Além do grupo de congado, que busca preservar as tradições, é lecionado nas escolas a disciplina Patrimônio Cultural, que conta aos alunos a história da cidade e reforça a importância da comunidade para a conservação deste patrimônio. Destaca-se também as oficinas de teatro e música – dentre as quais algumas delas são oferecidas de forma gratuita por instituições instaladas na cidade.

A preservação destas tradições culturais, conservação do patrimônio, além de contribuir para resgatar valores que ficaram perdidos no tempo estimula a visitação de turistas. Magalhães (2008) enfatiza esta que a atividade turística, quando trabalhada de forma sustentável, contribui tanto para a preservação do patrimônio como para educar e difundir a cultura em uma sociedade que se torna cada vez mais visual.

O ICMS Turístico contribuiu nesta dimensão com a cultura organizacional ao incorporar na gestão municipal novos valores, como o planejamento, organização do COMTUR e movimentação do fundo - contribuições estas ressaltadas durante as entrevistas pelos gestores, que consideram este o maior ganho do ICMS turístico para os municípios. Além disso, os municípios que trabalham a cultura e participam do ICMS cultural são mais bem pontuados na avaliação para habilitação da política.

5.4 Discussões e considerações globais

A política do ICMS turístico teve sua origem por meio de uma fonte tributária - o ICMS - e sua distribuição por meio de uma política fiscal, que visava uma descentralização dos recursos de forma a beneficiar outras atividades. Foi criada com o objetivo de trabalhar a gestão turística dos municípios, dando-lhes autonomia para gerir um recurso cujo resultado deve impactar no desenvolvimento do turismo.

O governo de Minas Gerais foi inovador, pois é o único do Brasil a implementar até então esta política fiscal, que beneficia os municípios tanto em termos econômicos, como em termos organizacionais no desenvolvimento da atividade turística em nível local. É uma fonte tributária, mas não há competição por recursos: uma vez atendidos os critérios de habilitação, qualquer município pode participar, inclusive aqueles que não possuem vocação para a atividade.

As implicações organizacionais, econômicas e culturais em Tiradentes sofreram os efeitos da implementação do ICMS turístico, tendo tido a política impacto sobre todas os aspectos, com destaque maior para o organizacional. No destino de Ouro Preto não se pode avaliar quais os impactos da política em todos os aspectos, pois o município ainda não participa do ICMS turístico. Contudo, o organizacional já sofre os efeitos, pois possui intenção de habilitação.

Durante o estudo considerou-se importante entender qual a percepção que os gestores municipais de turismo tinham a respeito do que é o ICMS turístico e a sua importância para o desenvolvimento do turismo local. As respostas remetem à estruturação; estar alinhado às políticas públicas estaduais e nacionais de turismo; planejamento; participação social e fiscalização, demonstrando outros benefícios que ultrapassam os recursos financeiros, como pode ser observado nas falas de E1, E2, E3, E4, E5 e E6.

(...) Pra mim, o ICMS Turístico hoje é, para aqueles municípios que são contemplados, pra mim demonstra que os municípios estão de acordo com as políticas públicas de turismo, né. Você tem um fundo, você movimenta o fundo, os recursos do fundo dentro de um plano de ação do município, tem toda uma amarração né. Agora em termos de valores pra mim, eu acho muito pouco né, é, é, é... eu acho que cada ano que passa a fatia da pizza ela é a mesma, mas a distribuição aumenta então isso cai, então, eu observo lá, municípios recebendo 800, 1000 reais, 2000, muito pouco pra desenvolver um projeto né. Então em termos financeiros pra mim, eu não vejo nada assim.. vantajoso não, mas, é uma forma dos municípios tá ali alinhado com

as políticas né, mostra ali pro Estado que tá conseguindo trabalhar dentro... né(...) (E1).

(...)Lei de incentivo do desenvolvimento do Turismo, com a premiação em recursos aos municípios que se destacarem no investimento ao setor (...) (E2).

(...) Política do Estado que destina recursos para municípios mineiros que estão alinhados com as diretrizes do turismo. Tais recursos devem ser aplicados no desenvolvimento do turismo (...) (E3).

(...) o ICMS Turístico, visa estimular a implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico local, levando em conta as políticas para o turismo dos Governos Estadual e Federal. É um mecanismo que realmente estimula a atuação dos conselhos de turismo, pois passa a trabalhar com a comunidade e atender a seus interesses, fazendo deste recurso um instrumento mais democrático e participativo no desenvolvimento do município (...) (E4).

(...) Recursos oriundos da Lei Robin Hood (Governo Estadual) repassado aos municípios que cumpre os pré-requisitos estipulados pela Secretaria de Estado do Turismo e Conselho Estadual de Turismo voltados para o planejamento e gestão do turismo municipal (...) (E5).

(...) Importantíssimo Pra uma cidade que recebe apenas 12, apenas 12 milhões por ano. Importantíssimo. Porque? Se você for lá, que ver, eu vou puxar dados aqui da Lei Robin Hood gira em torno de 3 a 4 mil reais mensais o ICMS turístico, isso hoje quase paga o meu salário e o da secretaria. Agora cê fala, mas só? Não, não é só não, já são dois funcionários a menos, entendeu? o dinheiro do ICMS turístico, ele é mandado diretamente pra conta do fundo municipal de turismo, entendeu? (...) Aí não é o prefeito, não é a secretaria, não sou eu quem decide pra onde vai, onde vai ser investido esse dinheiro, esse recurso, esse dinheiro ele é definido o destino pelos conselheiros, pelos 11, pelo Comtur. Ele é um conselho deliberativo, ele não é consultivo, entendeu? Então aí tá a importância(...) (E6).

Outro fator analisado foi a avaliação que os gestores fazem da política. Por meio das falas dos entrevistados foi possível identificar os pontos que consideram positivos e o que precisa ser melhorado para tornar o ICMS Turístico ainda mais atrativo.

Vantagens	Limitações
(...)melhor organização do turismo nos municípios (...) (E5).	(...) Eu acho que, tá precisando rever essas coisas de ICMS sabe? tem algumas coisas que, alguns critérios... e tem gente que..., é é, tem município que ganha ICMS que não tem nem secretaria de turismo gente! Não tem nem vocação para o turismo. Então eu acho assim, tinha que rever esses critérios, tinha que ter uma secretaria, tem que ter uma equipe de secretaria de turismo. Tem município que a vocação é toda na área da agropecuária e recebe, pra falar que tá

	lá. Tem que ter um filtro, entendeu? Então assim, pra ter o ICMS turístico tem que ter vocação, cê tem que ter uma secretaria ou um departamento de turismo. Tem, tem município que nem isso tem, as vezes é um outro departamento, uma outra secretaria que manda (...) (E1).
(...) estar alinhado com a Política Nacional e Estadual de Turismo (E3).	(...)pouco recurso destinado ao município (E3).
(...) Ainda há muito a ser trabalhado, mas acredito ser um grande avanço para o setor, pois não tínhamos nada direcionado ao turismo em relação a políticas públicas. Precisamos agora é lutar para que a alíquota aumente, passando dos 0,01% para 0,5% e que tenhamos uma pontuação nos critérios mais inclusiva e que favoreça os municípios a irem trabalhando e implementando as políticas aos poucos. Hoje ou você faz tudo de uma vez ou esta fora do ICMS (...) (E4).	(...) pouco recurso disponibilizado (E5).
(...)melhor organização do turismo nos municípios(E5)	(...) Eu acho que ela deveria obrigar, ela não faz, mas deveria obrigar as prefeituras a depositar esse dinheiro no fundo municipal de turismo. Porque ela obriga a criação do fundo, mas não obriga que o município invista esse dinheiro no turismo (E6).

Quadro 13: Vantagens e Limitações do ICMS turístico

Fonte: Elaboração Própria a partir de entrevistas com os gestores municipais de Ouro Preto e Tiradentes.

A avaliação dos gestores municipais de turismo remetem aos principais problemas que precisam de maior atenção do estado de Minas para aprimorar a política. O primeiro deles é o pouco recurso disponibilizado, pois atualmente apenas 0,01% do ICMS arrecadado no estado é destinado ao turismo. A gestão estadual, juntamente com a federação dos circuitos turísticos, entregou, há dois anos, um projeto na assembleia legislativa de Minas Gerais para aumentar esta alíquota para 0,5%, mas ainda não foi votado. O aumento da alíquota é de extrema importância para legitimar ações mais efetivas nos municípios, uma vez que, como o número de habilitados tem crescido, o valor repassado tende a diminuir.

Existe quem considere que deveria haver modificações nos critérios para priorizar os municípios com vocação turística, pois o que ocorre hoje é que qualquer município, independente do porte ou tradição, pode receber o recurso se atender os critérios.

Outra deficiência da lei é não obrigar os municípios a depositarem todo o dinheiro no fundo municipal de turismo. Apesar de exigir sua existência, a própria gestora do ICMS turístico no estado reconhece este problema, mas afirma ser de difícil solução porque envolve questões jurídicas de difícil solução. Esta não obrigatoriedade inviabiliza a fiscalização do

COMTUR e dá brecha para que os municípios direcionem os recursos para outros setores que sejam prioridades do governo.

Por fim, indagou-se aos entrevistados em Tiradentes (pois Ouro Preto não participa) se a política do ICMS turístico, com base nas implicações organizacionais, econômicas e culturais, tem possibilitado o desenvolvimento turístico dos destinos. Todos consideraram que sim.

(...)Sim. Estimulou a atuação do Conselho Municipal de Turismo despertando para o planejamento das ações e investimento do recurso. No entanto, o recurso repassado ainda é muito pouco para investimentos em projetos mais audaciosos (...) (E5).

(...) o ICMS Turístico vem contribuindo para o desenvolvimento turístico local, não só no sentido financeiro, porque ele obrigou os municípios, aí eu falo não só de Tiradentes, mas ele obrigou os municípios a criar conselho municipal de turismo, que é um órgão muito importante, principalmente no nosso caso aqui que é deliberativo, entendeu? Ele criou o fundo municipal de turismo, independente da obrigatoriedade ou não de valor neste fundo, tem lá uma quantia razoável, ele criou uma política municipal de turismo e obriga um plano municipal de turismo. Isso tudo no sentido de organização, o ICMS turístico ajudou de mais as cidades, aí eu já esqueço até da parte financeira, eu não tô nem levando em conta isso (...) (E6).

Com base nas informações acima mencionadas, relacionadas às dimensões de desenvolvimento turístico adotadas neste estudo, constata-se que os indicadores apontam para desenvolvimento no destino no período analisado, sendo os aspectos econômicos, organizacionais e culturais de suma importância. As implicações organizacionais foram as de maior impacto, com a reativação de práticas de gestão que já existiam em governos anteriores, mas deixaram ser operacionalizadas ou foram criadas para atender aos critérios da política, como os conselhos municipais de turismo, o fundo municipal de turismo e a adoção das ferramentas de planejamento (plano, política de turismo) em Ouro Preto e Tiradentes.

Dentre os desafios a serem superados na gestão pública municipal de turismo de Tiradentes para alcançar um desenvolvimento mais sustentável e responsável do turismo, constatou-se que é preciso melhorar a estrutura técnica da Secretaria de Turismo para trabalhar efetivamente no aprimoramento da legislação, planejamento e execução das ações, bem como na elaboração de projetos e captação de recursos. Existem poucos funcionários capacitados para estas funções, o que tem dificultado a implementação de novas ações. Além disso, é preciso reforçar a importância do trabalho conjunto e deixar o bairrismo de lado, ou os interesses políticos do governo no poder prevalecerão sobre as necessidades da

comunidade como um todo. O trabalho deve ser feito pensando no desenvolvimento do município em benefício da região.

Em Ouro Preto é preciso alinhar a política municipal de turismo às políticas estaduais e trabalhar melhor o planejamento que já começou a ser desenvolvido. Também, existem problemas de interesses políticos que ainda prevalecem sobre o trabalho técnico realizado.

6 CONCLUSÕES

Este estudo de natureza qualitativa teve como objetivo analisar as implicações do ICMS turístico em aspectos econômicos, organizacionais e culturais em dois destinos indutores nacionais - Tiradentes e Ouro Preto -, procurando compreender se a política teve capacidade de influenciar no desenvolvimento turístico destes municípios.

Para subsidiar as análises buscou-se aporte na literatura sobre políticas públicas, turismo e desenvolvimento, a fim de gerar conhecimentos que permitissem contextualizar, confirmar ou refutar a hipótese inicial deste estudo.

O estudo traz à tona problemas comuns vivenciados por vários municípios no Brasil, como a falta de planejamento da atividade turística; os poucos investimentos no setor; a falta de políticas distributivas e de fomento da atividade; as decisões centralizadas no poder público local sem envolvimento das instâncias de governança como conselhos e associações; a falta de diálogo entre as entidades federativas; a pasta de turismo como troca de favores políticos e sem a contratação devida de funcionários capacitados, dentre outros problemas prejudiciais ao desenvolvimento responsável da atividade.

A gestão descentralizada do turismo em Minas Gerais propiciou inovações, inclusive sociais, na forma de gestão da atividade no estado, primeiro com a política dos circuitos turísticos que tem fortalecido o programa de regionalização. O circuito estimula o trabalho em conjunto, além de preocupar-se com a promoção, estruturação e qualificação dos destinos. E recentemente, com a política do ICMS turístico.

Ao tratarmos da lei nº. 18.030/2009 conhecida em sua nova versão como a Lei Robin Hood, diversos benefícios são observados para os municípios mineiros, pois em sua nova edição outros fatores, além da produção econômica, passaram a ser considerados para a distribuição do ICMS, deixando de beneficiar os municípios mais ricos do estado.

No que diz respeito ao aspecto turismo, esta lei representou um marco nas políticas públicas para o desenvolvimento ao priorizar um recurso para a melhoria da gestão turística dos municípios mineiros. Por meio do ICMS turístico foi possível induzir a estruturação da gestão municipal de turismo, criando mecanismos de planejamento, participação e fiscalização.

Em apenas 6 anos de implementação do ICMS turístico, dos 853 municípios de Minas Gerais, 206 deles já estão desenvolvendo suas políticas municipais de turismo, assessorados pelo Conselho Municipal de Turismo, que atua junto ao poder público na implementação da política municipal para este fim e delibera sobre a execução dos recursos do Fundo Municipal

de Turismo. Por ter como base a gestão municipal e não a quantidade de atrativos, permite que qualquer município, mesmo não sendo indutor ou com vocação turista, concorra aos repasses, o que inviabiliza o desenvolvimento de municípios que possuem o turismo como principal fonte de geração de renda e emprego - sendo este um ponto crítico a ser pensado pelos gestores estaduais que coordenam o ICMS turístico.

Dentre os benefícios proporcionados pelo ICMS turístico, ressaltam-se os **sociais**, ao incorporar novos mecanismos de decisão, pautados por uma maior participação, como o Conselho Municipal de Turismo, critério obrigatório no recebimento do recurso e composto por diferentes atores que se tornam corresponsáveis pelo desenvolvimento do turismo local, decidindo sobre quais ações serão implementadas e fiscalizando o investimento dos recursos pelo poder público municipal.

Em relação aos benefícios **organizacionais**, destaca-se a estruturação da gestão municipal de turismo, que passou a utilizar de instrumentos de planejamento para trabalhar a atividade, criando planos e políticas municipais que possuem poder de lei ao serem votadas pelo legislativo, dando legitimidade as ações. Ainda nestes aspectos observou-se a preocupação da gestão municipal em pautar-se em ações que não se resumem apenas na promoção de eventos. Outro benefício foi o **econômico**, uma inovação no turismo e grande conquista para os municípios mineiros, que passaram a ter um recurso direcionado para a atividade advindo de uma distribuição tributária - algo não visto ainda em outro estado do Brasil no critério turismo.

A relação entre **turismo e patrimônio cultural** foi também fortalecida pela lei Robin Hood: os investimentos feitos no patrimônio cultural melhoram os atrativos turísticos, gerando maior renda e emprego para a cidade com a maior visitação de turistas e, conseqüentemente, maior desenvolvimento. Além disso, os municípios que recebem ICMS cultural são mais bem pontuados no ICMS turístico.

O ICMS Turístico fortaleceu a política de regionalização do turismo que em Minas acontece pela política estadual dos circuitos turísticos, pois exige a associação dos municípios a essa instância de governança regional. Ambos os destinos participam do circuito, porém, em Tiradentes parece haver uma maior integração entre os municípios que compõem o circuito do que em Ouro Preto.

Para participarem do ICMS turístico, os municípios viram-se obrigados a definirem e implementarem uma política municipal de turismo, fundo municipal de turismo e conselho municipal de turismo - requisitos mínimos para a gestão pública municipal quando se fala no desenvolvimento do setor. Esses destinos tiveram de refletir como estavam desenvolvendo as

ações de turismo e se estas estavam sendo de fato efetivas. Este diagnóstico orientou para um planejamento mais responsável do turismo, destacando a atuação do COMTUR com representante de diversas entidades locais na elaboração do plano municipal de turismo.

Como fatores críticos da política tem-se o valor do percentual repassado para o turismo, que desde 2009 não sofreu correções, sendo de 0,1% do total arrecado de ICMS no estado - ao contrário de outras atividades como cultura 1% e meio ambiente 1%. Como tem sido crescente a habilitação dos municípios no ICMS turístico, o valor repassado aos municípios tem diminuído, e somado a isso, com a crise econômica, o repasse para o fundo de participação dos municípios também tem sido menor, fazendo com que o ICMS turístico seja fundamental para o desenvolvimento das ações turísticas, como é o caso de Tiradentes. Este fator também é visto como negativo para a gestão de Ouro Preto, sendo até um limitador para adesão na política. Os gestores acreditam que por serem os valores muito baixos não irão impactar no desenvolvimento do turismo na cidade.

Critica-se ainda a falta de mecanismos de prestação de contas do Fundo Municipal de Turismo. O recurso chega inicialmente na conta da prefeitura e é repassado ao FUMTUR, de acordo com a porcentagem prevista na lei municipal, tendo o COMTUR o poder de deliberação somente sobre o que está no fundo; o restante é gasto conforme deliberação do executivo, podendo ser utilizado para atividades que não estão ligadas ao desenvolvimento do turismo.

Por fim, ressalta-se que o maior avanço do ICMS turístico na gestão pública municipal de turismo nos destinos analisados foram as mudanças nas práticas internas da organização, ao priorizarem novas ferramentas de gestão que resultaram em ações mais efetivas do plano municipal de turismo e na participação da sociedade civil, o que permite inferir que o ICMS turístico tem possibilitado o desenvolvimento turístico dos municípios. Contudo, há muito ainda para se desenvolver no turismo das cidades analisadas, sendo um dos fatores cruciais o maior envolvimento da comunidade local, a melhoria da infraestrutura, o trânsito e o diálogo entre poder público e iniciativa privada.

Os resultados permitem concluir que o ICMS turístico é um dos fatores de desenvolvimento do turismo ao estimular a participação e a estruturação da atividade. No entanto, alguns critérios de habilitação e de maior fiscalização da política devem ser repensados pela gestão pública estadual responsável, pois de nada adianta repassar um recurso para municípios que não possuem aptidão, vocação para o turismo e que estão preocupados apenas nos investimentos financeiros.

A hipótese de que o ICMS turístico traz implicações organizacionais, econômicas e culturais para os municípios reconhecidos como destinos turísticos em Minas Gerais foi comprovada por meio do estudo, contudo, as implicações organizacionais e econômicas são as que mais sofreram influências da implementação da política. Ressalta-se ainda que mesmo sendo destinos indutores de referência nacional com condições satisfatórias de desenvolvimento turístico, ainda necessitam do ICMS turístico como meio de suplementação financeira, como é o caso de Tiradentes, além de o para planejamento efetivo das ações, uma vez que são cobrados pelos resultados. Em Ouro Preto, o fator organizacional foi o que estimulou o município a pensar em concorrer ao ICMS turístico. Até pouco tempo, o destino não tinha interesse na política porque considerava os valores muito pequenos; contudo, a visão dos gestores mudou e passaram a perceber a importância da estruturação da gestão pública municipal com os mecanismos de planejamento que a política exigia. Assim, o ICMS turístico serviu mais para a organização da atividade turística e alinhamento as políticas públicas estaduais do que o anseio financeiro, os quais os gestores consideram muito pequeno frente aos investimentos e arrecadações que já possuem.

Este estudo traz contribuições sobre o desenvolvimento das políticas públicas de turismo no Brasil e em Minas Gerais e procurou avançar na discussão do ICMS turístico, assunto ainda pouco discutido na literatura. Avança em relação ao estudo de Soares (2012) ao trazer outras dimensões dos destinos analisados em relação à política do ICMS turístico, antes vista apenas como um fator financeiro para os municípios. Atualmente, percebe-se uma visão mais global dos gestores, que consideram estes recursos importantes, mas acreditam que as mudanças organizacionais, pelas quais os destinos têm passado, têm sido ainda mais benéficas, pois tornam as ações mais direcionadas e efetivas, além de estarem alinhadas às políticas estaduais.

REFERÊNCIAS

- ANDRIOLO, A. Hospedagem na cidade histórica: Formação espacial e simbólica. **Revista eletrônica de Turismo Cultural**. 2007. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/turismocultural/arley.pdf>>. Acesso em 09 de dezembro de 2015.
- ALVARES, D. **Avaliação de Planos-Processo em Áreas de Desenvolvimento Turístico**. Tese de doutorado, Universidade do Minho, Portugal, 2008. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/espaco_academico/premio_mtur/downloads/premio_FGV/Avaliacao_de_Planos_Processo_em_xreas_de_desenvolvimento_turxstico-Pxs_Graduaxo-1x_Lugar-I.pdf> . Acesso em Maio de 2015.
- ANJOS, A. F., HENZ, A. P., e LEITE, F. C. L. Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década 60 In: **Anais do VI Seminário de Pesquisa do Turismo do Mercosul – saberes e fazeres no turismo: interfaces**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARROS, M. O; SILVA, S. C.; GRANERO, A. E.; FILHO, E. B. **O Desenvolvimento do turismo uma Visão Sistêmica**. 4º congresso Brasileiro de Sistemas. 2008. Disponível em<http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/F/F_158.pdf>. Acesso em 20 set. 2014.
- BATISTA, G.M. **Turismo e desenvolvimento local: uma alternativa para as Comunidades B** rasileiras.2013. Disponível em: <<http://fama2.us.es:8080/turismo/turisonet1/economia%20del%20turismo/turismo%20zonal/america%20del%20sur/turismo%20y%20desarrollo%20local%20Brasil.pdf>>. Acesso em 06 de ago. de 2014.
- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 5. ed. São Paulo: Senac, 2001.
- _____. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BOLSON, J.G.; PIRES,F.; BAHÍ, E.T.. **Histórico e Análise das Políticas Públicas de Turismo no Brasil – 1930/ 2004** -Estudo de caso Minas Gerais. In: Encontro Nacional de Turismo com base Local,7. 3 a 6 de Novembro de 2004 - Curitiba PR, ENTBL. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=6792>>. Acesso 01 de ago. de 2014.
- BOLSON, J.G; FERREIRA,M.A.T. **Os Impactos do Turismo em Tiradentes: uma Análise da Percepção do Setor Público Local**. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho de 2006. Acesso em 27 de outubro de 2015.
- BOTREL, M. de O. et al. Entre a gestão pública e a gestão social de bens culturais no Brasil. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos**, Juiz de Fora (MG), v.1, n. 2, p. 41-54, 2011.
- BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938**. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em 02 de Setembro de 2015.

BRASIL. **Decreto n.º 44.863**. Dispõe sobre a Criação da Comissão Brasileira de Turismo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 de agosto de 2014.

BRASIL. Governo federal. Ministério do Turismo. **Destinos Indutores**. 2014. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/destinos_indutores.html>. Acesso em 20 de set. de 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003\2007**. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil**. Brasília, 2005.

BRASIL. MTur. **Plano Nacional de Turismo 2007\2010: uma viagem de inclusão**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Documento referencial do turismo no Brasil**. 2011-2014. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. MTur. **Plano Nacional de Turismo 2013\2016: Turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei complementar nº 87 de setembro de 1996** . Dispõe sobre: o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996>. Acesso em agosto de 2015.

BRASIL. (2008). **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo. Recuperado de: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00destinos_indutores.html>. Acesso em 08 de set. de 2014.

BRASIL. **MINISTERIO DO TURISMO- Dados e Fatos**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20150713.html>. Acesso em 20 outubro de 2015.

BRASIL. **MINISTERIO DO TURISMO- CONSELHO NACIONAL DE TURISMO**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/conselho-nacional-de-turismo.html>>. Acesso em 07 de dezembro de 2015b.

BRASIL. **Decreto 44.863** de 21 de novembro de 1958. Dispõe sobre a comissão brasileira de turismo (COMBRATUR). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19 de maio de 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : **Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional / Ministério do Turismo**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. 54 p. : il . Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/conselho-nacional-de-turismo/instancia-de-governanca-regional.html>>. Acesso em 07 de dezembro de 2015.

BRUMER. **Tiradentes: História e planejamento em favor do turismo sustentável**.2012. Disponível em: <<http://turmadochapeu.com.br/tiradentes-historia-planejamento/>>. Acesso em 27 de outubro de 2015

BRUSADIN, L. B.; SILVA, R.H.T.. **O uso turístico do patrimônio cultural em ouro preto**. CULTUR, ano 06 - nº 01 - Fev/2012 <www.uesc.br/revistas/culturaeturismo> .Acesso 18 de setembro de 2015.

CAMPOS, H. R. Espaço urbano e turismo em Tiradentes-MG. **Revista espaço acadêmico**, n.132, maio de 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/14935/9116>>. Acesso em 07 de dezembro de 2015.

CARVALHO, A. F. Políticas Públicas em Turismo no Brasil. **Revista Sociedade e Cultura**, v.3, n.1e2, jan\dez. 2000, p. 97-109.

CARVALHO, M.C; BARBOSA, T. R.C.G; SOARES, J.B. **Implementação de Políticas Públicas: Uma Abordagem teórica e Crítica**. X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitária em América del sur, 2010.
CGU- Controladoria Geral da União. Controle Social. **Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício de controle social**. Brasília, DF.2008.

CIRCUITO DO OURO. **História**. Disponível em: <<http://circuitodoouro.org.br/port/historia.html>>. Acesso em 7 de dezembro de 2015.

COBOS, J. V.; PAIXÃO, D. L. D.; SILVEIRA, C. E. Políticas de Turismo e a Política no Brasil: singularidades e (des)continuidade. **Revista Ciência e Opinião**, Curitiba, v.3, n.1. jan\jun.2006.

CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO. O Conselho Estadual de Turismo de Minas Gerais - CET/MG. Disponível em: <http://assets.izap.com.br/ncstmg.org.br/uploads/noticias/anexo/Apresentacao_-_Eleicao_2015-2016.pdf> . Acesso em 07 de dezembro de 2015.

COSTA, S. R. da; CARVALHO, C.M.B.de. Instância de governança regional: uma perspectiva para o desenvolvimento turístico do polo São Luís. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 21, n. especial, jul. 2014.Disponível em:

<<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2597/630>>. Acesso em 07 de dezembro de 2015.

CRUZ, R. de C.A. **Políticas de Turismo e Território**. São Paulo:Contexto,2002.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DINIS, C. F.D.; COSTA, R. A. da. Intervenção do setor público em turismo e avaliação de políticas públicas. **Revista Turismo & Desenvolvimento**. v.3 n. 21\22. 2014. p. 397-407.

DURÃO, M.; EUSÉBIO, C.; CARNEIRO, M. J. Título: o lugar da interpretação na promoção de atrações e destinos mais sustentáveis. uma análise da dimensão econômica da sustentabilidade. **Revista Turismo & Desenvolvimento**. v.3 n. 21\22. 2014. P. 507-519.

EMMENDOERFER, Luana; SILVA, Luís F. T. B; EMMENDOERFER, Magnus L. FONSECA, Poty C. **A Formação dos Circuitos Turísticos Mineiros: Uma Política Pública Descentralizada e Democratizante? Observatório de inovação do turismo**. **Revista Acadêmica**. Volume II- Número 4 –dezembro 2007.

EMMENDOERFER, M. L ; SILVA, F. C. ; LIMA, A. A. T. de F. de C. Inovação Social na Gestão Pública do turismo: Uma análise dos Circuitos Turísticos em Minas Gerais. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L .; TOMAZZONI, E. L. (orgs). **Gestão Pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014. 528 p.

EMMENDOERFER, M. L.; SILVA, F.C. da; LIMA, A. A. T. de F. de C. Evidências de Inovação Social na Gestão Pública do Turismo em Minas Gerais – Brasil: O Modelo de Circuitos Turísticos em Análise. Pasos. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. v. 9, n.2 , p. 397-410. 2011.

EMMENDOERFER, M. L; SOARES, E.B.S. Análise do desenvolvimento turístico e da Denominação designada pelo governo para qualificar cidades como destinos indutores do turismo em Minas Gerais, Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**. v.3, nº 21/22. 2014. p. 139-151.

FARAH, M. F. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 1, p. 119-144, 2001.

FECITUR. **Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.fecitur.org.br/sobre-nos>>. Acesso em Junho de 2015.

FERREIRA, L. F., COUTINHO, M. C. B. **Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia**. Brasília, DF: MMA/SCA/Proecotur, 2002. 52 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao04022009113510.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

FGV. **Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo** / FGV Projetos, Ministério do Turismo. 11.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015. 98 p. ISSN: 2179-8362

FIRJAN. **Índice Firjan de desenvolvimento Municipal**. 2013. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MG&IdCidade=314610&Indicador=1&Ano=2013>>. Acesso em 01 de setembro de 2015.

FIRJAN. **Índice Firjan de desenvolvimento Municipal**. 2005. <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MG&IdCidade=314610&Indicador=1&Ano=2005>> Acesso em 01 de setembro de 2015.

FIRJAN. **Índice Firjan de desenvolvimento Municipal**. 2009. <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MG&IdCidade=314610&Indicador=1&Ano=2009>> Acesso em 01 de setembro de 2015.

FIRJAN. **Índice Firjan de desenvolvimento Municipal**. 2011. <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MG&IdCidade=314610&Indicador=1&Ano=2011>> Acesso em 01 de setembro de 2015.

FUCHS, A. M. S. L.; OLIVEIRA, F. F. de. **ICMS turístico e novas possibilidades de desenvolvimento regional para o estado de Minas Gerais**. ABET, JUIZ DE FORA, v.2, n.2, p. 54-64 jul./dez. 2012.

FUNDACAO JOAO PINHEIRO. **Histórico da Lei Robin Hood**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood/historico>>. Acesso em 10 de Agosto de 2015.

GALDINO, L.C.F.; COSTA, M. L. da. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 á atualidade. Observatório de Inovação do Turismo. **Revista acadêmica**. v.VI n.4. Rio de Janeiro, setembro de 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. **A pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Conheça Minas**. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/governomg/ecp/comunidade.do?app=governomg>>. Acesso em julho de 2015.

HALL, C.M. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: **Censo Demográfico 1991**, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314610>>. Acesso em 08 de dezembro de 2015.

IBGE. 2013. PIB Ouro Preto. Disponível em : <<http://cod.ibge.gov.br/SA1>>; Acesso em 10 de janeiro de 2016.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. MTUR- Ministério do turismo. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS* e da PNAD** 2013, para o Brasil e regiões.** Março de 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/150317_estimativas_ocupacao-2015.pdf> . Acesso em 25 novembro de 2015.

KNUPP, M. E. C.G.; MAFRA, F. L. N. Redes do Turismo: uma análise da política de turismo do estado de Minas Gerais- Brasil. **Revista Turismo em Análise.** v. 23 n. 3, dezembro de 2012.

LAZARONI, A. R.; EMMENDOERFER, M. L.; SILVEIRA,S. de F.R. **Barreiras a Gestão Social do Turismo:** Evidências e Reflexões a partir de um destino indutor nacional. EMAPEGS, UFLA, 2015. Disponível em: <<http://www.emapegs.ufla.br/ocs/index.php/emapegs2015/emapegs2015/schedConf/presentations>>. Acesso em 30 de setembro de 2015.

MARTON, R.L.J..**Os Tributos e a política tributária em uma sociedade democrática.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n.93, out 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10520>. Acesso em 30 de novembro de 2015.

MASCARENHAS, Juliana de Freitas. **O IRPJ e o planejamento tributário nas organizações:** uma análise sobre os seus efeitos do diferencial competitivo. 2004. 53f. Monografia (Conclusão de curso) – Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciências Contábeis, Recife, Pernambuco. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/gepec/exemplos/04_monografia02\(julianadefreitas_gepec\).pdf](http://www.ufpe.br/gepec/exemplos/04_monografia02(julianadefreitas_gepec).pdf)>. Acesso em: 10 julho 2015.

MINAS GERAIS. **Cartilha de Orientações para o planejamento e Gestão Municipal do turismo em Minas Gerais.** 1 ed. 2014 a.

MINAS GERAIS. **Assembleia de Minas Gerais. Lei 18.030 de 12/01/2009.** Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Minas gerais diário do executivo 13/01/2009 pág.3 col.1. Disponível em:

<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2009&num=18030&tipo=LEI>>. Acesso em 09 de set. de 2014. Texto Original.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.341, de 28 de outubro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Governadoria do Estado e da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, cria a Secretaria de Estado do Turismo, extingue a Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas nas Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Justiça e de Direitos Humanos e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=789>>. Acesso em 10 de Agosto de 2015.

MINAS GERAIS. SETUR. **Decreto 43.321, de 08/05/2003**. Dispõe sobre o reconhecimento dos circuitos turísticos. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=43321&comp=&ano=2003>> . Acesso em 7 de Março de 2015.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.403 de 18 de Junho de 2010**. Regulamenta o critério "turismo" estabelecido na Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/icmsturistico/decreto-n-45403.pdf>>. Acesso em 01 de junho de 2015.

MINAS GERAIS. **Lei 12.428 de 1996**. Altera a Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação -ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/robinhood/index.php/leirobinhood/legislacao/lei1242896>> . Acesso em Maio de 2015.

MINAS GERAIS. ICMS Turístico, **critérios de repasse**. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/icms-turistico>>. Acesso em 01 de Junho de 2014b.

MINAS GERAIS. **Lei 13.803/2000**. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/legislacao/leiestadual13803_00.htm>. Acesso em 08 de agosto de 2015.

MINAS GERAIS. **Lei 18.030/2009**. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/icmsturistico/lei-18030-2009.pdf>>. Acesso em 08 de agosto de 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **O Turismo Mineiro em Números 2008-2014**. Disponível em: <<http://www.minasgerais.com.br/observatorioturismomg/wpcontent/uploads/2015/09/Livro%20-%20Versao%20Observatorio.pdf>>. Acesso em 01 de Novembro de 2015.

MINAS GERAIS, 2015. **Observatório do turismo.Destino Indutor-Ouro Preto**. Disponível em:< http://www.minasgerais.com.br/observatorioturismomg/?page_id=423 >. Acesso em 01 de novembro de 2015.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 23373, de 24 de janeiro de 1984**. Dispõe sobre o sistema operacional de esportes, lazer e turismo. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1984-01-24;23373>>. Acesso em 02 de Agosto de 2015.

MINAS GERAIS,2015. Observatório do turismo.**Destino Indutor-Tiradentes**. Disponível em:< http://www.minasgerais.com.br/observatorioturismomg/?page_id=423 >. Acesso em 01 de novembro de 2015.

MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru, SP: Educs, 2005.
 OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. **Destinos Indutores**. Disponível em: <http://www.minasgerais.com.br/observatorioturismomg/?page_id=588>. Acesso em 27 de novembro de 2015.

OLIVEIRA F. M. de. As Políticas de Turismo no Brasil nos Anos Noventa. **Revista Turismo em Análise**. v.19.n.2, agosto de 2008.

OLIVEIRA, L.D. **Ocupação urbana de Ouro Preto de 1950 a 2004 e atuais tendências**. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Departamento de Geologia. Disponível em: <<http://www.sisbin.ufop.br/novoportal/>>. Acesso em 08 de dezembro de 2015.

OLIVEIRA, Juliana Minardi. **Tiradentes: de palco dos criativos a cidade criativa. Caminho possível?**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro– Belo Horizonte, 2015. 294 p. : il. Disponível em: <<http://www.minasgerais.com.br/observatorioturismomg/?cat=4>>. Acesso em 10 de Dezembro de 2015.

OLIVEIRA, R. A. de. Descentralização: um paralelo entre os circuitos turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização do turismo, p. 125- 150. 2014. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L. ; TOMAZZONI, E. L. (orgs). **Gestão Pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014. 528 p.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Madrid, 2001.

OMT. **Introducción al turismo**. Madrid: OMT, 1998.

OURO PRETO. **Lei n.º 26 de 29 de novembro de 1963**. Dispõe sobre o imposto de turismo. Disponível em: <[http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img\(3899\).pdf](http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img(3899).pdf)> . Acesso em 10 de setembro de 2015.

OURO PRETO. **Lei nº 57 de 1972**. Cria o conselho municipal de turismo. <[http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img\(3374\).pdf](http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img(3374).pdf)>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

OURO PRETO. COMTUR- Conselho Municipal de Turismo. **Lei municipal nº 659 de 20 de junho de 2011**. Dispõe sobre as atribuições e competências deste órgão. Disponível em:< [http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img\(12182\).pdf](http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img(12182).pdf)>. Acesso em 10 de Maio de 2015.

_____. **Lei n.174 de 16 de maio de 1967**. Dispõe sobre o departamento de turismo. Disponível em: <[http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img\(3604\).pdf](http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img(3604).pdf)>. Acesso em 10 de maio de 2015.

_____. **Lei n.01 de 1973**. Dispõe sobre a criação e organização da secretária municipal de turismo e recreação da prefeitura de ouro preto. Disponível em: < [http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img\(3306\).pdf](http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img(3306).pdf)>. Acesso em 10 de maio de 2015.

_____. **Lei n.587 de 20-09-2010.** Cria o Fundo Municipal de Turismo FUMTUR e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img\(12485\).pdf](http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img(12485).pdf)>. Acesso em 10 de maio de 2015.

_____. **Prefeitura municipal- Distritos.** Disponível em: <<http://www.ouropreto.mg.gov.br/todos-distritos>>. Acesso em 08 de dezembro de 2015.

_____. **Prefeitura Municipal.** 2015. Disponível em: <<http://www.Ouropreto.mg.gov.br/patrimonio/index/secao.php?id=3>>. Acesso em 06 de setembro de 2015.

_____. Prefeitura Municipal de Ouro Preto. **Atrativos Turísticos.** Disponível em: <<http://www.ouropreto.mg.gov.br/>>. Acesso 18 de setembro de 2015.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Turismo. Ministério do Turismo. **Orientações práticas às instâncias de governança de turismo do paraná.** Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/CartilhaInstanciasdeGov.pdf>>. Acesso em 07 de dezembro de 2015.

PEREIRA, M.J. **Finanças Públicas: A política Orçamentária no Brasil.** 4º edição. São Paulo: Atlas, 2009.

PIMENTEL, M. P.C. **A dimensão institucional das políticas públicas de turismo no Brasil.** p.15-38 in org. PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L. ; TOMAZZONI, E. L.. **Gestão Pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações.** Caxias do Sul, RS: Educ, 2014. 528 p.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C.de.; **Metodologia do Trabalho Científico[recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico.** 2 ed. Nova Hamburgo-RS: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=Dialectica+como+m%C3%A9todo+em+disserta%C3%A7%C3%B5es&ots=da-8bcweEK&sig=dh3j0wBtknrpuK7jQztQIDRuguY#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 01 de dezembro de 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA,J.S. da; ALMEIDA, N. de. P. **Políticas Federais de Turismo: uma análise circunstancial do plano nacional de Turismo 2003-2007 (Brasil).** **Revista Turismo & Sociedade,** Curitiba, v.1, n.2, p.105-116, Outubro de 2008.

REZENDE, F. **ICMS: Como era, o que mudou ao longo do tempo, perspectivas e novas mudanças.** Cadernos Fórum Fiscal n.10. Brasília, 2009.

Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/estudos_pesquisas/forum-fiscal/publicacoes/cadernos-2004-a-2009/caderno-forum-fiscal-nb010-icms-como-era-o-que-mudou-ao-longo-do-tempo-perspectivas-e-novas-mudancas/at_download/file> Acesso em Julho de 2015.

RUA, M. das G.; ROMANINI,R. **Para Aprender políticas Públicas.** V.1. Conceitos e Teorias. Curso Online. IGEPP- Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas. Disponível

em: < http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf> . Acesso em 05 de janeiro de 2016.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 16ed. Campinas, SP: Papirus,2010.

SALES, A.A.A. **Lei Robin Hood**: possibilidades de interface entre o patrimônio cultural e o turismo. Congresso de Arquitetura, Turismo e Sustentabilidade. 2012 Disponível em:<http://www.catscataguases.com.br/dvd_2012/pdf/eixo2_002_Lei_Robin_Hood_Turismo_Sustentavel.pdf>. Acesso em Outubro de 2015.

SANDOVAL, C. da. G; ARRUDA,J.S.; SANTOS,N.C. Ouro Preto: Impactos da atividade turística em uma cidade tombada. **Revista Itinerarium** v.2 2009. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium>. Acesso em 10 dezembro de 2015.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 29 de Novembro de 2015

SANTOS, C.S.; QUELHAS, O.L.G. **O que é transparência governamental**. VIII congresso de Excelência em Gestão. Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg8/anais/T12_0499_2351.pdf>. Acesso em 06 de Abril de 2014.

SANTOS, J.F. **Desenvolvimento do Turismo Local**.2007. Disponível em:<<http://aprender.buzzzero.com/BuzzList.aspx>>. Acesso em 06 de Marco de 2014.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Rio Grande do Sul: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009, Ano I - Número I.

SEBRAE. **Arranjo produtivo local**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/Arranjo-produtivo-local-%E2%80%93-S%C3%A9rie-Empreendimentos-Coletivos>>. Acesso em 10 de março de 2016.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo, Cengage Learning, 2010.

SETTE, I. R. O. **Programa de Regionalização do Turismo de Minas Gerais**: uma Abordagem da Política Pública de Turismo. Monografia de conclusão apresentada ao Curso de Especialização Gestão Pública do IX PROAP da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, como requisito para obtenção de título de especialista. Belo Horizonte, 2012.

SETTE, R.I.; VALLE, M.I.M do; COUTINHO, M.P.C. **O Programa de Regionalização do Turismo de Minas Gerais**: uma abordagem da política pública estadual de turismo. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/36522>>. Acesso em 10 de Outubro de 2015.

SETIC. **Projeto de Implantação do Plano Municipal de Turismo**, Ouro Preto 2011-2021. Material impresso.

SETUR- Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais. **O turismo Mineiro em números (2008-2014)**. 2015. Disponível em: <<http://www.minasgerais.com.br/observatorioturismomg/>>. Acesso em set. de 2015.

SETUR. **Programas Estruturadores**. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/programas/estruturadores>>. Acesso em junho de 2015.

SETUR. **Programas Associados**. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/programas/associados>>. Acesso em junho de 2015.

SETUR. **Programas Especiais**. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/programas/programas-especiais>>. Acesso em junho de 2015.

SILVA, R. da S.; ARANTES, V. A.; SILVEIRA, S. F. R.; GAVA, R. - Análise do ICMS Turístico pela perspectiva do Ciclo Político em Minas Gerais. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão social. 7. Belém, 2013. Disponível em: <<http://www.anaisenapegs.com.br/2013/dmdocuments/1860.pdf>>. Acesso em 12 de Set. de 2014.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, I. V. T. **Análise de Conteúdo**: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília/DF- 3 a 5 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ129.pdf>. Acesso em 24 de setembro de 2015.

SILVEIRA, T. S. **Turismo em Cidades Históricas**: Emprego e Renda em Tiradentes/MG . V SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil 27 e 28 de Junho de 2008. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt11-03.pdf>. Acesso em 27 de Outubro de 2015.

SILVEIRA, C. E.; PAIXÃO, D. L. D.; COBOS, V. J. Políticas públicas de Turismo e a Política no Brasil: singularidades e (des)continuidade. **Ciência e Opinião**, Curitiba, v. 03, n, 01, p. 120 – p. 135, junho 2006.

SOARES, E. B. S. **Planejamento público estadual e desenvolvimento turístico de destinos indutores em Minas Gerais (2007-2010)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Administração) - Universidade Federal de Viçosa.

SOARES, E. B. S.; EMMENDOERFER, M. L.; MONTEIRO; L. P.; BORGES, A. R. **ICMS Turístico e Conselhos Municipais de Turismo: Um Estímulo à Participação Social em Prol do Desenvolvimento Turístico em Destinos Indutores de Minas Gerais?**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. VI ENAPEGS, 2012. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewArticle/4781>> Acesso em 29 de Ago. de 2014.

SOUZA, M. J. de (org). **Políticas públicas e o lugar do Turismo**. Brasília: Universidade de Brasília; Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2002.3. Vols.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006a, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 01 de setembro de 2015.

SOUZA, C. **Desenho Constitucional, instituições federativas e relações intergovernamentais no Brasil pós-1988**. In: FLEURY, S. Democracia, Descentralização e Desenvolvimento: Brasil & Espanha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b. p. 187-2011.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**, 2002. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf> Acesso em 11 de Ago. de 2014.

TIRADENTES. Departamento de Turismo e Cultura. **Plano municipal de Turismo**.2010. Impresso

TIRADENTES. NET. Disponível em: <<http://www.tiradentes.net/historiatiradentes.htm>> Acesso em 01 de Novembro de 2015.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e Desenvolvimento Regional: dimensões, elementos e Indicadores**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009. 219p.

TOSSELLI, C. **O Turismo Cultural como Instrumento de desenvolvimento local**. 2007. Disponível em:<http://www.delnetitcilo.net/pt/publicacoes-all/revista-do-delnet/local.glob-4/revista4_pt>. Acesso em 06 de Março de 2014.

TRINDADE, R. da. **Circuitos Turísticos Mineiros: descentralização, autonomia e gestão em relação ao turismo com base local (final dos anos 90- tempo presente)**. 2009. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Centro de excelência em Turismo, Mestrado em Turismo. Orientadora: Maria T. N. de Mello.

VALADARES, J.L. **Orientação Empreendedora na Administração Pública: Análise da Trajetória e das Implicações da Criação e Manutenção do Cargo de Empreendedor Público em Minas Gerais - Brasil**. Viçosa. 2013. 122p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Administração - PPGUFV, Universidade Federal de Viçosa.

VERGARA S. C. **Sugestão para estruturação de um projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A - Resumo das Principais Informações Coletadas Referentes do Destino Indutor Ouro Preto

	Indicadores	Soares 2012	Dados da Pesquisa (2015)
DIMENSÃO ECONÔMICA – desenvolvimento regional	População (IBGE 2010)	70281 pessoas	70281 pessoas
	População estimada 2015	-----	74036 pessoas
	População urbana	86,96%	61120 pessoas
	População rural	13,04%	9161 pessoas
	Extensão territorial	1.245,864 Km ² .	1.245,865 Km ² .
	Atividade econômica predominante	Mineração e serviços	Mineração e serviços relacionados ao turismo
	PIB per capita do município:	R\$ 35.868,58	R\$ 61.266,33.
	IDHM	-----	0,741
	IFDM consolidado	0,7386 (2009)	0,8229(2013)
	IFDM Educação	0,8230(2009)	0,8525(2013)
	IFDM Saúde	0,8204(2009)	0,7988(2013)
	IFDM Emprego e renda	0,5725(2009)	0,8175(2013)
	Quanto o turismo representa no orçamento total do município	-----	3%
	DIMENSÃO ECONÔMICA – desenvolvimento turístico	Vocação	Turismo Histórico - cultural
Parque hoteleiro		109 (MG,2012)	133 (OP,2015)
Serviços de Alimentação:		105(MG,2012)	86 (OP,2015)
Acesso pavimentado:		Sim	Sim
Aeroporto em funcionamento		Não	Não
Possui terminal rodoviário:		Sim	Sim
Induz o turismo regionalmente		Não foi mencionado	Sim
Parcerias em projetos turísticos com outras cidades		Não	Não, somente o circuito turístico.
Ações de sensibilização da comunidade		Não foi mencionado	Não
Possui Centro de Convenções		Sim	Sim, da UFOP.
Participa de Circuito Turístico		Sim- Circuito do ouro	Sim- Circuito do Ouro
Atrativos naturais:	5 (MINAS GERAIS,2012)	19 (OURO PRETO,2015)	
DIMENSÃO CULTURAL	A história do município é um atrativo turístico reconhecido	Sim	Sim
	Produção de artesanato efetivamente local	Sim	Sim
	Associação de Artesão	-----	Sim

	Atrativos culturais	36 (MINAS GERAIS,2012)	CULTURAIS:36 (OURO PRETO,2015)
	Atrativos Cívicos	-----	35 (OURO PRETO,2015)
	Atrativos Religiosos	=====	35(OURO PRETO,2015)
	Atrativos Lazer e Entretenimento	=====	16(OURO PRETO,2015)
	Possui patrimônios tombados	Sim, a cidade é patrimônio cultural da humanidade (UNESCO)	Sim, Ouro Preto é reconhecida como patrimônio Cultural da humanidade (UNESCO) desde 1980 com 77 patrimônios tombados
	Possui eventos culturais ou educacionais	-----	Sim
	Eventos permanentes	3	9 (Sec. Turismo, Indústria e comércio)
DIMENSÃO ORGANIZACIONAL	Possui COMTUR com reuniões periódicas:	Sim	Sim, uma vez por mês
	Presidente do COMTUR	Membro do poder público	Membro do setor Privado, convention Bureau
	Possui Plano de Turismo:	Não	Sim
	Foi contemplado com ICMS Turístico	Não	Não
	Perfil do Poder Público Municipal	O turismo está ligado ao setor de cultura- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio.
	Perfil dos empresários	Acomodados acham que não precisam investir em funcionários e qualificar a oferta, acham a cidade turística de qualquer maneira	Não investem em qualificação de mão de obra esperam muito da prefeitura, acreditam que o turismo vai acontecer de qualquer forma
	Perfil da comunidade receptora:	Enxerga a cidade como turística mas não valoriza o turismo	Reconhece a importância do turismo para o desenvolvimento local
	Atuação das escolas e universidades locais	Não mencionado	Universidade, escolas não foi mencionado. Possui uma

			cadeira no COMTUR- UFOP e responsável pelo Centro de Atendimento ao turista
	Possui Convention Bureau:	Sim	Sim
	Realização de missões e viagens de estudo com atores locais	Não mencionado	Sim, capacitações por meio do Pronatec, Agência de Desenvolvimento de Ouro Preto (Adop), Associação Comercial de Ouro Preto (Aceop), além do próprio Sebrae MG e do circuito do ouro.
	Outras observações: em 2014 Ouro Preto foi contemplado com o prêmio de Capacidade Empresarial.		

APÊNDICE B - Resumo das Principais Informações Coletadas Referentes ao Destino Indutor Tiradentes.

	Indicadores	Soares (2012)	Dados da Pesquisa (2015)
DIMENSÃO ECONÔMICA- desenvolvimento regional	População:	6.961 hab.	6.961 hab.
	População urbana:	77,23%	5.376
	População rural	22,77%	1.585
	Extensão territorial:	83 km ²	83,047 km ²
	Atividade econômica predominante:	Serviços fomentado pelo turismo 90%	Turismo, continua sendo a principal fonte de renda do município cerca de 95% da economia
	PIB per capita do município:	R\$ 9.410,79	R\$ 9.951,57
	IDHM:	=====	0,740
	IFDM	0,6043 (2009)	0,7087 (2013)
	IFDM Educação	0,7365 (2009)	0,7331 (2013)
	IFDM Saúde	0,3587(2009)	0,8114 (2013)
	IFDM Emprego e renda	0,7178 (2009)	0,5816(2013)
	Quanto o turismo representa no orçamento total do município	-----	20%
DIMENSÃO ECONÔMICA – desenvolvimento turístico	Vocação:	Turismo Histórico e Cultural	Turismo Histórico, Cultural e eventos
	Parque hoteleiro:	125 (MINAS GERAIS,2012)	Não foi encontrado dados atualizados
	Serviços de Alimentação:	67(MINAS GERAIS,2012)	Não foi encontrado dados atualizados
	Acesso pavimentado:	Sim	Sim
	Aeroporto em funcionamento:	Não	Não
	Possui terminal rodoviário:	Sim	Sim
	Induz o turismo regionalmente:	Não foi mencionado	Sim
	Parcerias em projetos turísticos com outras cidades:	Não foi mencionado	Sim por meio do circuito trilha dos inconfidentes
Ações de sensibilização da comunidade:	Não foi mencionado	Sim, em 2015 já foram realizados 2 Cursos de Turismo Rural e 1 de Gestão e Marketing, em parceria com o SENAR e a 2ª Semana do Turismo, com o tema “Turismo e Patrimônio” levando à população um ciclo de palestras, mas falta ainda cursos	

			de qualificação profissional.
	Possui Centro de Convenções:	Em construção	Não foi mencionado
	Participa de Circuito Turístico:	Sim – Trilha dos Inconfidentes	Sim – Trilha dos Inconfidentes
DIMENSÃO CULTURAL	A história do município é um atrativo turístico reconhecido	Sim	Sim
	Produção de artesanato efetivamente local:	Sim	Sim, madeira, prata e doces artesanais
	Atrativos culturais:	11	11
	Possui patrimônios tombados:	Sim	Sim, tanto pelo governo federal como municipal
	Possui eventos culturais ou educacionais:	Sim- os principais eventos já eram fortes antes do período de análise, como o de cinema e gastronômico. Mas a cidade recebe com frequência outros eventos que movimentam bastante a cidade nos fins de semana.	Sim. Dentre os principais estão “Mostra de Cinema de Tiradentes”, “Tiradentes em Cena – Mostra de Teatro”, “Festival de Vinho e Jazz”, “Bikefest– Encontro de motos clássicas”, “Festival de Cultura e Gastronomia”, “Festival Artes Vertentes” e “X-Terra – Esportes da natureza”. Também destaca-se a realização de casamentos por pessoas não-residentes em Tiradentes, movimentando toda a cadeia de serviços para atender noivos e convidados. As programações semanais, ainda acontecem e são fortemente divulgadas pelos comerciantes.
	Outras observações:	<p>- Existe uma disciplina nas escolas que trabalha com a história do patrimônio.</p> <p>- Ainda existe uma “marginalização da população local” que não usufrui dos próprios atrativos turísticos e culturais da cidade, por serem os eventos em geral de custo alto, participam destes eventos trabalhando.</p> <p>- Além do poder público os empresários locais por meio da ASSET buscam também fazer suas programações para atrair turistas</p>	
	Possui Comtur com	Ativo desde 2010	Sim com reuniões

DIMENSÃO ORGANIZACIONAL	reuniões periódicas:		realizadas uma vez por mês
	Presidente do Comtur:	Membro da iniciativa privada	Ainda continua sendo da iniciativa privada, gestor do circuito.
	Possui Plano de Turismo:	Sim	Sim
	Foi contemplado com ICMS Turístico:	Desde 2012	Ainda continua participando do ICMS Turístico
	Perfil do Poder Público Municipal:	Possui secretaria Própria de turismo, possui um local para informações turística, mas que funciona em horários limitados, o secretario pertence a iniciativa privada e é da cidade	Secretaria de turismo e cultura, possuem centro de atendimento ao turista, com funcionários da prefeitura porém funciona somente durante o dia, a secretária tem formação em turismo e trabalha no cargo a um ano, não é da cidade.
	Perfil dos empresários:	Existe, os empresários que não se envolvem com a dinâmica local, mas existe também um grupo de empresários mobilizados que e que está se organizando para contribuir com o desenvolvimento do turismo na cidade.	Existe ASSET que é a associação de empresários e que possui uma cadeira no COMTUR, por meio dela são realizadas diversas ações em prol do turismo local mas ainda existe um grupo desarticulado que fica esperando as coisas acontecerem.
	Perfil da comunidade:	Enxerga a cidade como turística, trabalha na cadeia, mas vive à margem do centro histórico e como observador das atividades culturais e turísticas que acontecem na cidade	Reconhece o turismo como fundamental para o desenvolvimento da cidade pois dele vem a principal fonte de renda, mora ao entorno do centro histórico, alto índice de pessoas que se mudaram para cidades vizinhas por causa do custo de vida alto mas, trabalham em Tiradentes, não usufruem dos eventos.
	Atuação das escolas e universidades locais:	Ainda é tímida	Sim, em ações pontuais
	Possui Convention	Sim, Criado em	Sim, Trilha dos

	Bureau:	2011 é o mesmo de são João Del rei.	Inconfidentes Convention & Visitors Bureau abrange as cidades de São João Del Rei, Tiradentes, Resende Costa, Prados, Coronel Xavier Chávez
	Realização de missões e viagens de estudo com atores locais:	Não	Sim
	Obs.: Em 2014 Tiradentes foi premiado pelo ministério do turismo pela evolução alcançada no Índice de competitividade como o destino que não é capital com maior evolução em aspectos sociais.		

APÊNDICE C – Roteiro utilizado nas entrevistas com os gestores públicos municipais**BLOCO 1: Caracterizar os destinos indutores do turismo de Minas Gerais em estudo;**

1. Como o poder público enxerga o turismo na cidade? O que precisa ser melhorado?
2. Qual a principal vocação do turismo local? (negócios, lazer, histórico, etc.)
3. Quais os roteiros turísticos que existem no município?
4. O município já realizou ou tem conhecimento de algum estudo que tenha feito levantamento de número de hotéis, bares ou serviços de alimentação; quantidade de emprego gerada pelo setor? (quando? Quais as facilidades e dificuldades encontradas?)
5. O município tem parcerias de projetos Turísticos com outra cidade? (qual?)
6. Qual a relação do município com o circuito? (este ajuda no desenvolvimento do turismo local)
7. A comunidade reconhece o município como um destino turístico? (como foi possível ter esta percepção?)
8. Existe ou já existiram ações de sensibilização da comunidade local para desenvolvimento do turismo?(se não, esperam fazer? De que forma?)

BLOCO 2: ICMS turístico e Dimensões Econômicas

1. Defina com suas palavras o que é o ICMS Turístico?
2. Como você avalia a política do ICMS turístico (as principais vantagens e limitações)?
3. Você considera que o ICMS Turístico possibilitou desenvolvimento turístico em Tiradentes? Se sim, como? Se não, o que precisa ser melhorado?
4. Como foi a participação das pessoas na elaboração do plano municipal de turismo? (Quem o elaborou? Quais as principais ações previstas neste plano? Qual o seu período de execução?)
5. As ações previstas no plano municipal estão sendo executadas conforme o cronograma proposto? Se não quais as dificuldades?
6. As pessoas que participaram do PMT também atuam no COMTUR? (Qual a periodicidade das reuniões? Como é sua composição (poder público, privado e comunidade)? É consultivo ou deliberativo?)
7. Quais as dificuldades enfrentas pelo município no processo de habilitação da política do ICMS Turístico? (atas, plano, conselho) (Quem organizou a documentação para concorrer ao ICMS Turístico?)

8. Quanto o turismo representa no orçamento do município?
9. Você considera que o COMTUR tem cumprido suas atribuições e competências, tendo sido atuante sobre as decisões do turismo local?
10. De onde vêm os recursos financeiros para investir no turismo da cidade? (O ICMS turístico tem representatividade frente a estes recursos?)
11. Como esta a movimentação do fundo municipal de turismo- FUMTUR? (O COMTUR tem tido autonomia para deliberar sobre os recursos do fundo municipal de turismo?)
12. Como a população ou quem se interessar pelo desenvolvimento do turismo na cidade sabe das ações e dos investimentos públicos previstos e realizados?

BLOCO 3: Descrever as mudanças culturais no turismo nos destinos em estudo a partir da criação do ICMS Turístico;

1. A história do município é um atrativo reconhecido?
2. Há articulações das ações de turismo integradas e executadas com outros órgãos da prefeitura? (quais?)
3. Ao se realizar ações de turismo no município, como eventos municipais há envolvimento da iniciativa privada? (como esta opina?)
4. O município tem algum levantamento do número de artesãos existentes na cidade? (Quais os principais produtos produzidos?)
5. Possui patrimônios tombados?
6. Possui eventos culturais ou educacionais onde se trabalha também o turismo? (Estes Eventos são permanentes ou esporádicos?)
7. A incorporação do ICMS turístico modificou ou gerou mudanças em práticas internas de gestão, na forma de lidar com o turismo no município? (novas ferramentas de gestão, de organização ...)
8. Antes do ICMS turístico o município tinha a preocupação de ter um plano municipal de turismo estruturado e implementado? Tinha COMTUR?
9. Você acredita que o ICMS Turístico tenha gerado mudança na cultura do turismo do município? Por quê?
10. Quais os eventos permanentes do município, ou seja, aqueles que são realizados todos os anos?

BLOCO 4: Descrever as mudanças organizacionais no turismo nos destinos em estudo a partir da criação do ICMS Turístico.

1. Quais as principais atividades e unidades de trabalho que compõe o órgão de turismo? (quantas pessoas trabalham? organograma? Quem é o responsável por coordenar as atividades)
2. Quais as principais atividades e unidades de trabalho que compõe o órgão de turismo? (quantas pessoas trabalham? organograma ? Quem é o responsável por coordenar as atividades)
3. Quando foi criada a primeira secretaria ou departamento de turismo em Tiradentes-Ouro Preto?
4. Qual a formação das pessoas que atuam no setor público em prol do desenvolvimento do turismo na cidade? (já tinham experiência na área?, este perfil tem se aperfeiçoado e que tipos de resultados tem trazido em prol do turismo da cidade?)
5. Existe atuação ou envolvimento das escolas e universidades locais nas ações da prefeitura para desenvolvimento do turismo?
6. É possível perceber alguma mudança na estrutura organizacional do turismo no município após a implementação do ICMS Turístico?
7. Existem ações desenvolvidas pela secretaria de turismo com a iniciativa privada e a comunidade local?
8. O município possui Central de Atendimento ao Turista? Quem é o responsável? Caso não tenha existe algum projeto para implementar?
9. Os recursos advindos de ISS do setor turístico são destinados para o FUMTUR?
10. O município já recebeu alguma premiação no turismo?
11. Existe Preocupação do poder executivo em capacitar os atores locais (públicos e privados) que atuam diretamente no turismo, por meio de viagens e missões de estudo? Ou cursos de capacitação?
12. Quais são os desafios que você considera que precisam ser superados na gestão pública municipal de turismo, para alcançar um desenvolvimento mais sustentável e responsável do turismo?

ANEXO A: Documentação para Habilitação e Pontuação

(a que se refere o art. 2º do Decreto nº 45.625, de 28 de junho de 2011)

(a que se refere o art. 4º do Decreto nº 45.403, de 18 de junho de 2010)

Participação no Programa de Regionalização do Turismo da SETUR
1. Certidão, emitida pela associação do circuito turístico, comprovando a participação do Município e o cumprimento das obrigações estatutárias.
Existência de Política Municipal de Turismo
1. Cópia da lei que aprova a Política Municipal de Turismo, acompanhada de comprovante de publicação; 2. Cópia do Plano de Implementação da Política Municipal de Turismo; 3. Cronograma anual com as ações turísticas desenvolvidas, em conformidade com a Política Municipal de Turismo.
Existência de Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, constituído e em funcionamento.
1. Cópia da lei de criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, acompanhada de comprovante de publicação; 2. Cópia do Regimento Interno atual; 3. Listagem dos membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR; 4. Cópia do ato de Posse dos membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR; 5. Cópia das atas de reuniões do Conselho Municipal de Turismo –COMTUR, que comprovem seu regular funcionamento; 6. Relatório de Atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, que comprove seu regular funcionamento.
Existência de Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, constituído e em funcionamento
1. Cópia da lei de criação do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, acompanhada de comprovante de publicação; 2. Cópia do Estatuto do FUMTUR; 3. Relatório anual de repasses das quotas de participação no Fundo.
Participação no critério “Patrimônio Cultural” estabelecido pelo inciso VII do art. 1º, da Lei nº 18.030, de 2009.
1. Declaração do Prefeito Municipal de que o Município tem participação no critério “Meio Ambiente” estabelecido pelo inciso VIII do art. 1º, da Lei nº 18.030, de 2009; 2. Cópia da publicação, efetivada pela Fundação João Pinheiro nos termos do § 2º do art. 13, da Lei nº 18.030, de 2009, que comprove a participação do Município em tal critério.
Participação no critério “Meio Ambiente” estabelecido pelo inciso VIII do art. 1º, da Lei nº 18.030, de 2009.
1. Declaração do Prefeito Municipal de que o Município tem participação no critério “Meio Ambiente” estabelecido pelo inciso VIII do art. 1º, da Lei nº 18.030, de 2009; 2. Cópia da publicação, efetivada pela Fundação João Pinheiro nos termos do § 2º do art. 13, da Lei nº 18.030, de 2009, que comprove a participação do Município em tal critério.

Fonte: Minas Gerais, 2011.

ANEXO B: ÍNDICE DE INVESTIMENTO EM TURISMO

(a que se refere o art. 2º do Decreto nº 45.625, de 28 de junho de 2011)

“ANEXO II

(a que se refere o art. 7º do Decreto nº 45.403, de 18 de junho de 2010).

Índice de Investimento em Turismo - IIT

$IIT = NT \times IRC / MB$, onde:

- a) IIT = Índice de Investimento em Turismo do Município;
- b) NT = somatório das notas da organização turística do Município;
- c) IRC = índice de receita corrente líquida per capita ;
- d) MB = somatório das notas de todos os Municípios beneficiados.

ANEXO C: TABELA -FAIXA DE RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PER CAPITA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA “PER CAPITA” - R\$	IRC
0,00 a 750,00	10
750,01 a 875,00	9
875,01 a 1.000,00	8
1.000,01 a 1.125,00	7
1.125,01 a 1.250,00	6
1.250,01 a 1.375,00	5
1.375,01 a 1.500,00	4
1.500,01 a 2.000,00	3
2.000,01 a 3.000,00	2
Acima de 3.000,00	1

Fonte: Minas Gerais,2011.

<<http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/icmsturistico/decreto-45.625-2011.pdf>>

ANEXO D: TABELA- NOTA DA ORGANIZAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO

CRITÉRIO	NOTA
Participar de um circuito turístico reconhecido pela SETUR, nos termos do Programa de Regionalização do Turismo no Estado de Minas Gerais.	4,0
Ter elaborada e em implementação uma política municipal de turismo.	2,5
Possuir Conselho Municipal de Turismo - COMTUR -, constituído e em funcionamento.	1,0
Possuir Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR -, constituído e em funcionamento.	1,0
Ter participação no critério “patrimônio cultural” da Lei nº 18.030, de 2009 (inciso VII do art. 1º).	0,75
Ter participação no critério “meio ambiente” da Lei nº 18.030, de 2009 (inciso VIII do art. 1º).	0,75

Fonte: Minas Gerais, 2011. Disponível em:
 <<http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/icmsturistico/decreto-45.625-2011.pdf>>

ANEXO E: Quadro com os indicadores da dimensão econômica - desenvolvimento regional - do modelo APL-TUR (TOMAZZONI, 2009)

DIMENSÃO ECONÔMICA	
Desenvolvimento Regional	
Elementos	Indicadores
Delimitação espacial	Municípios integrantes e extensão territorial Identidades culturais e origens étnicas Atividades econômicas predominantes Características ambientais (clima, relevo, vegetação, fauna) Critérios políticos-governamentais Decisões das comunidades municipal e regional
Disparidades intrarregionais	PIB e renda per capita Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) População e taxa de crescimento populacional por município Expectativa de vida Orçamentos das prefeituras municipais Setores de atividades econômicas e empresas Empregos por segmento
Externalidades	Abastecimento de energia (rede elétrica, gás) Capilaridade do transporte público Acessos e rodovias Abastecimento de água potável Saneamento básico e esgoto Rede de ensino (escolas, cursos técnicos e profissionalizantes) Disponibilidade de mão-de-obra qualificada Saúde (hospitais e posto) Distritos industriais e incentivos para instalações de empresas Empregabilidade (capacidade de geração de empregos)
Sustentabilidade ambiental	Preservação das áreas verdes Criação de parques ecológicos Regulamentações e planos diretores para preservação do ecossistema Controles do uso de agrotóxicos Aspecto visual das áreas urbanas Coleta e manuseio de resíduos sólidos e líquidos Preservação de rios, lagos e mananciais líquidos
Inclusão social	Habitação, loteamentos populares, favelas Ingresso de imigrantes e impactos Programas de assistência a famílias e menores carentes Geração de empregos e trabalho informal e organizações de cadastramento Diversificação do mercado de trabalho Incentivos à fixação dos agricultores no meio rural Violência e segurança pública

Fonte: Tomazzoni (2009)

ANEXO F: Quadro com os indicadores da dimensão econômica - desenvolvimento do turismo do modelo APL-TUR (TOMAZZONI, 2009).

DIMENSÃO ECONÔMICA	
Desenvolvimento do Turismo	
Elementos	Indicadores
Configurações da oferta e demanda	Número de hotéis e pousadas, unidades habitacionais e leitos hospedeiros Número de restaurantes, lanchonetes e capacidade de atendimento Situação da concorrência entre as empresas Principais atrativos naturais Potencialidade e vocações turísticas Oportunidade de novos negócios
Desempenho	Turistas que ingressam anualmente Gastos médios com turistas Taxas médias de ocupação dos meios de hospedagem nas temporadas de cada estação Fluxo turísticos em roteiros e atrativos Empregos gerados pelo setor
Exportação	Procedência e tempo de permanência dos turistas Eficácia das iniciativas de marketing Atuação de agência de turismo Parcerias das organizações para comercialização
Circuito produtivo	Reinvestimento e retornos do turismo Impulso do turismo à diversificação das atividades Presença de filiais de grupos empresariais externos Disponibilidade de fornecedores locais de equipamentos, insumos e matérias-primas
Interatividade Extrarregional	Contribuição das regiões vizinhas ao ingresso de turistas na região Participação e influência da região no fluxo turístico às regiões vizinhas Parcerias da região com outras regiões para intercâmbio, cooperação e projetos

Fonte: Tomazzoni (2009)

ANEXO G: Quadro com os indicadores da dimensão cultural do modelo APL-TUR (TOMAZZONI, 2009).

DIMENSÃO CULTURAL	
Elementos	Indicadores
Aspectos históricos	Principais fatos da história de cada município, considerando evolução política e socioeconômica Bibliotecas e publicações Evolução dos eventos (festas populares) e do turismo (criação de empreendimento, empreendedores pioneiros) Valorização da história como atrativo
Acervos e incentivos	Organizações especializadas em guardar documentos e realizar pesquisas (centros culturais, arquivos históricos) Estudos sobre lendas, dialetos, mitos, crenças, tradições, religiões e patrimônios históricos Realização de eventos de caráter científico-cultural (seminários, congressos) Articulação e união municipal e regional das entidades culturais Programas municipais e legislações de apoio Elaboração e visualização de projetos por meio de leis estaduais e federais Atuação e investimentos da iniciativa privada
Preservação estética e autenticidade	Conservação do patrimônio edificado urbano antigo Harmonia, coerência e identidade cultural das construções modernas Pórticos e parques temáticos de evocação étnica Museus e fundamentação histórica local Valorização dos patrimônios da arquitetura do meio rural Legislação de tombamento do patrimônio histórico Manutenção de parques, praças e avenidas
Produtos e atrativos culturais	Produção de artesanato com autenticidade e originalidade Organização da produção do artesanato Gastronomia típica, com cardápios de base histórica e sabores locais Roteiros e passeios urbanos e rurais com relatos da história e demonstração do estilo de vida local Ambientação de espaços turísticos (hotéis, restaurantes)
Animação	Organizações dedicadas à produção artística (música, canto, dança) Apresentações de grupos artísticos – corais, bandinhas, teatros – para os turistas Espaços para apresentações artísticas em estabelecimentos turísticos (meios de hospedagem e alimentação) Intercâmbio e integração regional por meio da arte local
Motivação e satisfação da comunidade	Espontaneidade dos núcleos urbanos e rurais em receber e interagir com os turistas Contribuições dos grupos artísticos-culturais para a autoestima por meio do turismo Oportunidades de participação da comunidade em programações artístico-culturais

Fonte: Tomazzoni (2009)

ANEXO H: Quadro com os indicadores da dimensão organizacional do modelo APL-TUR (TOMAZZONI, 2009).

DIMENSÃO ORGANIZACIONAL	
Elementos	Indicadores
Poder e Capital Social	<p>Atores responsáveis pelas decisões de investimentos e realização de projetos turísticos</p> <p>Articulação das entidades para coordenação de iniciativas como eventos e campanhas promocionais</p> <p>Influência das vinculações político-partidárias e conflitos de interesses entre grupos econômicos</p> <p>Atuação e apoio da mídia em benefício das iniciativas</p> <p>Dedicação voluntária e colaboração de representantes da comunidade a comissões ou entidades</p> <p>Comunicação entre os segmentos regionais e comunidades</p>
Gestão sistêmica	<p>Estrutura operacional de comitês, conselhos para coordenação central do turismo regional</p> <p>Definições de funções, responsabilidades e tarefas</p> <p>Apoio técnico para a realização de projetos com objetivos comuns de abrangência regional</p> <p>Ações para fomento do associativismo</p> <p>Representatividade da participação das organizações nos programas regionais</p> <p>Comunicação entre os segmentos regionais e comunidades</p>
Divulgação e Imagem	<p>Posicionamento da região em relação a outros polos</p> <p>Importância e eficácia da divulgação</p> <p>Principais veículos, abrangência e viabilidade</p> <p>Responsabilidade dos emissores e adequação dos conteúdos das matérias enviadas à imprensa</p> <p>Qualidade e viabilidade financeira da produção publicitária</p> <p>Criatividade na formação de parcerias para espaços na mídia</p> <p>Aspectos e atributos turísticos mais evidenciados pelos veículos de comunicação</p>
Mercadologia e comercialização	<p>Realização de pesquisas de satisfação dos turistas pela organizações e empresas</p> <p>Influência das opiniões dos turistas sobre empresas e segmentos</p> <p>Realização de eventos (festas, feiras, congressos) e organização de calendário regional</p> <p>Captação de feiras e congressos</p> <p>Campanhas de redução turística para redução da sazonalidade e aumento da ocupação</p> <p>Atuação de empresas especializadas – birôs de convenções e agencias</p> <p>Participação regional integrada em feiras e eventos</p> <p>Adequação da oferta aos segmentos de mercado</p>
Planejamento	<p>Aprendizado com a superação de crises e adversidades</p> <p>Realização de planejamento estratégico pelas organizações da gestão sistêmica do turismo</p> <p>Diagnóstico da qualidade da oferta</p> <p>Modelos e prioridades das gestões públicas municipais</p> <p>Disponibilidade e acesso a linhas de crédito bancário</p>
Empreendedorismo e inovação	<p>Perfil cultural dos empresários</p> <p>Perfil comportamental das comunidades (iniciativa ou comodismo)</p> <p>Postura frente a desafios e incertezas (persistência ou imediatismo)</p> <p>Monitoramento de oportunidades e ameaças das mudanças</p>

	<p>Criação de atrativos por meio de parcerias entre poder público e iniciativa privada</p> <p>Criação de novos produtos e serviços turísticos (roteiros, gastronomia, hospedagem, programações)</p> <p>Prospecção de novos mercados</p>
Conhecimento	<p>Estratégias integradas de competitividade do turismo regional</p> <p>Programas de qualificação profissional para as diversas áreas e níveis</p> <p>Programa de capacitação de empreendedores</p> <p>Oferta e demanda de programas e cursos de capacitação e qualificação em várias áreas e níveis.</p> <p>Valorização da atualização e do aprendizado pelos empreendedores</p> <p>Atuação das escolas e universidades locais</p> <p>Realização de viagens e missões de estudo e pesquisa por empresários e gestores públicos</p> <p>Reconhecimento pelos contextos nacional e internacional da região e dos municípios como referenciais</p> <p>Influência dos gestores locais na difusão de informações por meio de participação em reuniões e congressos</p>

Fonte: Tomazzoni (2009)

ANEXO I: ROTEIROS TURÍSTICOS DE TIRADENTES.

ROTEIRO ECOLÓGICO
Trekking serra de São José
Balneário de Águas Santas
Bosque da mãe d'água
Cachoeira do bom despacho
Trekking cachoeira do carteiro
Trekking mangue
Gruta casa da pedra
Rapel casa da pedra
Off Road descida do rio Elvas
Off Road trilha dos inconfidentes
Ciclo turismo trilha caixa d'água
Ciclo turismo cachoeira Paulo André
Cavalgada menino maluquinho
Cavalgada arraial do bichinho

Fonte: Tiradentes. Disponível em :<www.tiradentesgerais.com.br>. Acesso em 05 de Maio de 2015.

ROTEIRO ARTISTICO E CULTURAL
Centro cultural Yves Alves
Concerto de órgão na matriz de Santo Antônio
Museu da liturgia
Museu casa do Padre Toledo
Museu do automóvel
Museu de Sant'Ana
Teatro de marionetes
Roteiro noturno – (jardineira ano 1935)
Escultor Jango
Tião paineira
Passeio de Maria fumaça

Fonte: Tiradentes. Disponível em :<www.tiradentesgerais.com.br>. Acesso em 05 de Maio de 2015.

ROTEIRO GASTRONÔMICO
Festival internacional de gastronomia
Doce do bolota
Chico doceiro

Fonte: Tiradentes. Disponível em :<www.tiradentesgerais.com.br>. Acesso em 05 de Maio de 2015.

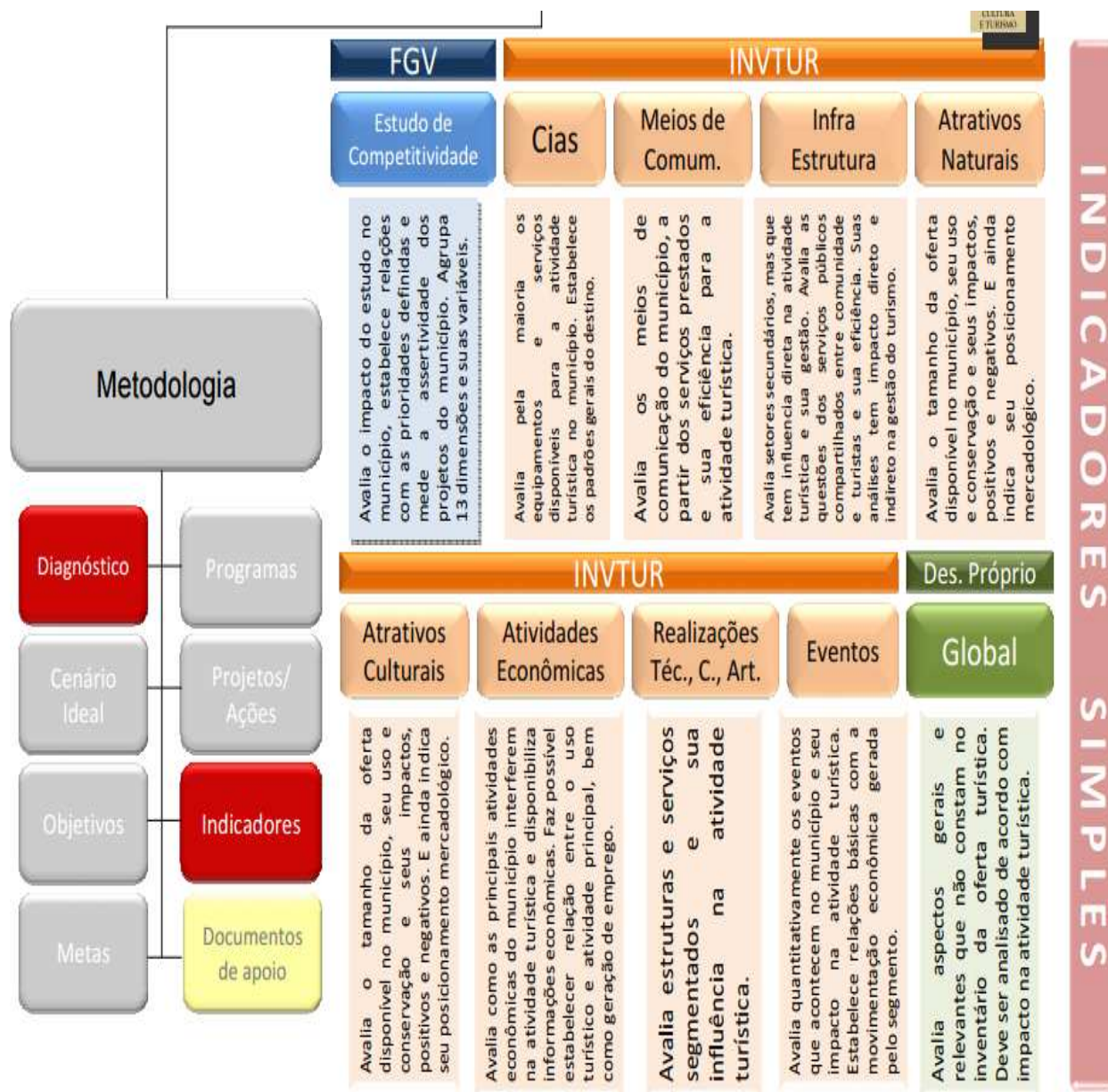
ANEXO J: ATRATIVOS TURÍSTICOS DE OURO PRETO

ATRATIVOS CULTURAIS	
Casa de Cultura de Amarantina - Casa de Pedra	Museu do Oratório
Casa de Tomás Antonio Gonzaga	Cia Teatral as Medeias
Parque Arqueológico do Morro Queimada	Casa do Folclore
Casa de Cultura do Padre Faria (SEDE)	Centro Cultural IFMG.
Centro Cultural Comunitário - Casa do Morro São Sebastião	Polo Cultural de Glaura
Centro de Artes e Convenções – Parque Metalúrgico Augusto Barbosa	Museu Casa Guignard
Casa da Ópera (Teatro Municipal)	Museu da Inconfidência
Grupo Assistencial Auta de Souza	Museu casa dos Inconfidentes
Ludo Museu (casa do Pilar)	Observatório
Escola de Minas (Museu de Mineralogia)	Mina Felipe dos Santos
Museu das Reduções- Distrito de Amarantina	Mina Du Veloso
Museu do Pilar (Museu de arte sacra)	Mina do Jeje
Escola de Conservação e Restauração- Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP)	Mina do Chico Rei
Museu da Farmácia	Mina de Santa Rita
Eco Museu da serra de Ouro Preto	Museu do Chá
Feira de artesanato do Largo do Coimbra (Feirinha de Pedra Sabão)	Museu Aleijadinho
Centro turístico e Cultural FIEMG	Museu aberto Cidade viva
Grêmio Literário Tristão de Ataíde-GLTA	Museu Casa dos Contos
ATRATIVOS NATURAIS	
Corredeira do córrego da lavra	Cachoeira da Estiva
Cânion do Funil-Santo Antônio do Salto	Cachoeira de São Bartolomeu
Mirante da casa dos Inconfidentes	Cachoeira do Castelinho
Mirante da Igreja São Francisco de Paula	Cachoeira do Falcão
Mirante da rua Getúlio Vargas	Cachoeira do Teodoro
Mirante da UFOP	Cachoeira do Toninho
Mirante do Morro São Sebastião	Cachoeira dos Namorados
Parque Estadual do Itacolomi	Cachoeira do Ribeirão sardinha
Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas	Cachoeira dos três pingos
Parque vale dos Contos	
ATRATIVOS CIVIS	
Chafariz da Barra	Chafariz de Marília
Chafariz da Coluna	Chafariz do Alto da Cruz
Chafariz da Glória	Chafariz do Alto das Cabeças
Chafariz da Matriz de nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias	Chafariz do Pilar
Chafariz da Praça Tiradentes	Chafariz do Passo
Chafariz da Rua Barão de Ouro Branco	Chafariz dos Contos
Chafariz da Rua das Cabeças	Chafariz dos Cavalos
Chafariz do Largo Frei Vicente Botelho	Chafariz do Rosário
Chafariz do Caminho das Lages	Largo Marília de Dirceu
Largo da Alegria	Largo do Coimbra
Largo Frei Vicente Botelho	
MONUMENTOS HISTÓRIOS	

Ponte da Barra	Ponte Seca
Ponte de Antônio Dias ou Marília	Ponte dos Contos
Ponte do Ouro Preto ou do Pilar	Coluna Saldanha Marinho
Ponte do Rosário ou Caquende	Monumento a Tiradentes
Ponte do Padre Faria	Praça Tiradentes
Praça Reinaldo Alves de Brito	Ponte do Palácio
Teatro Municipal- Casa da Ópera	
ATRATIVOS RELIGIOSOS	
Capela de Bom Jesus das Flores do Taquaral	Capela N. S. das dores
Capela do Senhor do Bonfim	Capela N. S. da Piedade
Capela de Sant'Ana- subdistrito da chapada	Capela do Padre Faria
Igreja do Bom Jesus de Matozinhos ou de São Miguel e Almas	Capela de São Joao Batista
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Capela de São Sebastiao
Basílica de Nossa senhora do Pilar	Igreja de Santo Antônio
Igreja da ordem terceira de São Francisco de Assis	Igreja de Santa Rita de Cássia
Igreja de Nossa Senhora da Mercês e Misericórdia	Igreja de São José
Igreja de Nossa Senhora da Mercês e Perdoes	Matriz de Santo Antônio
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Igreja de Santa Efigênia
Igreja de Nossa Senhora dos prazeres	Matriz de Santo Antônio do Leite
Igreja de Santo Antônio do Salto	Matriz de São Gonçalo do Amarante
Igreja de São Francisco de Paula	Igreja Matriz de são Bartolomeu
Santuário de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias	Igreja do Sagrado Coração de Jesus
Igreja Matriz de nossa Senhora do Nazaré	
PASSOS DA MISERICÓRDIA	
Passo da Cruz as costas	Passo da Ponte
Passo do Pretório (ou Antônio dias)	Passo da Flagelação
Passo do Coração de Espinhos	Tapetes da semana santa
ATRATIVOS LAZER E ENTRETENIMENTO	
CAEM- Centro acadêmico da escola de Minas	Trem da Vale
Cine- Vila Rica	Teatro Municipal de Ouro Preto
Ouro Preto Tênis Clube	Vale dos Contos
Associação Atlético Aluminas	Praça da Barra
Passeios de quadriciclos: Cachoeira dos namorados; 2- Represa do Custódio; 3- Cachoeira dos Prazeres; 4- Santo Antônio do Salto; 5- Chapada; 6- Chapada e Santo Antônio do Salto; 7- Parque do Itacolomi; 8- Represa do Custódio e Ouro Preto.	

Fonte: Ouro Preto. Prefeitura Municipal de Ouro Preto. **Atrativos Turísticos**. Disponível em: <<http://www.ouropreto.mg.gov.br/>>. Acesso 18 de setembro de 2015.

ANEXO L: Indicadores do PMT Ouro Preto.



Fonte: SETIC. Projeto de Implantação do Plano Municipal de Turismo, 2011-2021.